IFAP
Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2016

**IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.**
Presidente – Pedro Ribeiro
Vice – Presidente – Nuno Moreira
Vogais - Maria José Moura
- Rui Martinho

Contactos:
R. Castilho, nº 45 – 51
1269-164 LISBOA
Tel: 213846000
Fax: 213846170
*Website*: www.ifap.pt
E – mail: ifap@ifap.pt
Coordenação Técnica:
Gabinete de Planeamento Estratégico
Área de Planeamento Estratégico e Projetos

# Índice

Introdução ..... 16
I Órgãos estatutários ..... 18
1. Conselho Diretivo ..... 18
2. Fiscal único ..... 19
II Visão, Missão e Atribuições ..... 20
1. Visão ..... 20
2. Missão ..... 20
3. Atribuições ..... 20
III Recursos ..... 22
1. Recursos humanos ..... 22
1.1. Organograma ..... 22
1.2. Caraterização ..... 24
1.3. Formação profissional ..... 26
1.4. Clima Organizacional ..... 31
2. Recursos financeiros ..... 32
3. Recursos materiais ..... 36
3.1. Recursos imobiliários ..... 36
3.2. Equipamento de transporte ..... 37
3.3. Bens e serviços ..... 38
IV Atividades desenvolvidas ..... 40
1. Enquadramento ..... 40
1.1. IFAP - Organismo pagador do FEAGA e FEADER ..... 40
1.2. IFAP - Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP . 43
2. Intervenções no domínio do financiamento ..... 44
2.1. Ajudas ao setor da agricultura ..... 49
2.2. Ajudas ao setor da pesca ..... 96
3. Controlo ..... 102
3.1. Sistema integrado de gestão e controlo ..... 102
3.2. Controlo administrativo ..... 111
3.3. Controlo físico ..... 111
3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade ..... 116
4. Relacionamento com instituições comunitárias ..... 125
4.1. Auditorias comunitárias ..... 125
4.2. Comité dos fundos agrícolas ..... 128

4.3. Conferências ..... 128
5. Auditoria ..... 131
6. Área jurídica ..... 134
7. Comunicação e publicidade institucional ..... 139
8. Medidas de modernização administrative ..... 147
9. Sistemas de Informação ..... 151
10. Sistema de Gestão de Segurança da Informação ..... 155
11. Participações sociais ..... 158
V Autoavaliação ..... 160
1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) – análise de resultados alcançados e dos desvios verificados ..... 160
1.1. Objetivos e indicadores ..... 160
1.2. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados ..... 161
1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados ..... 162
1.4. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI) ..... 164
1.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho ..... 165
1.6. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos ..... 166
1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação ..... 166
2. Plano de atividades 2016 ..... 169
2.1. Departamento de Ajudas Diretas - DAD ..... 169
2.2. Departamento de Ajudas ao Investimento – DAI ..... 171
2.3. Departamento de Ajudas de Mercado - DAM ..... 186
2.4. Departamento de Controlo - DCO ..... 188
2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI ..... 191
2.6. Departamento de Sistemas de Informação - DSI ..... 196
2.7. Departamento Financeiro - DFI ..... 199
2.8. Departamento Jurídico - DJU ..... 202
2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR ..... 205
2.10. Gabinete de Auditoria – GAU ..... 208
2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico – GPE ..... 211
2.12. Resumo dos departamentos ..... 215
VI Contas ..... 216
VII Anexos ..... 219
Anexo 1 - QUAR com autoavaliação ..... 220
Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios ..... 224
Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários ..... 226
Anexo 4 - Balanço Social ..... 236

# Índice de quadros

Quadro 1 – Distribuição dos colaboradores por departamento ..... 26
Quadro 2 – Formação Presencial 2016 ..... 28
Quadro 3 – Formação Presencial 2016 extra plano ..... 29
Quadro 4 – Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental em 2015 e 2016 ..... 32
Quadro 5 - Receitas previstas e receitas cobradas ..... 33
Quadro 6 - Despesa orçamentada e despesa realizada ..... 34
Quadro 7 - Tipos de imóveis ..... 36
Quadro 8 – Total de pagamentos efetuados nos anos de 2015 e 2016 ..... 49
Quadro 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola ..... 50
Quadro 10 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das ajudas diretas e intervenções nos mercados ..... 51
Quadro 11 - Pagamentos efetuados ao setor vitivinícola ..... 58
Quadro 12 – Pagamentos Desenvolvimento Rural – Quadro resumo ..... 63
Quadro 13 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 ..... 69
Quadro 14 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 1 ..... 70
Quadro 15 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 2 ..... 72
Quadro 16 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 3 ..... 74
Quadro 17 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 4 ..... 74
Quadro 18 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER ..... 75
Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 1 ..... 76
Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 2 ..... 77
Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 4 ..... 77
Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos anteriores programas de desenvolvimento rural ..... 78
Quadro 23 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM 2020 ..... 79
Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM ..... 81
Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM - Eixo 1 ..... 82
Quadro 26 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM - Eixo 2 ..... 82
Quadro 27 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+ ..... 85
Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL ..... 86
Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL - Eixo 1 ..... 87

Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural ..... 87
Quadro 31 – Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI ..... 88
Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI..... 89
Quadro 33 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias ..... 92
Quadro 34 – Pagamento de Seguros..... 93
Quadro 35 - Pagamentos de linhas de crédito ..... 95
Quadro 36 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios..... 95
Quadro 37 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca ..... 96
Quadro 38 - Pagamentos efetuados ao abrigo do MAR 2020 ..... 98
Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR ..... 100
Quadro 40 - Pagamentos de bonificações de juros efetuados ao setor da pesca..... 101
Quadro 41 – Revisão regular do Parcelário – Número de parcelas revistas em 2016..... 105
Quadro 42 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31 de dezembro de 2016 ..... 108
Quadro 43 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital..... 109
Quadro 44 - Ovinos e caprinos – Animais recenseados, à data de 31/12/16 ..... 109
Quadro 45 – Transferências de direitos RPU em 2015 e RPB em 2016 ..... 110
Quadro 46 – Continente - Controlos in loco de superfícies, realizados nos anos 2015 e 2016 ..... 112
Quadro 47 – Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2015 e 2016..... 112
Quadro 48 – RAM – Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2016..... 113
Quadro 49 – Controlos de animais, realizados nos anos de 2015 e 2016..... 113
Quadro 50 – Condicionalidade – Domínio ambiente, controlos realizados em 2016..... 113
Quadro 51 – Condicionalidade – Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2016 realizados em 2016..... 114
Quadro 52 – Condicionalidade – Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2016 realizados em 2016..... 114
Quadro 53 – Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), controlos da Campanha 2016 realizados em 2016..... 114
Quadro 54 – FEADER - Controlos in loco de projetos de investimento, realizados em 2016 ..... 114
Quadro 55 – FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos in loco realizados em 2016..... 115
Quadro 56 – FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos in loco realizados em 2016..... 115

Quadro 57 – FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos in loco realizados em 2016 ..... 115
Quadro 58 – Outros controlos realizados em 2016 ..... 116
Quadro 59 – Controlos de qualidade do controlo de ajudas superfícies, realizados em 2016 ..... 122
Quadro 60 – Controlos de qualidade do controlo de ajudas animais, realizados em 2016 ..... 123
Quadro 61 – Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2016 ..... 123
Quadro 62 – Controlos de qualidade do controlo no âmbito dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas, financiados pelo FEAGA, realizados em 2016 ..... 123
Quadro 63 – Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2016. 124
Quadro 64 – Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento em 2016 - CE ..... 126
Quadro 65 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento em 2016 – TCE ... 127
Quadro 66 – Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da UE ..... 129
Quadro 67 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação ..... 129
Quadro 68 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo Panta Rhei ..... 130
Quadro 69 – Atividade de apoio ao beneficiário ..... 140
Quadro 70 – Elaboração temporal de requisitos aplicacionais para as medidas de Investimento (INV) e VITIS ..... 181
Quadro 71 – Implementação temporal de módulos funcionais INV e VITIS ..... 182
Quadro 72 – Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2016 ..... 217
Quadro 73 – Demonstração de resultados do exercício 2015 e 2016 ..... 218

# Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2016 ..... 24
Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2016..... 24
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2016 ..... 25
Gráfico 4 – Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2016 ..... 25
Gráfico 5 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%)..... 50
Gráfico 6 – Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%)..... 52
Gráfico 7 – Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%)..... 57
Gráfico 8 – Pagamentos no âmbito do setor vitivinícola (%) ..... 61
Gráfico 9 - Número de pedidos de pagamento submetidos por medida PDR 2020 ..... 64
Gráfico 10 - N.º médio de dias para constituição dos processos de devedores, por ano.. 65
Gráfico 11 - Número de processos devedores constituídos, por ano/programa ..... 66
Gráfico 12 - Número de ofícios de audiência prévia expedidos, por ano/programa..... 67
Gráfico 13 - Número de ofícios de decisão final expedidos, por ano/programa ..... 68
Gráfico 14 – Pagamentos PRODERAM 2020..... 80
Gráfico 15 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+ ..... 85
Gráfico 16 – Pagamentos POSEI – Madeira (%)..... 90
Gráfico 17 – Pagamentos POSEI – Açores (%) ..... 91

# Glossário de Siglas

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| AAIF | Área de Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas |
| AG | Autoridade de Gestão |
| AGRO | Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| AOV | Aluguer Operacional de Veículos |
| APCE | Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa |
| APCER | Serviços de Certificação, Educação e Formação, Auditoria e Inspeção, Energia, AgroFood |
| APEP | Área de Planeamento Estratégico e Projetos |
| APP | Application Software |
| ARCC | Área de Relações Comunitárias e Comunicação |
| ASA | Medidas Agro e Silvo Ambientais |
| ATS | *Abstract Test Suite* |
| AVAC | Aquecimento, ventilação e ar condicionado |
| BD | Base de Dados |
| CCCAM | Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo |
| CCP | Código dos Contratos Públicos |
| CD | Conselho Diretivo |
| CE | Comissão Europeia |
| CFA | Comité dos Fundos Agrícolas |
| CIVE | Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado |
| CPD | Centro de Processamento de Dados |
| CSI | Coordenação da Segurança da Informação |
| CSSI | Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação |
| DAD | Departamento de Ajudas Diretas |
| DAI | Departamento de Apoios ao Investimento |
| DAM | Departamento de Apoios de Mercado |
| DAS | *Déclaration d'Assurance* |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| DCO | Departamento de Controlo |
| DFI | Departamento Financeiro |
| DG AGRI | *Directorate-General for Agriculture and Rural Development* |
| DGAV | Direção Geral de Alimentação e Veterinária |
| DGI | Departamento de Gestão e Controlo Integrado |
| DGR | Departamento de Administração e Gestão de Recursos |
| DGT | Direção Geral do Território |
| DGTF | Direção Geral do Tesouro e Finanças |
| DJU | Departamento Jurídico |
| DLBC | Desenvolvimento local de base comunitária |
| DRAP | Direção Regional de Agricultura e Pescas |
| DSI | Departamento de Sistemas de Informação |
| EC | Entidades Controladoras Externas |
| EDIA | Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva |
| EDP | Eletricidade de Portugal |
| ESA | Estrutura Segregada de Auditoria |
| ESPAP | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública |
| ETS | *Executive Test Suite* |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEAGA | Fundo Europeu Agrícola de Garantia |
| FEAMP | Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas |
| FEP | Fundo Europeu das Pescas |
| FEOGA | Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola |
| FEEI | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento |
| FEIIFF | Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado |
| FTA | Florestação de Terras Agrícolas |
| GAFD | Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas |
| GAL | Grupo de Ação Local |
| GAU | Gabinete de Auditoria |
| GPE | Gabinete de Planeamento Estratégico |
| GPP | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral |
| IAMA | Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| IB | Identificação do Beneficiário |
| ICNF | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas |
| iDigital | Projeto IFAP Digital - Acesso *online* dos Beneficiários |
| IFAP | Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas |
| IGCP | Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública |
| IGF | Inspeção-Geral de Finanças |
| IPAC | Instituto Português de Acreditação |
| IRCA | Informação Relativa à Cadeia Alimentar |
| IRN | Instituto dos Registos e Notariado |
| iSIP | Plataforma informática do IFAP que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP) |
| ISO | *International Organization for Standardization* |
| ITI | Intervenções Territoriais Integradas |
| IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| IVV | Instituto da Vinha e do Vinho |
| LEADER | Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural |
| MAA | Medidas Agroambientais |
| MAFDR | Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural |
| MAM | Ministério da Agricultura e do Mar |
| MARE | Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca |
| MM | Ministério do Mar |
| MZD | Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas |
| NACM | Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira |
| NAIN | Núcleo de Auditoria Interna |
| NAME | Núcleo de Apoios de Mercado |
| NAPI | Núcleo de Apoios ao Investimento |
| NCOM | Núcleo de Contas Comunitárias |
| NCPO | Núcleo de Condicionalidade e POSEI |
| NGFI | Núcleo de Gestão Financeira e Tesouraria |
| NORD | Núcleo de Normalização e Desenvolvimento |
| NP | Norma de Procedimento |
| NPAC | Núcleo de Programação e Acompanhamento de Controlo |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| NPGM | Núcleo de Produção e Gestão Micro-Informática |
| NUC | Núcleo |
| OA | Organizações de Agricultores |
| OC | Órgão de Conciliação |
| OLAF | Organismo Europeu de Luta Antifraude |
| OP | Organismos Pagadores |
| PAC | Política Agrícola Comum |
| PAR | Programa de Financiamento a Arrendatários Rurais |
| PCN | Plano de Continuidade do Negócio |
| PCP | Política Comum de Pesca |
| PDRu | Plano de Desenvolvimento Rural |
| PDR 2020 | Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 |
| PEPAC | Programa de Estágios Profissionais da Administração Pública |
| PISA | Programa Informático para a Saúde Animal |
| PME | Pequena(s) e Média(s) Empresa(s) |
| PNASV | Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola |
| POC | Prémio por Ovelha e Cabra |
| POSEI | Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade |
| PRODER | Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 |
| PRODERAM | Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2007-2013 |
| PRODERAM 2020 | Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020 |
| PROMAR | Programa Operacional das Pescas 2007-2013 |
| PRORURAL | Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2007-2013 |
| PRORURAL+ | Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2014-2020 |
| PRODESA | Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico dos Açores |
| PRRN | Programa para a Rede Rural Nacional |
| PU | Pedido Único de Ajudas |
| QCA | Quadro Comunitário de Apoio |
| QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização |
| RAA | Região Autónoma dos Açores |
| RAM | Região Autónoma da Madeira |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| REAP | Regime de Exercício da Atividade Pecuária |
| RNAP | Reposição Não Abatida nos Pagamentos |
| RPB | Regime de Pagamento Base |
| RPU | Regime de Pagamento Único |
| RRV | Reestruturação e Reconversão da Vinha |
| RURIS | Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 |
| SA | Sociedade Anónima |
| SAMA | Sistema de Apoio à Modernização Administrativa |
| SEPA | *Single Euro Payments Area* |
| SGQ | Sistema de Gestão da Qualidade |
| SGSI | Sistema de Gestão da Segurança da Informação |
| SI | Sistema de Informação |
| SIADAP | Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública |
| SIBS | Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. |
| SIE | Superfície de interesse ecológico |
| SIFICAP | Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca |
| SIG | Sistemas de Informação Geográfica |
| SIGC | Sistema Integrado de Gestão e Controlo |
| SIIE | Sistema de Informação dos Imóveis do Estado |
| SINGA | Sistema de Informação do IFAP. O mesmo que iSINGA. |
| SINREAP | Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária |
| SIP | Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário. |
| SIPAC | Sistema Integrado de Proteção contra Aleatoriedades Climáticas |
| SIPACE | Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos |
| SIREAP | Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária |
| SMS | *Short Message Service* |
| SNIRA | Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal |
| SSI | Segurança dos Sistemas de Informação |
| SVC | Seguro Vitícola de Colheitas |
| TCE | Tribunal de Contas Europeu |
| TCP | Tribunal de Contas Português |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---|---|
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| UADR | Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural |
| UAGD | Unidade de Administração e Gestão Documental |
| UAJE | Unidade de Ajudas Específicas |
| UAPO | Unidade de Acompanhamento de Programas |
| UCIA | Unidade de Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas |
| UCTC | Unidade de Contencioso |
| UCON | Unidade de Contabilidade |
| UDAD | Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados |
| UDEV | Unidade de Devedores |
| UE | União Europeia |
| UDCC | Unidade de Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional |
| UFOR | Unidade de Formulários |
| UGCP | Unidade de Gestão de Compras e Património |
| UGM | Unidade Gestora de Medida |
| UGOP | Unidade de Gestão Operacional |
| UGQS | Unidade de Gestão de Meios, Qualidade e Segurança |
| UIGE | Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas |
| UIPA | Unidade de Identificação Parcelar |
| UJRD | Unidade Jurídica |
| UMC | Unidade Ministerial de Compras |
| UMIM | Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados |
| UOCO | Unidade de Orçamento e Controlo |
| UOPC | Unidade Operacional de Controlo |
| UORH | Unidade de Organização e Gestão de Recursos Humanos |
| UPAB | Unidade de Protocolos e Apoio ao Beneficiário |
| UPAD | Unidade de Pagamentos Diretos |
| UPRF | Unidade de Produtos Financeiros |
| UREC | Unidade de Recuperações |
| UREP | Unidade de Reengenharia e Processos |
| URPU | Unidade de Regime de Pagamento Único |
| USCP | Unidade de Sistemas, Comunicação e Produção |

| SIGLA | DESCRITIVO |
| --- | --- |
| VITIS | Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas |

# Introdução

O presente Relatório de Atividades apresenta as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), no ano de 2016.

O IFAP conseguiu consolidar, no ano de 2016, as alterações resultantes dos novas ajudas da PAC, continuando a desenvolver um trabalho responsável na procura de soluções inovadoras, tecnológicas e realistas, que permitiram, de forma gradual, alcançar uma maior eficácia institucional no apoio aos setores agrícola, do desenvolvimento rural e das pescas.

No âmbito da sua missão, conseguiu manter a regularidade dos pagamentos e permitir que os compromissos assumidos com os beneficiários e os demais *stakeholders* continuassem a ser cumpridos e reconhecidos, aumentando a qualidade do serviço prestado. O montante total de pagamentos efetuados durante o ano atingiu um valor de 1,6 mil milhões de euros.

Na vertente interna, importou reforçar o diálogo e a partilha de experiências entre os colaboradores, de forma a estimular a coesão interna do IFAP, envolvendo-os na prossecução dos objetivos da Instituição, garantindo a sua motivação e empenhamento.

Manteve, igualmente, a aposta na valorização dos seus recursos humanos, assegurando o reforço da formação e uma melhor articulação entre os epartamentos.

A par de outras iniciativas, realça-se a promoção do Encontro IFAP *Balanço 2015 e Perspetivas 2016*, o impulsionamento dado aos projetos do IFAPpartilha, IFAPinova, *Newsletter* interna - IFAP Comunica e aos grupos de trabalho do Clima Organizacional.

Procurando ir ao encontro das necessidades sentidas pelos beneficiários e, simultaneamente, acompanhar as melhores práticas no âmbito da política de comunicação integrada, foi disponibilizado um formulário que possibilita a pré-marcação de atendimento presencial.

Foi possível, igualmente, implementar o projeto Simplex *Parcelário acessível a todos*, através da versão pública do Sistema de Identificação do Parcelar (iSIP) onde o beneficiário passou a poder consultar informação como as parcelas identificadas, ocupações do solo, orto imagens, algumas condicionantes aplicáveis às parcelas e informação referente à delimitação geográfica de alguns apoios do PDR 2020.

O IFAP obteve, este ano, a Certificação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, em conformidade com os requisitos da Norma ISO/IEC 27001:2013. Esta certificação, contempla o processo de pagamento de ajudas financiadas por Fundos Comunitários da PAC, FEAGA e FEADER, ou suportados pelo orçamento nacional, e foi obtida graças ao esforço contínuo de todos os colaboradores do Instituto.

Tendo em consideração a melhoria contínua das condições de trabalho dos seus colaboradores, e enquadrado na estratégia de reabilitação dos espaços existentes nos edifícios do IFAP, concluiu-se a migração do arquivo documental para o arquivo central, reforçando a segurança e a conservação da informação do Instituto, e possibilitando, também, a disponibilização de mais lugares de estacionamento para os colaboradores.

Criou-se, ainda, nos dois edifícios, um espaço dedicado a todos os colaboradores promovendo os momentos de lazer e de confraternização. Neste ano foi, igualmente, possível usufruir das intervenções realizadas nos espaços dos refeitórios dos dois edifícios, que passaram a ter uma oferta mais vasta e uniforme, pretendendo-se desta forma melhorar o serviço prestado.

O Relatório de Atividades integra o contributo de todos os colaboradores do Instituto no âmbito das atividades que o IFAP realizou ao longo do ano de 2016, tendo em conta a sua missão e os objetivos estratégicos definidos.

# I Órgãos estatutários

O IFAP, organismo de administração indireta do Estado, é dirigido por um conselho diretivo constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, conforme estabelecido no nº 3, do art. 20º do Decreto-Lei nº 7/2012, de 17 de janeiro.

Como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto, existe, ainda, um fiscal único. Em 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos estatutários do IFAP eram os apresentados seguidamente.

## 1. Conselho Diretivo

**Presidente do IFAP**

Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, designado pelo Despacho nº 5901/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 21 de abril (publicado no Diário da República, II série, nº 86, de 6 de maio de 2014), a partir de 21 de abril de 2014, com um mandato de cinco anos.

**Vice-presidente**

Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho, designado pelo Despacho nº 15710/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro (publicado no Diário da República, II série, nº 251, de 30 de dezembro de 2014), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

**Vogais**

Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, designado pelo Despacho nº 97/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, nº 3, de 6 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes, designado pelo Despacho nº 10/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014

(publicado no Diário da República, II série, nº 1, de 2 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

## 2. Fiscal único

Foi designado fiscal único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

# II Visão, Missão e Atribuições

O IFAP foi criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, com o estatuto de Instituto Público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

O IFAP é o Organismo Pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na aceção do R.1290/2005, do Conselho e do R.885/2006, da Comissão. Ao abrigo do artigo 7º do R.1306/2013, do Conselho, mantém as mesmas atribuições no âmbito do novo quadro comunitário.

Nos termos do R.1198/2006 do Conselho e do Decreto-Lei nº 80/2008, o IFAP foi designado autoridade de certificação e organismo intermédio no âmbito do PROMAR. Pelo Decreto-Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser autoridade de certificação para o FEAMP e pelo Despacho nº 2650 – B/2016, organismo intermédio no âmbito do Mar 2020.

## 1. Visão

Acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade.

## 2. Missão

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

## 3. Atribuições

O IFAP é um Instituto Público de regime especial, criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, integrando a administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, encontrando-se sujeito à tutela do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, do Ministério do Mar, do Ministério das Finanças e do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

Através do Decreto-Lei nº 195/2012, o IFAP foi reestruturado, tendo sido estabelecidas as seguintes atribuições:

- Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC);
- Garantir o cumprimento da função de Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER;
- Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP), bem como de organismo intermédio na aceção do R.1198/2006;
- Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

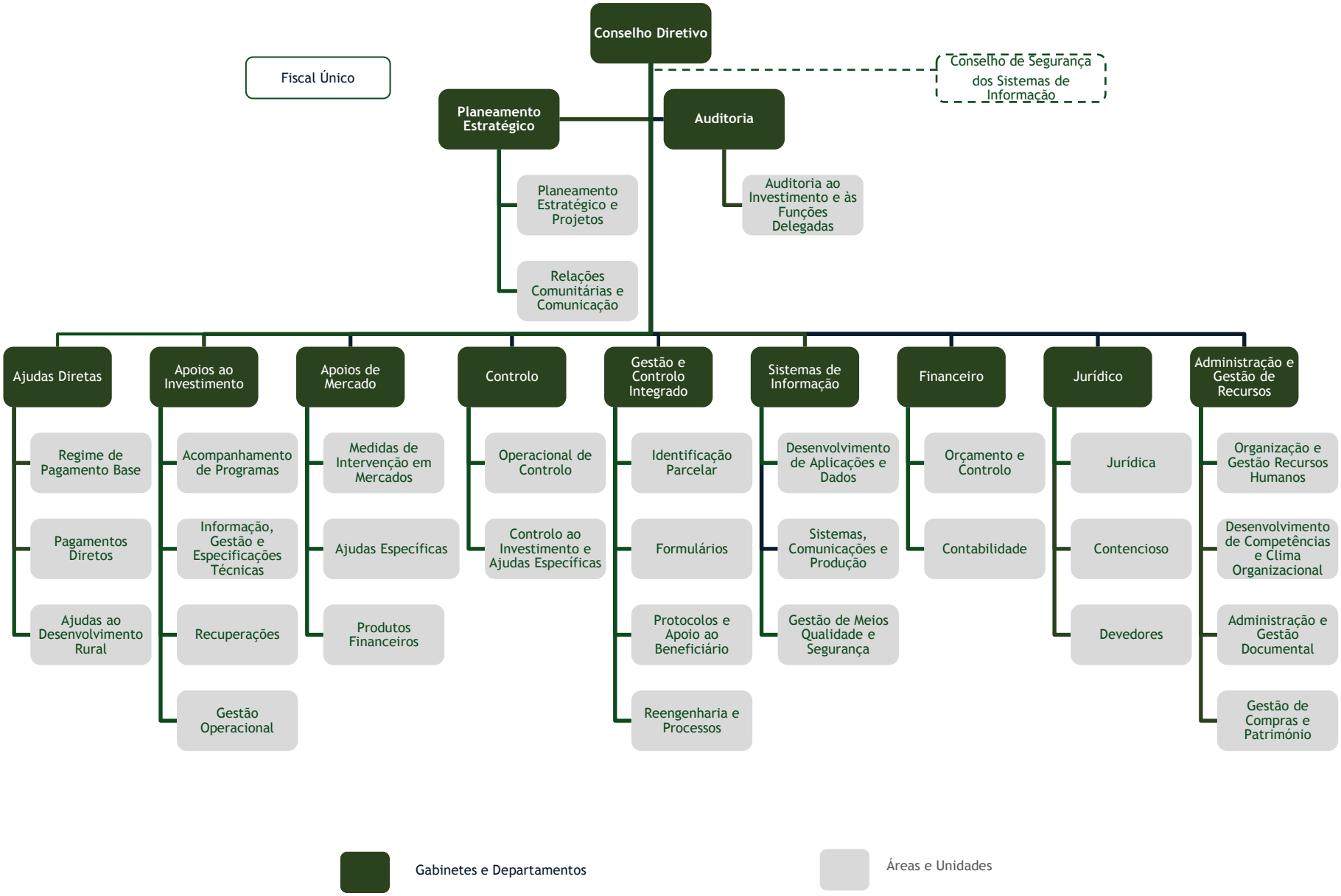
A Portaria nº 393/2012, definiu a organização interna do IFAP e aprovou os seus estatutos. Nesta Portaria encontram-se estabelecidas todas as competências comuns e específicas dos Departamentos e Gabinetes que constituem o IFAP.

# III Recursos

## 1. Recursos humanos

### 1.1. Organograma

Apresenta-se no seguinte organograma a estrutura do IFAP, que inclui 9 Departamentos e 2 Gabinetes, 3 Àreas, 28 Unidades e 14 Núcleos.

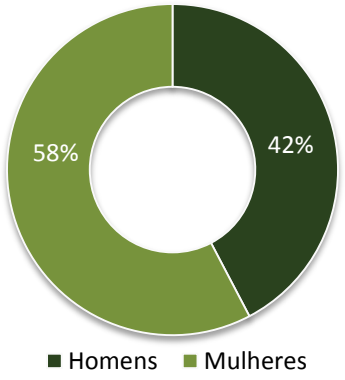

Conselho Diretivo
Fiscal Único
Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação
Planeamento Estratégico
Auditoria
Planeamento Estratégico e Projetos
Relações Comunitárias e Comunicação
Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas
Ajudas Diretas
Regime de Pagamento Base
Pagamentos Diretos
Ajudas ao Desenvolvimento Rural
Apoios ao Investimento
Acompanhamento de Programas
Informação, Gestão e Especificações Técnicas
Recuperações
Gestão Operacional
Apoios de Mercado
Medidas de Intervenção em Mercados
Ajudas Específicas
Produtos Financeiros
Controlo
Operacional de Controlo
Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas
Gestão e Controlo Integrado
Identificação Parcelar
Formulários
Protocolos e Apoio ao Beneficiário
Reengenharia e Processos
Sistemas de Informação
Desenvolvimento de Aplicações e Dados
Sistemas, Comunicações e Produção
Gestão de Meios Qualidade e Segurança
Financeiro
Orçamento e Controlo
Contabilidade
Jurídico
Jurídica
Contencioso
Devedores
Administração e Gestão de Recursos
Organização e Gestão Recursos Humanos
Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional
Administração e Gestão Documental
Gestão de Compras e Património
Gabinetes e Departamentos
Áreas e Unidades

## 1.2. Caraterização

À data de 31 de dezembro de 2016, desempenhavam funções no IFAP 572 colaboradores, o que representa, comparativamente ao ano de 2015, uma redução de 0,9%.

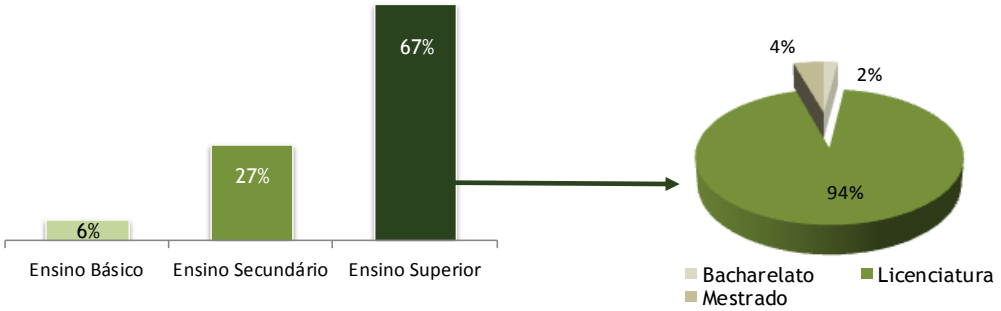
A distribuição entre géneros manteve-se igual relativamente ao ano anterior, com 330 mulheres e 242 homens, representando 58% e 42%, respetivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2016



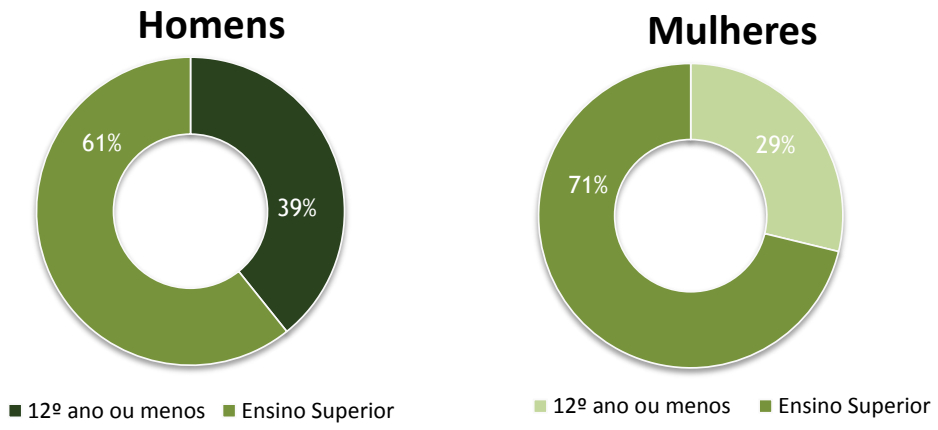

Conforme se pode verificar no Gráfico 2, existem 382 colaboradores com habilitações académicas ao nível do ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura e mestrado), o que corresponde a 67% do total. Inversamente, há apenas 34 colaboradores com o ensino básico, que representam 6% do número total.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2016



Efetuando a análise do nível de escolaridade combinado com o género, verifica-se que 71% das mulheres possuem escolaridade de nível superior, enquanto 61% dos homens apresentam o mesmo nível. Comparando com o ano anterior, houve um acréscimo de 1% no número de mulheres com ensino superior sendo que, no caso dos homens, a distribuição manteve-se idêntica (Gráfico 3).

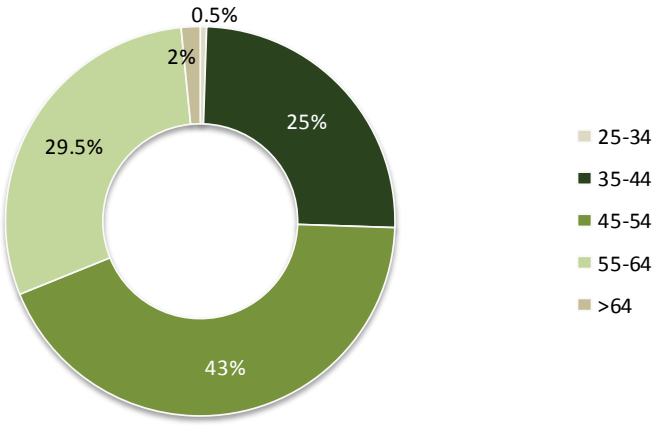
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2016




No que se refere ao escalão etário, manteve-se a maior representatividade do escalão dos 45-54 anos onde se enquadram 43% dos colaboradores do IFAP (abrangia 40% em 2015). O número de colaboradores do escalão entre os 55 e os 64 anos também aumentou de 26% para 30%. Inversamente, o número de colaboradores na faixa etária dos 35 aos 44 anos baixou de 31% para 25%.

A idade média dos colaboradores do Instituto era, à data de 31 de dezembro de 2016, de 50.6 anos.

Gráfico 4 – Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2016



O Quadro 1 representa a distribuição dos colaboradores do IFAP por Departamento:

Quadro 1 – Distribuição dos colaboradores por Departamento

| | Nº Funcionários | % |
|---|---|---|
| Departamento de Ajudas Diretas | 53 | 9% |
| Departamento de Apoios ao Investimento | 63 | 11% |
| Departamento de Apoios de Mercado | 41 | 7% |
| Departamento de Controlo | 69 | 12% |
| Departamento de Gestão e Controlo Integrado | 65 | 11% |
| Departamento de Sistemas de Informação | 58 | 10% |
| Departamento Financeiro | 44 | 8% |
| Departamento Jurídico | 44 | 8% |
| Depart. de Administração e Gestão de Recursos | 81 | 14% |
| Gabinete de Auditoria | 21 | 4% |
| Gabinete de Planeamento Estratégico | 21 | 4% |
| Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação | 2 | 0.3% |
| Conselho Diretivo | 10 | 2% |
| **Total** | **572** | **100%** |

Durante o ano de 2016, o IFAP contou com a colaboração de 18 estagiários, distribuídos pelos diversos Departamentos, ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais da Administração Pública (PEPAC).

Foram também abertos 7 procedimentos concursais para cargos dirigentes e 6 procedimentos concursais comuns. Integraram o IFAP 11 novos colaboradores, sendo 7 por mobilidade, 2 por procedimento concursal e 2 consolidaram a sua mobilidade no mapa de pessoal do IFAP.

Neste processo de recrutamento há que salientar a elaboração, no ano de 2016, de guias de procedimento concursal para facilitar a elaboração dos mesmos, pretendendo-se uma maior rapidez e eficiência do processo.

## 1.3. Formação profissional

O plano de formação para 2016 integrou as ações de formação que, no diagnóstico de necessidades solicitado aos diretores de Departamento e Gabinete, se destacaram como prioritárias e com maior número de formandos. Para além das necessidades identificadas pelo Departamentos e Gabinetes no ano de 2016, foram integradas no plano ações direcionadas

para o desenvolvimento das competências comportamentais e liderança para dirigentes e chefias. Esta linha formativa será seguida e terá continuidade no ano de 2017.

Manteve-se a desmaterialização e simplificação do processo de inscrição adotada no final do ano de 2015 pelos resultados positivos que trouxe ao processo, nomeadamente mais celeridade e menos burocracia.

### 1.3.1. Formação presencial

Durante o ano, 498 colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação. Tendo em conta que o mesmo colaborador pode participar em mais do que uma ação de formação, houve um total de 1133 participações.

#### Plano de formação

Foram executadas, no total, 107 ações de formação, previstas no Plano de Formação Geral, identificadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Formação Presencial 2016

| Área temática/ Curso | n.º de ações |
|---|---|
| **Formação de dirigentes** | 1 |
| FORGEP - Atualização | 1 |
| **Assuntos Europeus e Cooperação** | 2 |
| **Gestão de Projetos Financiados pelo "Portugal 2020"** | 2 |
| Auditoria, Fiscalização e Controle | 4 |
| Auditoria Financeira | 1 |
| Controlo Interno | 1 |
| Programas de Trabalho em Auditoria Interna | 1 |
| Fraude e Auditoria Interna | 1 |
| **Comunicação Organizacional e Pessoal** | 4 |
| A Escrita Eficaz e a Sistematização da Informação | 2 |
| O Impacto da Comunicação - Técnicas de Assertividade, Apresentação e Persuasão | 2 |
| **Contabilidade e Fiscalidade** | 2 |
| SNC - Sistema de Normalização Contabilística AP | 2 |
| **Gestão de Pessoas** | 27 |
| Gestão de Pessoas nas Organizações (Diretório de Competências) | 25 |
| Higiene e Segurança no Trabalho/ Ergonomia | 2 |
| **Gestão Organizacional** | 40 |
| Ética e Cultura Organizacional (Diretório de Competências) | 33 |
| Secretariado de Direção | 1 |
| SIADAP 2 | 3 |
| SIADAP 3 | 3 |
| **Liderança e Desenvolvimento Pessoal** | 3 |
| Liderança para dirigentes e chefias | 1 |
| Programa de Desenvolvimento de Competências Comportamentais - Stress, Tempo, Assertividade, Gestão Emocional + Palestra Motivacional | 2 |
| **Línguas Estrangeiras** | 1 |
| Inglês para Apresentações, Reuniões e Negociações | 1 |
| **Tecnologias de Informação** | 22 |
| Access 2010 - avançado | 1 |
| Access 2010 - Inicial | 1 |
| Excel 2010 - avançado | 2 |
| Excel 2010 - inicial | 1 |
| Quantum Gis - Formação base | 2 |
| Quantum Gis - Formação avançada | 1 |
| Administração de Base de Dados MYSQL | 1 |
| Adobe Fotoshop - Avançado | 1 |
| Criação e Publicação de Conteúdos Para Web Com HTML5 | 1 |
| Auditoria Informática | 1 |
| ISO 9001 Lead Implementer s/ Certificação | 1 |
| JAVA | 1 |
| JAVA EE 6:Develop Web Applications with JSF | 1 |
| OPEN LDAP | 1 |
| Oracle Database 11G:Performance Tuning | 1 |
| Oracle Database 11G:SQL and PL/SQL New Feautures | 1 |
| Oracle Database 12C: Backup and Recovery | 1 |
| Red Hat System Administration I | 1 |
| Red Hat System Administration II | 1 |
| Ubuntu – Ambiente de Trabalho e Aplicações | 1 |
| **Outras** | 1 |
| Novas tecnologias e práticas culturais aplicadas à agricultura e silvicultura | 1 |
| Total Geral | 107 |

Formação de caráter pontual Extra Plano

Relativamente à Formação Extra-Plano foram executados, em 2016, 20 cursos, identificados no Quadro 3:

Quadro 3 – Formação Presencial 2016 extra plano

| Área temática/ Curso | n.º de ações |
|---|---|
| **Formação de Dirigentes** | 2 |
| Liderança e Gestão de Equipas | 1 |
| Atualização FORGEP Inovação Estratégiaca e Modelos de Criação de Valor | 1 |
| **Assuntos Europeus e Cooperação** | 1 |
| Workshop How to Use Simplified Cost Options for ESI Funds 2014-2020 | 1 |
| **Auditoria, Fiscalização e Controle** | 3 |
| Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO9001:2016) | 1 |
| Auditoria a Sistemas de Gestão | 1 |
| Lead Auditor da Qualidade | 1 |
| **Comunicação Organizacional e Pessoal** | 1 |
| Saber Gerir Equipas de Atendimento ao Público | 1 |
| **Contabilidade e Fiscalidade** | 1 |
| Gestão de Tesouraria e Fundo Maneio | 1 |
| **Contratação Pública** | 1 |
| Jornadas sobre o Projeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos | 1 |
| **Gestão de Pessoas** | 4 |
| IV Conferência Human | 2 |
| Recrutamento de Pessoas na Administração Pública | 1 |
| Orçamento de Estado para 2016-Impacto na Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública | 1 |
| **Liderança e Desenvolvimento Pessoal** | 1 |
| Palestra Motivacional (2ª edição) | 1 |
| **Tecnologias de Informação** | 5 |
| Oracle Database 12 C: Introduction to SQL Ed 1 | 1 |
| Oracle Database 12 C: SQL Tuning for Developers | 1 |
| Criação e Publicação de Conteúdos para Web com HTML 5 | 1 |
| Lead Implementer ISSO/IEC 27001:2013 + Exame | 1 |
| Microsoft VISIO | 1 |
| **Outras** | 1 |
| Inventário de Materiais Contendo Amianto nos Edificios Públicos | 1 |
| Total Geral | 20 |

### 1.3.2. Formação *e-learning*

No âmbito da formação *e-learning* o ano de 2016 foi, ao contrário do ano de 2015, um ano sem registo de contratempos e contrariedades da plataforma *Moodle*. O ano de 2016 ficou marcado pela utilização da nova versão do *software Articulate*, que permite o desenvolvimento de ações mais criativas e dinâmicas, proporcionando uma aprendizagem mais facilitada aos utilizadores.

Face à necessidade que já havia sido identificada de uniformizar procedimentos internos, através da divulgação de um documento onde fossem definidas regras para a produção de cursos, a seguir não só pela equipa responsável pelo desenho do modelo pedagógico, como pelos serviços responsáveis pela criação técnica do conteúdo, foi elaborado um guião que permitiu definir a forma de entrega de conteúdos, a interação com os mediadores locais, a calendarização das avaliações e *feedback* aos formandos, os requisitos mínimos de frequência/aproveitamento para cada curso, a forma de envio dos relatórios de avaliação e demais procedimentos inerentes à gestão de um curso *e-learning*.

### 1.3.3. Diretório de competências

Na sequência da Identificação do Diretório de Competências Específicas para cada uma das funções do IFAP consideradas críticas na ótica do R.907/2014 da Comissão, com o objetivo de garantir *uma formação adequada do pessoal em todos os níveis de funcionamento e a aplicação de uma política de rotação dos elementos do pessoal que ocupem posições sensíveis, ou, em alternativa, uma supervisão acrescida*, foram, no ano de 2016, delineadas duas ações de formação destinadas primeiramente aos colaboradores que integram as funções críticas, tendo-se decidido, posteriormente, a sua abertura a todos os colaboradores do IFAP. Estas ações designaram-se*Gestão de Pessoas nas Organizações* (módulo 1) e *Ética e Cultura Organizacionais* (módulo 2). As ações de formação do módulo 1, iniciadas em 2015, terminaram em julho de 2016, com 372 colaboradores formados neste módulo. O módulo 2 teve início em fevereiro de 2016 e continuará ao longo de 2017. No final de 2016 estavam formados cerca de 200 colaboradores neste módulo.

Foi, igualmente, iniciada a análise dos formulários dos colaboradores que manifestaram interesse em integrar a política de rotação do IFAP. Em função dessa avaliação, será delineado o plano de desenvolvimento individual de cada colaborador com vista à formação nas competências técnicas necessárias ao exercício das novas funções a desempenhar. O modelo de rotação de pessoal será aplicado de modo equilibrado, evitando situações de alteração forçada no número de pessoas a integrar nos diversos departamentos. Pretende-se que o projeto seja, acima de tudo, uma oportunidade de desenvolvimento de novas competências e de valorização profissional dos colaboradores.

Foram feitas e submetidas propostas visando assegurar a valorização profissional dos colaboradores que adquiram graus de formação académica através da modalidade de mobilidade intercarreiras/categorias.

## 1.4. Clima Organizacional

No ano de 2016 foi dada continuidade às iniciativas destinadas à melhoria do clima organizacional e do índice de satisfação global dos colaboradores.

Neste âmbito, foram constituídos 4 grupos de trabalho para pensar diversas áreas temáticas, com o objetivo de apresentarem propostas que contribuíssem para melhorar o clima organizacional. Os grupos apresentaram 13 propostas em quatro vertentes distintas: Identidade Organizacional e Sentido de Pertença, Informação e Comunicação, Bem estar e Condições de Trabalho, e Responsabilidade Social e Ambiental. Das propostas apresentadas, 10 foram aprovadas para implementação.

No âmbito da parentalidade e de jornada contínua, o IFAP promoveu, ainda, de forma ativa e organizada, a possibilidade dos seus colaboradores optarem por horários de trabalho que permitam uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar, através da prática de horários flexíveis.

Foi iniciada uma experiência piloto de teletrabalho, tendo sido celebrados, no primeiro semestre de 2016, 2 contratos de trabalho nessa modalidade, a vigorar até 2019.

Houve também a preocupação contínua de garantir as melhores condições de trabalho a todos os colaboradores, além do bom estado de conservação dos edifícios onde o IFAP é proprietário ou inquilino. Para o efeito, foi garantida a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, não só no que respeita à sua estrutura, mas também aos equipamentos que os constituem, designadamente elevadores, sistema AVAC, sistema de deteção e extinção de incêndios, iluminação, entre outros. Criou-se, ainda, nos dois edifícios, um espaço dedicado a todos os colaboradores promovendo os momentos de lazer e de confraternização.

Em 2016 concluiu-se também a transferência do arquivo do edifício da Rua Fernando Curado Ribeiro para o arquivo central, o que possibilitou ao IFAP aumentar em 50% o número de lugares disponíveis para estacionamento das viaturas dos seus colaboradores.

## 2. Recursos financeiros

O orçamento de 2016 do IFAP e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEP, FEAMP e outras ajudas comunitárias, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas do MAFDR, enquadráveis no Programa de Investimentos.

O Quadro 4 resume, por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado.

Quadro 4 – Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental em 2015 e 2016

Unidade: Euros

| Receitas cobradas, Despesas pagas e Saldos apurados | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Divisões Orçamentais | Receita Cobrada Líquida | | Despesa Paga | | Saldos | |
| | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(1)-(3) | (6)=(2)-(4) |
| Funcionamento | 63 841 083 | 68 612 280 | 31 020 721 | 35 963 831 | 32 820 362 | 32 648 449 |
| Outras Ajudas | 218 010 620 | 250 497 046 | 134 890 450 | 161 652 029 | 83 120 170 | 88 845 017 |
| FEAGA | 36 208 881 | 25 866 488 | 23 047 448 | 21 738 073 | 13 161 433 | 4 128 415 |
| Investimento | 466 030 623 | 683 309 330 | 400 864 241 | 608 536 334 | 65 166 382 | 74 772 996 |
| Total | 784 091 207 | 1 028 285 144 | 589 822 860 | 827 890 267 | 194 268 347 | 200 394 877 |

| Divisões Extra Orçamentais | Cobranças Líquidas | | Pagamentos Realizados | | Saldos | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(1)-(3) | (6)=(2)-(4) |
| Outras Ajudas | 53 076 653 | 14 735 631 | 53 076 653 | 14 735 631 | 0 | 0 |
| FEAGA | 605 862 972 | 917 527 207 | 605 862 972 | 917 527 207 | 0 | 0 |
| Investimento | 363 443 584 | 16 714 172 | 363 443 584 | 16 714 172 | 0 | 0 |
| Total | 1 022 383 209 | 948 977 010 | 1 022 383 209 | 948 977 010 | 0 | 0 |

### Da Receita

Em 2016, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 470.9 milhões de euros (Quadro 5). Tal facto decorreu das autorizações obtidas para transitarem saldos de anteriores gerências, bem como de transferências de verbas para o orçamento do IFAP provenientes do Ministério das Finanças e de outros Organismos.

De acordo com a distribuição constante no Quadro 5, da receita cobrada líquida de 1028.3 milhões de euros, é de salientar que 66.5% tiveram como origem transferências

nacionais e comunitárias (incluindo saldos transitados do ano anterior) inscritas no Orçamento de Investimentos.

Quadro 5 - Receitas previstas e receitas cobradas

Unidade: Euros

| Receitas previstas e Receitas cobradas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Divisões Orçamentais | Previsão Inicial | Receita Cobrada | Desvio | Créditos Especiais | |
| | | | | Saldos Integrados | Transf. e RNAP |
| | (1) | (2) | (3)=(2)-(1) | (4) | (5) |
| Funcionamento | 38 672 967 | 68 612 280 | 29 939 313 | 32 806 386 | 0 |
| Outras Ajudas | 107 955 896 | 250 497 046 | 142 541 150 | 82 120 409 | 114 140 711 |
| FEAGA | 25 742 375 | 25 866 488 | 124 113 | 4 099 488 | 0 |
| Investimento | 385 047 228 | 683 309 330 | 298 262 102 | 65 086 160 | 200 656 818 |
| Total | 557 418 466 | 1 028 285 144 | 470 866 678 | 184 112 443 | 314 797 529 |

| Divisões Orçamentais | Previsão Inicial | Receita Cobrada | Desvio | Créditos Especiais | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Saldos Integrados | Transf. e RNAP |
| | (1) | (2) | (3)=(2)-(1) | (4) | (5) |
| Outras Ajudas | 1 317 010 830 | 14 735 631 | -1 302 275 199 | 0 | 0 |
| FEAGA | 777 234 075 | 917 527 207 | 140 293 132 | 0 | 0 |
| Investimento | 18 725 996 | 16 714 172 | -2 011 824 | 0 | 0 |
| Total | 2 112 970 901 | 948 977 010 | -1 163 993 891 | 0 | 0 |

Da receita cobrada líquida, salienta-se o valor de 314.8 milhões de euros de Créditos Especiais:

- O montante de 100.8 milhões de euros que diz respeito a uma transferência, proveniente da dotação provisional do Ministério das Finanças, para pagamento de correções financeiras, autorizada pela Secretaria de Estado do Orçamento.
- O montante de 193.5 milhões de euros de verbas comunitárias recebidas pelo IFAP provenientes da Comissão Europeia – FEADER, para pagamento de ajudas no âmbito do PDR 2020.
- O montante de 10.5 milhões de euros provenientes do ICNF/Fundo Florestal Permanente, para pagamento de ajudas no âmbito do PDR 2020.
- O montante de 10 milhões de euros provenientes do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos, para pagamento de ajudas no âmbito do PDR 2020.

**Da Despesa**

A estrutura dos valores da despesa do Orçamento Inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas. Assim, e de acordo com o Quadro 6:

- A dotação destinada ao financiamento das despesas de funcionamento do IFAP, que representou 6.9% do orçamento inicial, compreende as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços inerentes à atividade de suporte à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do Crédito PAR e os investimentos a realizar em edifícios e equipamentos informáticos;
- A divisão de Outras Ajudas, que representou 19.4% do montante global do orçamento, considera o financiamento de projetos de investimento nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, cofinanciados pelos fundos FEADER, FEP e FEAMP, a componente nacional de subsídios atribuídos no âmbito do FEAGA e os subsídios financiados por verbas exclusivamente nacionais;
- A divisão do FEAGA, que considera os subsídios ao rendimento e à exploração co-financiados por esse fundo comunitário (e também por verbas nacionais), representou 4.6% do orçamento inicial (os subsídios financiados por verbas exclusivamente comunitárias são relevados em contas extra orçamentais);
- A divisão de Investimentos, com 69.1% do total das dotações da despesa, considera os apoios financeiros à concretização de projetos de investimento no Continente de programas co-financiados pelos fundos FEADER e FEP e de programas financiados exclusivamente por fundos nacionais;

Quadro 6 - Despesa orçamentada e despesa realizada

Unidade: Euros

| Despesa Orçamentada e Despesa Realizada | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Divisões Orçamentais | Orçamento Inicial | | Execução Orçamental | | Desvio | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(3)-(1) | (6)=(5)/(1) |
| Funcionamento | 38 672 967 | 6.9% | 35 963 831 | 4.3% | -2 709 136 | -7.0% |
| Outras Ajudas | 107 955 896 | 19.4% | 161 652 029 | 19.5% | 53 696 133 | 49.7% |
| FEAGA | 25 742 375 | 4.6% | 21 738 073 | 2.6% | -4 004 302 | -15.6% |
| Investimento | 385 047 228 | 69.1% | 608 536 334 | 73.5% | 223 489 106 | 58.0% |
| Total | 557 418 466 | 100.0% | 827 890 267 | 100.0% | 270 471 801 | 48.5% |

| Divisões Extra Orçamentais | Orçamento Inicial | | Execução Orçamental | | Desvio | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | Valor | % | Valor |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(3)-(1) | (6)=(5)/(1) |
| Outras Ajudas | 1 317 010 830 | 236.3% | 14 735 631 | 1.8% | -1 302 275 199 | -98.9% |
| FEAGA | 777 234 075 | 139.4% | 917 527 207 | 110.8% | 140 293 132 | 18.1% |
| Investimento | 18 725 996 | 3.4% | 16 714 172 | 2.0% | -2 011 824 | -10.7% |
| Total | 2 112 970 901 | 379.1% | 948 977 010 | 114.6% | -1 163 993 891 | -55.1% |

No que se refere à execução orçamental da despesa de 2016, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do Investimento, designadamente referentes à execução dos programas PDR 2020 e Mar 2020 no Continente, que ascenderam a 608.5 milhões de euros representando 73.5% do total da despesa realizada.

Nas outras componentes de despesa executada realça-se:

- As despesas de funcionamento do Instituto, no montante de cerca de 36 milhões de euros, representando 4.3% do total das despesas do Instituto;
- As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER, do FEP e do FEAMP nas Regiões Autónomas, representando 19.5% do total;
- O montante dos subsídios concedidos no apoio ao rendimento das famílias e de ajudas diretas a empresas e associações no âmbito do FEAGA, representando 2.6% do total;
- Os pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do Investimento incluem não só a execução dos programas PDR 2020 e do Mar 2020 no Continente, mas também a do SIPAC e de Bonificações de Linhas de Crédito correspondentes a 73.5% do total;

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Operações Extra Orçamentais, que ascenderam a cerca de 949 milhões de euros, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA.

## 3. Recursos materiais

Em 2016 foi efetuada a venda de uma fração de imóvel propriedade do IFAP nas Caldas da Rainha, por 72 mil euros, o que se traduz numa redução do valor dos recursos materiais do IFAP em termos de património imobiliário, apesar de pouco significativa face ao valor da venda.

### 3.1. Recursos imobiliários

O valor patrimonial dos imóveis referenciados em 31 de dezembro de 2016, conforme evidencia o Quadro 7, ascende a aproximadamente 5.7 milhões de euros, incluindo a componente de terreno e construção:

Quadro 7 - Tipos de imóveis

unid:euros

| Tipo | Quantidade | Valor |
|---|---|---|
| Armazém/Terreno | 2 | 830 320 |
| Escritórios (c/Registo SIIE) | 37 | 4 869 590 |
| TOTAL | 39 | 5 699 910 |

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (p.e: depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, como resultado da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas exercidas naquelas Direções.

Atualmente, todos os imóveis do IFAP que se encontram devolutos têm o respetivo certificado energético, sendo elegíveis para venda em hasta pública através da Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).

Foram, igualmente, desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da DGTF, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Refira-se que os imóveis do IFAP que estiveram em hasta pública durante o ano de 2016 não foram objeto de qualquer licitação, à exceção da fração das Caldas da Rainha que, conforme anteriormente referido, foi vendida.

Conforme referido no ponto 1.4, foi assegurado o processo de deslocação de arquivo existente nas instalações operacionais do Instituto para o arquivo central, com particular ênfase para as instalações da Rua Fernando Curado Ribeiro, onde se concluiu o processo de transferência do arquivo, sendo utilizado o espaço desocupado para estacionamento de viaturas dos colaboradores do IFAP.

Durante o ano de 2016, foram efetuadas diversas intervenções quer nos edifícios, quer nos equipamentos do IFAP, de modo a que os mesmos passassem a estar em conformidade com o exigível.

## 3.2. Equipamento de transporte

No final de 2016, os equipamentos de transporte do IFAP eram constituídos por um parque automóvel de 81 viaturas (em regime de propriedade e aluguer operacional), onde se incluem 23 viaturas em regime de aluguer operacional. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP é nulo, dada a antiguidade das mesmas (e nos termos do CIVE).

Os veículos satisfazem maioritariamente necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange ainda, entre outras, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao Investimento.

Do total de 81 viaturas, existe um conjunto de 40 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

A gestão centralizada do Parque de Veículos do Estado (PVE) tem como princípios orientadores não só o controlo da despesa e a simplificação e automatização dos processos, bem como a preferência por uma frota mais ecológica e eficiente em termos energéticos (Grandes Opções do Plano para 2014, Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro). Desta forma, a frota automóvel (incluindo a frota cedida) foi alvo de uma análise com o objetivo do seu ajustamento às necessidades dos serviços.

Neste sentido aguardava-se, no final de 2016, a publicação da Portaria de Extensão de Encargos (PEE) para que fosse encetado, junto da ESPAP, o processo de aquisição, em regime de aluguer operacional de veículos (AOV), de 6 novas viaturas Todo Terreno, com a contrapartida de abate de 12 viaturas da frota atual.

### 3.3. Bens e serviços

Foi garantido, durante o ano de 2016, o planeamento atempado de necessidades e a prossecução dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, por forma a suportar a atividade do IFAP. Tendo em consideração as necessidades de aquisição de bens e serviços manifestadas face ao planeamento efetuado, o envolvimento de Departamentos, os júris de procedimentos e entidades com competência para autorização da despesa, os cronogramas definidos inicialmente foram em grande medida cumpridos, assegurando em tempo útil a aquisição de bens e serviços, sendo o principal fator crítico, a morosidade na obtenção de autorizações prévias e externas ao IFAP. O plano de aquisições foi objeto de monitorização e acompanhamento constante, por forma a detetar e corrigir eventuais desvios ao cronograma traçado.

Sempre que possível, existiu uma lógica de racionalização de procedimentos, reduzindo a vertente administrativa associada aos processos de aquisição, bem como a tentativa de obter poupanças resultantes da aglutinação de bens e serviços.

Na área de gestão do economato, a gestão eficiente de *stocks* foi primordial para que não se registassem quebras no fornecimento dos consumíveis necessários às atividades diárias de todos os serviços, sendo uma preocupação crescente que o material em *stock* necessite de um menor espaço de armazenagem.

Quanto ao parque de telemóveis, garantiram-se os procedimentos de controlo fundamentais, nomeadamente na faturação. Foi realizado um ajustamento do número de equipamentos considerando as necessidades atuais dos serviços. Quanto ao imobilizado, foi realizado o seu levantamento, por forma a atualizar as existências e abater o imobilizado obsoleto.

No âmbito do Módulo de Gestão de Aprovisionamento (ferramenta fiável de controlo da tramitação do processo de aquisição), que entrou em produção no início do ano de 2014, foi implementada, durante o ano de 2016, a ligação ao sistema financeiro nas vertentes do cabimento e do compromisso, tendo sido efetuada a análise de requisitos funcionais para as fases do contrato e da execução.

# IV Atividades desenvolvidas

## 1. Enquadramento

### 1.1. IFAP - Organismo pagador do FEAGA e FEADER

*Acreditação do organismo pagador*

A Comissão Europeia (CE), com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo para o efeito um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. O Decreto-Lei n.º 323/2007, de 28 de setembro, estabeleceu as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do organismo pagador das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designou o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribuiu à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame, a autoridade competente decidirá da acreditação do organismo pagador.

De acordo com o estabelecido no R.1306/2013, os Estados Membros poderão manter os organismos pagadores que foram acreditados antes de 20 de dezembro de 2013, nos termos do art. 1º do R.908/2014 e do Decreto-Lei 195/2012.

O IFAP é, assim, conforme referido anteriormente, o organismo pagador do FEAGA e do FEADER.

*Certificação de contas do FEAGA e FEADER*

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza o exame do organismo pagador, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela Comissão Europeia, e elabora um relatório sobre as suas verificações

que abrangem uma análise: (i) dos critérios de acreditação; (ii) dos procedimentos aplicados pelo organismo pagador; (iii) das contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes; (iv) dos mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER; (v) dos adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma declaração de fiabilidade assinada pelo responsável máximo do organismo pagador acreditado, são os documentos com base nos quais a Comissão Europeia, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

Em relação ao exercício financeiro de 2016 (16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2016), a Comissão Europeia concluiu pela integralidade, exatidão e veracidade das contas do IFAP relativas ao FEAGA e FEADER, pelo que propôs o respetivo apuramento na primeira Decisão respeitante ao exercício financeiro de 2016, em maio de 2017.

*Encerramento dos programas FEADER 2007-2013*

Em conformidade com a regulamentação comunitária, no respeitante ao último ano de execução dos programas FEADER 2007-2013, as contas anuais devem ser apresentadas à Comissão, o mais tardar, até seis meses após a data final de elegibilidade, e abranger as despesas efetuadas pelo organismo pagador até à última data de elegibilidade das despesas (31/12/2015).

Neste âmbito, a IGF realizou, no primeiro semestre de 2016, a auditoria para o encerramento dos Programas de Desenvolvimento Rural 2007-2013, com o objetivo de proceder à emissão do seu parecer sobre as referidas contas anuais, tendo as mesmas sido aprovadas pela DG AGRI para os três

programas de Desenvolvimento Rural (Continente e Regiões Autónomas) no final do ano de 2016.

## 1.2. IFAP - Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP

No que se refere ao FEP, o Decreto-Lei n.º 80/2008, define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), aprovado pelo R.1198/2006, cujas normas de execução constam do R.498/2007.

O mesmo Decreto-Lei atribui as funções de Autoridade de Auditoria à IGF, em conformidade com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 58.º e no art.º 61.º do R.1198/2006, garantindo a verificação do bom funcionamento do sistema de gestão e controlo.

Compete ao IFAP desempenhar as funções de Autoridade de Certificação, em conformidade com o disposto no R.1198/2006. O IFAP deve, assim, certificar-se que as declarações de despesas remetidas para a Comissão Europeia são exatas, resultando de sistemas de contabilidade.

O IFAP atua ainda, no âmbito do FEP, na qualidade de Organismo Intermédio e de Estrutura Segregada de Auditoria.

Pelo Decreto Lei nº 137/2014, o IFAP passou também a ser Autoridade de Certificação para o FEAMP e pelo Despacho nº 2650-B/2016, organismo intermédio no âmbito do Programa Operacional Mar 2020.

## 2. Intervenções no domínio do financiamento

No ano de 2016 prosseguiu-se o trabalho de implementação da nova PAC, com a continuação da criação e desenvolvimento de funcionalidades informáticas e de instrumentos de gestão e controlo que assegurassem a operacionalização dos apoios e a articulação entre instituições.

Todo o trabalho desenvolvido veio a culminar na posição de Portugal relativamente aos restantes Estados Membros, no final do ano de 2016. Segundo dados da DG AGRI referentes à execução financeira de 2016, Portugal atingiu os lugares de topo, ocupando a primeira posição no que respeita aos pagamentos efetuados no âmbito do FEAGA e a quinta posição relativamente aos pagamentos FEADER.

Neste âmbito, destaca-se o reforço da automatização dos controlos administrativos das candidaturas FEAGA e dos pedidos de pagamento FEADER, melhorando o sistema de validações prévias, quantitativa e qualitativamente.

Por outro lado, no âmbito dos controlos no local, assegurou-se a sua racionalização e execução atempada, permitindo realizar os pagamentos das ajudas nos prazos estabelecidos, com a regularidade adequada e, sempre que possível, procedendo à antecipação dos pagamentos e assegurando a disponibilidade financeira aos beneficiários.

Salientam-se, ainda, os mecanismos de atualização contínua entretanto implementados no iSIP, que têm assegurado, desde então, o seu bom funcionamento, permitindo a sua disponibilização ao público, através da implementação do projeto *Parcelário acessível a todos*.

No âmbito da auditoria anual de certificação de contas, salienta-se o apuramento financeiro das contas do IFAP, desde o exercício financeiro de 2011, por parte da DG AGRI, logo na sua primeira decisão de apuramento de contas. No que respeita ao encerramento dos programas FEADER 2007-2013, o IFAP integrou, igualmente, o conjunto de organismos pagadores abrangidos pela primeira decisão da DG AGRI nesta matéria.

Em 2016, o período de candidaturas do Pedido Único (PU) decorreu entre 15 de fevereiro e 16 de maio, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo para submissão sem penalização, até 15 de junho, com o objetivo de viabilizar o acolhimento de um maior número de candidaturas, proporcionando o tempo necessário ao esclarecimento e resolução das questões e dúvidas e, assim, otimizar a utilização dos apoios agrícolas disponíveis.

Para além desta data, foi possível a apresentação tardia do pedido de ajuda durante mais 25 dias (até 11 de julho) com penalização regulamentar de 1% por cada dia útil, acrescida, no caso do pedido de atribuição de direitos à reserva, ao pagamento RPB, de 3% por cada dia útil.

O prazo para submissão da Comunicação das Transferências acompanhou o prazo de candidaturas do PU 2016.

O PU abrangeu os regimes de apoio aos pagamentos diretos a seguir enunciados:

- Regime de pagamento base
- Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente (*Greening*)
- Pagamento para os jovens agricultores
- Regime de pequena agricultura
- Pagamento específico ao algodão
- Apoios associados voluntários (Prémio por ovelha e por cabra, Prémio por vaca em aleitamento, Prémio por vaca leiteira, Pagamento específico para o tomate e Pagamento específico ao arroz)

Abrangeu, igualmente, as medidas de apoio ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020):

- Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas
- Conversão e manutenção em agricultura biológica
- Produção integrada
- Pagamento rede natura
- Conservação do solo
- Uso eficiente da água na agricultura
- Culturas permanentes tradicionais
- Pastoreio extensivo
- Recursos genéticos
- Mosaico agroflorestal
- Silvoambientais
- Apoio agroambiental à apicultura

Também foram integrados no PU 2016 os pagamentos dos prémios relativos à Florestação de terras agrícolas no âmbito do PRODER, do RURIS, e dos R. 2080/92 e R. 2328/91

Relativamente às ajudas da RAM, o PU incluiu as medidas de apoio do PRODERAM 2020, a declaração de áreas da Medida 1 e as declarações de intenção de beneficiar das ajudas das fileiras da carne, da banana e da produção de vinho.

Na globalidade, em 2016 foram apresentadas e submetidas 180 284 candidaturas do PU, das quais 169 323 no Continente e 10 961 na Região Autónoma da Madeira, registando-se um acréscimo de 150 pedidos de ajuda relativamente ao ano anterior. Verificou-se, ainda, a tendência de crescimento no número de Pedidos Únicos desmaterializados, cerca de 35% dos pedidos apresentados, num total de 62 736, salientando-se os submetidos pelo próprio beneficiário, através da área reservada do Portal do IFAP, que ascendeu a 2 487, valor que representa um crescimento de 34% face a 2015.

O IFAP manteve em 2016, no seu Portal, um calendário mensal de pagamentos, associado quer aos apoios ao Investimento, quer às ajudas incluídas no PU.

No que respeita aos apoios ao Investimento, a atividade desenvolvida decorreu dentro do previsto, com a necessária flexibilidade de ajustamento às inúmeras prioridades e solicitações que foram surgindo ao longo do ano, procurando-se assegurar, sistematicamente, o exercício eficiente e eficaz das competências relativas a estes apoios.

Neste contexto, o ano de 2016 foi um ano fortemente marcado por dois processos críticos, relacionados com a continuidade da implementação/operacionalização do período de programação 2014-2020 e com as tarefas associadas ao encerramento financeiro do período de programação 2007-2013, no contexto dos processos de auditoria de encerramento.

Com este referencial, foram realizadas tarefas transitadas de 2015, quanto a operações da abordagem LEADER, sem cumprimento de licenciamento e outros incumprimentos, estabilização dos quadros financeiros relativos a adiantamentos concedidos, controlo de reanálises de pedidos de pagamento pendentes no sistema de informação e criação de processos de recuperação de verbas nas medidas não transitadas dos Programas de Desenvolvimento Rural.

Foi realizado, adicionalmente, um esforço no sentido de materializar no sistema de informaçao o estado atualizado das operações, em particular procedendo a anulações de operações sem execução, registo de encerramentos, eliminação de

pagamentos sem processos físicos, tendo sido realizada, em simultâneo, uma monitorização aos prazos para a avaliação do cumprimento do plano empresarial dos jovens agricultores.

Ao nível das aplicações informáticas, o ano de 2016 foi particularmente exigente, dada a necessidade de assegurar a receção dos dados de novas candidaturas dos programas PDR 2020 e Mar 2020 e, muito em especial, do universo das medidas que foram objeto de operacionalização, em termos das candidaturas, pelas autoridades de gestão durante esse período.

Em linha com a reengenharia do sistema de informação iniciada em 2014, foi assegurada a elaboração e atualização de documentos de requisitos técnicos aplicacionais, em especial os relativos à implementação da cadeia de apuramento e à atualização dos requisitos do módulo aplicacional de contolo administrativo aos pedidos de pagamento, que permitiu integrar, entre outras, a possibilidade de validação do controlo administrativo nas situações em que o pedido de pagamento submetido está incorreto ou carece de elementos adicionais necessários à validação da elegibilidade da despesa.

Foram, igualmente, definidos os principais requisitos relativos ao módulo aplicacional para alterações dos dados das candidaturas decorrentes de reanálises efetuadas pelas autoridades de gestão, que irão permitir a receção de novos dados no sistema de informação, mantendo a integridade da informação associada às operações, designadamente, quando existem registos de pedidos de pagamento (intercalares, únicos ou últimos) já pagos.

Na contratação dos apoios ao Investimento, a solução implementada, totalmente inovadora e desmaterializada, deu uma enorme celeridade e simplificação ao processo, permitindo durante o ano de 2016, proceder à emissão automática de 8 032 Termos de Aceitação (apenas medidas geridas pelo Investimento) sendo 96% referentes ao PDR 2020, 3% ao PRORURAL+ e 1% ao Mar 2020.

Do total de Termos de Aceitação emitidos em 2016, 7 806 (97%) foram assinados *online* pelos beneficiários, através da submissão de um formulário eletrónico e disponibilizado na área reservada do beneficiário, no Portal do IFAP.

Esta alteração configura uma simplificação e desburocratização de procedimentos, conforme determinado no Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio, e consiste numa aplicação prática do princípio da desmaterialização, consagrado em regulamentos comunitários, que o IFAP tem vindo a seguir como orientador nas tarefas que lhe são cometidas.

A desmaterialização completa do processo de emissão e assinatura do Termo de Aceitação permitiu ao IFAP responder adequadamente às necessidades decorrentes da operacionalização massiva das medidas em todos os programas durante 2016, assegurando, desta forma, a continuidade do processo de contratação.

Também ao nível do pedido de pagamento dos apoios foi efetuada uma mudança muito significativa com vista à total desmaterialização do processo, quer da parte do beneficiário, deixando de existir qualquer processo/*dossier* físico, efetuando-se o *upload* de documentos sobre o sistema de informação, quer da parte da validação do controlo administrativo, integrando-se num único formulário todas as tarefas em que se decompõe.

No âmbito da assistência técnica, foi efetuada a análise dos pedidos de pagamento de operações aprovadas, procedendo-se ao respetivo controlo administrativo e à verificação do cumprimento das regras de contratação pública. No caso dos programas do período 2007/2013 foram, ainda, efetuadas reanálises na sequência de pedidos de alteração registados no sistema informático do IFAP.

Deu-se continuidade à monitorização dos protocolos estabelecidos com as instituições de crédito (IC), através da disponibilização de informação sobre operações devidamente identificadas pelas IC, desde que confirmada a prévia autorização concedida pelos respetivos beneficiários.

O IFAP participou, igualmente, na elaboração do formulário relativo ao Pedido de Ajuda Alimentação Animal – Incêndios rurais, por solicitação do Ministério da Administração Interna. Operacionalizou a recolha dos formulários dos pedidos de apoio destinados a suportar parte das despesas elegíveis incorridas pelos agricultores, cujos pastos usados na alimentação dos seus animais foram destruídos pelos incêndios que devastaram as zonas de montanha das regiões centro e norte do país, na primeira quinzena do mês de agosto de 2016. O apoio, a conceder pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi apurado com base no número de animais elegíveis das espécies bovina, ovina, caprina e equídea, detido a 1 de agosto de 2016 e comunicado às autoridades competentes no processamento do pagamento.

À semelhança dos anos anteriores, no âmbito do R. 1408/2013, o IFAP continuou a proceder ao registo e controlo dos apoios de *minimis*, tanto de medidas aprovadas pelo IFAP, como de medidas aprovadas e comunicadas por entidades externas. O total de registos efetuados foi de 9 028, correspondentes a um montante de 10.9 milhões de euros.

Os pagamentos efetuados pelo IFAP, no ano de 2016, totalizaram 1610.1 milhões de euros (Quadro 8). Relativamente a 2015 verificou-se um crescimento, quer ao nível do setor agrícola quer ao nível do setor das pescas, de 9% e 7%, respetivamente.

Quadro 8 – Total de pagamentos efetuados nos anos de 2015 e 2016

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Agricultura | 1 430 945 | 1 553 307 |
| Pescas | 53 115 | 56 813 |
| **Total** | **1 484 060** | **1 610 120** |

## 2.1. Ajudas ao setor da agricultura

O total de pagamentos ao setor agrícola, no ano de 2016, foi de 1553.3 milhões de euros. As ajudas diretas e intervenções nos mercados totalizaram 818.3 milhões de euros, representando 53% do total do setor agrícola e os apoios ao desenvolvimento rural, com 604.3 milhões de euros, representaram 39%.

Ao abrigo do programa POSEI foram efetuados pagamentos no montante de 115.6 milhões de euros e os seguros representaram 9.4 milhões de euros.

No Quadro 9 apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola.

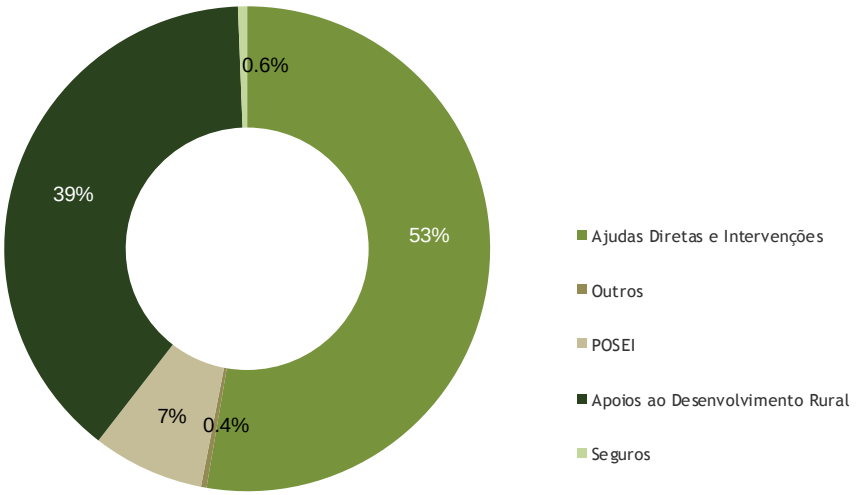
Quadro 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados | 509 653 | 818 275 |
| Apoios ao Desenvolvimento Rural | 777 508 | 604 312 |
| POSEI | 112 420 | 115 556 |
| Medidas Veterinárias | 850 | 650 |
| Seguros | 27 440 | 9 442 |
| Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional | 1 300 | 791 |
| Outras | 6 116 | 6 261 |
| Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*) | -4 341 | -1 980 |
| **Total** | **1 430 945** | **1 553 307** |

(*) Inclui despesas de encerramento do QCAIII e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Gráfico 5 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%)




### 2.1.1. Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

Conforme anteriormente referido, no ano de 2016 foram pagos 818.3 milhões de euros de ajudas diretas e intervenções nos mercados. Face ao ano anterior, houve assim um acréscimo de 60% nos pagamentos efetuados. Tal situação deveu-se ao facto dos pagamentos da campanha 2015 terem ocorrido mais tarde do que o habitual, parte deles já durante o ano de 2016, devido à transição para o novo programa e à implementação de novos regimes de ajuda, provocando um incremento dos montantes pagos em 2016. Os pagamentos de ajudas diretas totalizaram 732.8 milhões de euros, representando 90% do montante total (Quadro 10).

Quadro 10 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das ajudas diretas e intervenções nos mercados

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Ajudas diretas** | | |
| Regime de Pagamento Base | 234 465 | 262 892 |
| Pagamentos Jovens Agricultores | 132 | 2 564 |
| *Greening* | | 310 877 |
| Regime de Pequena Agricultura | 32 930 | 33 599 |
| Pagamentos Específico por Superfície ao Arroz | 5 434 | 5 692 |
| Pagamentos Específico por Superfície ao Tomate | 2 908 | 2 702 |
| Prémio por Vaca Leiteira e em Aleitamento | 70 566 | 78 896 |
| Prémio por Ovelha e Cabra | 28 402 | 35 717 |
| Regime de Pagamento Único | 27 068 | |
| Apoio Específico (artº 68º) | 25 523 | |
| Outras Ajudas Diretas | -20 | -142 |
| **Total Ajudas Diretas** | **427 409** | **732 797** |
| **Intervenções nos Mercados** | | |
| Setor Vitivinícola | 56 878 | 66 486 |
| Frutas e Produtos Hortícolas | 15 444 | 13 408 |
| Leite e Produtos Lácteos | 5 643 | 1 744 |
| Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura | 2 655 | 2 231 |
| Promoção de Produtos Agrícolas | 1 572 | 1 610 |
| Outras Intervenções | 54 | |
| **Total Intervenções nos Mercados** | **82 245** | **85 480** |
| Juros sobre dívidas | -2 | -2 |
| **Total** | **509 653** | **818 275** |

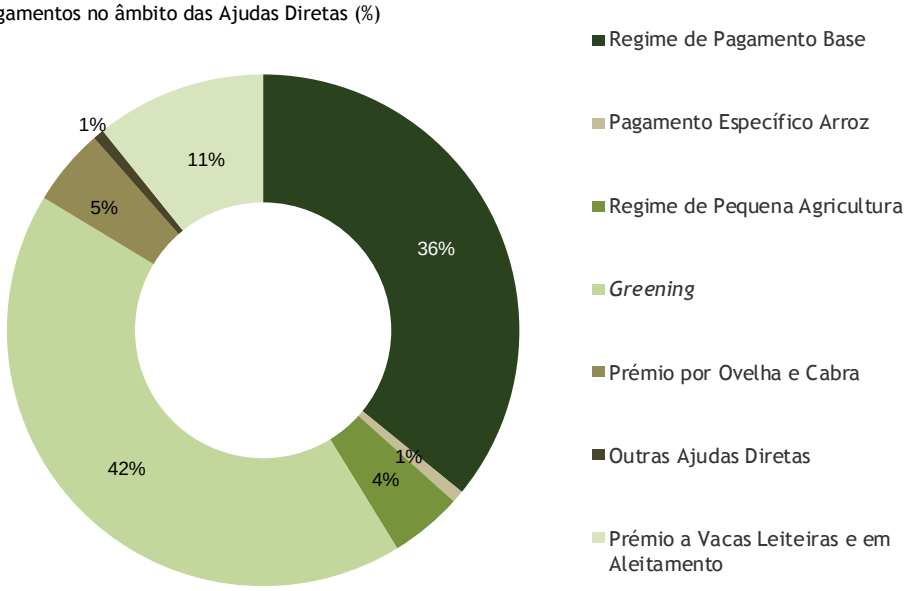
#### 2.1.1.1. Ajudas diretas

Os pagamentos de ajudas diretas tiveram, relativamente ao ano de 2015, um acréscimo de 71%.

Assim, no ano de 2016, o montante pago mais elevado foi efetuado ao abrigo do *Greening* que representou 42,4% do total dos pagamentos de ajudas diretas. Ao Regime de pagamento base coube 35,9% do valor das ajudas diretas seguindo-se os Prémios às vacas em aleitamento e leiteiras que, em conjunto, representaram 10.8%.

O prémio por ovelha e por cabra e o Regime de pequena agricultura representaram cerca de 5% do total dos montantes pagos de ajudas diretas (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%)




No último trimestre de 2016 foi atualizada a aplicação que permitiu o processamento, em 15 de outubro de 2016, do reembolso da Disciplina Financeira referente à campanha de 2014, no montante de 6.4 milhões de euros.

O montante disponível para reembolso, de cerca de 6.5 milhões de euros, foi fixado através do R.  2094/2015 que define ainda, as regras de reembolso das dotações não utilizadas.

Assim, foi efetuado o reembolso da Disciplina Financeira a todos os beneficiários (38 495) de Pagamentos Diretos, incluindo o POSEI, sujeitos à taxa de ajustamento (Disciplina Financeira) no exercício para o qual a dotação não utilizada transitou.

Nos Pagamentos diretos foram introduzidas as devidas adaptações em relação ao primeiro ano de aplicação da reforma da PAC, nomeadamente, a atualização das opções de candidatura à reserva nacional, a apresentação dos direitos ao pagamento, a apresentação da documentação relativa à formação para cumprimento do requisito de acesso à reserva nacional e ao pagamento aos jovens agricultores.

Foram, igualmente, definidos e testados os requisitos para a verificação da isenção e da obrigação das práticas do pagamento *Greening* e, em caso de obrigação de cumprimento das práticas agrícolas obrigatórias, os agricultores foram alertados quanto à sua situação de cumprimento, ou

não, das obrigações da diversificação de culturas e da área mínima para o cumprimento das superfícies de interesse ecológico.

**Regime de Pagamento Base (RPB)**

Em 2015 foi instituído o Regime de pagamento base ao abrigo do qual foram atribuídos novos direitos, de acordo com o estipulado no R.1307/2013.

O ano de 2016 correspondeu ao primeiro ano dos pagamentos diretos estabelecidos no regulamento referido, tendo sido, por essa razão, implementado um novo cálculo de direitos ao pagamento.

O número e valor dos direitos definitivos foram comunicados aos respetivos agricultores durante o mês de março, tendo sido cumprido o prazo estabelecido na legislação comunitária (comunicação até 1 de abril de 2016). Para o efeito, foram enviados 154 569 ofícios de comunicação de direitos definitivos de RPB.

Foi efetuado o pagamento de um adiantamento de 70% referente à campanha 2016, em outubro do mesmo ano, que envolveu mais de 79 mil beneficiários que, no total, receberam 173.8 milhões de euros.

No pagamento da 1ª prestação (95%) que ocorreu em dezembro de 2016, foram incluídos os beneficiários com direitos atribuídos por via da reserva nacional. O cálculo da reserva nacional foi adaptado em relação a 2015, uma vez que as condições de acesso foram modificadas. Da reserva nacional foram atribuídos cerca de 1700 direitos a cerca de 550 beneficiários no montante total de 1.7 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes às cadeias de pagamento desta ajuda. Estes procedimentos englobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação de penalizações e sanções. Nos pagamentos da campanha 2016 foi aplicado o novo regime sancionatório estabelecido no R. 1393/2016.

Foram pagos, durante o ano civil de 2016, um total de 262.9 milhões de euros de RPB, dos quais 243.3 referentes à campanha 2016. Receberam pagamento cerca de 82 300 beneficiários pela utilização de 2 579 mil direitos.

O pagamento do saldo da campanha 2015 foi efetuado, conforme previsto, em junho de 2016, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de uma taxa de rateio de 0.5%.

**Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente *(Greening)***

Um dos objetivos da nova PAC é a melhoria do desempenho ambiental,através de uma componente *ecologização* obrigatória dos pagamentos diretos e que apoia as práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente (*greening*).

Os agricultores com direito ao pagamento do RPB têm direito ao pagamento *greening* desde que observem, em todos os hectares elegíveis, as práticas agrícolas benéficas, estabelecidas no R. 1307/2013.

As práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente são as seguintes:

- Diversificação das culturas (DC);
- Manutenção dos prados permanentes (PP);
- Detenção de uma superfície de interesse ecológico (SIE).

Os agricultores que participam no Regime de pequena agricultura estão dispensados das práticas do *greening*, assim como os agricultores detentores de pequenas áreas.

O pagamento *greening* corresponde a uma percentagem do valor dos direitos ao pagamento (ao abrigo do RPB) ativados pelo agricultor em determinado ano. Essa percentagem é calculada dividindo o montante disponível para o *greening* do ano pelo montante total de direitos ativados nesse ano.

No ano de 2016, foram implementadas novas cadeias de apuramento para esta ajuda que, devido à sua enorme complexidade, tem validações específicas, nomeadamente a verificação da isenção e o cumprimento das práticas agrícolas para o universo dos beneficiários do RPB. Para além desta verificação, também o cálculo da ajuda e o quadro sancionatório são exclusivos desta ajuda.

O pagamento da 1ª prestação ocorreu em março, tendo sido pagos 158.8 milhões de euros a 79 mil produtores para o total da campanha 2015. Para assegurar o cumprimento do *plafond* foi necessário aplicar uma taxa de rateio de 0.5%. No total foram pagos 311 milhões de euros.

**Pagamento para os Jovens Agricultores (PJA)**

O pagamento jovem é um pagamento anual complementar, concedido por um período máximo de 5 anos a partir do ano de instalação, que incide sobre jovens detentores de direitos de pagamento base e ativados no pedido.

Durante o ano foram pagos 2.6 milhões de euros de PJA, relativos às campanhas 2015 e 2016. Relativamente à campanha 2015 foram pagos 1.7 milhões de euros a cerca de 3300 jovens agricultores, sujeitos à aplicação da taxa de rateio de 0.5% para cumprimento do *plafond*.

No que respeita à campanha 2016 ocorreu em outubro o pagamento do um adiantamento de 70% e, em dezembro, o pagamento da 1ª prestação (95%) tendo em conjunto, totalizado 826 mil euros.

**Regime de Pequena Agricultura (RPA)**

Este pagamento requer que o agricultor possua direitos ao RPB e que mantenha o número de hectares elegíveis iguais ou superiores ao número de direitos que lhe foram atribuídos em 2015.

O financiamento do RPA é efetuado através das seguintes deduções e pela seguinte ordem:

- Montantes dos pagamentos diretos a que os beneficiários teriam direitos, caso não tivessem aderido ao RPA
- Montantes disponíveis da reserva nacional
- Montantes disponíveis do Pagamento para os Jovens Agricultores
- Redução linear a todos os pagamentos RPB

Relativamente à campanha 2015 foi efetuado, em junho de 2016, o pagamento da 2ª prestação, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de uma taxa de rateio de 0,5%.

Antes de realizar o pagamento da 1ª prestação (95%) do RPA, em dezembro de 2016, foi necessário calcular o montante necessário para financiar este pagamento e, com base neste, foi calculada a repartição de financiamento de cada um dos pontos acima mencionados. Para a execução desta tarefa foi necessário efetuar, previamente, o cálculo dos direitos provenientes da reserva nacional, proceder ao apuramento do Pagamento para os Jovens Agricultores e ao apuramento do RPB.

Durante o ano civil de 2016 foram pagos 33.6 milhões de euros dos quais 29.7 milhões referentes à campanha 2016, distribuídos por cerca de 63 mil beneficiários.

**Regimes de Apoio Associado Voluntário**

No que diz respeito à campanha 2016, Portugal submeteu à aprovação da Comissão Europeia a concessão de apoios, sob a forma de pagamentos anuais, de Prémios à vaca em aleitamento, à vaca leiteira, à ovelha e à cabra, e ainda pagamentos específicos por superfície ao arroz e ao tomate para transformação.

Em junho de 2016, procedeu-se ao pagamento do saldo destas ajudas da campanha 2015, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou uma taxa de rateio de 0.5%.

Em outubro foi efetuado o pagamento de um adiantamento de 70% de todas estas ajudas, referente à campanha de 2016 e, em dezembro, o pagamento da 1ª prestação, na data prevista.

Foram pagos, durante o ano civil de 2016, um total de 123.0 milhões de euros dos regimes de apoio associado voluntário (animais e superfícies), dos quais 87% relativos à campanha de 2016, com a seguinte distribuição:

- O Prémio por vaca em aleitamento foi atribuído a cerca de 14 800 produtores que receberam 53.1 milhões de euros relativos a cerca de 472 mil vacas;
- O prémio por ovelha e cabra, distribuído por 16 500 produtores que detinham 1 600 739 animais e que receberam 28.6 milhões de euros;
- O prémio por vaca leiteira que abrangeu cerca de 3 300 produtores cujo montante pago foi de 17.8 milhões de euros relativamente a 150 800 vacas.
- Ocorreram ainda os pagamentos relativos aos prémios específicos por superfície ao arroz e ao tomate para transformação para a mesma campanha, num montante de 5.4 e 2.3 milhões de euros, respetivamente.
- O prémio ao arroz abrangeu 1089 beneficiários e uma área de 29 400 hectares enquanto o prémio ao tomate foi distribuído por 403 beneficiários pela exploração de 10 217 hectares.

À semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes à cadeia de pagamento. Esses

procedimentos englobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação de penalizações e sanções.

No âmbito destas ajudas, foram disponibilizados no Portal do IFAP os formulários relativos à declaração de candidatura aos regimes de apoio associado animais, declaração de redução de efetivos e declaração de comercialização relativa ao tomate.

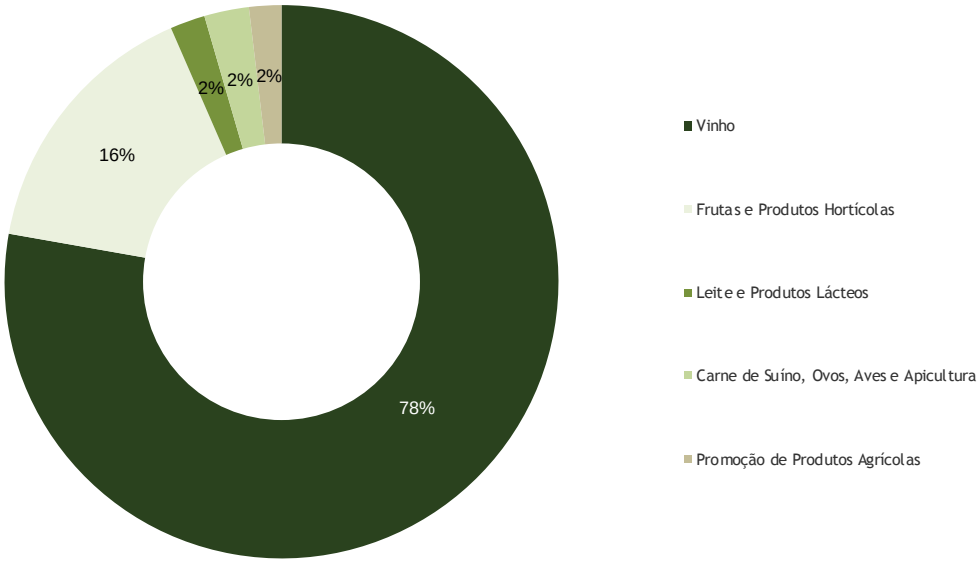
**Outras ajudas diretas**

Nas outras ajudas foram integrados pagamentos/recuperações de Regime de Pagamento Único, Pagamentos Complementares do artº 68º e outras ajudas mais antigas, sendo o resultado final de 142 mil euros negativos.

### 2.1.1.2. Intervenções nos mercados

No ano de 2016, os pagamentos referentes a Intervenções nos mercados totalizaram 85.5 milhões de euros, representando um acréscimo de 4% face ao ano anterior. O setor vitivinícola representou cerca de 78% do valor pago, sendo a repartição pelas várias medidas apresentada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%)



**Setor Vitivinícola**

Os pagamentos referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV) totalizaram 66.5 milhões de euros.

A vigorar no período de 2014 a 2018, o PNASV inclui várias ajudas, conforme se apresenta no Quadro 11, e onde se encontram refletidos os montantes envolvidos.

A reestruturação e reconversão das vinhas representaram, em 2016, 87% do total pago no setor.

Quadro 11 - Pagamentos efetuados ao setor vitivinícola

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Vinho | | |
| Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros | 8 002 | 7 257 |
| Destilação de Subprodutos da Vinificação | 1 370 | 1 514 |
| Reestruturação e Reconversão das Vinhas | 47 490 | 57 711 |
| Transitadas VITIS | 16 | 4 |
| **Total** | **56 878** | **66 486** |

Promoção de vinhos em mercados de países terceiros

A ajuda à Promoção de vinho em países terceiros, incluída no PNASV, canalizou para o setor 7.3 milhões de euros, destinados a apoiar projetos de divulgação dos vinhos portugueses em mercados fora da União Europeia. A taxa de pagamento face ao previsto foi de 100.1%, superando a taxa registada nos últimos dois exercícios financeiros.

No decorrer de 2016, promoveram-se diversas reuniões de caráter formativo com os beneficiários, no sentido de os sensibilizar para a necessidade de uma correta formalização do pedido de pagamento e respetivo envio de toda a documentação de suporte, elementos fundamentais para melhorar a análise e todo o processo de apuramento, com vista a um reembolso mais célere da ajuda. Estas reuniões permitiram, igualmente, prosseguir com diversos pedidos de pagamento que se encontravam, por diversos motivos, bloqueados.

Ocorreram também reuniões com o IVV, com o objetivo de definir medidas de simplificação deste apoio, de acordo com o definido nas *guidelines* emitidas pela CE. Do trabalho supra reverido, resultou a tipificação dos

custos com origem em tabelas de referência e em custos simplificados. O IFAP participou, ainda, ativamente na proposta legislativa que deu origem à Portaria nº 303/2016, de 5 de dezembro, legislação aplicável para o concurso de 2017.

Destilação de subprodutos de vinificação

A ajuda à Destilação de subprodutos de vinificação, também integrada no PNASV, manteve um nível de pagamentos semelhante ao do ano anterior, tendo-se situado em 1.5 milhões de euros. Face ao previsto, a taxa de pagamento situou-se nos 108%.

Reestruturação e reconversão das vinhas

No quadro da operacionalização dos apoios ao regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (NRV e VITIS) e ao nível do sistema de informação, foi efetuada a operacionalização para abertura da campanha VITIS 2016/2017, para submissão de candidaturas *online* dessa campanha. Foram também elaborados os requisitos aplicacionais para a apresentação de candidaturas VITIS, no período de 15 a 30 de abril de 2016, em virtude dos prejuízos provocados pelas intempéries registadas na região norte do país, ocorridas entre 12 e 15 de fevereiro de 2016.

Para além disso, no quadro da gestão dos apoios VITIS foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração de novas regras de cálculo/apuramento para a campanha de 2015/2016, face à entrada em vigor de nova legislação
- Elaboração de requisitos técnicos que permitiram introduzir melhorias no sistema de marcação de ocorrências impeditivas de pagamento face aos resultados de controlo *in loco*
- Emissão de pareceres e decisões, sobre várias situações/questões (transferências de titularidade de candidaturas, reclamações de beneficiários, dúvidas sobre procedimentos, dúvidas no âmbito de processos devedores, etc.)
- Apoio técnico aos utilizadores das DRAP sobre os procedimentos a ter em consideração no tratamento das candidaturas e dos pedidos de pagamento, no âmbito da aplicação informática *online*
- Monitorização dos processos de análise e decisão de candidaturas e de pedido de pagamento

- Preparação de notícias ou orientações a transmitir aos beneficiários e às entidades analistas dos projetos VITIS ou a publicar no Portal do IFAP
- Desencadeamento dos procedimentos necessários à transferência de titularidade *online* de candidaturas VITIS das campanhas 2014/2015 e 2015/2016, com investimentos já realizados, de modo a permitir a submissão dos pedidos de pagamento pelos novos titulares.

Ao nível dos regulamentos e normativos aplicáveis ao VITIS foi emitido parecer sobre o projeto de alteração da Portaria nº 357/2013, (publicada a Portaria nº 320/2016, de 16 de dezembro), para funcionamento do novo quadro comunitário, visando a operacionalização da medida VITIS, com início na campanha 2017/2018.

Foi efetuada a análise dos pedidos de transferência de titularidade do VITIS para as candidaturas físicas das campanhas anteriores a 2014/2015, que se traduziu na aprovação de 20 transferências e para as candidaturas *online* das campanhas 2014/2015 e 2015/2016, tendo sido aprovadas 75 transferências.

No âmbito da análise dos pedidos de pagamento e de liberação de garantias VITIS foram analisados e aprovados os pedidos de pagamentos para investimento realizado, das candidaturas da campanha 2014/2015, com base nos resultados de controlo e foi realizada a monitorização das situações de candidaturas com garantia, ainda sem controlo decidido, perto do final do prazo para conclusão dos investimentos.

Para as candidaturas da campanha 2015/2016 e com a entrada em produção do módulo de validação *online* dos pedidos de pagamento, nomeadamente a criação de uma cadeia de apuramento, foi realizado o apuramento para os pedidos de pagamento com investimento realizado e liberação de garantia, com base nos resultados de controlo.

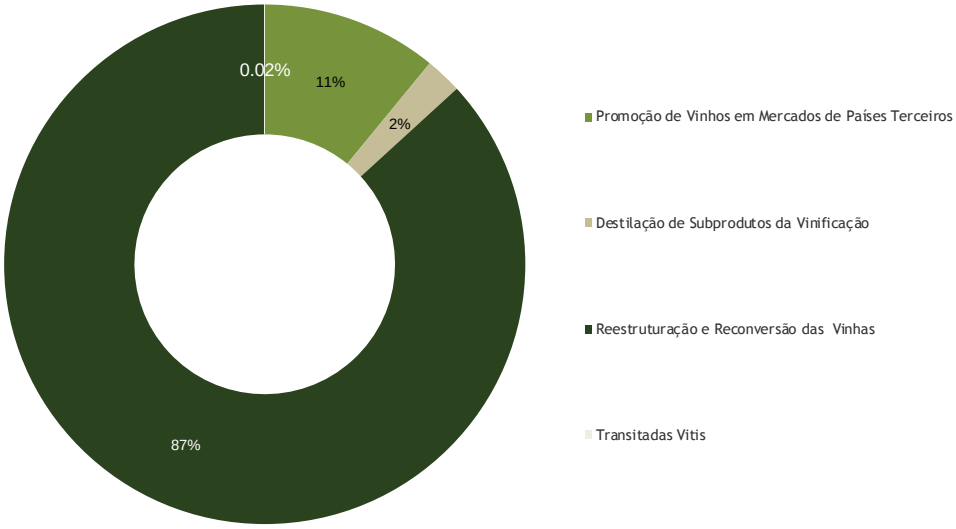
Foram elaborados os documentos de requisitos de suporte a alterações ao módulo do pedido de pagamento e à liberação de garantias, em virtude da entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2016, do novo regime de autorizações de plantação de vinhas, passando as plantações a serem enquadradas com autorizações de plantação, em vez de direitos de plantação.

Durante o ano de 2016 foram aprovadas 3 779 candidaturas e foram pagas 3 347 das quais 3 197 do Continente, 11 da RAM e 139 da RAA. O regime de

apoio à reestruturação e reconversão das vinhas envolveu um montante de 57.7 milhões de euros, apresentando um aumento face a 2015.

No Gráfico 8 estão representados os pagamentos efetuados, em 2016, no âmbito do setor vitivinícola. De acordo com o mesmo, os pagamentos referentes à reestruturação e reconversão das vinhas representaram 87% do montante total pago, a promoção de vinhos em mercados de países terceiros, 11% e a destilação de subprodutos de vinificação, 2%.

Gráfico 8 – Pagamentos no âmbito do setor vitivinícola (%)




**Frutas e produtos hortícolas**

Os pagamentos efetuados no setor das frutas e produtos hortícolas foram de 13.4 milhões de euros, montante inferior ao do ano anterior.

No âmbito dos Fundos operacionais das organizações de produtores foram analisados os pedidos de pagamento apresentados, cujo resultado ascendeu a pagamentos no montante de 12.7 milhões de euros.

A manutenção das medidas de apoio excecionais e temporárias criadas em 2014, destinadas aos produtores de certas frutas e produtos hortícolas afetados pelas dificuldades de escoamento da produção devido ao embargo da Rússia aos produtos europeus, contribuíram para que o montante global da ajuda, paga em 2016, se situasse relativamente próximo do pagamento do ano transato.

No que respeita à distribuição de fruta e legumes nas escolas, os pagamentos efetuados foram de cerca de 700 mil euros, tendo-se aproximado do montante do ano anterior.

**Leite e produtos lácteos**

Os pagamentos relativos à distribuição gratuita de leite nas escolas rondaram 1.7 milhões de euros. Este montante, quando comparado com o do ano anterior, apresenta uma redução substancial, uma vez que em 2015 foram efetuadas regularizações de pagamentos de anos anteriores.

**Carne de suíno, ovos e aves e Programa Apícola nacional**

Em 2016, não foram efetuados pagamentos relativos a carne de suíno, aves e ovos.

O *plafond* disponível no programa apícola para 2016 manteve-se em 2.44 milhões de euros, tendo o montante pago ficado aquém desse valor, situando-se em 2.2 milhões de euros, o que representou uma taxa de execução de 90%.

**Promoção de produtos agrícolas**

Os programas de informação e promoção dos produtos agrícolas no mercado interno e em países terceiros, a implementar no período de 2014 - 2017 destinam-se a valorizar os aspetos positivos dos produtos produzidos no espaço da União Europeia, sobretudo em termos de qualidade certificada, características intrínsecas, higiene e segurança alimentar, métodos de produção ecológicos, entre outros.

O montante de pagamentos efetuados situou-se em 1.6 milhões de euros, ao nível dos pagamentos efetuados no ano anterior.

### 2.1.2. Apoios ao desenvolvimento rural

No primeiro semestre de 2016 procedeu-se ao pagamento de saldo de diversos apoios de 2015 e foram efetuados os adiantamentos da campanha de 2016 relativos ao Continente e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores das Medidas Agroambientais.

Durante o ano de 2016 foram pagos 604.3 milhões de euros em apoios ao desenvolvimento rural. Verificou-se, como seria de esperar, um aumento dos pagamentos ao abrigo dos novos programas face ao ano de 2015, ano de arranque. Conforme evidencia o Quadro 12, o PDR 2020, com 456.1 milhões de euros de pagamentos, representou 81% dos pagamentos dos apoios ao desenvolvimento rural no Continente, aumentando 144% face ao ano anterior. O PRODERAM 2020, ao abrigo do qual foram pagos 8.1 milhões de euros, representou 85% dos apoios ao desenvolvimento rural na RAM, aumentando 35% face a 2015. Por fim, o PRORURAL+, representando 84% na RAA, sofreu uma redução de 28% face ao ano anterior.

Quadro 12 – Pagamentos Desenvolvimento Rural – Quadro resumo

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020) | 187 011 | 456 129 |
| PDR2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 498 400 | 104 702 |
| PRODERAM 2020 - Progr. Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira (2014-2020) | 6 007 | 8 124 |
| PRODERAM 2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 29 357 | 1 379 |
| PRORURAL+ - Prog. Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2014-2020) | 39 562 | 28 569 |
| PRORURAL+ - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 18 732 | 5 411 |
| **Total** | **779 069** | **604 314** |
| Condicionalidade | 0 | |
| Recuperações | -1 293 | |
| Juros sobre dívidas | -268 | -2 |
| **Total** | **777 508** | **604 312** |

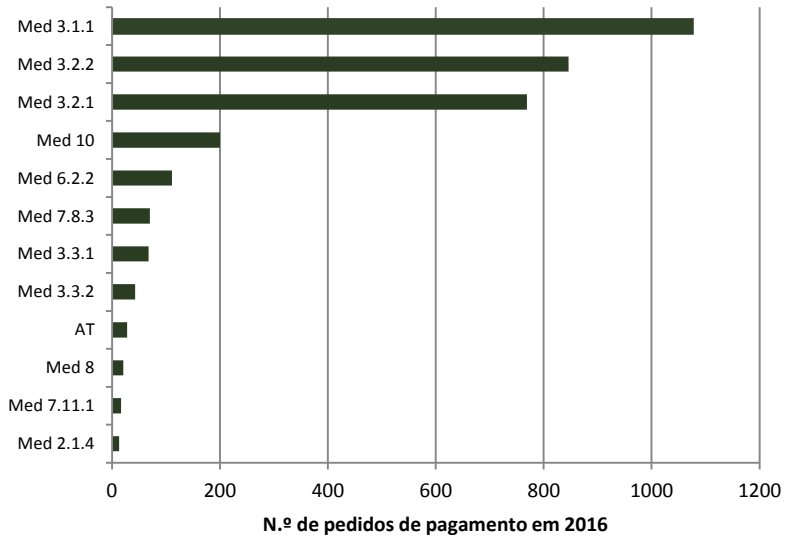
Para as medidas de Investimento foi possível registar, durante 2016, a submissão de 3391 pedidos de pagamento, 96% dos quais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente. Destes, 83% encontram-se concentrados nas medidas de Investimento na Exploração Agrícola e da Instalação de Jovens Agricultores (Gráfico 9).

No âmbito da simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários, garantindo a sua correta e atempada aplicação, a atividade

desenvolvida foi, naturalmente, muito dirigida para a execução do novo período de programação 2014-2020, sem nunca descurar as tarefas de encerramento do anterior período de programação 2007-2013 que ainda foi necessário assegurar.

A alteração do método de funcionamento do sistema de informação, ao nível da concretização de medidas simplificadas, desde a contratualização dos apoios até à análise de pedido de pagamento, do controlo de qualidade, quadro sancionatório e uma cadeia de apuramento do valor a pagar, foi prosseguida com a entrada em produção de novos módulos aplicacionais, de onde se destacam os módulos para recolha e validação do controlo administrativo e implementação da cadeia de apuramento.

Gráfico 9 - Número de pedidos de pagamento submetidos por medida PDR 2020




Foram analisados os pedidos de pagamento com adiantamentos e emitidos os respetivos mapas de autorização de liberação de garantias, que correspondeu a um total de 342 garantias bancárias liberadas.

Em 2016 procedeu-se, ainda, à verificação das regularizações de adiantamentos concedidos, através da elaboração de 5 pontos de situação, que permitiram monitorizar os montantes concedidos e os prazos para as respetivas regularizações.

De modo a ir ao encontro das necessidades formativas das DRAP, foram realizadas ações de formação, abrangendo as temáticas relativas à emissão e assinatura do Termo de Aceitação, listagens de contratação, formalização e submissão do pedido de pagamento e recolha, submissão e validação do

controlo administrativo. Também foram abrangidas as regras de contratação pública a observar pelos beneficiários no âmbito dos projetos de Investimento.

Ainda no que respeita aos apoios ao Investimento compete, em matéria de devedores (recuperação de verbas), atuar numa fase de pré-contencioso, de modo a que, voluntariamente, as entidades devedoras venham a regularizar os valores em dívida.

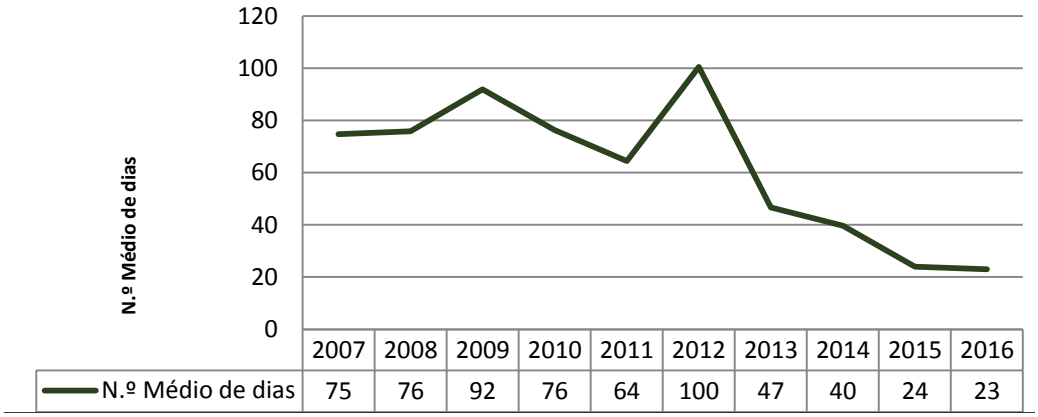
Os processos de recuperação de verbas são criados na sequência das decisões de recuperar verbas indevidamente auferidas, por ocorrência de erros ou constatações de irregularidades, verificadas nos projetos de Investimento.

Assim, grande parte da atuação do Instituto desenvolve-se na fase de pré-contencioso dos processos de recuperação, iniciando a sua intervenção com a instrução dos processos de recuperação de verbas, conduzindo-o, após a análise técnica do projeto, à realização da audiência prévia dos interessados, análise das alegações que forem apresentadas e à comunicação da fundamentação que permite a tomada de decisão no processo de recuperação, em sede de decisão final.

Estas ações são desenvolvidas em estreita colaboração com as entidades externas com funções delegadas que procedem à análise dos projetos de investimento.

No ano em questão, e à semelhança dos anos anteriores, não obstante o elevado número de processos devedores constituídos, conseguiu-se cumprir, em termos médios, o prazo definido para a constituição de um processo devedor – 45 dias após a constatação da dívida, conforme ilustra o Gráfico 10.

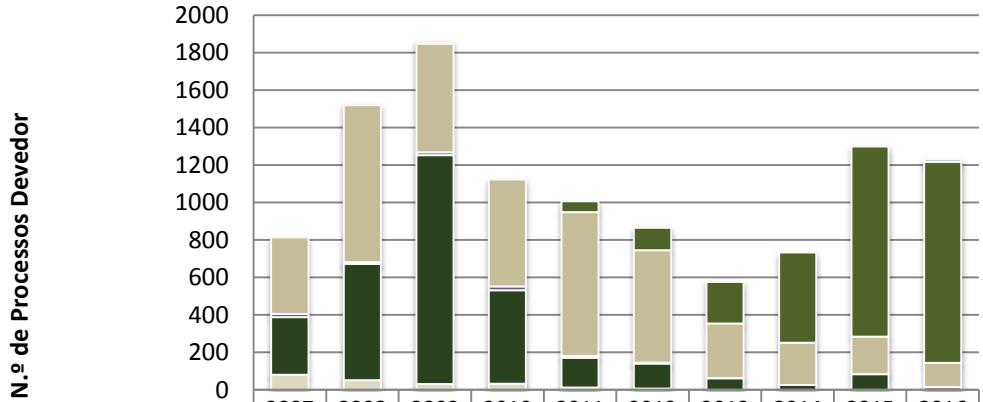
Gráfico 10 - N.º médio de dias para constituição dos processos de devedores, por ano



No ano de 2016, foram constituídos 1230 processos devedores, dos quais, 87% se referem a operações relativas ao período de programação 2007-2013 (Gráfico 11).

Esta tendência tem-se verificando desde 2013, altura em que houve uma redução significativa dos processos devedores relativos aos programas financiados pelo FEAGA e FEADER, que se referem, na sua maioria, a florestas e apoios à vinha, mantendo-se, em 2016, a tendência já registada no ano anterior no que respeita à proporção de processos devedores relativos ao período de programação 2007-2013. Esta situação é justificável pelo facto de se estar a proceder ao encerramento do referido Programa e pela reengenharia de devedores, que introduziu, em 2014, o automatismo de um conjunto de procedimentos, que se traduziu num ganho considerável de eficiência e redução de tempo.

Gráfico 11 - Número de processos devedores constituídos, por ano/programa




| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INV - Período de Programação 2014-2020 | | | | | | | | | | 14 |
| PPI - Período Programação 2007-2013 | | | 5 | | 59 | 119 | 223 | 483 | 1014 | 1072 |
| Programas FEAGA - FEADER | 407 | 837 | 580 | 570 | 767 | 600 | 290 | 225 | 200 | 128 |
| PESCAS | 18 | 8 | 15 | 22 | 9 | 2 | 2 | | 1 | 1 |
| FFP | | 2 | | | | 4 | | | | |
| QCA III | 307 | 621 | 1221 | 498 | 160 | 132 | 61 | 26 | 83 | 15 |
| Medidas anteriores QCAIII | 81 | 52 | 32 | 33 | 12 | 8 | 1 | | 1 | |

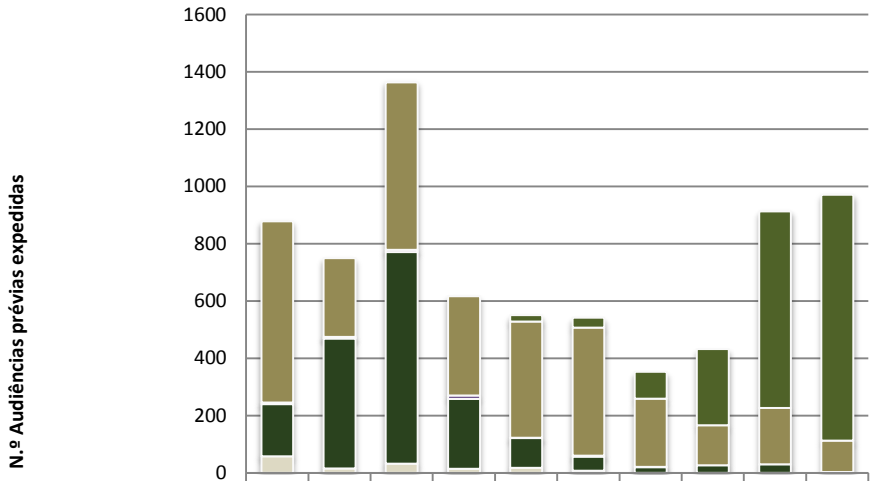
**Legenda:**
INV - Período Programação 2014-2020: PDR 2020, PRORURAL+, PRODERAM2020, MAR 2020
PPI - Período Programação 2007-2013: PRODER, PRORURAL, PRODERAM, PRRN, PROMAR
Programas FEAGA – FEADER: Florestação de Terras Agrícolas – RURIS e Reg. (CE) nº 2080/92, Vinha, Reforma Antecipada
PESCAS – POMARE
FFP – Fundo Florestal Permanente
QCA III – POAGRO, Medidas AGRIS, PORCAIBT, PDRU, PEDIZA, POPRAM, PRODESA, Assistência Técnica

Atentas as regras definidas no nº 1 do artº 54º do R.1306/2013, nomeadamente no que respeita ao prazo para emissão da Decisão Final de recuperação (18 meses após a constatação de uma irregularidade), no ano em apreço, foi dada especial atenção a este requisito, tendo sido encetados esforços na tramitação dos processos devedores transitados dos anos anteriores, e ainda em curso, objetivando a sua conclusão no mais curto período de tempo.

Simultaneamente foi dada especial atenção ao tratamento dos processos constituídos em 2016, por forma ao cumprimento dos prazos definidos nos normativos aplicáveis.

Tal facto é facilmente verificável, na medida em que, das 971 audiências prévias emitidas no ano em apreço, 890 (92%) se referem a processos devedores abertos em 2016, sendo que destas, 88% referem-se ao período de programação 2007-2013 e 12% a projetos contratados ao abrigo dos Programas cofinanciados pelo FEAGA e FEADER (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Número de ofícios de audiência prévia expedidos, por ano/programa




| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PPI - Período Programação 2007-2013 | | | | | 22 | 34 | 94 | 266 | 687 | 859 |
| Programas FEAGA - FEADER | 633 | 275 | 585 | 346 | 406 | 447 | 238 | 140 | 196 | 109 |
| PESCAS | 5 | 3 | 7 | 12 | 1 | | 1 | | | |
| FFP | | 2 | | | | 3 | | | | |
| QCA III | 182 | 454 | 739 | 244 | 103 | 49 | 18 | 26 | 30 | 3 |
| Medidas anteriores QCAIII | 58 | 15 | 32 | 14 | 18 | 8 | 2 | | | |

**Legenda:**
PPI – Período Programação 2007-2013: PRODER, PRORURAL, PRODERAM, PRRN, PROMAR
Programas FEAGA – FEADER: Florestação de Terras Agrícolas – RURIS e Reg. (CE) nº 2080/92, Vinha, Reforma Antecipada
PESCAS – POMARE
FFP – Fundo Florestal Permanente
QCA III – POAGRO, Medidas AGRIS, PORCAIBT, PDRU, PEDIZA, POPRAM, PRODESA, Assistência Técnica

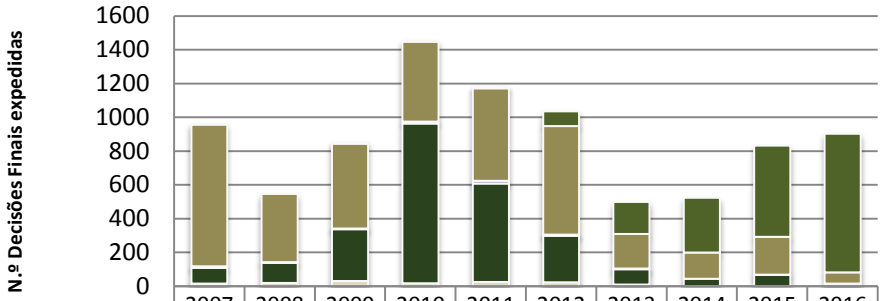
Nesta linha orientadora, ressalva-se o esforço que tem sido dedicado ao cumprimento dos prazos para emissão da 1ª notificação (Audiência Prévia), na medida em que, 72% dos processos devedores constituídos em 2016 foram notificados com Audiência Prévia nesse mesmo ano.

À semelhança das audiências prévias, foi objetivo do Instituto evitar o incumprimento dos prazos para emissão da decisão final de recuperação de verbas:

- 180 dias após constatação da potencial dívida, e
- 18 meses após a decisão de um controlo irregular.

Nesta conformidade, das 901 decisões finais emitidas em 2016, 618 (69%) referem-se a processos devedores abertos em 2016 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Número de ofícios de decisão final expedidos, por ano/programa




| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PPI - Período Programação 2007-2013 | | | 5 | | 9 | 87 | 190 | 324 | 540 | 820 |
| Programas FEAGA - FEADER | 838 | 402 | 502 | 472 | 546 | 642 | 205 | 156 | 222 | 65 |
| PESCAS | 9 | 5 | 4 | 11 | 15 | 6 | 3 | | 2 | 1 |
| FFP | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | | | |
| QCA III | 93 | 119 | 307 | 945 | 583 | 277 | 91 | 42 | 66 | 15 |
| Medidas anteriores QCAIII | 15 | 19 | 30 | 18 | 25 | 22 | 9 | 1 | 1 | |

**Legenda:**
PPI – Período Programação 2007-2013: PRODER, PRORURAL, PRODERAM, PRRN, PROMAR
Programas FEAGA – FEADER: Florestação de Terras Agrícolas – RURIS e Reg. (CE) nº 2080/92, Vinha, Reforma Antecipada
PESCAS – POMARE
FFP – Fundo Florestal Permanente
QCA III – POAGRO, Medidas AGRIS, PORCAIBT, PDRU, PEDIZA, POPRAM, PRODESA, Assistência Técnica

Constata-se que os processos devedores relativos a operações referentes ao período de programação 2007-2013 representaram, em 2016, uma clara maioria dos processos tramitados, e com um aumento expressivo relativamente aos anos anteriores, no que concerne tanto aos ofícios de audiência prévia como de decisão final expedidos, tendência esta que se

espera que se venha manter no ano de 2017, atento o encerramento do referido período de programação 2007-2013.

Salienta-se que o número de processos devedores relativo aos Programas FEAGA e FEADER manteve, em 2016, a tendência de decréscimo que tem sido verificada no decorrer dos últimos anos.

#### 2.1.2.1. PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014 – 2020)

Este programa tem por objetivos o aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal, contribuir para o equilíbrio da balança comercial e assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos, nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural. Visa, também, aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal, a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, o aumento da concentração da oferta e a promoção da gestão de riscos.

No ano de 2016 foram emitidos e assinados *online* pelos beneficiários 7 459 contratos ou termos de aceitação relativos às ajudas ao investimento do PDR 2020.

No global, foram pagos 456.1 milhões de euros, tendo sido 354.1 milhões de euros (78%) relativos ao ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima (Quadro 13).

Quadro 13 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Área 1 - Inovação e conhecimento | | 643 |
| Área 2 - Competitividade e organização da produção | 7 937 | 79 909 |
| Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima | 176 924 | 354 102 |
| Área 4 - Desenvolvimento Local | 1 350 | 10 706 |
| Assistência técnica | 801 | 10 768 |
| **Total PDR 2020** | **187 011** | **456 129** |

**Área 1 – Inovação e conhecimento**

Esta área é desagregada em duas medidas:

- M1 - Inovação
- M2 – Conhecimento

Foi ao abrigo da segunda medida que, em 2016, se verificaram pela primeira vez pagamentos nesta área, concretamente através da ação Capacitação e Divulgação, na qual foram pagos 643 mil euros (Quadro 14).

Quadro 14 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 1

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Área 1 - Inovação e Conhecimento** | | |
| **M2 - Conhecimento** | | **643** |
| Capacitação e divulgação | | 643 |
| **Total Área 1** | **0** | **643** |

**Área 2 – Competitividade e organização da produção**

Trata-se de uma área composta por quatro medidas de apoio, duas das quais com pagamentos em 2016:

- M3 – Valorização da produção agrícola
- M6 – Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo

A Medida Valorização da Produção Agrícola teve pagamentos no montante de 75.8 milhões de euros, distribuídos por três ações: Jovens agricultores, Investimentos nas explorações agrícolas e Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas. Esta distribuição pode ser observada no Quadro 15.

No caso do apoio aos Jovens Agricultores, é concedido um prémio à primeira instalação aos jovens que se instalem pela primeira vez como agricultores na qualidade de responsáveis pela exploração, com idade entre os 18 e os 40 anos e possuam aptidão e competência profissional adequada. O prémio é concedido sob a forma de um incentivo não reembolsável e totalizou 17.9 milhões de euros de pagamentos no ano de 2016.

Na ação Investimentos nas explorações agrícolas foram concedidos 42.9 milhões de euros de apoios. Esta medida tem como objetivo apoiar a realização de investimentos na exploração agrícola destinados a melhorar o

desempenho e a viabilidade da exploração, aumentar a produção, criar valor, melhorar a qualidade dos produtos, introduzir métodos e produtos inovadores e garantir a sustentabilidade ambiental da exploração. O apoio é atribuído sob a forma de subsídio não reembolsável para investimentos elegíveis até 700 mil € e de subsídio reembolsável na parte do investimento que exceda os 700 mil €. Esta ação apoia também, através de subsídios não reembolsáveis, a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção, com reflexo no desempenho das explorações agrícolas, mediante a realização de investimentos materiais de pequena dimensão, de natureza pontual e não inseridos em planos de investimento, que, pelos baixos montantes envolvidos, dispensam uma análise aprofundada, justificando, por isso, um processo de candidatura simplificado. O montante deste apoio tem o limite máximo de 25 mil euros por beneficiário.

Houve ainda pagamentos na ação Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas", no montante de 15 milhões de euros. Esta ação apoia a realização de investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas destinados a melhorar o desempenho competitivo das unidades industriais, através do aumento da produção, da criação de valor baseada no conhecimento, em processos e produtos inovadores, na melhoria da qualidade dos produtos, numa gestão eficiente dos recursos e no uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% da produção de energia seja para consumo próprio garantindo, simultaneamente, a sustentabilidade ambiental das atividades económicas. O apoio é atribuído sob a forma de subsídio não reembolsável para investimentos elegíveis até 1 milhão de euros e de subsídio reembolsável na parte do investimento que excede 1 milhão de euros. Esta ação apoia, também, através de subsídios não reembolsáveis, a renovação da estrutura produtiva agroindustrial, através do apoio a iniciativas empresariais orientadas para a criação de valor, tendo como referência a inovação, a qualidade e segurança alimentar, a eficiência dos recursos e as energias renováveis, desde que pelo menos 70% da energia produzida seja para consumo próprio.

A segunda medida dentro desta área na qual se efetuaram pagamentos no ano de 2016 foi a Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo. A primeira ação – Seguros – já tinha tido pagamentos em 2015, tendo sido o montante de 3.5 milhões de euros pagos em 2016 cerca de 56% inferior ao do ano anterior.

No âmbito do Seguro de Colheitas (SC), foram desenvolvidos vários estudos relativos a seguros especiais, tendo em vista quer o alargamento dos atuais seguros a outras regiões, quer a criação de novos seguros.

Foram igualmente emitidos pareceres e preparados diplomas legislativos de alteração ao SC e implementadas as alterações de natureza informática decorrentes da extensão do SC à Região Autónoma dos Açores. Para além disso, foram prestados diversos esclarecimentos às várias entidades, às seguradoras e aos beneficiários e realizados os procedimentos inerentes ao pagamento das candidaturas apresentadas.

A segunda ação - Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo - cujos apoios visam apoiar a reconstituição ou reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas por calamidades naturais, acidentes climáticos adversos ou eventos catastróficos, por forma a criar condições para o seu regresso a uma atividade normal, teve pagamentos no montante de 583 mil euros. Este apoio também é não reembolsável, e destina-se aos produtores cujas explorações agrícolas sofram diminuições significativas no respetivo capital agrícola e fundiário, em consequência de catástrofes ou calamidades naturais reconhecidas por decisão governamental.

Quadro 15 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 2

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Área 2 - Competitividade e organização da produção** | | |
| **M3 - Valorização da produção agrícola** | | **75 848** |
| Jovens agricultores | | 17 943 |
| Investimentos nas explorações agrícolas | | 42 887 |
| Investimentos transf. e comercialização de produtos agrícolas | | 15 017 |
| **M6 - Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo** | **7 937** | **4 062** |
| Seguros | 7 937 | 3 478 |
| Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo | | 583 |
| **Total Área 2** | **7 937** | **79 909** |

## Área 3 – Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima

Ao abrigo das Medidas Agroambientais, no âmbito da Medida 7 – Agricultura e Recursos Naturais, foram pagos 213.5 milhões de euros, montante significativamente superior ao montante de 84.7 milhões de euros, pago em 2015 (Quadro 16).

O nível de apoio anual em cada ação é atribuído por hectare de superfície, durante o período de compromisso, sendo o mesmo diferenciado em função do tipo de atividade e modulado por escalões de área de grupo de culturas. Inclui também apoio à manutenção de raças autóctones classificadas em risco de erosão genética e as ações para conservação e melhoramento de recursos genéticos animais, previstas nos programas de conservação ou de melhoramento genético aprovados pela DGAV.

No ano de 2016 as transferências de compromissos agroambientais passaram a ser formalizadas através de formulário próprio para o efeito, adaptado do formulário de comunicação de transferência de direito. Esta adaptação envolve informação alfanumérica e gráfica, para além de permitir a intervenção do cessionário relativamente à continuidade ou não dos compromissos.

A medida 8, Proteção e reabilitação de povoamentos florestais apoia, através da sua ação Silvicultura sustentável, o restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos e a recuperação de infraestruturas de proteção e sinalização danificadas. Apoia, ainda, a adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas. Prevê, também, a reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas, potenciando riscos ambientais graves, designadamente manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas. Em 2016 foram pagos 453 mil euros ao abrigo desta medida.

A medida 9, Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (AZD), destina-se a compensar parcialmente os agricultores pelos custos adicionais e perda de rendimentos resultantes das condicionantes naturais inerentes ao exercício da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, contribuir para a manutenção da paisagem rural e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis e promover o desenvolvimento económico das zonas rurais e a coesão territorial, combatendo a desertificação das zonas desfavorecidas. O montante pago no ano de 2016 foi de 140.1 milhões de euros.

Tendo presente o montante total aprovado para o Pagamento Natura e para as três zonas de AZD (zona de montanha, zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas e zonas sujeitas a condicionantes específicas) foi calculado o respetivo rateio a fim de respeitar os limites orçamentais.

Quadro 16 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 3

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima** | | |
| **M7 - Agricultura e recursos naturais** | **84 666** | **213 532** |
| **M8 - Proteção e reabilitação de povoamentos florestais** | | **453** |
| **M9 - Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas** | **92 258** | **140 117** |
| **Total Área 3** | **176 924** | **354 102** |

### Área 4 – Desenvolvimento Local

No âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, conhecido como abordagem LEADER, foram pagos 10.7 milhões de euros para apoio ao desempenho das funções dos Grupos de Ação Local (GAL) relativas à implementação da estratégia de desenvolvimento local e funções de gestão, acompanhamento e avaliação, enquanto órgãos intermédios de gestão e de animação do território (Quadro 17).

Quadro 17 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 – Área 4

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Área 4 - Desenvolvimento Local** | | |
| **M10 - LEADER** | **1 350** | **10 706** |
| Atividades de cooperação dos GAL | 1 350 | |
| Funcionamento e animação | | 10 706 |
| **Total Área 4** | **1 350** | **10 706** |

### 2.1.2.2. Pagamentos transitados de programas anteriores – Continente

### Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

O PRODER, programa de desenvolvimento rural implementado no Continente para o período 2007-2013, cofinanciado pelo FEADER, representou ainda 104.7 milhões de euros de pagamentos, essencialmente destinados à Promoção da competitividade (Subprograma 1) e à Sustentabilidade no espaço rural (Subprograma 2). O Subprograma 3,

Dinamização das zonas rurais, registou essencialmente acertos e recuperações. Esta distribuição é apresentada no Quadro 18.

Quadro 18 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Continente** | | |
| SubPrograma 1 - Promoção da competitividade | 278 341 | 60 112 |
| SubPrograma 2 - Sustentabilidade no espaço rural | 94 074 | 13 804 |
| SubPrograma 3 - Dinamização das zonas rurais | 64 133 | -1 686 |
| SubPrograma 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências | 6 336.8 | 4 731 |
| PRRN | 839 | -81 |
| Assistência Técnica | 12 455 | -272 |
| Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores | 38 875 | 26 786 |
| PRODER IVA Nacional | 3 343 | 1 308 |
| **Sub-Total PRODER** | **498 398** | **104 702** |
| Condicionalidade | -1 | -0.4 |
| Juros sobre dívidas | 3 | -0 |
| **Total** | **498 400** | **104 702** |

Os valores negativos dizem respeito a regularizações de pagamentos.

Subprograma 1 – Promoção da competitividade

Este subprograma, cujo objetivo é a promoção de ações que contribuam para a competitividade, continuou a ser o mais representativo do PRODER, com pagamentos que ascenderam aos 60.1 milhões de euros (Quadro 19). Algumas das suas medidas apresentam valores negativos, decorrentes das regularizações inerentes ao fim do programa. As medidas mais representativas foram a Inovação e Desenvolvimento Empresarial, concretamente através da Instalação de Jovens Agricultores (32.5 milhões de euros) e da Modernização e Capacitação de Empresas (29.1 milhões de euros).

Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 1

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Sub-Programa 1 - Promoção da competitividade** | | |
| **Inovação e Desenvolvimento Empresarial** | **215 504** | **62 754** |
| Modernização e Capacitação das Empresas | 91 811 | 29 117 |
| Investimentos de Pequena Dimensão | 7 233 | 1 115 |
| Instalação de Jovens Agricultores | 116 459 | 32 522 |
| **Promoção da competitividade Florestal** | **16 920** | **1 772** |
| Melhoria Produtiva dos Povoamentos | 11 295 | 1 706 |
| Gestão Multifuncional | 418 | 67 |
| Modernização e Capacitação das Empresas Florestais | 5 207 | |
| **Valorização da Produção de Qualidade** | **278** | **-66** |
| Apoio aos Regimes de Qualidade | 27 | |
| Informação e Promoção dos Produtos de Qualidade | 250 | -66 |
| **Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e Crises** | **3 820** | **20** |
| Restabelecimento do Potencial Produtivo | 3 820 | 20 |
| **Regadios e outras infra-estruturas colectivas** | **41 819** | **-4 368** |
| Desenvolvimento do Regadio | 12 421 | -463 |
| Regadio do Alqueva | 8 403 | -3 221 |
| Sustentabilidade dos Regadios Públicos | 20 309 | -524 |
| Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais | | -2 |
| Projetos Estruturantes | 687 | -157 |
| **Total Subprograma 1** | **278 341** | **60 112** |

Subprograma 2 – Sustentabilidade no Espaço Rural

Ao abrigo deste subprograma, cujo montante foi de 13.8 milhões de euros destacou-se a Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal, onde se efetuaram 12.3 milhões de euros de pagamentos. As Intervenções Territoriais Integradas representaram ainda 2 milhões de euros e a Conservação e Melhoramento de recuros genéticos 520 mil euros. Verificaram-se alguns pagamentos negativos, relativos a regularizações de pagamentos anteriores (Quadro 20).

Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 2

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Sub-Programa 2 - Sustentabilidade no espaço rural** | | |
| **Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas** | **-898** | **-205** |
| **Medidas Agro e Silvo-Ambientais** | **19 272** | **-855** |
| **Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos** | **6 540** | **520** |
| **Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal** | **58 318** | **12 321** |
| Defesa da floresta contra os incêndios | **12 845** | 2 676 |
| Minimização dos riscos | **-7** | |
| Instalação de Sistemas Florestais e Agro- Florestais | **195** | |
| Ordenamento e Recuperação dos Povoamentos | **11 383** | 2 505 |
| Valorização ambiental dos Espaços Florestais | **33 901** | 7 140 |
| **Intervenções Territoriais Integradas** | **10 842** | **2 024** |
| Apoio à gestão das ITI | **-102** | -24 |
| Instrumentos de programação e gestão de ITI | **82** | |
| Investimentos não Produtivos | **10 862** | 2 048 |
| **Total Subprograma 2** | **94 074** | **13 804** |

Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências

Este subprograma traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada. Foram pagos, em 2016, 4.7 milhões de euros, destinados maioritariamente à Cooperação para a Inovação, cujos pagamentos foram de 4.5 milhões de euros (Quadro 21).

Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER - Subprograma 4

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Sub-Programa 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências** | | |
| **Cooperação para a Inovação** | **2 172** | **4 486** |
| **Informação e Formação Especializada** | **2 796** | **239** |
| Formação Especializada | 1 849 | -1 |
| Redes Temáticas de Informação e Divulgação | 946 | 240 |
| **Serviços de apoio ao Desenvolvimento** | **1 369** | **6** |
| Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento | 598 | 79 |
| Aquisição de Serviços de Aconselhamento | 395 | -0 |
| Serviço de Apoio às Empresas | 375 | -72 |
| **Total Subprograma 4** | **6 337** | **4 731** |

**Programas de desenvolvimento rural do Continente de períodos de programação anteriores ao PRODER**

No âmbito dos programas de desenvolvimento rural anteriores ao PRODER, foram pagos 26.8 milhões de euros, dos quais 26.7 respeitam à Florestação de Terras Agrícolas, designadamente ao pagamento da anuidade dos prémios dos R.2328/91, R.2080/92, RURIS/FTA e PRODER.

Durante o ano de 2016, garantiu-se a análise e elaboração de pareceres técnicos sobre projetos, no que respeita a transferências de titularidade, alterações, rescisões ou modificações contratuais e conclusão de projetos. Foram verificados os contratos de atribuição de ajudas submetidos para assinatura, e, à semelhança de anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes à cadeia de pagamento, que enlobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação do quadro sancionatório. Foram desencadeadas diversas ações de controlo administrativo cruzado com vista à regularização de pagamentos suspensos relativos a anuidades anteriores à integração dos pedidos de pagamento no PU.

No âmbito da cessação da atividade agrícola e RURIS (reforma antecipada), prevista no R. 2079/92, que institui um regime comunitário de ajudas à reforma antecipada na agricultura, assegurou-se a elaboração mensal dos resumos de apuramento de pagamentos com a realização do respetivo controlo administrativo prévio, designadamente a verificação (i) da conformidade dos montantes indicados para pagamento, (ii) dos mapas do centro nacional de pensões - montantes de pensões a deduzir nos pagamentos mensais, (iii) da regularidade das declarações da segurança social e da autoridade tributária e (iv) verificação da entrega anual das declarações de compromisso de honra. Foram, ainda, efetuados pagamentos no montante de 464 mil euros. As restantes ajudas apresentaram valores negativos, relativos a regularizações (Quadro 22).

Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos anteriores programas de desenvolvimento rural

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Continente** | | |
| Medidas Agro-Ambientais (RURIS)/Medidas Agro-ambientais (R.2078/92) | 128 | -242 |
| Reforma Antecipada (RURIS)/Cessação de Atividade (R.2079/92) | 672 | 464 |
| Florest. Terras Agrícolas (RURIS)/Medidas Florestais (R.2080/92) | 38 076 | 26 719 |
| Indemnizações Compensatórias (RURIS) | | -155 |
| **Total Continente** | **38 875** | **26 786** |

### 2.1.2.3. PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (2014-2020)

Este programa assenta numa estratégia de desenvolvimento rural que tem por objetivo aumentar os níveis de sustentabilidade agrícola e rural, nomeadamente através do aumento da competitividade das produções locais tradicionais e do reforço da melhoria do ambiente e da paisagem, num quadro agrícola multifuncional e num espaço rural de qualidade e capacitado para promover e sustentar o desenvolvimento económico e social das zonas rurais da Região Autónoma da Madeira.

No âmbito da análise e decisão das candidaturas, para a aplicação de critérios de seleção para aprovação, tendo em conta a dotação orçamental para cada regime de apoio, foram elaboradas as estimativas de montantes declarados, com os pressupostos de cálculo das candidaturas referentes ao PU 2016, para posterior aprovação pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020. Aprovado o montante total previsto, o montante das submedidas de pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas foi aplicado sem rateio.

O ano de 2016, segundo ano de pagamentos deste programa, registou um aumento do montante pago de cerca de 35%, totalizando 8.1 milhões de euros. A maior parcela destinou-se, conforme se pode verificar no Quadro 23, aos pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas.

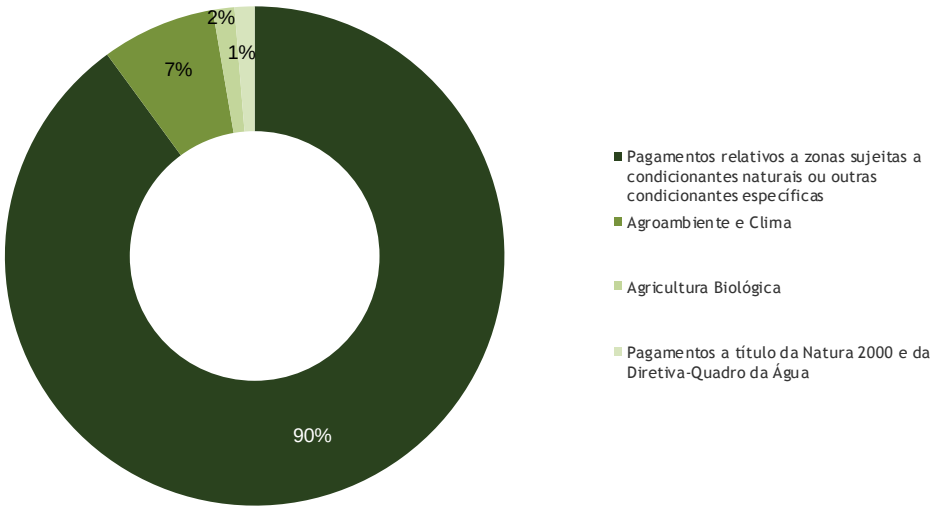
No Quadro 23 e no Gráfico 14 – Pagamentos PRODERAM 2020apresenta-se a distribuição dos apoios ao PRODERAM 2020:

Quadro 23 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM 2020

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Região Autónoma da Madeira** | | |
| M10 - Agroambiente e Clima | 479 | 599 |
| M11 - Agricultura Biológica | 74 | 114 |
| M12 - Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água | | 105 |
| M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas | 5 454 | 7 307 |
| **Total PRODERAM 2020** | **6 007** | **8 124** |

Gráfico 14 – Pagamentos PRODERAM 2020




A medida Agroambiente e Clima, cujo montante pago foi de 599 mil euros, apoiou essencialmente a Manutenção de muros de suporte de terras. Apoiou, ainda, a Preservação de pomares de frutos frescos e vinhas tradicionais, assegurando a manutenção de pomares tradicionais de frutos frescos estremes ou mistos, e das vinhas tradicionais, recorrendo a algumas práticas ambientais adequadas. Face a 2015, o montante pago aumentou 25%.

Com montantes menos significativos, foram efetuados pagamentos relativos à medida Agricultura Biológica, cujo total foi de 114 mil euros, montante 54% superior a 2015.

Pela primeira vez, foram efetuados pagamentos a título da medida Pagamentos Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água, que totalizou 105 mil euros. O apoio no âmbito desta medida é concedido com vista a compensar os beneficiários pelos custos adicionais e pela perda de rendimentos resultantes das desvantagens decorrentes da aplicação das Diretivas 92/43/CEE e 2009/147/CE e da Diretiva-Quadro da Água nas zonas em questão.

Foram, ainda, pagos 7.3 milhões de euros destinados a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, o que, face a 2015, representou um aumento de 34% no montante pago.

### 2.1.2.4. Pagamentos transitados de programas anteriores - RAM

**PRODERAM -Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (2007-2013)**

Relativamente a este programa do anterior quadro comunitário, foram pagos 1.4 milhões de euros no ano de 2016, tendo os pagamentos sido representativos apenas no Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal. O Eixo 2 apresentou, ainda, um valor positivo na medida Promoção do Valor Ambiental da Floresta. Nos restantes eixos os valores totais foram negativos, respeitantes a acertos e recuperações (Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM.

Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Região Autónoma da Madeira** | | |
| Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal | 22 807 | 1 845 |
| Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas | 4 922 | -93 |
| Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural | 259 | -359 |
| Eixo 4 - Abordagem LEADER | 136 | |
| Assistência Técnica | 1 214 | |
| Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores | 18 | -14 |
| **Sub-Total PRODERAM** | **29 357** | **1 379** |
| Juros | 0.1 | -0.2 |
| **Total** | **29 357** | **1 379** |

Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal

Apenas duas medidas ainda tiveram pagamentos dentro do Eixo 1: o Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, com 1.6 milhões de euros e o Desenvolvimento de Infraestruturas, com 414 mil euros.

Os restantes montantes foram negativos, decorrentes de acertos e recuperações. A respetiva distribuição é apresentada no Quadro 25.

Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM - Eixo 1

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal** | | |
| Formação Profissional e Ações de Informação | 195 | -10 |
| Instalação de Jovens Agricultores | 349 | -25 |
| Criação de Serviços de Aconselhamento | 25 | |
| Modernização das Explorações Agrícolas | 2 586 | -29 |
| Melhoria do Valor Económico das Florestas | 77 | 38 |
| Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais | 5 109 | 1 584 |
| Desenvolvimento de Infra-estruturas | 8 133 | 414 |
| Restabelecimento do Potencial de Produção | 6 329 | -126 |
| Participação dos Agricultores em Regimes de Qualidade dos Alimentos | 5 | |
| **Total Eixo 1** | **22 807** | **1 845** |

Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas

A Promoção do valor ambiental da floresta apresentou um valor de 79 mil euros. As restantes apenas verificaram acertos e recuperações, sendo os respetivos montantes negativos, fazendo com que o total pago ao abrigo deste eixo fosse negativo.

A distribuição dos pagamentos é apresentada no Quadro 26.

Quadro 26 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM - Eixo 2

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas** | | |
| Apoio Específico aos Agricultores em Regiões Desfavorecidas | -88 | -24 |
| Medidas Agro-Ambientais | -34 | -128 |
| Florestação de Terras não Agrícolas | 109 | -14 |
| Pagamentos Natura 2000 | 26 | |
| Investimentos Agrícolas não Produtivos | 108 | -3 |
| Restabelecimento do Potencial Silvícola | 4 118 | -2 |
| Promoção do Valor Ambiental da Floresta | 684 | 79 |
| **Total Eixo 2** | **4 922** | **-93.3** |

### 2.1.2.5. PRORURAL+ - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2014 – 2020)

Durante o ano de 2016 foram pagos, no âmbito deste programa, 28.9 milhões de euros referentes às medidas Investimentos em ativos físicos, Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas, Agroambiente e clima, Agricultura biológica, Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas e Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER (Quadro 27 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+Quadro 27).

A medida 4 - Investimentos em ativos físicos, cujos pagamentos se iniciaram no ano em questão, divide-se em 3 submedidas: Apoio a investimentos em explorações agrícolas, Apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas e Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura.

A submedida Apoio a investimentos nas explorações agrícolas tem como objetivo melhorar o desempenho técnico, económico e ambiental das explorações visando o aumento da sua competitividade, contribuir para a diversificação da produção, aumentar a produção de alimentos de qualidade e contribuir para o rejuvenescimento dos ativos do setor como alavanca para o combate ao desemprego, incentivando os jovens a permanecer nas zonas rurais e criando emprego.

A submedida Apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas visa promover a modernização do setor agroalimentar açoriano acentuando o reforço da valorização das suas produções e dando bases de sustentabilidade ao tecido produtivo regional, e reforçar o papel que as empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas desempenham na modernização das explorações agrícolas, no sentido do aumento da sua competitividade, diversificação e/ou produção de qualidade, contribuindo para a dinamização e renovação das gerações no setor.

A submedida Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e

silvicultura, tem como objetivo contribuir para o aumento da competitividade do setor agroflorestal, reestruturando e desenvolvendo o potencial físico, através da melhoria das infraestruturas de apoio ao setor; aumentar e melhorar a rede de infraestruturas de apoio às explorações agrícolas e florestais, nomeadamente os acessos às explorações agrícolas e florestais, de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica. Ao abrigo da medida 4, foram pagos, no total, 3.1 milhões de euros, correspondendo 1.4 milhões a pagamentos efetuados na submedida 4.2 e 1.7 milhões a pagamentos da submedida 4.3.

A medida 8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas representou 41 mil euros de pagamentos em 2016. Esta medida pretende aumentar a competitividade no mercado dos produtos florestais, no qual é necessário reforçar a capacidade produtiva promovendo a requalificação do tecido empresarial, através do apoio às empresas de exploração florestal, comercialização e transformação de matérias-primas, provenientes de sistemas florestais ou agroflorestais.

Relativamente à medida 10 - Agroambiente e clima, segunda medida mais representativa em termos de pagamentos efetuados no PRORURAL+, foram pagos 9.5 milhões de euros.

A medida 11 – Agricultura biológica, registou 178 mil euros de pagamentos, montante cerca de 137% superior ao montante pago em 2015.

Os pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas (medida 13), representaram 15.3 milhões de euros de pagamentos, o que correspondeu a 54% do total pago ao abrigo deste programa.

A medida 15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas pretende estimular os detentores de áreas florestais a assumir compromissos silvoambientais que ultrapassem as normas obrigatórias previstas na legislação regional, para que se promova a biodiversidade e o reforço do papel protetor das áreas florestais quanto à erosão do solo, à manutenção dos recursos hídricos, da qualidade das águas e aos riscos naturais. Foram pagos neste âmbito 368 mil euros.

Foram, ainda, pagos 65 mil euros no âmbito da medida 19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER. Esta medida tem como objetivo permitir aos GAL, previamente selecionados, elaborarem e apresentarem uma Estratégia de Desenvolvimento Local, centrada no

aumento de competências da população ativa, no acompanhamento e apoio técnico à criação de emprego, em particular por jovens e mulheres, no reforço da governança local, pelo apoio ao associativismo comunitário e mobilização de atores para o desenvolvimento de intervenções no território. Promove, também, a valorização dos territórios locais rurais e a consolidação do seu tecido económico, social, cultural e ambiental e diligencia a conjugação e a otimização da aplicação dos recursos operacionais, humanos e financeiros oriundos dos vários territórios rurais. Apoia, ainda, os GAL na dinamização de atividades essenciais à promoção e divulgação da estratégia junto das comunidades locais.

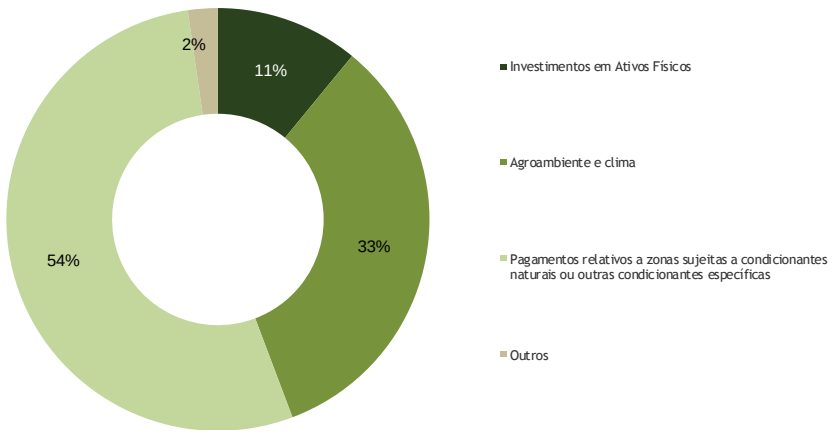
O Quadro 27 e o Gráfico 15 apresentam os pagamentos efetuados, em 2016, ao abrigo do PRORURAL+.

Quadro 27 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Região Autónoma dos Açores** | | |
| M4 - Investimentos em ativos físicos | | 3 125 |
| M8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas | | 41 |
| M10 - Agroambiente e clima | 16 445 | 9 520 |
| M11 - Agricultura biológica | 75 | 178 |
| M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas | 23 042 | 15 271 |
| M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas | | 368 |
| M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER | | 65 |
| **Total PRORURAL+** | 39 562 | 28 569 |

Gráfico 15 – Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+



### 2.1.2.6. Pagamentos transitados de programas anteriores

**PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)**

O montante total pago no âmbito do programa PRORURAL diminuiu, tendo havido ainda pagamentos ao aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal e no âmbito dos anteriores programas.

Foram pagos, no total, 5.4 milhões de euros, distribuídos de acordo com o Quadro 28.

Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Região Autónoma dos Açores** | | |
| Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal | 20 956 | 4 795 |
| Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural | -14 532 | |
| Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia | 9 706 | -74 |
| Eixo 4 - Abordagem LEADER | 1 257 | |
| Assistência Técnica | 108 | |
| Pagamentos no âmbito de programas anteriores | 1 249 | 690 |
| **Sub-Total PRORURAL** | **18 744** | **5 411** |
| Condicionalidade | 0.1 | |
| Recuperações | -10 | |
| Juros sobre dívidas | -2.2 | |
| **Total** | **18 732** | **5 411** |

Eixo 1 - Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal

Os pagamentos ao abrigo deste eixo totalizaram 4.8 milhões de euros, 71% dos quais destinados à Modernização de explorações agrícolas e 27% à Reforma antecipada.

Foram igualmente pagos 236 mil euros à Instalação de jovens agricultores, sendo os restantes valores negativos, relativos a acertos e recuperações (Quadro 29).

Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL - Eixo 1

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal** | | |
| Instalação de Jovens Agricultores | 1 394 | 236 |
| Reforma Antecipada | 1 357 | 1 272 |
| Serviços de Gestão e Aconselhamento | 21 | |
| Modernização de Explorações Agrícolas | 9 580 | 3 426 |
| Valor Económico das Florestas | 821 | |
| Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais | 7 006 | -1 |
| Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas | 776 | -138 |
| **Total Eixo 1** | **20 956** | **4 795** |

## Programas de desenvolvimento rural da RAA de períodos de programação anteriores

Relativamente aos anteriores programas de desenvolvimento rural, foi pago um total de 690 mil euros, sendo a principal parcela (82%) destinada à Florestação de terras agrícolas e 17% à Reforma antecipada. Houve, ainda, um pagamento residual de Medidas Agroambientais, no valor de 6 mil euros (Quadro 30).

Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Região Autónoma dos Açores** | | |
| Medidas Agro-Ambientais (PDRu Açores)/Medidas Agro-Ambientais (R.2078/92) | 8 | 6 |
| Reforma Antecipada (PDRu Açores)/Cessação Atividade (R.2079/92) | 224 | 121 |
| Florest. Terras Agrícolas (PDRu Açores)/Med. Florestais (R.2080/92) | 1 017 | 567 |
| Indemnizações Compensatórias (PDRu Açores) | | -3 |
| **Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Açores** | **1 249** | **690** |

### 2.1.3. Programa POSEI

No âmbito do Programa POSEI (Programa de Apoio Específico às Regiões Ultraperiféricas), foram pagos 115.6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2.8% do montante total pago, face ao ano anterior. Manteve-se a distribuição percentual entre as medidas, ou seja, as Medidas a favor das produções agrícolas locais representaram 84% daquele montante e o Regime específico de abastecimento 14% (Quadro 31).

Quadro 31 – Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **POSEI** | | |
| Regime específico de abastecimento | 15 476 | 16 139 |
| Medidas a favor das produções agrícolas locais | 94 546 | 97 320 |
| Outras | 2 412 | 2 096 |
| Juros sobre dívidas | -15 | |
| **Total POSEI** | **112 420** | **115 556** |

Os pagamentos referentes ao REA atingiram o montante de 16.1 milhões de euros, que representa um acréscimo de cerca de 3%, face a 2016. Esta variação resulta de um crescimento nos pagamentos efetuados na RAM embora com um ligeiro decréscimo na RAA, conforme se verifica no Quadro 32.

No âmbito das Medidas de apoio à produção local, foram efetuados os pagamentos de saldo da campanha 2015 na data prevista, junho de 2016, depois de assegurado o cumprimento dos diversos *plafonds* por medida/ação, o que em alguns casos implicou a aplicação de taxas de rateio.

No que diz respeito à campanha 2016, à semelhança do que aconteceu em outras ajudas diretas, efetuou-se um adiantamento de 70% aos prémios vacas aleitantes, vacas leiteiras, produtores de leite e ajuda aos produtores de ananás da RAA. Foi ainda pago 80% do Apoio excecional aos produtores de leite dos Açores, no montante aproximado de 1.5 milhões de euros.

Para as medidas que tiveram adiantamento, foi efetuado o pagamento do saldo em dezembro de 2016.

Também em dezembro e para os Açores, procedeu-se ao pagamento do Prémio aos produtores de ovinos e caprinos e da Ajuda aos produtores de culturas arvenses.

Na Região Autónoma da Madeira, procedeu-se ao pagamento da primeira prestação da Medida 2 – Cana-de-açúcar – Transformação em novembro e o pagamento da Medida 1, previsto para março 2017, foi antecipado para dezembro de 2016.

No âmbito da reforma da PAC, foram implementadas/operacionalizadas as alterações previstas de suporte ao apuramento e pagamento das ajudas, nomeadamente, no caso da RAM e para a Medida 1, foi adaptada a cadeia de apuramento da ajuda, com leitura da informação subjacente ao cálculo da ajuda a partir do módulo horizontal de apuramentos (HAP).

No caso da RAA foi realizado o acompanhamento das funções delegadas ao IAMA e DGDR.

Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Madeira** | | |
| Abastecimento | 9 192 | 9 998 |
| Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses | 595 | 9 735 |
| Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da Região | 11 946 | 11 818 |
| Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de Certos Produtos da Região | 1 757 | 1 599 |
| **Total Madeira** | **23 489** | **33 150** |
| **Açores** | | |
| Abastecimento | 6 284 | 6 141 |
| Produção | | |
| Prémios às Produções Animais | 65 616 | 63 063 |
| Ajudas às Produções Vegetais | 14 633 | 11 105 |
| Total Produção | 80 249 | 74 168 |
| Outras | 2 412 | 2 096 |
| **Total Açores** | **88 945** | **82 405** |
| Juros sobre dívidas | -15 | |
| **Total POSEI** | **112 420** | **115 556** |

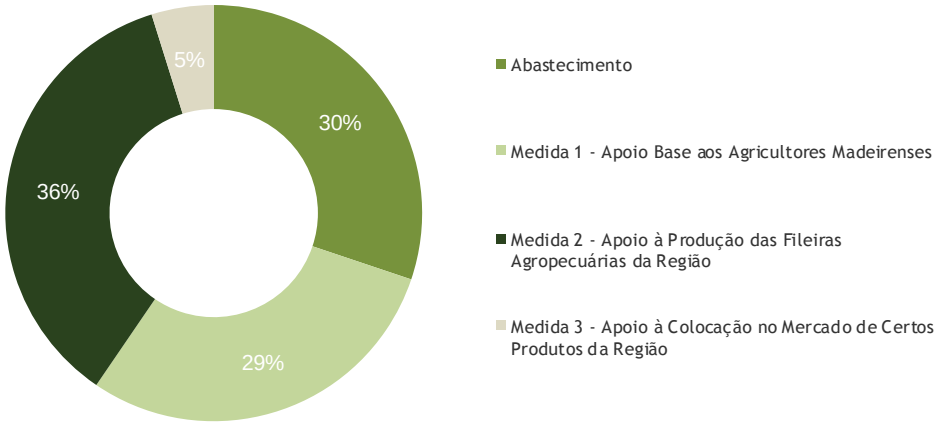
Relativamente à distribuição do montante pago pelas duas regiões abrangidas pelo Programa, salienta-se um crescimento significativo na RAM (41%).

O montante dos pagamentos efetuados nesta Região atingiu os 33.2 milhões de euros enquanto na RAA diminuiu para 82.4 milhões.

Percentualmente, a Região Autónoma dos Açores representou 71% do total, e a Região Autónoma da Madeira 29%.

A subida verificada na RAM está relacionada com o facto do pagamento da Medida 1 ter ocorrido durante o ano de 2016, quer da campanha 2015, quer da campanha 2016. Relativamente à campanha 2015 foram pagos 5.2 milhões de euros, a mais de 10 700 candidatos. Da campanha 2016 foi efetuado um pagamento em dezembro de 2016 a cerca de 10 400 beneficiários, no montante total de 4,6 milhões de euros.

Gráfico 16 – Pagamentos POSEI – Madeira (%)




Relativamente à Medida 2 – Apoio à produção das fileiras agropecuárias da região, o montante pago foi de 11.8 milhões de euros, muito semelhante ao efetuado no ano anterior.

O número de beneficiários da Ajuda à Banana manteve-se em cerca de 2700, tendo os mesmos recebido 7.8 milhões de euros, o que representa 66% do total pago desta medida.

O pagamento das ajudas da Medida 3 reduziu ligeiramente face ao ano anterior, sendo a distribuição idêntica entre as duas ações (expedição e comercialização).

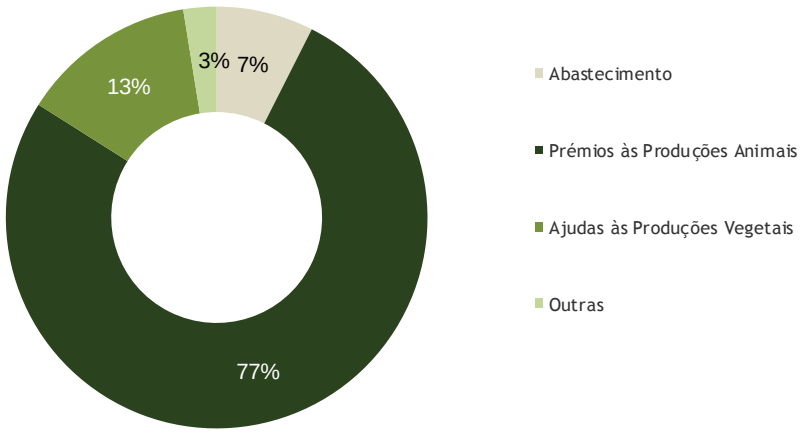
O Gráfico 16 representa a distribuição percentual dos pagamentos efetuados no âmbito do POSEI – Madeira.

Na Região Autónoma dos Açores os Prémios às produções animais atingiram 63.1 milhões de euros, representando 77% do total pago nesta Região, ao abrigo do Programa POSEI.

Destacaram-se, igualmente, o Prémio aos produtores de leite com pagamentos da ordem dos 20.7 milhões de euros, seguindo-se os Prémios à vaca leiteira e à vaca aleitante com 16.8 e 9.1 milhões, respetivamente.

Nas Ajudas às produções vegetais, destacaram-se a Ajuda aos produtores de culturas arvenses com 4.5 milhões de euros e a Ajuda aos produtores de ananás com 3.3 milhões. O Gráfico 17 representa a distribuição percentual dos pagamentos efetuados no âmbito do POSEI – Açores.

Gráfico 17 – Pagamentos POSEI – Açores (%)




### 2.1.4. Medidas veterinárias – Medidas de gestão centralizada

O IFAP é responsável pela gestão e pagamento, aos produtores pecuários, das indemnizações por abates sanitários. Por inerência de funções, o IFAP é também o organismo responsável pela gestão das despesas com cofinanciamento do FEAGA, continuando a centralizar a documentação respeitante às despesas passíveis de reembolso e a proceder à elaboração do respetivo pedido de reembolso. Indemnizar os proprietários de animais

das espécies bovina, ovina, caprina e avícola sujeitos a abate compulsivo, com vista a salvaguardar a saúde pública e animal é um dos objetivos.

No âmbito das medidas veterinárias foram pagos 650 mil euros, essencialmente destinados aos Planos de Saúde de Bovinos e de Ovinos, tendo ocorrido recuperações no que respeita ao Plano de erradicação das encefalopatias transmissíveis e no Rastreio de doenças do plano nacional de saúde animal, conforme evidencia o Quadro 33.

Quadro 33 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Plano de Saúde Bovinos | 722 | 670 |
| Plano de Saúde Ovinos | 138 | 119 |
| Plano de Erradicação das Encefalopatias Transmissíveis | -3 | -38 |
| Rastreio de Doenças do Plano Nacional de Saúde Animal | -7 | -102 |
| **Total Medidas Veterinárias** | **850** | **650** |

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

### 2.1.5. Seguros

Seguro de colheitas (SC)

O Seguro de colheitas, integrado no PDR 2020, garante o pagamento de uma indemnização face à ocorrência de fenómenos climáticos adversos que possam afetar as colheitas, permitindo estabilizar o respetivo rendimento em caso de prejuízo. Em 2016, o montante pago atingiu 3.5 milhões de euros. A informação sobre este seguro encontra-se detalhada no ponto 2.1.2.1.

Seguro vitícola de colheitas (SVC)

O Seguro vitícola de colheitas visa contribuir para proteger os rendimentos dos produtores de uva para vinho quando sejam afetados por acontecimentos climáticos adversos. Este mecanismo de apoio é integralmente financiado pelo orçamento da União Europeia (FEAGA). No ano de 2016 o montante líquido pago foi de 2.8 milhões de euros de bonificações de prémios.

Sistema integrado de proteção contra as aleatoriedades climáticas (SIPAC)

No âmbito do antigo SIPAC foi dada continuidade ao registo de pedidos de pagamento provenientes das seguradoras, tendo sido pagos 6.5 milhões de euros e 41 mil euros relativos a Compensação de sinistralidade. Houve ainda pagamentos, ao abrigo do Fundo de calamidades, no montante de 28 mil euros.

Em 2016 verificou-se um decréscimo significativo nos pagamentos do SIPAC, face ao ano anterior, de 27.4 milhões de euros para 9.4 milhões de euros. A transferência para o novo seguro de colheitas, financiado com fundos comunitários, através da medida 6 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo do PDR 2020, poderá estar na origem desta evolução, uma vez que este seguro é composto por uma apólice horizontal que abrange todas as culturas no território continental e por apólices específicas mais adaptadas às culturas e regiões. Além disso, os agricultores que façam seguros terão prioridade e majorações nos apoios às medidas de Investimento do PDR 2020.

Seguro Aquícola

Em 2016, foram elaborados diversos pareceres e diplomas legislativos referentes à criação de um seguro aquícola, e desenvolvidos procedimentos para a sua implementação.

No Quadro 34 estão identificados os pagamentos efetuados no âmbito dos seguros.

Quadro 34 – Pagamento de Seguros

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| SIPAC - Seguro de Colheitas | 18 113 | 6 549 |
| SIPAC - Compensação de Sinistralidade | 6 159 | 41 |
| SIPAC - Fundo de Calamidades | 48 | 28 |
| Seguro Vitícola de Colheitas | 3 120 | 2 825 |
| **Sub-total** | **27 440** | 9 442 |
| Seguro de Colheitas (FEADER) | 7 937 | 3 478 |
| **Total** | **35 377** | **12 920** |

Nota: Os pagamentos relativos ao Seguro de colheitas (FEADER), no montante de 3.5 milhões de euros, encontram-se integrados no PDR 2020 e são apresentados também no Quadro 15.

Em 2016, foi criada no âmbito do setor da agricultura/pecuária uma nova linha de crédito garantida para apoio aos produtores de leite de vaca e suínos e foi dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional que foram implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento dos setores agrícola e agroindustrial.

Crédito curto prazo, agricultura, silvicultura e pecuária

Na linha de crédito de curto prazo, enquadrada no âmbito dos auxílios de *minimis*, foram apresentados 1728 contratos, referentes a 797 beneficiários, no montante global de 86.9 milhões de euros. Foram pagos 442 mil euros de bonificações ao abrigo destas linhas de crédito, sendo 436 mil destinados ao apoio ao sector agrícola, pecuário e agroalimentar e 7 mil euros destinados à Seca de 2012.

Crédito médio e longo prazo

Linha de crédito garantida de apoio aos Produtores de leite de vaca cru e suínos – auxílio de *Minimis*

No seguimento da crise do setor da suinicultura e da produção leiteira, o governo criou medidas nacionais integradas para apoio aos respetivos setores, nas quais se incluem a criação de instrumentos financeiros capazes de dar resposta às necessidades destes setores, designadamente sob a forma de linhas de crédito garantidas (Decreto Lei nº 27/2016, de 14 de junho e Despacho Normativo nº 7/2016, de 2 de agosto).

Foram criadas duas linhas de crédito com objetivos distintos:

- Linha tesouraria destinada a suprimir as dificuldades de tesouraria;
- Linha reestruturação, destinada a permitir que os produtores resolvam situações de endividamento, reestruturando as suas dívidas à banca ou a fornecedores, relacionadas com a atividade desenvolvida pelos respetivos produtores.

O montante global de crédito a conceder foi de 20 milhões de euros, sendo 10 milhões de euros para cada uma das linhas de crédito, correspondendo a ajuda pública ao pagamento da bonificação das comissões de garantia. Em 2016 foram aprovadas 23 candidaturas, num montante global de cerca de 2.2 milhões de euros.

Linha de crédito de apoio aos Produtores de leite de vaca cru e suínos – auxílio de *Minimis*

No âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto Lei nº 237/2015, de 14 de outubro, foram apresentados para efeitos de pagamento de bonificação de juros, 237 contratos, no montante global de 17.2 milhões de euros. O pagamento das bonificações de juros ocorrerá entre 2017 e 2019.

O pagamento da bonificação de juros, decorrentes dos contratos efetuados junto das instituições de crédito, totalizou o montante global de cerca de 791 mil euros, com a distribuição que se apresenta no Quadro 35.

Quadro 35 - Pagamentos de linhas de crédito

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Crédito de curto prazo** | **488** | **442** |
| **Apoio Atividade Agrícola, Pecuária e Agro-Alimentar** | 486 | 436 |
| **SECA 2012** | 2 | 7 |
| Apoio à Alimentação Animal | 1 | 3 |
| Apoio ao Setor Agrícola | 2 | 4 |
| **Crédito de médio e longo prazo** | **812** | **349** |
| **Total** | **1 300** | **791** |

## 2.1.6. Outros apoios

O pagamento a destacar no âmbito dos Outros apoios, à semelhança de 2015, foi o Apoio a funções delegadas. Conforme ilustra o Quadro 36, o montante pago foi de 6.3 milhões de euros.

Quadro 36 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Apoio a funções delegadas** | **6 076** | **6 267** |
| **Seca 2012** | **-4** | **-5** |
| Comparticipação dos Custos de Energia (2010) | 8 | |
| Subsídio à Eletricidade Verde (regime antigo) (*) | -0 | -2 |
| Outros (*) | 36 | 1 |
| **Total** | **6 116** | **6 261** |

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

### 2.1.7. Quadros comunitários anteriores

O ano de 2016 correspondeu ao ano de encerramento dos planos de reembolso dos incentivos reembolsáveis do programa AGRO, aprovado no QCAIII. Nesse contexto, durante o 2º semestre foram realizadas as diligências necessárias para a execução das garantias bancárias dos beneficiários em situação de incumprimento, encontrando-se esse processo encerrado.

No quadro da monitorização das garantias, fianças e outras garantias prestadas a favor do IFAP, foi analisada a situação de cerca de 304 projetos, tendo-se dado sequência ao processo de liberação de 56 garantias bancárias, fianças e outras.

## 2.2. Ajudas ao setor da pesca

No que respeita ao setor da pesca, foram pagos 56.8 milhões de euros no ano de 2016. Face a 2015, registou-se um aumento, devido essencialmente ao início dos pagamentos do Mar 2020. Os programas PROMAR e PROPESCA, bem como as Linhas de Crédito, reduziram os montantes pagos no ano (Quadro 37).

Quadro 37 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| MAR 2020 | | 15 995 |
| PROMAR e PROPESCA | 53 841 | 40 482 |
| Linhas de Crédito | 445 | 372 |
| SIFICAP | -486 | |
| POSEI | -0 | |
| Despesas de Encerramento de QCA III | -684 | -36 |
| **Total Pescas** | **53 115** | **56 813** |

### 2.2.1. MAR 2020

O programa operacional Mar 2020 foi aprovado formalmente em 2015. Tem por objetivo implementar, em Portugal, as medidas de apoio enquadradas

no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) sendo as suas prioridades estratégicas:

- Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento;
- Assegurar a sustentabilidade económica social e ambiental do setor da pesca e da aquicultura, contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política Marítima Integrada;
- Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentar o emprego e a coesão territorial, bem como aumentar a capacidade e qualificação dos profissionais do setor.

O novo Programa Operacional inclui novas áreas de intervenção prioritárias, que anteriormente eram geridas de forma direta pela Comissão Europeia, como sejam o Programa de recolha de dados, o Controlo e vigilância da atividade da pesca, a Organização comum de mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, o Plano de compensação para as regiões ultraperiféricas e ainda, sob gestão partilhada, a Política marítima integrada.

Conforme ilustra o Quadro 38, a maior parcela de pagamentos, no valor de 3.5 milhões de euros, destinou-se ao Fomento da execução da Política comum de pesca (PCP). Os apoios destinam-se ao controlo e inspeção relativos à PCP e à recolha de dados no quadro da mesma.

A promoção de uma pesca ambientalmente sustentável canalizou 956 mil euros de pagamentos. São aqui apoiados os investimentos a bordo e a seletividade, o arranque da atividade de jovens pescadores, a inovação e o conhecimento, a proteção e restauração da biodiversidade, os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, a promoção do capital humano, e a cessação temporária das atividades de pesca do lagostim e com recurso a artes de cerco.

Seguiu-se a Assistência Técnica, com 552 mil euros pagos e, por fim, 99 mil euros destinaram-se ao aumento do emprego e coesão territorial, onde são apoiados o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC), custos operacionais e animação e a execução de estratégias de desenvolvimento local.

Tanto na RAM como na RAA, a totalidade dos pagamentos deste setor destinaram-se à Promoção da comercialização e da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura. Dentro desta prioridade estão incluídos

apoios aos planos de produção e comercialização, ao desenvolvimento de novos mercados, promoção e comercialização, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, planos de compensação às Regiões Autónomas e ao armazenamento dos produtos da pesca. Foram pagos 2.9 milhões de euros e 8 milhões de euros à RAM e à RAA, respetivamente.

Quadro 38 - Pagamentos efetuados ao abrigo do MAR 2020

unid:mil euros

| | 2016 |
|---|---|
| **Continente** | |
| Prioridade 1 - Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável | 956 |
| Prioridade 3 - Fomentar a Execução da Política Comum de Pesca | 3 455 |
| Prioridade 4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | 99 |
| Prioridade 7 - Assistência Técnica | 552 |
| Total Continente | 5 062 |
| **Região autónoma da Madeira** | |
| Prioridade 5 - Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 2 880 |
| Total Madeira | 2 880 |
| **Região Autónoma dos Açores** | |
| Prioridade 5 - Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 8 053 |
| Total Açores | 8 053 |
| **Total** | **15 995** |

### 2.2.2. Programa operacional das pescas

Ao abrigo do Programa operacional das pescas foram pagos 40.5 milhões de euros, dos quais 37 milhões no Continente. Com o arranque do Mar 2020, a tendência será para uma diminuição dos pagamentos dentro deste programa.

No caso dos incentivos reembolsáveis concedidos pelos programas MARE e PROMAR continuaram a ser objeto de tratamento os respetivos planos de reembolso considerando que existem projetos cujo prazo de amortização ainda não terminou.

Os investimentos mais significativos continuaram a ser efetuados ao abrigo do Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, totalizando 18.8 milhões de euros,

seguindo-se os do Eixo 3 – Medidas de interesse geral, com 12.0 milhões de euros.

Na RAM o montante total pago aumentou, devido essencialmente aos pagamentos ao abrigo do Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, que não ocorreram no ano anterior e totalizaram 123 mil euros. O Eixo 1 – Adaptação do esforço de pesca e o Eixo 3 – Medidas de interesse geral, registaram pagamentos na ordem dos 51 mil euros e 54 mil euros, respetivamente.

Quanto à RAA, os 3.2 milhões de euros pagos foram distribuídos pelo Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (242 mil euros) e Eixo 3 – Medidas de interesse geral (3 milhões de euros).

Relativamente ao ano anterior, houve um aumento nos montantes pagos em ambos os eixos (Quadro 39).

Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| **Continente** | | |
| Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca | 6 978 | 2 098 |
| Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura | 24 255 | 18 817 |
| Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral | 13 358 | 12 031 |
| Eixo 4 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca | 5 725 | 4 312 |
| Eixo 5 - Assistência Técnica | 384 | -263 |
| Total Continente | 50 701 | 36 994 |
| **Região autónoma da Madeira** | | |
| Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca | 130 | 51 |
| Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura | | 123 |
| Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral | 49 | 54 |
| Eixo 5 - Assistência Técnica | 2 | 1 |
| Total Madeira | 180 | 229 |
| **Região Autónoma dos Açores** | | |
| Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca | | |
| Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura | 214 | 242 |
| Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral | 2 746 | 3 017 |
| Total Açores | 2 960 | 3 259 |
| **Total** | **53 841** | **40 482** |

### 2.2.3. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Em 2016 foi criada uma nova linha de crédito com bonificação de juros para apoio ao setor da pesca e foi dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento do setor das pescas: Linhas de crédito de médio e longo prazo de 2008 e 2014.

Pelo Despacho nº 14290/2016, de 17 de novembro, foi reaberta a linha de crédito de apoio ao setor da pesca, criada pelo Decreto Lei nº 116/2014, de 5 de agosto. O montante global de crédito fixou-se em 8.5 milhões de euros, com um prazo de candidatura até janeiro de 2017.

O pagamento de bonificações de juros, decorrente de contratos efetuados junto das instituições de crédito, para apoios ao setor da pesca totalizou 372 mil euros, no ano de 2016 (Quadro 40).

Quadro 40 - Pagamentos de bonificações de juros efetuados ao setor da pesca

unid:mil euros

| | 2015 | 2016 |
|---|---|---|
| Apoio ao Setor das Pescas | 445 | 372 |
| **Total Bonificações de Juros - Pescas** | **445** | **372** |

## 3. Controlo

### 3.1. Sistema integrado de gestão e controlo

No âmbito da gestão e manutenção dos principais elementos do sistema integrado de gestão e controlo (SIGC)[1], foram desenvolvidas as seguintes atividades:

#### 3.1.1. Sistema de identificação de beneficiários

O número de utilizadores registados no Sistema de Identificação de Beneficiários do IFAP (IB) continuou a crescer em 2016, perfazendo 482 904 no final do ano (acréscimo de cerca de 6% relativamente a 31/12/15). Os principais impulsionadores de novos registos IB continuaram a ser o Sistema nacional de identificação e registo de animais (SNIRA) e as novas candidaturas no âmbito do PDR2020.

Em cumprimento do princípio da melhoria contínua do sistema no que se refere à simplificação e desmaterialização de processos e ao reforço de validações, foi celebrado um novo protocolo de colaboração institucional com o Instituto dos Registos e Notariado (IRN, I.P.), para validação de dados relativos a pessoas singulares.

Os procedimentos automáticos instituídos para atualização e manutenção da qualidade dos dados do IB motivaram o envio, via correio eletrónico, de cerca de 212 mil alertas para informar sobre a existência de dados desatualizados e/ou ocorrências impeditivas de pagamento, a mais de 41 mil beneficiários.

Dos 22 472 binómios NIF/NIB enviados ao IGCP e SIBS para validação, 903 (4%) obtiveram resposta negativa, pelo que se verifica que esta validação continua a contribuir para acautelar a fiabilidade dos pagamentos a efetuar, bem como para a diminuição da carga administrativa do IFAP.

No quadro das atividades de manutenção foi ainda efetuada a análise semanal de erros associados a NIB não aderentes ao *Single Euro Payments Area* (SEPA).

---

[1] O SIGC permite garantir a regularidade das despesas efetuadas no domínio das ajudas diretas, financiadas pelo FEAGA, e de determinados apoios dos Eixos 2 e 4, financiados pelo FEADER. Reúne um conjunto de procedimentos regulamentares e técnicos para gestão e controlo das ajudas, a partir dos quais é possível obter um conhecimento integral das explorações agrícolas (identificação do responsável e informação sobre as superfícies e animais envolvidos).

### 3.1.2. Sistema de identificação de parcelas agrícolas

Em 2016 foram implementadas diversas novas funcionalidades na aplicação iSIP das quais se destacam as três desenvolvidas no âmbito do Programa Simplex+ com o objetivo de facilitar e melhorar o acesso dos cidadãos à informação que integra o Parcelário.

Assim, no contexto do projeto *Parcelário acessível a todos*, os beneficiários do IFAP e o público em geral passaram a ter à sua disposição as seguintes funcionalidades para acesso à informação sobre as parcelas das explorações agrícolas:

- Versão pública do Sistema de Identificação Parcelar

  Aplicação que permite ao público em geral visualizar as parcelas identificadas no SIP e as respetivas ocupações do solo, bem como outra informação geográfica de natureza diversa, nomeadamente informação geográfica de apoio ou de condicionantes. Nesta aplicação não é possível aceder a qualquer informação de natureza pessoal.

- Versão do Sistema de Identificação Parcelar destinada a beneficiários do IFAP

  Este *interface*, acedido via área reservada do Portal do IFAP, faculta aos beneficiários a visualização da informação sobre as suas explorações agrícolas já identificadas no Parcelário. Além da visualização, os beneficiários poderão também exportar informação vetorial das respetivas explorações, bem como obter os documentos de caracterização das suas explorações.

- Serviços *WEB* de Gestão de Dados Geográficos (WMS/WFS)

  Permite a disponibilização de informação referente a parcelas e a ocupações do solo.

Além das anteriores, entraram também em funcionamento outras funcionalidades de natureza mais técnica:

- Atualização do *layer* das Superfícies de Interesse Ecológico (SIE)

  Desenvolvida para dar cumprimento a obrigações introduzidas pela PAC relativamente à atualização anual desta camada de informação.

- Apuramento do Grau de cobertura

Permitiu aos criadores de porco ibérico disporem de uma saída gráfica com a informação necessária ao processo de certificação da carne de porco ibérico, em Espanha.

- Migração de ficheiros GPS

  Simplificou o processo de atualização do iSIP com base em informações recolhidas em campo.

- Reformulação da informação associada aos baldios

  Facilitou a gestão dos dados relativos a baldios e o apuramento das respetivas áreas máximas elegíveis.

- Transferência temporária de parcelas

  Simplificou os processos de atualização do Parcelário, o que constitui um incentivo à atualização da informação residente na base de dados.

- Criação do *layer* de expropriações (EDIA e EDP)

  Possibilitou a visualização das áreas objeto de intervenção. É utilizado para impedir a identificação de novas parcelas nestas áreas e, deste modo, evitar erros declarativos.

- Criação do *layer* do Cadastro geométrico da propriedade rústica

  Para efeitos de atualização do Parcelário. Trata-se de uma *shapefile* com a informação vetorial do Cadastro geométrico da propriedade rústica, disponibilizada pela DGT.

- Outras funcionalidades

  Por exemplo, a alteração da legenda ou a reformulação do módulo das visitas de campo.

Em julho de 2016, após o termo do período de candidaturas, procedeu-se à consolidação da informação existente à data da submissão das candidaturas, na tabela do Parcelário criada para utilização no controlo administrativo cruzado da campanha 2016.

O primeiro ciclo quadrienal da revisão do Parcelário no Continente ficou concluído em 2016 com a revisão regular de parcelas que decorreu entre 1 de agosto e 19 de dezembro de 2016, na qual foram revistas 106 205 parcelas, repartidas por 57 concelhos. Sempre que necessário, foram efetuadas alterações de ocupação de solo e/ou de limites de parcelas.

A revisão foi executada por 105 técnicos das Organizações de Agricultores (OA), com recurso à fotointerpretação das parcelas do universo identificado para o efeito. As visitas de campo foram asseguradas pelas DRAP.

Em 56% dos concelhos o trabalho foi aprovado após a primeira revisão efetuada pela entidade revisora. Em 25% dos concelhos o trabalho de revisão teve que ser repetido uma vez, enquanto nos restantes 19% foi necessário proceder a duas ou mais repetições até à aprovação final.

Durante o período de revisão do Parcelário foram enviadas, por *email*, 965 respostas a dúvidas e a solicitações de esclarecimento relativas a parcelas, enviadas pelas entidades revisoras via plataforma *Revisao.Parcelari@ifap.pt*.

Quadro 41 – Revisão regular do Parcelário – Número de parcelas revistas em 2016

| ANO DA AMOSTRA | Nº PARCELAS DO OBJETIVO INICIAL | Nº PARCELAS REVISTAS | COM REVISÃO APROVADA | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Nº PARCELAS | % APROVAÇÃO |
| 2016 | 106 254 | 106 205 | 106 205 | 100.00% |

Nota: A diferença entre o número de parcelas do objetivo inicial e o número de parcelas revistas deve-se ao facto de, na revisão, ter sido necessário efetuar a união de parcelas inicialmente independentes por aplicação do conceito de parcela de referência.

Figura 1 - Revisão regular do Parcelário - Distribuição geográfica das parcelas revistas em 2016

No âmbito das tarefas de atualização do Parcelário, os serviços do IFAP procederam à atualização da informação referente a cerca de 164 000 parcelas. Estas atualizações consistiram sobretudo na retificação dos limites das parcelas, adequação do conceito de parcela de referência e correção de ocupações do solo.

Foram também alteradas cerca de 561 000 parcelas através da integração de resultados do controlo.

No período que antecedeu as candidaturas ao PU foi concluído o processo de melhoria da gestão das áreas afetas aos baldios, iniciado em 2015. Assim, após a realização de testes informáticos, foi desencadeada com sucesso a integração dos baldios no *layer* de parcelas, onde passaram a estar representados.

Em 2016, o IFAP procedeu à receção e ortorretificação das imagens de satélite de alta e muito alta resolução, fornecidas pela Comissão Europeia, para efeitos da realização do controlo por fotointerpretação e do controlo de qualidade do SIP - *Executive Test Suite* (*ETS*). Estas imagens foram igualmente disponibilizadas na aplicação iSIP.

A prestação de esclarecimentos via plataforma Info.SIP[2] materializou-se no envio e receção de cerca de 6500 mensagens de correio eletrónico.

O IFAP recebeu e deu sequência a 125 solicitações de fornecimento de informação cartográfica, dos quais 81 tiveram os respetivos orçamentos aceites pelos solicitantes. A comercialização de produtos cartográficos apresentou uma receita de cerca de 2900 euros.

### 3.1.3. Sistema nacional de identificação e registo de animais

No âmbito do desenvolvimento da plataforma O SNIRA na *Web,*[3] foi apresentada uma candidatura ao SAMA, em copromoção com a DGAV, para a reengenharia do SIRCA. Contudo, devido às alterações legislativas que se encontravam em curso, o início do projeto foi adiado para 2017.

A BD SNIRA recebe cerca de 4000 comunicações por dia.

Em 2016 foram disponibilizadas ferramentas de correção de dados, que contribuíram para a descentralização e melhoria da eficiência da plataforma SNIRA. Foi também elaborado um conjunto de "Notas rápidas SNIRA" para apoio aos utilizadores das aplicações.

Explorações

A implementação da funcionalidade relativa a transferências de titularidade / averbamentos contribuiu para a consolidação da aplicação de Registo de marcas de exploração de instalações pecuárias, existente no SNIRA.

---

[2] Plataforma Info.SIP - Ferramenta de eficiência na gestão da informação constituída por um canal de comunicação utilizado para apoiar as entidades externas no exercício das suas competências no âmbito da atualização do Parcelário, bem como para prestar esclarecimentos aos beneficiários, garantindo sempre a confidencialidade.

[3] Projeto que visou disponibilizar *online*, via *Web*, as diversas comunicações à base de dados do Sistema nacional de identificação e registo de animais (BD SNIRA).

Quadro 42 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31 de dezembro de 2016

| ESPÉCIE ANIMAL | Nº EXPLORAÇÕES | |
|---|---|---|
| | 2015 | 2016 |
| Bovinos | 57 106 | 59 072 |
| Ovinos e Caprinos | 71 435 | 80 028 |
| Suínos | 14 233 | 15 398 |
| Equídeos | 17 251 | 18 765 |
| Aves e leporídeos | 12 263 | 14 636 |
| Outras espécies | 235 | 260 |

Em 2016 continuou a verificar-se um aumento generalizado no número de explorações ativas registadas no SNIRA, na sequência da estabilização da base de dados e dos apoios associados criados no âmbito da nova PAC. Destaca-se o acréscimo, relativamente a 2015, de 19% no número de explorações de Aves e leporídeos e de 12% nas explorações de Ovinos e caprinos.

Setor dos bovinos

Em 2016 foram efetuadas 1 032 059 comunicações à base de dados SNIRA, referentes a bovinos, o que representa um acréscimo de cerca de 13% relativamente a 2015.

Todas as declarações foram apresentadas por via digital, tendo as declarações em suporte papel deixado de existir.

As funcionalidades existentes foram aumentadas com a disponibilização de uma nova aplicação para registo de nascimentos de Bovinos.

A 31 de dezembro, estavam registados na BD SNIRA 1 654 467 animais ativos da espécie bovina.

Setor dos ovinos

Todas as comunicações à base de dados SNIRA, referentes a ovinos e caprinos, foram apresentadas de forma desmaterializada, via plataforma iDigital.

Em 2016 foram recebidas 244 160 comunicações relativas a ovinos e caprinos, mais cerca de 3% que em 2015.

Quadro 43 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital

| ESPÉCIE ANIMAL | TIPO DE DOCUMENTO | Nº COMUNICAÇÕES |
|---|---|---|
| Ovinos e caprinos | Declaração de existências | 37 672 |
| | Recenseamento inicial | 4 489 |
| | Guias de circulação | 141 933 |
| | Declarações de movimentação externa | 244 |
| | Reidentificações | 21 895 |
| | Mortes e desaparecimentos | 37 927 |
| | Recenseamento especial | 1 111 |

No que se refere aos tipos de identificação utilizados nos animais recenseados no SNIRA, mantem-se a tendência dos anos anteriores de aumento da utilização da identificação eletrónica (mais 3 p.p. que em 2015) e correspondente diminuição da marca auricular convencional.

Quadro 44 - Ovinos e caprinos – Animais recenseados, à data de 31/12/16

| ESPÉCIE ANIMAL | TIPO DE IDENTIFICAÇÃO | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | ELETRÓNICA | % | MARCA AURICULAR CONVENCIONAL | % | |
| Ovinos e caprinos | 2 019 571 | 87% | 290 903 | 13% | 2 310 474 |

Setor dos suínos

A adesão por parte dos produtores de suínos à apresentação das declarações de existências via plataforma *Web* continuou a aumentar.

Em 2016 foram apresentadas 18 475 declarações de existências de suínos, o que representa um acréscimo de cerca de 8% relativamente a 2015.

### 3.1.4. Sistema de identificação e registo de direitos

Em cumprimento do prazo estabelecido na legislação comunitária[4], o IFAP comunicou aos agricultores, durante o mês de março de 2016, os respetivos número e valor dos direitos definitivos ao pagamento para cada um dos anos até 2019. Para este efeito foi implementado um novo cálculo de direitos ao pagamento e foram enviados 154 569 ofícios de comunicação de direitos definitivos RPB.

Este ano foi o primeiro em que ocorreram transferências de direitos ao pagamento RPB. A comunicação das transferências foi realizada através de um formulário *online*, implementado de forma a permitir a recolha de transferências definitivas (sem terra e situações de herança) e temporárias (com terra). O formulário foi igualmente utilizado pelos agricultores que participaram no RPA, que também têm de ser detentores de direitos definitivos atribuídos a título do RPB, embora estes apenas sejam transferíveis em caso de herança ou de herança antecipada.

Em 2016 foram recebidas 7119 comunicações de transferências de direitos ao pagamento.

Quadro 45 – Transferências de direitos RPU em 2015 e RPB em 2016

| TIPO DE TRANSFERÊNCIA | Nº COMUNICAÇÕES | |
|---|---|---|
| | 2015 - RPU | 2016 - RPB |
| Definitiva | 0 | 5 010 |
| Temporária | 0 | 124 |
| Herança | 3 732 | 1 954 |
| Fusão | 89 | 14 |
| Cisão | 12 | 0 |
| Alteração de estatuto legal ou denominação | 179 | 18 |
| Cláusulas privadas de arrendamento e de venda | 351 | 0 |

O PU 2016 foi alterado para atualização das opções de candidatura à Reserva Nacional (RN), apresentação dos direitos ao pagamento e apresentação da documentação relativa à formação requerida para acesso à RN e pagamento aos jovens agricultores.

[4] Regulamento Delegado (UE) nº 639/2014 da Comissão, de 11/03/14, art.º 18º. Determina que o valor e o número definitivo de direitos ao pagamento devem ser estabelecidos e comunicados aos agricultores após a realização de todos os controlos necessários e até 1 de abril do ano seguinte ao primeiro ano de aplicação do RPB.

Em 2016 foram recebidas 1324 candidaturas à RN.

O cálculo da RN para jovens agricultores e agricultores em início de atividade foi também objeto de alteração para adaptação às condições de acesso vigentes em 2016, diferentes das de 2015, tendo os requisitos relativos à formação sido verificados na totalidade das candidaturas à RN e nos 2859 pedidos de pagamento de jovens agricultores.

Em 2016 foram atribuídos cerca de 1700 direitos da RN a cerca de 550 beneficiários, no montante total de 1.7 M€.

Os beneficiários com direitos atribuídos por via da RN foram incluídos no pagamento da 1ª prestação (95%) de RPB, realizado em dezembro de 2016.

Sendo os montantes disponíveis da RN uma das fontes de financiamento do RPA, o cálculo atempado dos direitos provenientes da RN foi, entre outros fatores, determinante para viabilizar o pagamento da 1ª prestação (95%) de RPA em dezembro de 2016, em simultâneo com a 1ª prestação do RPB.

## 3.2. Controlo administrativo

Em resultado das validações efetuadas pelo controlo administrativo cruzado aos PU da campanha 2016 foram, no âmbito da audiência escrita consignada pelo Código do Procedimento Administrativo, notificados 1511 beneficiários (cerca de 6% menos que na campanha 2015).

## 3.3. Controlo físico

Em 2016, o IFAP continuou a assegurar a realização atempada do controlo *in loco*, condição fundamental para o pagamento das ajudas e apoios do FEAGA e FEADER nos prazos programados e de acordo com a regulamentação e normativos aplicáveis.

As amostras para controlo foram definidas e divulgadas dentro dos prazos estabelecidos. De igual modo, foram desenvolvidas em tempo útil as tarefas de elaboração de normativos de controlo, formação e credenciação de controladores e preparação das aplicações informáticas de suporte.

Embora maioritariamente realizadas por entidades controladoras externas (EC), o IFAP também desenvolveu ações de controlo *in loco*, nomeadamente no âmbito dos Fundos operacionais e da Promoção de vinho

em países terceiros. No domínio do investimento, o IFAP assegurou a realização dos controlos do Programa da Rede Rural Nacional e do PRODERAM, tendo dado apoio às Direções Regionais de Agricultura e Pescas e à Delegação Regional do IFAP na Madeira na realização de controlos *in loco* do PRODER.

A fim de apoiar as EC no planeamento e coordenação dos controlos, o IFAP disponibilizou meios de consulta das diversas fases do controlo e, via endereço eletrónico exclusivo ou por contacto direto, prestou esclarecimentos sobre procedimentos de controlo.

A monitorização da execução das atividades de controlo *in loco*, determinante para o cumprimento dos prazos, foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos que possibilitaram a oportuna deteção, análise e retificação de eventuais desvios face ao inicialmente estabelecido no plano anual de controlo.

No âmbito do controlo da condicionalidade, a partir de abril de 2016 foram enviados 1188 ofícios para comunicação de incumprimentos detetados na campanha 2015, com indicação das correspondentes taxas de penalização. Após análise, foi dada resposta às 142 contestações recebidas.

Quando adequado, foram aplicadas sanções aos pagamentos da campanha 2015, tendo o montante total deduzido ascendido a cerca de 500 mil euros.

Quadro 46 – Continente - Controlos *in loco* de superfícies, realizados nos anos 2015 e 2016

unid: hectares

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA CONTROLADA |
|---|---|---|---|
| Ano 2015 | Campanha 2014 | 1 | 20 |
| | Campanha 2015 | 7 987 | 246 308 |
| Ano 2016 | Campanha 2015 | 6 | 218 |
| | Campanha 2016 | 10 759 | 283 852 |

Nota: Os controlos da Campanha 2015 realizados em 2016 decorrem de seleções extra-amostra (por solicitação ou para auditoria) e do reenvio de uma notificação inicialmente expedida para endereço não correspondente ao IB do beneficiário.

Quadro 47 – Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2015 e 2016

unid: hectares

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA CONTROLADA |
|---|---|---|---|
| Ano 2015 | Campanha 2015 | 5 082 | 144 165 |
| Ano 2016 | Campanha 2016 | 4 169 | 43 742 |

Quadro 48 – RAM – Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2016

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS CONTROLADOS |
|---|---|---|---|
| Campanha 2015 | Explorações | 12 | 1 996 |
| | Matadouros | 1 | 181 |

Quadro 49 – Controlos de animais[5], realizados nos anos de 2015 e 2016

| | | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS CONTROLADOS |
|---|---|---|---|---|
| Ano 2015 | Campanha 2015 | Prémio por ovelha e cabra | 1 014 | 147 777 |
| | | Prémio por vaca em aleitamento | 902 | 86 907 |
| | | Prémio por vaca leiteira | 217 | 27 807 |
| Ano 2016 | Campanha 2016 | Prémio por ovelha e cabra | 1 201 | 162 773 |
| | | Prémio por vaca em aleitamento | 816 | 103 090 |
| | | Prémio por vaca leiteira | 201 | 31 953 |

Quadro 50 – Condicionalidade – Domínio ambiente, controlos realizados em 2016

unid: hectares

| | CONTINENTE | | RAA | | RAM | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA |
| Aves selvagens e conservação de habitats naturais | 303 | 28 127 | 30 | 1 858 | 10 | 24 |
| Lamas de depuração e higiene e segurança alimentar | 1 068 | 69 264 | 118 | 4 825 | 159 | 216 |
| Nitratos | 254 | 20 354 | 1 | 103 | 0 | 0 |
| Produtos fitofarmacêuticos e Proteção das águas subterrâneas | 1 068 | 69 264 | 118 | 4 825 | 159 | 216 |
| Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas | 16 | 13 019 | 46 | 2 834 | 0 | 0 |

[5] O controlo das ajudas do setor animal abrange também o controlo dos animais que estão simultaneamente incluídos nestas ajudas e na componente animal das candidaturas às medidas Agricultura e recursos naturais e Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Quadro 51 – Condicionalidade – Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2016 realizados em 2016

unid: nº controlos

| | CONTINENTE | RAA | RAM |
|---|---|---|---|
| Segurança alimentar | | | |
| Substâncias proibidas, β agonistas | 509 | 76 | 20 |
| Encefalopatias espongiformes transmissíveis | | | |

| | | CONTINENTE | | RAA | | RAM | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS |
| Identificação e registo animal | Bovinos | 708 | 32 671 | 76 | 8 111 | 20 | 169 |
| | Ovinos / Caprinos | | 138 170 | | 210 | | 11 |
| | Suínos | | 35 855 | | 4 | | 924 |

Quadro 52 – Condicionalidade – Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2016 realizados em 2016

unid: nº controlos

| | CONTINENTE | RAA | RAM |
|---|---|---|---|
| Proteção dos animais nas explorações pecuárias | 508 | 76 | 20 |
| Normas mínimas de proteção dos vitelos | 343 | 76 | 16 |
| Normas mínimas de proteção dos suínos | 203 | 5 | 10 |

Quadro 53 – Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), controlos da Campanha 2016 realizados em 2016

unid: hectares

| | CONTINENTE | | RAA | | RAM | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA |
| Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) | 1 068 | 69 264 | 95 | 2 931 | 161 | 215 |

Quadro 54 – FEADER - Controlos *in loco* de projetos de investimento, realizados em 2016

unid: mil euros

| | AMOSTRA 2015 | | AMOSTRA 2016 | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº PROJETOS CONTROLADOS | MONTANTE CONTROLADO | Nº PROJETOS CONTROLADOS | MONTANTE CONTROLADO |
| PRODER | 2 | 391 | 58 | 8 632 |
| PRORURAL | 0 | 0 | 4 | 72 |
| PRODERAM | 0 | 0 | 2 | 219 |

Quadro 55 – FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos *in loco* realizados em 2016

unid: hectares

| | AMOSTRA 2015 | | AMOSTRA 2016 | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº PROJETOS | ÁREA CONTROLADA | Nº PROJETOS | ÁREA CONTROLADA |
| PRODER | 0 | 0 | 21 | 30 328 |
| RURIS | 1 | 16 | 56 | 5 812 |
| QCA I e II - R 2328/91 e 2080/92 | 0 | 0 | 208 | 13 848 |

Quadro 56 – FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos *in loco* realizados em 2016

unid: mil euros

| | Nº PROJETOS CONTROLADOS | MONTANTE CONTROLADO |
|---|---|---|
| Amostra 2016 | 6 | 21 601 |

Quadro 57 – FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos *in loco* realizados em 2016

| | Nº PROJETOS CONTROLADOS |
|---|---|
| Campanha 2014 | 454 |
| Campanha 2015 | 2 668 |
| Campanha 2016 | (*) 168 |
| **Total** | **3 290** |

(*) Controlo prévio.

Quadro 58 – Outros controlos realizados em 2016

unid: nº controlos

| | AMOSTRA 2015 | AMOSTRA 2016 | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Ajuda ao leite e produtos lácteos para os alunos das escolas | 0 | 215 | 215 |
| POSEI RAM – Medida 2 - Ação 2.5- Fileira da Banana | 139 | 0 | 139 |
| Leite e Produtos Lácteos - Quotas (RAA) | 114 | 0 | 114 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção – Controlos 1º nível | 0 | 107 | 107 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível | 0 | 84 | 84 |
| POSEI RAM – Medidas 2 e 3 (exceto Ação 2.5 - Fileira da Banana) | 81 | 3 | 84 |
| Armazenagem de manteiga | 0 | 66 | 66 |
| Regime de fruta escolar | 0 | 26 | 26 |
| Armazenagem privada de suínos | 0 | 24 | 24 |
| Leite e Produtos Lácteos - Compradores e vendas diretas | 21 | 0 | 21 |
| Programa Apícola Nacional | 0 | 18 | 18 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais | 0 | 17 | 17 |
| Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros | 0 | 13 | 13 |
| Leite e Produtos Lácteos - Quotas | 11 | 0 | 11 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado controlos 2º nível | 0 | 8 | 8 |
| Setor do Açúcar (Assistência mútua para confirmação de refinação) | 0 | 6 | 6 |
| Leite e Produtos Lácteos - Compradores e vendas diretas (RAA) | 5 | 0 | 5 |
| Assistência Mútua - Algodão | 0 | 4 | 4 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas | 0 | 2 | 2 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção – Controlos 2º nível | 0 | 2 | 2 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção – Organizações caritativas | 0 | 2 | 2 |
| **Total** | **371** | **597** | **968** |

## 3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade

No âmbito do acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA foram tratadas 11 516 ocorrências[6], o que representa um decréscimo de 8% relativamente a 2015. As ocorrências com maior peso foram as relativas à BD SNIRA (65%), seguidas das referentes a IB (22%) e ao PU (13%).

Foram realizadas 11 sessões de trabalho das Comissões de acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA, para acompanhamento, avaliação e resolução das dificuldades técnicas e/ou logísticas sentidas pelas entidades delegadas[7].

[6] Recebidas através de canais de comunicação específicos, designadamente 2 linhas telefónicas, 2 caixas de e-mail (info.ib e info.snira) e uma aplicação de gestão de ocorrências referentes a formulários, disponível na área reservada do Portal do IFAP. Estes canais são determinantes para a rápida disseminação de informação e para a resolução de eventuais constrangimentos aplicacionais.

[7] Entidades de natureza pública, com competências técnicas na matéria objeto de delegação ou entidades de natureza privada e cooperativa, desde que reconhecidas para o efeito através de protocolo outorgado entre o IFAP e a entidade delegada (DL 22/2013).

Com base em critérios objetivos previamente estabelecidos, o IFAP procedeu à realização de ações de acompanhamento *in loco* nas entidades delegadas, tendo visitado 42 entidades (36 no Continente e 6 na RAM) com funções delegadas ao nível do PU e 45 entidades (39 no Continente e 6 na RAM) com funções delegadas ao nível do IB. Nestas visitas foram controlados parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, os procedimentos utilizados no processo de receção de pedidos de ajuda e os procedimentos para actualização/manutenção de dados referentes à identificação do beneficiário.

As ações de acompanhamento foram realizadas em abril e maio de 2016, no Continente, e em julho, na RAM.

O acompanhamento das funções delegadas relativas às comunicações à BD SNIRA foi assegurado através de visitas e de análise processual em gabinete. Foram selecionadas, com base em critérios objetivos e previamente estabelecidos pelo IFAP, e visitadas, 34 entidades com função delegada para atualização do SNIRA nas quais foram controlados parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, aos procedimentos utilizados no processo de atualização e manutenção de dados referentes à identificação, registo e movimentação de animais.

À semelhança do acompanhamento de campanhas anteriores, a constituição de equipas multidisciplinares permitiu a realização de ações de acompanhamento com incidência nas 4 funções delegadas (IB, PU, SIP e SNIRA) o que, além de evidentes ganhos de eficácia, proporcionou uma perspetiva global à avaliação efetuada.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades recetoras reuniam, de modo geral, as condições necessárias para um eficiente desempenho das tarefas inerentes à receção de formulários no âmbito das funções delegadas IB, PU e SNIRA.

Para além do apoio e formação prestados ao longo do ano, o acompanhamento das funções delegadas do Parcelário incidiu em três vertentes distintas: visitas a salas de parcelário, análise de parcelas editadas em atendimento e verificação do processo de atendimento (controlo documental).

No Continente e na RAM, foram efetuadas visitas a 53 salas de parcelário (6.6% das salas de Parcelário ativas) e elaborado o respetivo relatório. A apreciação global foi positiva, embora o IFAP considere ser necessário que as entidades reforcem o cumprimento das normas e aumentem o esforço de formação.

Para efeitos de acompanhamento do processo de revisão regular do Parcelário, foram analisadas 161 amostras de controlo de qualidade, 63 das quais correspondentes a controlos de qualidade intermédios e 99 a amostras finais. A realização de controlos de qualidade intermédios permitiu ao IFAP antecipar a ocorrência de erros sistemáticos no processo de revisão e contribuiu para uma melhor transmissão dos conceitos envolvidos.

Na vertente investimento, o plano de acompanhamento de 2016, definido no contexto do Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas (GAFD), previa a realização de ações de acompanhamento a partir do mês de maio de 2016, tendo em conta que seria expetável que nessa altura os protocolos de delegação de tarefas com os GAL, DRAP e Organizações de produtores já se encontrassem assinados. Porém, a celebração dos protocolos só ocorreu em finais de novembro, o que inviabilizou a realização das ações de acompanhamento programadas, tendo estas ações sido recalendarizadas e consolidadas com outras ações a realizar em 2017.

Os relatórios de *follow-up* de ações de acompanhamento que se encontravam em aberto foram considerados encerrados. Nomeadamente no contexto da abordagem LEADER, onde existiam recomendações em aberto, os relatórios foram considerados encerrados tendo em conta o encerramento das medidas LEADER do período de programação 2007-2013. As situações que constavam desses relatórios, referentes a operações específicas, foram todas tratadas, tendo sido criados os devidos processos de recuperação de verbas sempre que se verificou estar em causa a elegibilidade da despesa.

A monitorização de procedimentos sobre operações no quadro da decisão de controlos (*in loco*, *ex post*, auditorias) foi realizada mensalmente, tendo-se revelado de grande importância no acompanhamento às entidades com funções delegadas na análise dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento das medidas de investimento, das reanálises pendentes de controlos *in loco* e outros processos de auditoria, bem como dos pedidos de

pagamento que se encontram submetidos pelos beneficiários e/ou em análise do controlo administrativo.

No âmbito do acompanhamento das operações transitadas e das operações aprovadas ao abrigo do período de programação 2014-2020, manteve-se a prestação de esclarecimentos[8] a beneficiários e entidades, bem como a emissão de pareceres técnicos, ainda com particular ênfase nos relativos à elegibilidade de despesa no quadro da programação 2007-2013. As respostas enviadas e a sua preparação envolveram a receção e emissão de 8022 mensagens.

A 3 de março de 2016 foi realizada uma reunião do Grupo de Acompanhamento do Investimento (GA1) para articulação funcional entre o IFAP e as DRAP.

O controlo de qualidade do PU e IB incidiu em cerca de 5% dos formulários rececionados no Continente, selecionados de acordo com critérios estabelecidos especificamente para estes formulários. Este controlo foi realizado em gabinete e visou aferir os procedimentos de receção dos formulários em particular no que se refere à presença de assinaturas e de documentos obrigatórios.

No que se refere às comunicações de transferências de direitos RPB, o controlo de qualidade incidiu em cerca de 2100 formulários (aproximadamente 30% das comunicações recebidas), tendo sido especialmente verificados os documentos comprovativos que devem obrigatoriamente acompanhar as comunicações.

O controlo de qualidade ao trabalho realizado pelas salas de Parcelário incidiu sobre 4706 parcelas, o que correspondeu a 1.64 % das parcelas alteradas no período em análise, com especial incidência sobre o período de recolha do PU 2016. Foram excluídos os baldios e/ou parcelas remanescentes e foi garantida a inclusão de todos os utilizadores que atuaram nas fases de inquérito e supervisão.

Após análise aos resultados da avaliação dos limites das parcelas e sub-parcelas e da classificação das ocupações do solo, verificou-se existir uma concentração no último quintil dos valores médios o que revelou a existência de uma boa qualidade geral no trabalho efetuado pelas entidades, apesar de haver aspetos a melhorar. Os valores médios globais

[8] Atendimento efetuado através da caixa de *e-mail* info.pagamentos.

dos coeficientes de qualidade (CQ) são elevados, tendo resultado num valor final de 4.51 (escala de 0 a 5). Foi elaborado um relatório específico onde constam as conclusões e metodologias utilizadas.

O acompanhamento do atendimento realizado nas salas de Parcelário foi efetuado através do controlo da qualidade de 316 processos de atendimento, tendo sobretudo sido verificados os aspetos formais do processo.

A seleção de processos de atendimento obedeceu aos seguintes critérios:

- Processos resultantes de atendimentos com acompanhamento do IFAP (80 processos);
- Denúncias (45 processos);
- Seleção aleatória de processos com parcelas novas ou acrescentadas (191 processos).

Embora os resultados obtidos no controlo da qualidade dos processos de atendimento nas salas de parcelário tenham sido positivos, concluiu-se existirem ainda alguns aspetos a melhorar. As conclusões e metodologias utilizadas na avaliação da conformidade documental constam num relatório específico relativo a esta atividade.

Para controlo da qualidade da revisão regular do Parcelário o IFAP analisou 12 417 parcelas, o que representou cerca de 11% do universo das parcelas revistas. Na sequência desta análise foram identificadas 541 parcelas não conformes, com erros nos limites das parcelas, sub-parcelas e classificações de ocupação do solo, que foram corrigidos posteriormente.

No âmbito do controlo de qualidade do Parcelário, em cumprimento do disposto na Regulamentação Comunitária[9] foram reportados os resultados da inspeção de qualidade efetuada ao SIP-SIG relativamente ao ano 2015 e iniciados os trabalhos de inspeção referentes ao ano 2016, tendo por base a metodologia definida pelo JRC[10] e recorrendo a uma aplicação desenvolvida especificamente para o efeito. Esta metodologia prevê a implementação de dois testes: um para avaliação da qualidade do modelo conceptual - *Abstract Test Suite* (ATS) do SIP-SIG, e outro para avaliação da qualidade da informação residente no sistema (ETS). Este teste incidiu sobre uma

[9] Os EM devem avaliar anualmente a qualidade do sistema de identificação de parcelas agrícolas.
[10] Centro Comum de Investigação (Joint Research Centre - JRC). Tem como principal objetivo prestar apoio científico e técnico às políticas da UE. Constitui uma interface entre a investigação tecnológica e as suas aplicações concretas no âmbito das políticas comunitárias.

amostra aleatória de 1250 parcelas SIP, com área útil de ajudas superfícies, declarada no PU, superior a zero, de acordo com a metodologia ETS estabelecida pelo JRC.

Na área dos apoios ao Investimento, foram realizados controlos de qualidade prévios à contratação à totalidade da amostra selecionada, que correspondeu a cerca de 1.1% dos projetos entrados no sistema de informação do IFAP para contratação.

Os trabalhos de controlo de qualidade desenvolvidos centraram-se exclusivamente nos controlos administrativos às candidaturas aprovadas, tendo sido identificadas deficiências ao nível da fundamentação técnica da aplicação das tabelas de razoabilidade de custos. Não foram, no entanto, identificadas situações relevantes que colocassem em causa ou demonstrassem a inexistência de uma análise de razoabilidade de custos, mas apenas desconformidades na fundamentação desses custos. Assim, não obstante a necessidade de melhorias, as análises de razoabilidade de custos apresentaram um grau razoável de fiabilidade.

No domínio dos controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, dos cerca de 9992 pedidos de pagamento validados, foram realizados 868 controlos de qualidade prévios ao pagamento, a que corresponde uma taxa de controlo de cerca de 9%, tendo a taxa de controlo prevista sido superada em cerca de 7 pp.

A maioria dos controlos de qualidade realizados recaiu sobre operações transitadas do PRODER e sobre reanálises efetuadas a pedidos de pagamentos pagos até 31 de dezembro de 2015.

Uma parte significativa dos controlos de qualidade prévios ao pagamento foi realizada no contexto da auditoria de encerramento do ciclo de programação 2007-2013, executada pela IGF.

Em virtude do impacto financeiro que os projetos reanalisados pelos GAL tinham no encerramento do programa, os controlos de qualidade a estes projetos representaram cerca de 68% do total de controlos de qualidade efetuados.

No que se refere aos pedidos de pagamento validados pelas DRAP, foi dada prioridade à seleção de operações das medidas florestais.

Tendo presentes as constatações em sede da certificação de contas de 2014 e 2015 e o seu peso financeiro, foi mantido um nível elevado de controlos

de qualidade prévios ao pagamento, em particular no que se referiu à verificação do cumprimento das condições de contratação pública.

No quadro do plano de ação para diminuir as taxas de erro do FEADER (vertente investimento), solicitado pela DG AGRI em face das elevadas taxas de erro dos programas de desenvolvimento rural reportadas pela generalidade dos EM, o IFAP deu continuidade às ações, previstas em 2014, de reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento, com particular incidência sobre operações florestais transitadas do PRODER.

Em 2016 foi efetuado o acompanhamento das operações no âmbito da perenidade (após liquidação do último pagamento). No caso da abordagem LEADER, todas as operações aprovadas que foram objeto de reanálise por circunstâncias várias, foram sujeitas a controlo de qualidade para verificação do cumprimento dos objetivos e metas fixados em candidatura.

No que se refere à execução do controlo *in loco*, foram realizadas ações de supervisão e acompanhamento às entidades controladoras externas que permitiram garantir que estas dispunham de sistemas eficazes e adequados ao cumprimento das suas responsabilidades.

A avaliação do desempenho das EC foi efetuada através do controlo de qualidade do controlo *in loco* por elas realizado. As amostras de controlo de qualidade, com componente aleatória e de risco, foram selecionadas com base nos controlos *in loco* realizados e nos resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores, tendo sido desencadeadas ações de controlo em gabinete (análise dos relatórios de controlo *in loco*) e de recontrolo (repetição do controlo *in loco*) e elaborados os respetivos relatórios.

Quadro 59 – Controlos de qualidade do controlo de ajudas *superfícies*, realizados em 2016

unid: nº controlos

| | AMOSTRA 2016 | | |
|---|---|---|---|
| TIPO DE AÇÃO | AJUDAS DIRETAS | DESENVOLVIMENTO RURAL | CONDICIONALIDADE (BCAA) |
| Gabinete | 82 | 68 | 22 |
| Recontrolo | 28 | 28 | 8 |
| **Total** | **110** | **96** | **30** |

Quadro 60 – Controlos de qualidade do controlo de ajudas *animais*, realizados em 2016

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | AMOSTRA 2016 | | |
|---|---|---|---|
| | PRÉMIO POR OVELHA E CABRA | PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO | RÉMIO POR VACA LEITEIRA |
| Gabinete | 116 | 48 | 20 |
| Recontrolo | 31 | 16 | 2 |
| **Total** | **147** | **64** | **22** |

Quadro 61 – Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2016

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | PRODER | PRORURAL | RURIS - MEDIDAS TRANSITADAS - REFORMA ANTECIPADA |
|---|---|---|---|
| Gabinete | 5 | 1 | 0 |
| Recontrolo | 3 | 1 | 5 |
| **Total** | **8** | **2** | **5** |

Quadro 62 – Controlos de qualidade do controlo no âmbito dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas, financiados pelo FEAGA, realizados em 2016

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) | Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas do Continente (VITIS) | |
|---|---|---|---|
| | | VITIS 2015 | VITIS 2016 (*) |
| Gabinete | 64 | 0 | 0 |
| Recontrolo | 64 | 15 | 8 |
| **Total** | **128** | **15** | **8** |

(*) Controlo prévio.

Quadro 63 – Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2016

| | | Nº CONTROLOS (*) |
|---|---|---|
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção – Controlos 1º nível | | 107 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível | | 84 |
| Programa Apícola Nacional | | 16 |
| Leite e Produtos Lácteos | Quotas (RAA) | 11 |
| | Compradores e Vendas Diretas (RAA) | 5 |
| POSEI RAM - FHF | Comercialização | 6 |
| | Expedição | 2 |
| POSEI RAM - Vinho | Comercialização | 3 |
| | Transformação | 3 |
| | Expedição | 3 |
| POSEI RAM - Cana de açúcar | Transformação | 6 |
| POSEI RAM - Produtos agropecuários | Transformação | 3 |
| POSEI RAM - Leite | Transformação | 3 |
| | **Total** | **252** |

## 4. Relacionamento com instituições comunitárias

O IFAP, no âmbito das suas competências como organismo pagador do FEAGA e FEADER, é regularmente auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TCP e IGF). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas (CFA), fórum de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Deste modo, apresenta-se de seguida um breve enquadramento das auditorias efetuadas pela CE e pelo TCE ao IFAP, sendo elencadas as auditorias realizadas em 2016, bem como as que, sendo anteriores a 2016, tiveram desenvolvimentos neste ano.

É, ainda, apresentado um resumo dos principais documentos apresentados e discutidos no âmbito do Comité dos Fundos Agrícolas (CFA).

### 4.1. Auditorias comunitárias

Nos termos do R.1306/2013, deve a CE, tendo em conta a proteção dos interesses financeiros da Comunidade, bem como os princípios de boa gestão financeira, assegurar-se que os Estados-Membros se certificam da legalidade e regularidade das despesas financiadas no âmbito do FEAGA e FEADER. Para este efeito, procede a ações de controlo no sentido de verificar da existência do bom funcionamento dos respetivos sistemas de gestão e controlo.

O resultado das verificações, bem como eventuais medidas corretivas, são comunicados aos Estados-Membros, que deverão proceder, se caso disso, à implementação das referidas medidas.

Também no âmbito do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados, cujo processo de apuramento contabilístico tem como objetivo a avaliação da integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas em relação aos pagamentos de subsídios, a CE procede à realização de inquéritos aos Estados-Membros.

Por outro lado, compete ao TCE examinar todas as receitas e despesas comunitárias e publicar o seu parecer anualmente. Para tal, o Tribunal emite uma declaração de fiabilidade, geralmente conhecida pelo acrónimo francês DAS - *Déclaration d'Assurance*, baseada no trabalho de auditoria realizado a uma amostra de transações relativas a determinados regimes.

A DAS constitui, assim, o parecer formal do TCE sobre a fiabilidade das contas da União Europeia (UE) e sobre a legalidade e regularidade das operações subjacentes, cujo resultado é determinante para a fundamentação do procedimento de quitação[11].

É, pois, neste enquadramento que, durante 2016, foram coordenados e acompanhados pelo IFAP os inquéritos e missões de auditoria realizados pela CE ou pelo TCE, a seguir discriminados no Quadro 64 e no Quadro 65, respetivamente.

Quadro 64 – Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento em 2016 - CE

| ORGANISMO | IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO | MATÉRIA AUDITADA | DATA * | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| DG AGRI | AA/2015/015/PT | Ajudas "Superfícies" | 07-11-2016 | Contraditório à Ata da Reunião Bilateral |
| DG AGRI | CEB/2012/092/PT | Superação dos limites máximos financeiros | 19-12-2016 | Carta Final |
| DG AGRI | CEB/2013/095/PT | Superação dos limites máximos e incumprimento dos prazos de pagamento | 06-09-2016 | Carta Final |
| DG AGRI | CEB/2015/076/PT | Decisão de Apuramento de Contas 2014 | 27-05-2016 | Carta de Encerramento |
| DG AGRI | CEB/2015/091/PT | Certificação do exercício Financeiro de 2015 | 17-02-2016 | Carta de Encerramento |
| DG AGRI | CEB/2016/075/PT ** | Decisão de Apuramento de Contas 2015 | 16-12-2016 | Convite para Reunião Bilateral |
| DG AGRI | CEB/2016/166/PT ** | Decisão de Apuramento de Contas FEADER - PDR 2007-2013 | 16-12-2016 | Convite para Reunião Bilateral |
| DG AGRI | FA/2010/083/PT | Decisão de Apuramento de Contas 2009 | 08-03-2016 | Carta Final (2ª versão) |
| DG AGRI | FV/2014/002/PT | PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas | 25-11-2016 | Relatório do Órgão de Conciliação |
| DG AGRI | INT/2015/005/PT | POSEI - RA Madeira - MAPL e REA | 24-11-2016 | Contraditório à Ata da Reunião Bilateral |
| DG AGRI | IR/2015/004/PT | Sistema de Gestão de Dívidas | 21-10-2016 | Recurso ao Órgão de Conciliação |
| DG AGRI | LA/2012/003/PT | Ajuda aos mais carenciados e art.68.º do R.73/2009 | 30-03-2016 | Carta Final |
| DG AGRI | NAC/2016/004/PT ** | Apoio Específico ao setor dos Bovinos e Medidas de Desenvolvimento Rural | 22-11-2016 | Convite para Reunião Bilateral |
| DG AGRI | NAC/2016/017/PT ** | Ajudas Diretas | 22-11-2016 | Convite para Reunião Bilateral |
| DG AGRI | PO ADR 2000-2006 | Irregularidades em aberto (Inquérito escrito) | 01-07-2016 | Atualização do *Follow Up* |
| DG AGRI | PO 2000-2006 (outros) | Irregularidades em aberto (Inquérito escrito) | 29-01-2016 | Complemento da atualização do *Follow Up* |
| DG AGRI | RD1/2013/804/PT | PRORURAL Medidas do Eixo 1 e 3 | 05-02-2016 | Carta Suplementar - Diversos |
| DG AGRI | RD1/2014/853/PT | ProDeR e PRORURAL Medidas do Eixo 1 | 21-12-2016 | Resposta complementar após o Relatório do Órgão de |

* Data do último procedimento
** Inquéritos iniciados em 2016

[11] A quitação constitui a vertente política do controlo externo da execução orçamental e define-se como a decisão pela qual o Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, "liberta" a Comissão relativamente à sua gestão, encerrando assim o orçamento. Este procedimento de quitação pode originar três situações: a concessão, o adiamento ou a recusa da quitação.

(Continuação)

| ORGANISMO | IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO | MATÉRIA AUDITADA | DATA * | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| DG AGRI | RD1/2015/808/PT | ProDeR<br>Medidas dos Eixos 1 e 3 | 15-09-2016 | Resposta Pré-Conciliação |
| DG AGRI | RD2/2015/025/PT | ProDeR<br>Medidas do Eixo 2 - «Sup» | 20-12-2016 | Carta de Encerramento |
| DG AGRI | RD3/2014/013/PT | PRORURAL<br>Medidas do Eixo 1 (112 e 113) | 28-01-2016 | Carta de Encerramento |
| DG AGRI | RD3/2015/015/PT | ProDeR<br>Medidas do Eixo 4 (LEADER) | 12-12-2016 | Resposta Pré-Conciliação |
| DG AGRI | RD3/2016/004/PT ** | ProDeR - Medidas do Eixo 5<br>(Assistência Técnica) | 15-12-2016 | Convite para Reunião Bilateral |
| DG AGRI | RDO/2015/002/PT | FEOGA-O - Irregularidades<br>(Inquérito escrito) | 22-04-2016 | Carta de Encerramento |
| DG AGRI | VT/2013/004/PT | POSEI - RA Açores - MAPL e REA | 12-07-2016 | Carta Final |
| DG AGRI | VT/2014/004/PT | Reestruturação e Reconversão de Vinhas e Promoção de Vinhos em Países Terceiros | 18-07-2016 | Recurso ao Órgão de Conciliação |
| DG AGRI | XC/2015/012/PT | Condicionalidade | 28-09-2016 | Contraditório à Ata da Reunião Bilateral |
| DG MARE | S/N ** | Encerramento IFOP 2000-2006<br>PROMAR (Continente) - IRR | 12-10-2016 | Carta de *Follow Up* irregularidades |
| DGSANTE | SANTE/04/2016 ** | Controlo financeiro dos programas de vigilância e erradicação da tuberculose bovina em 2013 e 2014 | 25-08-2016 | Contraditório ao Relatório Final de Auditoria |

* Data do último procedimento
** Inquéritos iniciados em 2016

Quadro 65 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento em 2016 – TCE

| ORGANISMO | IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO | MATÉRIA AUDITADA | DATA * | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| TCE | DAS 2015<br>PF-7392 | FEP - PROMAR 2007-2013<br>Programa Operacional da Pesca | 10-02-2016 | Relatório Final |
| | DAS 2015<br>PF-7692 | Medidas do ProDeR | 29-06-2016 | Relatório Final |
| | DAS 2016<br>PF-7771 ** | *Performance* sobre o Contributo da EU para uma cadeia de abastecimento alimentar eficiente | 06-09-2016 | Relatório Final |
| | DAS 2016<br>PF-7773 ** | Medidas do PDR2020<br>M04, M08, M10 e M13 | 19-10-2016 | Relatório Final |
| | DAS 2016<br>PF-7935 ** | Medidas do PRORURAL+<br>M04, M10 e M13 | 06-09-2016 | Contraditório ao Relatório de Missão |
| | DAS 2016<br>PF-8094 ** | Auditoria Financeira ao FEAGA<br>RPB, Apoio Assoc. Volunt. E POSEI | 22-12-2016 | Relatório de Missão |
| | Survey ** | Introdução ao RPB<br>(Questionário) | 04-05-2016 | Carta Anúncio de Missão e Questionário |

* Data do último procedimento
** Processos iniciados em 2016

Conforme evidenciado nos quadros acima, o IFAP coordenou, durante o ano de 2016, 12 novos inquéritos comunitários, promovidos pelo TCE e pela CE,

além de 24 processos relativos a inquéritos abertos em anos anteriores, tendo resultado, para além dos contraditórios escritos, a realização de oito reuniões bilaterais com os auditores da CE, e de quatro reuniões com o Órgão de Conciliação.

## 4.2. Comité dos fundos agrícolas

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2016, foram realizadas 14 reuniões deste órgão, tendo sido analisado e debatido um conjunto alargado de documentos relevantes para os diversos Estados Membros, dos quais destacamos, entre outros, as Decisões de Execução da Comissão relativas aos pagamentos mensais do FEAGA, as informações sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, documentos relativos aos incumprimentos de prazos de pagamento e informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento de contas.

## 4.3. Conferências

**Conferências de diretores dos organismos pagadores da UE**

As Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE realizam-se semestralmente nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito, sido elaborados *dossiers* técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2016, realizaram-se, nos períodos de 25 a 27 de maio e de 12 a 14 de outubro, em Amsterdão (Holanda) e Bratislava (Eslováquia), respetivamente, a 39.ª e 40.ª Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores dos Fundos Agrícolas, que contaram com a participação dos representantes dos Organismos Pagadores (OP) dos 28 Estados Membros (EM), da Comissão Europeia (CE), do Tribunal de Contas Europeu (TCE), do Organismo de Luta Anti Fraude (OLAF), do Órgão de Conciliação (OC) e do Grupo *Panta Rhei*.

No Quadro 66 apresenta-se um resumo das matérias abordadas em cada uma dessas conferências.

Quadro 66 – Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da UE

| Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da EU | Data | Matérias abordadas |
|---|---|---|
| 39.ª Conferência (Amsterdão, Holanda) | 25 a 27 de maio de 2016 | Adequação de soluções de curto e longo prazos para *controlos* ao abrigo da PAC.<br><br>**Três *workshops*** (**1.** Taxas de Erro; **2.** Controlo de áreas; **3.** Conceito de auditoria única). |
| 40.ª Conferência (Bratislava, Eslováquia) | 12 a 14 de outubro 2016 | **1.** Relatório do TCE; **2.** *Learning Network*; **3.** Apresentação e análise do OLAF;<br><br>**Três *workshops*** (**1.** Intercâmbio de informações entre os Estados-Membros ; **2.** Simplificação (Condionalidade); **3.** Simplificação de processos e procedimentos (*on-the-spot checks*). |

## Conferência dos diretores dos organismos pagadores e dos organismos de coordenação

Realizou-se em 19 de dezembro de 2016, em Bruxelas (Bélgica), a 10.ª Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores (OP) e Organismos de Coordenação, dedicada às temáticas relacionadas com os trabalhos a desenvolver pelos Organismos de Certificação sobre a Legalidade e Regularidade das Contas e as principais causas de erro que conduzem a reservas no Relatório Anual de Atividades da DG AGRI, dando continuidade ao já discutido na conferência anterior, e ainda à partilha sobre as melhores práticas dos Organismos Pagadores em relação à segurança dos sistemas/tecnologias de informação e ao uso de dados administrativos para fins estatísticos (Quadro 67). Este evento, de realização anual, é um fórum privilegiado para a troca de experiências entre os Estados-Membros, designadamente no que respeita aos principais erros apontados pela CE aos sistemas de gestão e controlo dos diferentes Estados Membros e às soluções encontradas para ultrapassar os mesmos.

Quadro 67 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação

| Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação da EU | Data | Matérias abordadas |
|---|---|---|
| 10.ª Conferência (Bruxelas, Bélgica) | 19 de dezembro de 2016 | **1.** Trabalho dos organismos de certificação sobre legalidade e regularidade; **2.** Deficiências mais comuns detetadas pela auditoria DG AGRI; **3.** Melhores práticas nas agências pagadoras em relação à segurança de TI; **4.** Uso de dados administrativos para fins estatísticos. |

### Conferências do Grupo *Panta Rhei*

Em 2016, o IFAP participou na 49.ª e 50.ª Conferências do Grupo *Panta Rhei*, realizadas em abril e outubro, em Sibenik (Croácia) e em Riga (Letónia), respetivamente dedicadas à aplicação de tecnologias de informação decorrentes da implementação da nova PAC, nomeadamente as aplicações geoespaciais e a utilização de drones nos controlos de campo, e ao ponto de situação da implementação da Certificação ISO 27001.

As referidas Conferências contaram com a participação de representantes dos Estados Membros da UE, da CE e do TCE. As principais matérias abordadas encontram-se resumidas no Quadro 68.

Quadro 68 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo *Panta Rhei*

| Conferências do Grupo Panta Rhei | Data | Matérias abordadas |
|---|---|---|
| Reunião do *Steering Group* (Berlim, Alemanha) | 14 de janeiro de 2016 | **1.** Aprovação da agenda; **2.** Aprovação da ata da última reunião do grupo de direção; **3.** *Status* financeiro; **4.** Plataforma de colaboração *Panta Rhei* - trabalho em andamento; **5.** Resultados da última conferência (Luxemburgo); **6.** Projeto de agenda para a próxima conferência (Croácia); **7.** Próxima reunião do *Steering Group*. |
| 49.ª Conferência do Grupo *Panta Rhei* (Sibenik, Croácia) | 27 a 29 de abril de 2016 | **1.** Ponto de situação das aplicações geoespaciais; **2.** Estado da desmaterialização (Apresentações: • Experiências do primeiro ano da implementação da nova PAC; • Utilização de drones e compreensão no futuro; • Possibilidade de utilizar o programa de Copérnico e imagens em LPIS e OTSC; • Manutenção da EFA layer; • Plano de continuidade de negócios; • Medidas postas em prática com a segurança física e ambiental; • Case Study: usando VEEAM como uma solução de backup; • O processo de introdução de certificação de acordo com ISO 27001; • Eficiência TI; • Resultados do learning network; • Estado de simplificação e planos futuros para o novo período de programação).<br><br>**Dois *Workshps*** ("ideias para a interiorização de segurança, a política de segurança de conteúdos e de auto- defesa em aplicações *web*" e " Comunicações unificadas"). |
| Reunião do *Steering Group* (Frankfurt, Alemanha) | 14 de junho de 2016 | **1.** Aprovação da agenda; **2.** Aprovação da Ata da última reunião do *Steering Group*; **3.** Resultados da última Conferência Sibénik (Croácia); **4.** Projeto de agenda para a próxima conferência (Letónia); **5.** Planeamento para próximas conferências; **6.** Próxima Reunião do *Steering Group* |
| 50.ª Conferência do Grupo *Panta Rhei* (Riga, Letónia ) | 5 a 7 de outubro de 2016 | **1.** Estado de implementação do eIDAS; **2.** Uso dos serviços *Cloud;* **3.** Estado da Certificação ISO 27001<br><br>**Dois *Workshops*** ("Dados do programa *Copernicus:* usos possíveis" e "Gestão de programas e portfólio de TI *e-governance*") |

## 5. Auditoria

Das atividades relevantes desenvolvidas na área de Auditoria do IFAP, no ano de 2016, importa salientar ao nível geral as seguintes:

Euquanto interlocutora da IGF, foi efetuada a Coordenação e Acompanhamento das auditorias da IGF, no âmbito da revisão da acreditação, do encerramento dos PDR do período de programação de 2007-2013 e da Certificação de Contas de 2016. Procedeu-se, ainda, ao f*ollow-up* da implementação das recomendações e dos erros financeiros das auditorias da IGF, no âmbito da supervisão da acreditação (cujo relatório ficou concluído em junho de 2016), no âmbito do encerramento dos PDR 2007-2013 (relatório também concluído em junho de 2016) e no âmbito da Certificação de Contas de 2015.

Enquanto interlocutora da IGAMAOT, foi realizado o acompanhamento das ações de controlos *ex post* de medidas FEAGA e FEADER e dos respetivos erros financeiros, assim como o acompanhamento de ações de auditoria e de inquéritos.

No âmbito do acompanhamento de auditorias externas procedeu-se à coordenação e acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas ao IFAP.

No domínio da auditoria contínua, foi efetuado o acompanhamento dos planos de ação e de ações complementares

No âmbito do Plano de Gestão de Riscos e de Infrações Conexas, foi elaborado o relatório anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e de Infrações Conexas.

Em termos mais específicos, importa destacar as seguintes atividades:

- Realização da auditoria às despesas certificadas em 2015 e 2016, envolvendo 94 operações de investimento, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria (ESA) para o PROMAR;
- Prestação de informação à IGF, no âmbito da ação de auditoria realizada por esta entidade à Autoridade de Certificação do PROMAR;
- Prestação de informação à IGF no quadro da supervisão da atividade desenvolvida, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria, respeitante ao controlo sobre operações;
- Realização de ações de *follow up* da implementação das recomendações formuladas pela IGF e pela ESA, no âmbito do PROMAR;

- Coordenação das ações realizadas pelos serviços no quadro da verificação das funções delegadas, no âmbito do FEAGA e do FEADER, e elaboração dos correspondentes Relatórios (Intercalar e Anual);
- Realização de auditoria a uma Entidade Acreditada, de natureza privada, no âmbito das funções delegadas;
- Ainda no âmbito das funções delegadas, foram iniciados procedimentos conducentes ao desenvolvimento de um sistema de informação para o acompanhamento das funções delegadas (SIAFD);
- Prestação de informação no quadro da Certificação de Contas 2016;
- Realização de auditoria à fiabilidade e segurança da informação do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), relativamente à informação geográfica, áreas, limites e ocupações de solo das parcelas, considerados no âmbito dos pedidos de ajuda e de pagamento do SIGC, no Continente. Avaliação da sua conformidade com o disposto, nos R.1307/2013 e R. 1305/2013, bem como de outros regimes de apoio da UE;
- Realização de auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEAGA (NSIGC) – Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas;
- Realização de auditorias à conformidade do SGSI com os requisitos de segurança da informação da organização e com os requisitos da norma ISO/IEC 27001:2013, verificando se este está efetivamente implementado e é mantido, sendo eficaz no propósito de satisfação dos requisitos, constituindo uma fonte de oportunidades na sua melhoria e revisão;
- Realização da auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEAGA (SIGC) – Apoio Associado Voluntário ao Prémio por Ovelha e por Cabra;
- Realização da auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEADER (SIGC) – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas PDR 2020;
- Realização de ações de *follow-up* de auditorias internas efetuadas nos anos anteriores, nomeadamente no âmbito do FEAGA/FEADER;
- Acompanhamento e aferição das ações desenvolvidas no âmbito da SSI com vista à Certificação ISO/IEC 27001:2013, em modo contínuo;

- Prestação de informação à IGAMAOT do acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria de Sistema às Medidas PRODER com intervenção GAL;
- Prestação de informação ao MAFDR sobre o acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria à Segurança de Sistemas de Informação efetuadas pela IGF;
- Participação em auditorias externas da DGAGRI e TCE ao FEAGA e FEADER;
- Realização de testes informáticos às bases de dados de referência do IFAP para pagamentos e estatísticas de ajudas diretas de animais e superfícies e apoios ao Desenvolvimento Rural;
- Discussão e elaboração da proposta de Declaração de Gestão do exercício de 2016.

## 6. Área jurídica

O ano de 2016 caracterizou-se pelo forte envolvimento do IFAP no processo legislativo relacionado com as suas atribuições e competências, designadamente enquanto Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER. De entre esse conjunto de processos, muitos deles vitais e determinantes para a boa execução das funções que lhe estão cometidas, destacam-se os seguintes processos:

- Participação ativa nos processos legislativos de elaboração e alteração dos regulamentos das ajudas SIGC e NSIGC do FEADER, alteração do regulamento de aplicação do Regime de pagamento base e no processo legislativo de revisão e atualização das normas complementares de execução do regime de apoio VITIS;
- Elaboração da proposta legislativa do Regulamento de Candidatura e Pagamento das Ajudas, Apoios, Prémios e outras subvenções a efetuar pelo IFAP, que revogou o anterior Regulamento Geral de Procedimentos de Acesso às Ajudas e aos Pagamentos a efetuar pelo IFAP;
- Revisão dos procedimentos aplicáveis à submissão, no PU, dos apoios a projetos de florestação de terras agrícolas (FTA), aprovados no âmbito do RURIS, bem como no âmbito das medidas florestais na agricultura instituídas pelo R.2080/92 e das medidas florestais nas explorações agrícolas do R.2328/91;
- Emissão de parecer sobre várias propostas legislativas relacionadas com a atividade do IFAP, designadamente enquanto organismo pagador do FEAGA e do FEADER e Organismo intermédio do FEAMP para o pagamento dos apoios aprovados.

É, igualmente, de assinalar, o forte envolvimento no apoio prestado em procedimentos de contratação pública, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para o IFAP, das quais se destacam:

- O procedimento de aquisição de serviços de desenvolvimento aplicacional, para os anos de 2017-2019;
- O procedimento de aquisição de serviços de desenvolvimento aplicacional, no âmbito do PRODERAM;
- O procedimento para aquisição de serviços de controlo no local e de teledeteção, no âmbito das respostas ao Tribunal de Contas na fase de fiscalização prévia do respetivo contrato;

- O procedimento para aquisição de serviços de REDE MAM, no âmbito das respostas ao TC na fase da fiscalização prévia do respetivo contrato;
- A execução do contrato relativo à aquisição de fotografias aéreas.

De entre os pareceres e propostas de atuação com maior relevância, destaca-se a intervenção nas seguintes matérias:

- Procedimento de reconhecimento de entidades de natureza cooperativa ou privada no âmbito do Decreto-Lei n.º 22/2013, de 15 de fevereiro;
- Revisão dos protocolos celebrados com entidades públicas e privadas à luz do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 22/2013, de 15 de fevereiro, designadamente protocolo com os GAL, DRAP, entidades delegadas;
- Análise no âmbito de irregularidades nos projetos de investimento relacionados com incumprimentos das regras da contratação pública;
- Contrato de delegação de competências no IFAP enquanto organismo intermédio no âmbito do FEAMP;
- Elaboração do quadro sancionatório das medidas de desenvolvimento rural no âmbito do artigo 35.º do R.640/2014.

A gestão, intervenção e execução na tramitação de processos de recuperação de verbas, permitiu o encerramento de mais de 6500 processos, bem como a recuperação efetiva de cerca de 23.5 milhões de euros. A redução de 14.76% do débito registado na base de dados de devedores no fim de 2015 e do que surgiu ao longo de 2016 superou a meta estabelecida para o ano no QUAR 2016.

Foi feito o acompanhamento exaustivo e intervenção no processo de apuramento e certificação das contas do IFAP de 2016, relativamente ao FEAGA, FEADER e FEP.

No âmbito do OLAF, foi realizada a identificação, análise e execução das tarefas conducentes à comunicação trimestral de irregularidades, incluindo subsequentes atualizações (foram comunicados 460 novos casos ao OLAF e encerrados 182).

Como projetos relevantes na área de devedores, salienta-se a Intervenção e acompanhamento periódicos no aperfeiçoamento dos projetos inerentes à reengenharia de devedores e da nova BDDevedores, que entraram em produção no final de 2013, bem como no processo WS Fiabilidade dos Beneficiários.

Foi concluído o processo de análise e revisão de normas de procedimentos (NP) versantes sobre a gestão de devedores, culminada com a entrada em vigor da nova NP sobre Gestão de Devedores em 12 de janeiro de 2017.

Foi feito o acompanhamento e intervenção, em matéria de devedores, no processo de encerramento do FEADER e do FEP (Período Programação 2007-2013).

Quanto às auditorias comunitárias e nacionais, houve a intervenção e acompanhamento de várias auditorias e inquéritos, incidentes direta ou indiretamente sobre a área de devedores, com especial destaque para o IR/2015/004/PT, tendo o IFAP apresentado recurso para o Órgão de Conciliação da decisão tomada pela DGAGRI neste âmbito.

O exercício do patrocínio jurídico do IFAP é outra atividade relevante no IFAP. Está em causa assegurar a tramitação legal de todas as ações judiciais intentadas contra o Instituto, ou pelo Instituto, nas diversas instâncias e nos prazos legalmente previstos. Face ao elevado número de processos em curso e responsabilidade associada, perante o reduzido número de colaboradores aptos a exercer o patrocínio jurídico do IFAP, foi de destacar o elevado sentido de colaboração e responsabilidade dos colaboradores, que permitiram, no ano de 2016 alcançar os resultados obtidos. No âmbito do patrocínio jurídico, foram analisadas todas as peças processuais rececionadas, analisada a legislação aplicável e jurisprudência relevante para o caso em análise, agendadas reuniões e ou elaboradas Informações por forma a obter esclarecimentos, foram redigidas todas as peças processuais inerentes aos respetivos processos, foram analisadas decisões judiciais e elaboradas propostas de procedimento.

Foram realizadas 79 diligências judiciais com presença/intervenção de mandatário em Tribunal, designadamente: Audiências Prévias, Audiências Preliminares, Inquirição de Testemunhas, Assembleias de Credores, entre outras.

No ano de 2016, importa destacar o forte envolvimento do IFAP em matérias de Contencioso Comunitário, nomeadamente no âmbito dos seguintes Inquéritos:

- Inq. IR/2015/004/PT - Gestão de Dívidas FEAGA;
- Inq. RD1/2013/804/PT – PRORURAL;
- Inq. RD1/2015/808/PT - Medidas dos Eixos 1 e 3 do PDR 2007-2013;
- Inq. RD1/2014/853/PT - Eixo 1 e 3 do FEADER / PDR 2007-2013.
- Inq. NAC/2013/006/PT - Medidas de apoio específico aos setores da Pecuária e do Leite;
- Inq. NAC/2016/004/PT e NAC/2016/017/PT - Medidas de apoio específico e associado ao setor bovino e Ajudas Diretas;
- Inq. CEB/2015/076/PT - Apuramento de contas anuais do OP (IFAP) exercício financeiro de 2014;

- Inq. CEB/2016/075/PT e CEB/2016/166/PT - Apuramento de Conformidade do Exercício Financeiro de 2015 e ao Encerramento dos Programas do FEADER 2007-2013;
- Inq. VT/2014/004/PT - Promoção do Vinho e Reestruturação da Vinha;
- Inq. VT/2013/004/PT – POSEI;
- Inq. LA/2012/003/PT - Apuramento de Conformidade - Ajuda alimentar às pessoas mais necessitadas;
- Inq. FV/2014/002/PT - Reconhecimento Org. Produtores/Frutas e Produtos Hortícolas.

Ainda em sede de Contencioso Comunitário, o IFAP elaborou Recursos de Anulação interpostos junto do Tribunal Geral da União Europeia e interveio enquanto Agente do Estado nos mesmos, interpôs Recursos junto do Tribunal de Justiça, requereu em processos judiciais em curso o reenvio ao Tribunal de Justiça da União Europeia de questões prejudiciais, elaborou respostas a pedidos de decisão prejudicial, quanto ao âmbito de aplicação de Regulamento Comunitário e/ou interpretação de normas do mesmo.

Os Recursos apresentados junto das Instâncias Comunitárias são interpostos pela República Portuguesa, cumprindo destacar quer a elevada complexidade dos mesmos, quer quanto às matérias em presença, quer no que respeita ao formalismo, bem como a necessária articulação com a Direção Geral dos Assuntos Europeus, relativamente a todas as peças processuais.

Pela consulta diária ao Portal *Citius* e tramitação subsequente, destacam-se as seguintes tarefas:

- Identificação de beneficiários do IFAP que tenham sido declarados insolventes, ou sejam objeto de processo especial de revitalização;
- Tramitação interna adequada, onde se inclui a consulta aos Departamentos do IFAP, abertura de processos e a criação de ocorrências no sistema de informação do IFAP para retenção de pagamentos;
- Apresentação de reclamações de créditos e registo dos respetivos processos com vista à gestão e acompanhamento dos processos especiais de revitalização e insolvência;
- No período em causa, registou-se, um aumento significativo de processos de insolvência e processos especiais de revitalização, com o consequente aumento dos registos associados e necessidade de intervenção do IFAP.

Foi efetuada a análise de exposições e requerimentos com vista à resolução extrajudicial do litígio, e emissão de proposta de procedimento.

Foi dada resposta a elevado número de pedidos de informação da Autoridade Tributária, com vista à conciliação de informação, relativamente a montantes pagos pelo IFAP a contribuintes, beneficiários do Instituto, bem como, resposta a diversos pedidos de informação efetuados pelos Tribunais, autoridades de investigação e particulares.

## 7. Comunicação e publicidade institucional

*Contact Center*

Durante o ano de 2016 foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a melhorar o serviço prestado pelo IFAP nas áreas do *Contact Center* e do *Help-Desk* informático aos beneficiários, e que abrangeram, de diferentes formas, as seguintes vertentes:

- Disponibilização de uma ferramenta informática que permite visualizar, em tempo real, um conjunto significativo de indicadores de gestão (KPI), em particular no canal telefónico, quer na perspetiva dos resultados atingidos (individuais e coletivos), quer dos níveis de procura associados;
- No âmbito do Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio, deu-se continuidade à introdução de um conjunto de boas práticas, visando melhorar a qualidade do serviço prestado ao beneficiário/cidadão. Para o efeito, foi introduzida a possibilidade de serem efetuadas pré-marcações para atendimentos presenciais, através de um formulário específico disponibilizado no portal;
- Foram intensificadas as medidas de articulação funcional com os responsáveis das diferentes unidades de negócio e de suporte do Instituto, com vista a melhorar a qualidade e a celeridade no serviço prestado aos beneficiários, tendo presente as regras e os prazos de resposta previstos na Norma de Procedimentos nº ID 150, com destaque para a interação através da aplicação informática de *ticketing* (HEAT);
- No início do 2º semestre de 2016 foram desencadeadas um conjunto de iniciativas para assegurar a realização de ações de formação em técnicas de atendimento presencial, sendo que estas só se iniciaram no 1º trimestre de 2017;
- Atualização periódica da informação estatística da atividade de ambas as áreas;
- Atualização periódica de um conjunto de informação corporativa disponibilizada na sala de atendimento presencial, através do LCD existente nesse espaço.

No Quadro 70 encontram-se refletidos os atendimentos efetuados no âmbito do apoio ao beneficiário.

Quadro 69 – Atividade de apoio ao beneficiário

| Atendimentos multicanal | | Atendimentos *Help-Desk* | | Atendimentos em Eventos (1) | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 |
| 39 506 | 30 600 | 12 246 | 12 838 | 468 | 572 |

(1) AgroBraga, Ovibeja, Feira Nacional do Porco, Feira Nacional de Agricultura, Agrosemana e Agroglobal

Em termos de volume de atendimentos multicanal do *Contact Center* registou-se uma redução, passando dos anteriores 39 506 em 2015, para cerca de 30 600 em 2016. A redução do número de elementos que constituem a equipa, o aumento significativo da presença de técnicos em representação do IFAP em feiras e eventos e a redução do horário de funcionamento decorrente da reposição das 35 horas semanais na Administração Pública, são fatores que justificam esta redução.

Os técnicos do *Contact Center* assumiram a tarefa de representação do Instituto em 6 eventos ao longo de 2016 (AgroBraga, Ovibeja, Feira Nacional do Porco, Feira Nacional de Agricultura, Agrosemana e Agroglobal), tendo sido realizados 572 atendimentos, superando os 468 registados em 2015.

No que respeita aos atendimentos prestados através do *Help-Desk* informático, registou-se um crescimento face ao verificado no ano anterior (12 838 em 2016 *versus* 12 246 em 2015).

Mantiveram-se, ao longo do ano, as tarefas relacionadas com a verificação/controlo de qualidade aos conteúdos disponibilizados aos beneficiários através de *O Meu Processo*, e ainda a disponibilização bimensal, de um relatório onde constam as questões suscitadas com maior frequência pelos beneficiários junto do *Contact Center*.

Em termos do envio de mensagens dirigidas aos beneficiários, foram enviadas um total de 8 740 SMS, cujos assuntos incidiram fundamentalmente nos Termos de Aceitação do FEADER/FEP e nos contratos sobre os quais foram efetuados movimentos financeiros nas respetivas contas correntes.

No âmbito da isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social, por parte dos agricultores que desenvolvem atividade agrícola em regime de trabalhadores independentes, o IFAP manteve a tarefa de comunicar ao Instituto da Segurança Social (ISS) os montantes pagos aos seus beneficiários, a título de Ajudas PAC, havendo a registar um total de 961 pedidos de informações, correspondentes a 628 beneficiários.

**Comunicação e imagem**

A atividade do IFAP, no âmbito da comunicação e imagem, no que respeita ao ano de 2016, tendo em conta a execução do Plano de Comunicação do Instituto, tanto nas ações implementadas de Comunicação Interna, como na vertente da Comunicação Externa, envolveu a organização e participação do Instituto em múltiplas atividades.

**Iniciativas de comunicação interna**

No decorrer do ano de 2016, foi implementado o projeto da *Newsletter* interna digital – *IFAPcomunica*, no sentido de dar cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação no seio do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores reforçando, assim o diálogo e a partilha de experiências entre todos.

No campo da Divulgação interna, da Divulgação de Legislação relevante e dos Recortes de Imprensa, destaca-se a sua divulgação diária pelos colaboradores do IFAP.

O IFAP, no ano de 2016, deu início ao projeto IFAPpartilha, no sentido de implementar a troca de experiências entre departamentos, cujas ações no ano de 2016 foram dedicadas ao *Parcelário*, à *Identificação do Beneficiário (IB)* e ao *Pedido Único (PU) de ajudas*, ao *O outro lado da informática* e à *Gestão do Sistema de Segurança da Informação*. O principal propósito desta iniciativa foi a divulgação, junto dos colaboradores do Instituto, de informação relevante em relação às competências e principais tarefas concretizadas pelos departamentos. No seguimento de cada sessão realizada, foram promovidos questionários de satisfação, cuja análise permitiu concluir que a maioria das respostas dos colaboradores, cerca de 80%, foi no sentido de considerarem os objetivos atingidos.

Após o lançamento, em 2015, do concurso de ideias IFAPiNOVA, onde se pretendeu a participação e envolvimento de todos os colaboradores no sentido da melhoria contínua das condições para os próprios e para os beneficiários, foram entregues, em 2016, os prémios para as melhores ideias submetidas a concurso. Este concurso teve como objetivo incentivar e premiar a apresentação de projetos e/ou ideias que contribuíssem, de alguma forma, para a melhoria da organização. A simplificação, harmonização e racionalização de procedimentos,

por forma a reduzir a carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços, foram um incentivo basilar.

No âmbito da partilha de conhecimentos, o IFAP promoveu e organizou uma reunião do grupo *Learning Network* – LN (constituído por representantes dos Organismos Pagadores dos Estados-Membros), e que contou com a presença de 17 participantes, num total de 12 Estados Membros. Na reunião do LN foram debatidos temas relevantes abrangendo as áreas de controlo, auditoria, pagamentos e simplificação das práticas agrícolas benéficas para o ambiente, entre outras.

Foi realizado em março o Encontro Balanço 2015 e Perspetivas 2016, que contou com a presença de 350 colaboradores, dando continuidade à cultura de troca de experiências entre os departamentos, envolvimento e motivação dos colaboradores do IFAP e o envolvimento da gestão de topo, reforçando o diálogo interno e a partilha de experiências. O Encontro contou, ainda, com a participação do Ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos. Posteriormente, foi disponibilizado um inquérito de satisfação, tendo-se analisado e divulgado as opiniões aí expressas pelos colaboradores, dada a sua relevância como ferramenta de avaliação da instituição e como identificador e catalisador de melhorias a introduzir nos procedimentos e práticas internas. Foi, ainda, divulgado um vídeo com os melhores momentos do Encontro.

Na sequência da 2ª e 3ª ação do Simulador de Gestão, em que participaram equipas constituídas por colaboradores do IFAP, duas equipas participaram na final nacional do *Global Management Challenge*. Este programa teve como principal objetivo o desenvolvimento de competências comportamentais e de gestão. Esta simulação empresarial privilegiou a componente comportamental, permitindo a cada colaborador do IFAP tomar consciência das atitudes que contribuem para a eficácia do trabalho em equipa.

Foram, ainda, desencadeadas no decorrer de 2016, diversas Campanhas Solidárias. Começando com o projeto Amélia, nasceu a venda solidária de bolos, cujo valor angariado foi entregue à associação *Make* a *Wish*. A este projeto seguiu-se a campanha solidária de recolha de bens, que reverteu para as instituições "Ajuda de Mãe" e "Comunidade Vida e Paz".

Ainda no âmbito da comunicação, há que destacar o sistema de gestão documental (*iDoc*), componente imprescindível para o funcionamento interno do IFAP. O ano de 2016 foi caraterizado pelos trabalhos contínuos de preparação ao processo de migração/*upgrade* do iDoc, migrando a aplicação para níveis de

desempenho mais sustentados e robustos perante a exigência e a criticidade da gestão documental do IFAP.

Manter um elevado nível de serviço na área da gestão documental foi uma das atividades principais em 2016. Todos os processos nesta área estão rastreados para acréscimo da eficiência na receção, classificação, registo, controlo e distribuição do expediente rececionado no Instituto, bem como o registo, envelopagem e expedição da correspondência de saída.

Sendo uma área muitas vezes discreta, há ainda o Arquivo Central, essencial para assegurar não só o funcionamento em pleno deste Instituto, mas também a preservação histórica dos seus documentos. Manteve-se a continuidade da inventariação e centralização da documentação de arquivo intermédio e definitivo e assegurou-se a resposta em tempo aos pedidos quase diários de consulta, por parte dos serviços, de documentação já arquivada.

**Iniciativas de comunicação externa**

Sendo o Portal do IFAP o canal de comunicação com uma maior proximidade ao beneficiário, todo o trabalho realizado no ano de 2016 foi direcionado no sentido de melhorar a comunicação externa entre o IFAP e os beneficiários, harmonizando os conteúdos e a linguagem do modelo de comunicação existente, tornando-o assim mais acessível aos seus utilizadores.

Destaca-se a utilização de uma linguagem mais acessível ao beneficiário na publicitação de notícias no Portal do IFAP, a dinamização da página do *Facebook*, através de ações de comunicação dirigidas aos beneficiários do instituto e a criação de páginas do IFAP nas redes sociais *Linkedin* e *Twitter*.

Durante o ano de 2016 acederam, em média, ao Portal do IFAP cerca de 65 218 visitantes a que corresponderam 184 400 visitas ou sessões. A média total de páginas visitadas ascendeu a quase 1 milhão. Os meses com maior tráfego coincidiram, uma vez mais, com o período entre o início das candidaturas ao PU e o final das mesmas, o que traduz uma clara sazonalidade no que respeita ao período de maior número de visitas ao Portal do IFAP. No mesmo período de tempo, foram registadas, em média, 217 570 novas sessões no Portal do IFAP, das quais cerca de 94% foram realizadas por utilizadores externos ao IFAP.

Analisando a atividade dos utilizadores do Portal do IFAP, observa-se que mais de 50% dos utilizadores tem como objetivo o acesso à Área Reservada, nomeadamente o acesso a aplicações disponibilizadas pelo IFAP. No acesso à Área

Pública do Portal, o tráfego é dirigido, na sua maioria, para páginas relacionadas com os *Pagamentos* e para as páginas das *Perguntas Frequentes*.

Prosseguiu-se com a publicação mensal da *Newsletter* Institucional, com o objetivo de estreitar a relação com os beneficiários. No decorrer do ano de 2016 registaram-se 512 novos subscritores da *Newsletter* IFAP, perfazendo um total de 26 658 subscritores no final de 2016.

O IFAP tem vindo a utilizar a sua página do *Facebook* como uma ferramenta de comunicação complementar ao Portal do IFAP, desde o ano de 2011. Tem-se verificado, com o aumento crescente de seguidores, que as notícias divulgadas através desta ferramenta têm um alcance muito significativo, devido à rapidez com que a informação é propagada. No ano de 2016 contabilizaram-se 2041 novos *gostos* na página, o que correspondeu a um acréscimo médio mensal de 164 novos *gostos*, contando com 8518 seguidores, que são traduzidos pelo número de *gostos* na página do IFAP.

Acederam à *App IFAP Mobile*, também neste ano, um total de 4200 beneficiários do IFAP, sendo que cerca de 1000 acederam à aplicação pela primeira vez neste ano. Do total dos acessos verificados durante o ano de 2016, a maioria foi direcionada para a consulta de Extratos de Pagamentos (65%), tendo como segundo plano a consulta do Calendário de Eventos (28%) e de Mensagens, esta última com apenas 6.7% das consultas.

No âmbito da atribuição da certificação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação ao IFAP, em conformidade com os requisitos da Norma ISO/IEC 27001:2013, foram desencadeadas diversas notícias nos canais de comunicação do IFAP (Portal, *Facebook* e *App IFAP mobile*) acerca desta certificação, que contempla o processo de pagamento de ajudas financiadas por Fundos Comunitários da Política Agrícola Comum (PAC), Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), ou suportados pelo orçamento nacional.

O IFAP foi convidado pelo JRC da Comissão Europeia a participar na organização da 22$^{nd}$ *Mars Conference*, que teve lugar em Lisboa, nos dias 24 e 25 de novembro, e contou com a presença de 320 congressistas.

Foram planeadas e executadas diversas ações de divulgação da Campanha Candidatura ao Pedido Único de Ajudas de 2016, tais como notícias disponibilizadas no Portal e na página do *Facebook* do IFAP, mensagem na *App IFAP Mobile*, *emailing*, entre outras.

O Instituto participou no Grande Prémio APCE - Excelência em Comunicação, concorrendo com o projeto iFAPiNOVA, que veio a ser nomeado na categoria *Evento Interno*.

O IFAP participou, ainda, em 2016 no projeto do INA, *Showcasing Boas práticas na Administração Pública*, no âmbito do qual apresentou um projeto de iniciativas de boas práticas. Neste âmbito, o projeto de boa prática apresentado pelo IFAP foi enquadrado na categoria de *Comunicação interna* com a Iniciativa IFAPpartilha. Esta iniciativa teve como objetivo identificar e partilhar boas práticas de valorização de pessoas, promovendo a autoconsciência da organização, melhorando o relacionamento interpessoal bem como identificando as práticas relevantes da organização na liderança e gestão de pessoas, na definição e concretização de objetivos, e na qualidade dos processos e métodos de trabalho.

O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) organizou, em articulação com a Autoridade de Gestão (AG) do PDR 2020 e com o IFAP, a mediatização da formalização da assinatura de três (3) projetos de investimento no âmbito do PDR 2020, por parte dos beneficiários do IFAP, no decorrer da Feira Nacional de Agricultura, em Santarém. Este evento contou com a presença do Primeiro Ministro, António Costa, acompanhado pelo Ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, e outras individualidades nacionais ligadas ao setor agrícola.

No âmbito da Publicidade nos *Media* foram elaborados e publicados seis (6) anúncios na revista Espaço Rural da Confagri e dois (2) anúncios na Revista da FNOP, todos eles com informação relevante para os beneficiários do Instituto.

O IFAP marcou presença nas principais Feiras do setor, numa lógica de aproximação ao beneficiário, divulgando as medidas e apoios existentes e esclarecendo as questões colocadas pelos agricultores. Assim, organizou e participou em diversas feiras ligadas ao setor, nomeadamente na Agrobraga 2016, 33.ª Ovibeja, 23.ª Feira Nacional do Porco, 53.ª Feira Nacional de Agricultura, na Agroglobal e na 4.ª Agrosemana – Feira do Norte. Foi, ainda, promovida a execução de brochuras, panfletos e material multimédia para a divulgação das diferentes medidas de apoio ao setor. Em todos estes certames o Instituto participou ativamente com atendimento presencial ao público, através da presença em permanência dos colaboradores do *Contact Center*, promovendo o esclarecimento junto dos seus beneficiários em diversas áreas da sua atividade e fomentando uma política de proximidade.

Conhecer o grau de satisfação dos utilizadores do *Contact Center* é fundamental para a melhoria deste serviço e para um atendimento cada vez mais profissional e eficaz. No entanto, este esforço de melhoria contínua é ineficaz se os resultados das suas ações não puderem ser avaliados, nomeadamente através do *feedback* dos seus utilizadores. Deste modo, foi disponibilizado no Portal do IFAP, um inquérito de satisfação ao atendimento, prestado através dos canais eletrónico e telefónico, durante o ano de 2016. Este inquérito constituiu uma ferramenta de avaliação do *Contact Center* da Instituição e funcionou como identificador e catalisador de melhorias a introduzir nos procedimentos e boas práticas do IFAP.

No âmbito da Campanha *Portugal sem Fogos depende de todos!*, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF, desafiou, pelo segundo ano consecutivo, o IFAP a juntar-se a esta campanha. Para além de diversas ações de divulgação, como o filme, notícias e divulgação de folhetos no Portal, *Newsletter*, externa e interna e *Facebook*, foi ainda introduzido o anúncio na assinatura do *email* institucional dos colaboradores do IFAP.

Assegurando a Divulgação da Informação, disponibilizaram-se diversos Manuais na Área Reservada do Portal do IFAP, bem como a divulgação de notícias e comunicados com interesse para o setor.

No envio massivo de e*mails* aos beneficiários, procurou-se a harmonização de conteúdos e linguagem numa perspetiva de simplificação da mensagem a transmitir.

Atendendo aos objetivos estratégicos definidos e às linhas orientadoras para o ano de 2016, foram integrados na estratégia de comunicação a implementar a melhoria da comunicação e a interação com os *stakeholders*, através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado.

## 8. Medidas de modernização administrative

### Projeto O SNIRA na *WEB*

Em 2016 foi implementada uma nova solução do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) em ambiente *Web,* após migração da tecnologia em que estava desenvolvido. Esta nova solução passou a permitir aceder ao novo sistema pela *internet* através da área reservada do Portal do IFAP. Com esta solução é possível obter uma redução de custos em comunicações, já que a mesma permite eliminar os circuitos dedicados atualmente existentes.

O projeto O SNIRA na *WEB* visa disponibilizar *online*, via *web*, as diversas comunicações à base de dados.

### Simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários do ciclo de programação 2014-2020

Em linha com a reengenharia do sistema de informação, iniciada em 2014, foram elaborados e atualizados os documentos de requisitos técnicos aplicacionais, em especial os relativos à implementação da cadeia de apuramento e à atualização dos requisitos do módulo aplicacional de controlo administrativo aos pedidos de pagamento, que permitiu integrar, entre outras, a possibilidade de validação do controlo administrativo, nas situações em que o pedido de pagamento submetido está incorreto ou carece de elementos adicionais necessários à validação da elegibilidade da despesa. Foram igualmente definidos os principais requisitos relativos ao módulo aplicacional, para alterações dos dados das candidaturas decorrentes de reanálises efetuadas pelas autoridades de gestão, que irão permitir a receção no sistema de informação de novos dados, mantendo a integridade da informação associada às operações, designadamente quando existem registos de pedidos de pagamento (intercalares, únicos ou últimos) já pagos.

No âmbito dos apoios VITIS importa destacar a entrada em produção do módulo de validação *online* dos pedidos de pagamento da campanha 2015/2016, objeto de uma importante reengenharia de processos, nomeadamente com a criação de uma cadeia de apuramento, à semelhança do que se encontra implementado para os pedidos de pagamento dos PDR e do programa Mar 2020.

**Projetos aprovados em curso no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa**

**Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária** - O Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP) foi criado pelo Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de junho, pretendendo responder às necessidades de adaptação das atividades pecuárias às normas de sanidade e bem estar animal e às normas ambientais, bem como promover a regularização e a adaptação das edificações das explorações pecuárias às normas de ordenamento do território e urbanísticas em vigor, além da simplificação dos procedimentos e do sistema de informação. Em complemento ao Decreto-Lei nº 122/2006, de 27 de junho, estabelece, ainda, as regras aplicáveis às atividades de gestão, por valorização ou eliminação dos efluentes pecuários, anexas a explorações pecuárias ou em unidades autónomas, nomeadamente às explorações agrícolas, às unidades técnicas e às unidades de compostagem ou de produção de biogás.

Em 2016 foi prosseguida a elaboração de um caderno de requisitos para o desenvolvimento de uma nova aplicação do sistema de informação de gestão do NREAP (SINREAP), que satisfaça a utilização do novo sistema dentro do quadro legal que o determina, levando para tal em consideração os contributos das diferentes entidades que interatuam com o sistema, assim como garantir a interoperabilidade com outros sistemas informáticos, como o Parcelário, IB, SNIRA e, eventualmente, outros que venham a revelar-se determinantes. No final de 2016 já se encontravam em teste alguns módulos da nova aplicação.

**Parcelário Acessível a Todos** – Tem por objetivo a disponibilização da informação geográfica existente no sistema de informação do IFAP e assenta em 3 vertentes:

1) Disponibilização de uma versão pública do Parcelário, permitindo a consulta *online* e em tempo real à informação disponível naquele sistema. O acesso à aplicação iSIP é efetuado através de um endereço na *internet* e permite a visualização de diversas camadas de informação existentes no Parcelário, como por exemplo as parcelas, ocupações do solo, imagens ou condicionantes, sem que seja disponibilizado qualquer dado pessoal;

2) Criação e disponibilização, na área reservada do portal do IFAP, de um módulo destinado ao agricultor que lhe permite aceder, em tempo real, à informação relativa à sua exploração. O acesso é efetuado através da área reservada do Portal do IFAP, com a validação do seu *login* e *password*, e permite visualizar a

informação da sua exploração, designadamente as parcelas que a constituem, as ocupações do solo identificadas, ter acesso aos documentos de caracterização e, ainda, a possibilidade de exportar a informação vetorial, sob a forma de *shapefile*, das parcelas e das ocupações do solo;

3) Disponibilização da informação vetorial, designadamente o limite das parcelas e das ocupações do solo identificadas no Parcelário (sem que sejam disponibilizados dados de caráter pessoal), de forma a permitir a sua utilização em sistemas de informação geográfica (SIG).

Este projeto foi desenvolvido e implementado em 2016.

**Registo de Animais de Uma Só Vez** – Tem por objetivo a implementação de funcionalidades que promovam a interoperabilidade entre os seguintes sistemas:

1) Gestão das explorações, pretendendo-se garantir a atualização dos dados referentes aos animais nas aplicações de gestão das explorações pecuárias, através da importação da informação residente na BD SNIRA. O acesso das aplicações de gestão será devidamente autenticado, a fim de garantir a segurança da transação. Para que o registo da informação seja efetuado de uma só vez, será necessário que as empresas produtoras dos *softwares* de gestão desenvolvam interfaces de leitura da informação que a BD SNIRA irá disponibilizar e de armazenamento nos repositórios de informação dos *softwares* de gestão.

2) Gestão dos matadouros, para integração de informação relevante relativa à cadeia alimentar, pretendendo-se assegurar o registo da informação relativa à cadeia alimentar (IRCA) na BD SNIRA, garantindo igualmente que essa informação possa ser veiculada a sistemas de informação a jusante (ex: matadouros e SIPACE - Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos, desenvolvido pela DGAV).

3) BD dos livros genealógicos, que asseguram o reconhecimento das raças dos animais, pretendendo-se garantir que o registo e atualização dos dados específicos dos animais de raça pura sejam realizados de uma só vez, através de um procedimento único, tramitando informação entre a BD SNIRA e as BD dos livros genealógicos, de acordo com as regras a definir e com as obrigações e permissões dos diferentes intervenientes no processo de registo dos animais.

4) PISA (Programa Informático para a Saúde Animal), pretendendo-se garantir a consistência entre o registo de informação na BD SNIRA e no PISA. Serão criados

fluxos de informação inter-sistemas, de modo a garantir a sua compatibilidade, para que a informação produzida num dos sistemas seja consumida pelo outro.

**Desenvolvimento do Novo Portal do IFAP** – Tem por objetivo a conceção de um novo Portal, assente em *Software Open Source*, que irá possibilitar ao IFAP a adoção de novas tecnologias e a disponibilização ao público e aos beneficiários em particular, de novos conteúdos e ligações mais acessíveis e amigáveis.

## 9. Sistemas de Informação

No ano de 2016, o acontecimento mais relevante em termos do modelo de governação das TIC, reporta-se à obtenção da certificação do IFAP, no âmbito da norma ISO 27001:2013, a qual comporta um peso assinalável de requisitos relacionados com as atividades e competências funcionais das Tecnologias de Informação. Esta certificação, entre outros aspetos, implica a observância de elevados padrões ao nível da Gestão da Segurança da Informação do IFAP, oferecendo garantias de que são adotados pela organização, um conjunto de requisitos, processos e controlos com o objetivo final de mitigarem e gerirem adequadamente o risco inerente à integridade, disponibilidade e salvaguarda da informação da instituição.

Em 2016, as principais atividades em termos de desenvolvimento de aplicações e dados consistiam em planear, coordenar e executar os trabalhos de conceção, desenvolvimento e manutenção aplicacional dos diferentes sistemas de suporte ao pagamento das ajudas e incentivos, nomeadamente Pedido Único, Controlo de Campo e Administrativo, Histórico das Explorações Agrícolas, Pedidos de Investimento, Seguros Agrícolas, w*ebservices*, Identificação e Registo Animal, Ajudas Superfícies, Ajudas Animais, Parcelário Agrícola e Programas de Desenvolvimento Rural.

Ao nível da conceção/desenvolvimento e manutenção, foram realizados *indoor* 288 planeamentos aplicacionais, sendo que destes, 30% corresponderam a manutenção. Dada a especificidade da missão do IFAP, grande parte do esforço foi centrado nas áreas de negócio decorrentes da sua missão de organismo pagador do FEAGA e FEADER, sendo que os departamentos responsáveis pela área de negócio, representaram 70% do consumo de recursos do capital humano afeto a esta área.

Pela sua importância para a economia/eficácia e satisfação dos utentes e parceiros na sua relação com o IFAP, destacaram-se os seguintes projetos:

- O novo Portal do IFAP, atualmente baseado em tecnologia proprietária *Oracle*, foi desenvolvido numa tecnologia *Open Source*, diminuindo-se desta forma custos de licenciamento, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento de novas funcionalidades tirando partido de uma escolha que privilegiou uma tecnologia mais recente, como é o caso da solução *Liferay*;

- Tendo-se iniciado, em 2015, a passagem da aplicação Regime de Exercício da Atividade Pecuária (REAP) da DRAPC para a infraestrutura tecnológica do IFAP, em 2016 foi desenvolvida uma outra aplicação, totalmente nova, para permitir dar suporte ao Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), aprovado pelo Decreto-lei nº 214/2008, de 10 de novembro;
- Com maior visibilidade externa, foi disponibilizado o SNIRA em ambiente *Web*, após migração da tecnologia em que estava desenvolvido. Com base neste projeto, que permite o acesso ao novo sistema a partir da área reservada do Portal do IFAP, é possível uma redução de custos em comunicações já que permite eliminar os circuitos dedicados atualmente existentes;
- Durante 2016 foi igualmente desenvolvido o projeto *Parcelário acessível a todos* que permite disponibilizar, de forma gratuita e universal, informação sobre as parcelas das explorações agrícolas;
- Ao nível de atividades de estudo, continuaram-se a procurar soluções tecnológicas, que visam encontrar uma nova solução para suportar a informação de gestão;
- Para dar resposta às exigências da segurança em matéria de certificação ISO 27001:2013, foi concluído o projeto de implementação da Matriz de Acessos. Este projeto permite obter uma visão centralizada de todos os privilégios de cada um dos utilizadores dos sistemas informáticos do IFAP. Passou, assim, a ser possível, a partir de um único ponto de menu, verificar todos os privilégios atribuídos aos utilizadores facilitando a gestão dos mesmos.

No ano de 2016, foi assegurada a gestão e operacionalização dos sistemas informáticos e de comunicações do IFAP, sendo executadas atividades de administração de sistemas, de base de dados e de rede de comunicações sobre a infraestrutura física. Foi, igualmente, um ano de implementação de vários projetos de elevada importância para o IFAP.

A implementação de um serviço de Comunicações Unificadas assentes numa rede de área alargada que abrange todos os locais de todos os organismos do MAFDR e do MM, foi coordenada e acompanhada no seu faseamento, em termos de terreno, pelo IFAP.

Outro projeto de relevo prende-se com o acompanhamento da implementação de uma solução integrada e completa de *Virtual Desktop Infrastructure* (VDI), em todas as suas componentes, designadamente *hardware*, *software* e serviços. Esta solução irá permitir disponibilizar, aos utilizadores, ambientes de trabalho

*standard* e independentes da plataforma do sistema operativo que utilizam no posto terminal.

Em 2016 foi também efetuada uma restruturação da rede que visou a melhoria das comunicações e da segurança no edifício do Campo Grande.

Em termos de eficiência energética, a consolidação, em 2016, da renovação dos servidores do Centro de Processamento de Dados (CPD) do IFAP permitiu um decréscimo médio de 26% do consumo e de 23% em termos de custos de energia, comparativamente com o ano de 2015, originando uma diminuição das emissões de $CO_2$ na ordem das 109 toneladas.

Face ao elevado número de processos de aquisição necessários ao desempenho das atividades do IFAP na área dos Sistemas de Informação, houve a necessidade de um forte envolvimento na definição e elaboração de requisitos técnicos, bem como na avaliação das consequentes propostas dos diferentes procedimentos concursais.

Quanto à Gestão de Meios, Qualidade e Segurança, foi desenvolvido um conjunto de atividades relevantes para a obtenção da certificação na norma ISO 27001:2013, e onde se destacam as atividades de controlos obrigatórios, como a manutenção do inventário de ativos informáticos, a verificação do cumprimento dos ANS (Acordos de Níveis de Serviço) com os prestadores de serviços, verificação dos controlos de acesso, verificação dos ativos informáticos, verificação dos dispositivos móveis, entre outros.

De modo a assegurar as condições/requisitos para se manter esta certificação, foram afetos, também em 2016, recursos com o objetivo de implementar uma solução para gerir e produzir evidências de todos os controlos da responsabilidade do IFAP. A aplicação alvo de customização deverá estar plenamente operacional durante o ano de 2017.

Ao nível dos trabalhos conducentes à certificação do SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade - norma ISO 9001:2008, *Macro Processo Gestão das Ajudas Diretas* as principais tarefas de coordenação do processo de implementação passaram pelo *follow-up* das recomendações da auditoria de pré certificação e pela configuração e customização da solução informática específica Sistema de Gestão Indicadores (SGI) que irá suportar o SGQ.

A participação nos Processos de Aquisição (PA) TIC continuou a ter um peso relevante nas atividades nesta área e compreendeu a gestão e controlo de cada PA desde a sua preparação, com toda a informação para os necessários níveis de autorização (AMA, SEAP, ESPAP, TC, etc.), até à avaliação das propostas dos

concorrentes apresentadas a concurso de cada um dos PA. No total do ano foram tratados 62 processos, sendo que alguns se revestiram de elevada complexidade, dada sua componente técnica e tramitação no âmbito do CCP.

## 10. Sistema de Gestão de Segurança da Informação

A Coordenação de Segurança da Informação (CSI) tem como principal responsabilidade implementar, gerir e manter o Sistema de Gestão da Segurança de Informação (SGSI) do IFAP, de acordo com a NP ISO/IEC 27001:2013, de forma a garantir a respetiva Certificação, dando assim cumprimento ao R.1306/2013, regido pelos critérios de acreditação definidos no anexo I do R.907/2014, o qual exige que os organismos pagadores estejam certificados no *standard* referido.

No ano de 2016 as atividades desenvolvidas neste âmbito foram:

- Implementar o SGSI com o objetivo da certificação NP ISO/IEC 27001, nas seguintes tarefas mais relevantes:
  - Adaptação das práticas da Instituição existentes aos requisitos do *standard* ISO/IEC 27001;
  - Acompanhamento e elaboração das políticas, procedimentos e registos que constituem o SGSI;
  - Formação aos departamentos, geral em Segurança da Informação e específica na ISO/IEC 27001 e no SGSI;
  - Adaptação e aplicação da metodologia de Gestão de Risco de Segurança da Informação, na avaliação do risco de 2016;
  - Monitorização e acompanhamento do plano e tratamento de risco;
  - Criação, monitorização, acompanhamento e avaliação dos resultados do Plano de Ações Corretivas (não conformidades, oportunidades de melhoria e áreas sensíveis);
  - Articulação com a Auditoria quanto à evolução do Plano de Ações Corretivas (não conformidades, oportunidades de melhoria e áreas sensíveis);
  - Realização das reuniões de Conselho de Segurança do Sistema de Informação (CSSI);
  - Melhoria das políticas e procedimentos no decorrer da operação do SGSI em resultado de:
    - Necessidade de ajustes nos processos;
    - Oportunidades de melhoria apresentadas;
    - Não conformidades;

- Incidentes registados.

- Propor a aprovação e avaliar a divulgação da documentação referente ao SGSI, nomeadamente Ordens de Serviço, Normas de Procedimento, Registos, Planos e Manuais;
- Atualização do Manual de Segurança do Sistema de Informação;
- Monitorização e acompanhamento dos objetivos e das métricas definidas para o SGSI;
- Elaboração semestral da revisão pela Gestão do SGSI;
- Comunicação interna e externa da evolução do projeto de implementação do SGSI;
- Elaboração de caderno de encargos, consulta de mercado para contratação de empresa com vista à escolha da Entidade Certificadora, acreditada pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação para a certificação NP ISO/IEC 27001;
- Avaliar e selecionar as propostas apresentadas pelos fornecedores, com objetivo da escolha da Entidade Certificadora;
- Acompanhamento das ações de auditoria interna ao SGSI realizadas em 2016;
- Acompanhamento das ações de auditoria da Entidade Certificadora, no contexto das fases de certificação NP ISO/IEC 27001 realizadas em 2016;
- Acompanhamento da Gestão de Incidentes de Segurança da Informação ocorridos em 2016 e execução da respetiva avaliação de risco sempre que se justificasse (incidentes);
- Garantir os contactos com Grupos de Interesse Especial no contexto da Segurança da Informação;
- Promoção de ações de formação e sensibilização aos colaboradores no contexto da Segurança da Informação (SI):
  - Apresentação, no âmbito do IFAPpartilha, sobre as tarefas da CSI, o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), sua envolvência e sensibilização:
    - Para os novos desafios colocados pela certificação:
    - Para as necessidades de relatar eventos, fraquezas e incidentes;

- Para a manutenção da certificação;

  - Distribuição física de folheto sobre boas práticas de SI;
  - Ação de sensibilização sobre boas práticas de SI - plataforma *e-Learning*;
  - Uso seguro do serviço de Correio Eletrónico (*e-mail*);
  - Boas práticas de SI - Impressão Segura;
  - Boas práticas de SI – Uso da identificação pessoal;
  - Boas práticas de SI – Aviso de campanha de *phishing*;
  - Promoção de ação de avaliação da reação dos colaboradores do IFAP perante um e*mail* de origem desconhecida e com características tipicamente fraudulentas;

- Respostas às recomendações sobre o Sistema de Segurança da Informação na certificação de contas de 2014 e 2015;
- Elaboração, em articulação com o fornecedor externo, da definição de requisitos para a implementação de uma aplicação de gestão de incidentes de segurança;
- Elaboração de apresentação externa, a convite da APCER, na 13ª Conferência Anual da itSMF Portugal, cujo tema foi *A Gestão de Serviços numa Estratégia de Transformação Digital*.

Procedeu-se à adequação das atividades e da infraestrutura TIC (equipamentos, sistemas e bases de dados) aos normativos ISO/IEC 27001 e à implementação de ferramentas de controlo para os requisitos dessa norma, fundamentais para obtenção da certificação na norma ISO/IEC 27001:2013.

## 11. Participações sociais

O IFAP manteve, em 2016, a sua participação na sociedade AGROCAPITAL – Sociedade de capital de risco, SA, na sociedade FLORESTA ATLÂNTICA – Sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, SA. e na AGROGARANTE, Sociedade Portuguesa Garantia Mútua (SPGM).

AGROCAPITAL

O IFAP detém uma participação de 33.3% na AGROCAPITAL, sociedade que tem como objetivo principal gerir o fundo de capital de risco AGROCAPITAL 1. Os restantes 67% pertencem à Crédito Agrícola, SGPS, S.A. (CA SGPS), que adquiriu a posição acionista à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (CCCAM).

O fundo AGROCAPITAL 1 foi constituído com um capital inicial de 15 milhões de euros, subscrito inicialmente pela própria sociedade, pelo IFAP e pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As unidades de participação desta última entidade foram transmitidas, em 2013, à CCCAM Gestão de Investimentos, Unipessoal, Lda.

Por deliberação da assembleia de participantes, realizada em 29 de junho de 2016, este fundo, destinado a investimentos na aquisição de participações no capital de sociedades dos setores Agrícola, Florestal, Produção Animal e Agroindustrial, bem como em empresas industriais, de comércio, serviços e de investigação e desenvolvimento que desenvolvam a sua atividade na fileira Agro-florestal, foi reduzido para 7.5 milhões de euros, sendo a percentagem de participação do IFAP de 68.9%.

AGROGARANTE

O IFAP detém uma participação de 4% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM) instituição de crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras, com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa, assim como ao investimento pretendido pela mesma. O modelo de funcionamento do SNGM assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com vantagens para todos os intervenientes, quer pela diminuição do risco assumido pelos

bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável.

FLORESTA ATLÂNTICA

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP manteve a participação de 172.5 mil euros, correspondente a 40.5% do capital.

A atividade principal da Sociedade, referente ao último exercício, centrou-se na gestão de três fundos: PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA – fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIIFF), o IBERIAN FOREST FUND – FEIIFF (IFF) e o IBERIA CAPITAL – FEIIFF (IC) e na prestação de serviços de consultoria para investimento imobiliário.

Os restantes investidores, privados, com uma participação de 11,9% cada, são: a Caixa Geral de Depósitos S.A., o Novo Banco, S.A., a Caixa Central de Crédito Agrícola – SGPS S.A., o Banif - Banco de Investimento S.A. e a Europa e C Portugal - SGPS, S.A.

Em abril foi decidido alterar os estatutos da sociedade gestora para se conformar com as alterações legislativas entretanto ocorridas, passando a fiscalização da sociedade a ser assegurada por um conselho fiscal e um ROC ou SROC. Foi também decidido aprovar os Orgãos Sociais para o triénio 2016-2018, a Mesa da AG, o Conselho de Adiministração e o Conselho fiscal. Aguarda-se a aprovação do Banco de Portugal.

No que respeita ao PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA – FEIIFF, o IFAP tem uma participação de 46.0% do seu capital inicial.

# V Autoavaliação

## 1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) – análise de resultados alcançados e dos desvios verificados

### 1.1. Objetivos e indicadores

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2016, foram os seguintes:

- Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas;
- Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus *stakeholders* através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado;
- Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público.

Foram ainda definidos 7 objetivos operacionais (OO), sendo 4 de eficácia, 1 de eficiência e 2 de qualidade. Os objetivos operacionais são avaliados através de 13 indicadores.

A autoavaliação do QUAR é apresentada em anexo, com os respetivos indicadores, taxas de realização e justificações de desvios.

Os objetivos considerados relevantes no ano de 2016 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada;
- Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*
- Reduzir o valor em dívida
- Melhorar a qualidade do serviço do atendimento

Como avaliação global, o IFAP obteve 115%, tendo sido superados 6 objetivos e atingido 1.

O1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada obteve um resultado de 99%, o que, face à meta, correspondeu a uma superação da meta, com uma taxa de realização de 121%;

O2: Assegurar a realização atempada dos controlos *in loco*. Este objetivo foi avaliado através de 5 indicadores tendo sido um cumprido e 4 superados. A taxa de realização foi de 120%;

O3: Aumentar a simplificação dos processos na implementação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) da agricultura e pescas, do ciclo de programação 2014-2020 - vertente investimento, garantindo a sua correta e atempada execução- foi atingido, tendo tido uma taxa de realização de 86%;

O4: Desenvolver o Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária (SIREAP), avaliado através de dois indicadores, ambos foram superados, tendo sido a taxa de realização do objetivo, de 119%.

O5: Reduzir o valor em dívida obteve uma taxa de realização de 113% com uma classificação de superado;

O6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento também foi superado, uma vez que quer a taxa de satisfação dos clientes, quer a percentagem de não reclamantes foram superiores à meta. A taxa de realização foi de 119%;

O7: Promover a formação adequada dos recursos humanos foi superado, com uma taxa de realização de 113%.

Como resultado, a autoavaliação do QUAR do IFAP foi de Bom com um nível de desempenho de 115%.

## 1.2. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

Na componente Recursos Financeiros, foi apurado um desvio negativo de 893.5 milhões de euros, justificado por:

Orçamento de funcionamento (-2.7 milhões de euros) – Encontram-se, aqui, incluídas as despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços inerentes à atividade de suporte e à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do Crédito PAR e os investimentos a realizar em

edifícios e equipamentos informáticos. Estas despesas representaram 4.3% do total das despesas do Instituto.

Investimento (+223.5 milhões de euros) – O desvio verificado resultou fundamentalmente do pagamento das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos de investimento, designadamente referentes à execução dos programas PDR 2020 e MAR 2020 no Continente representando 73.5% da despesa realizada.

Outros valores (+46.7 milhões de euros) – O desvio verificado deveu-se fundamentalmente a:

a) FEAGA (-4.0 milhões de euros) – realçam-se os subsídios ao rendimento das famílias e de ajudas diretas a empresas e associações, representando 2.6% do total;
b) Outras Ajudas (+53.7 milhões de euros) – resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER e do FEP e do FEAMP nas Regiões Autónomas, representando 19.5% do total.

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em operações extra-orçamentais, que ascenderam a 948.9 milhões de euros,com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA.

## 1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

No que respeita às iniciativas relacionadas com a qualidade do serviço prestado, manteve-se a política de disponibilização de inquéritos de satisfação na sala de atendimento presencial, tendo ainda sido realizados inquéritos *online*, destinados a auscultar o grau de satisfação, em relação aos serviços prestados através dos canais electrónico e telefónico do *Contact Center* e do *Help-Desk* informático.

Em ambos os casos, para a generalidade dos parâmetros objeto de análise, a avaliação recolhida foi globalmente positiva, existindo naturalmente aspetos que merecem ser revistos e melhorados, em particular no que respeita à necessidade de aumentar da capacidade de resposta através do

canal telefónico, em especial no que respeita ao *Contact Center*, em que está previsto a breve prazo um reforço de meios humanos.

No final do ano foi elaborado o relatório do atendimento presencial de 2016, cujos resultados se apresentam no anexo 3.

**Metodologia utilizada**

Para apreciação dos serviços prestados pelo IFAP aos beneficiários é utilizado um inquérito de satisfação, distribuído e recolhido na sala de atendimento presencial do IFAP. O inquérito é composto por três grupos: o atendimento, a organização e as instalações.

No final do ano foi elaborado o relatório de 2016, cujos resultados se apresentam no anexo 3.

**Período de realização do inquérito/questionário**

O inquérito de satisfação é efetuado mensalmente.

**Universo de inquirição**

No ano de 2016 registaram-se 2548 presenças no atendimento do IFAP.

**Dimensão da amostra**

Foram preenchidos 473 inquéritos, o que equivale a uma amostra de 18.6%.

## 1.4. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

| SISTEMA DE CONTROLO INTERNO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Questões | Resposta | | | Fundamentação/ Justificação |
| 1 – Ambiente de controlo | S | N | NA | |
| 1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço? | X | | | Para além da legislação especifica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP |
| 1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa? | X | | | Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos que se considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual. |
| 1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas? | X | | | Realização de reuniões periódicas |
| 1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo? | X | | | IGF, IGAMAOT, DGAGRI, TCP, TCE, DGSANCO, DGMARE, entre outros |
| 2 – Estrutura organizacional | | | | |
| 2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente? | X | | | A estrutura organizacional está publicada em Diário da República |
| 2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3? | | | | A totalidade dos trabalhadores |
| 2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação? | | | | Cerca de 86.36% dos trabalhadores |
| 3. Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço | | | | |
| 3.1 Existem manuais de procedimentos internos? | X | | | Existem normas de procedimentos internos e manuais, entre outros |
| 3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada? | X | | | Deliberação nº 751/2015 de 27/04. |
| 3.3 É elaborado anualmente um plano de compras? | X | | | É elaborado o Plano Anual de Aquisições, de acordo com o normativo em vigor e aprovado em CD |
| 3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores? | | X | | Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. Em 2016 foi concluído o primeiro módulo de formação (372 trabalhadores formados) e iniciado o segundo módulo. |
| 3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados? | X | | | Para além do normativo administrativo existente, cada trabalhador tem as suas tarefas bem definidas. |
| 3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias? | X | | | Os workflows da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico |
| 3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 4 – Fiabilidade dos sistemas de informação | | | | |
| 4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria? | X | | | p.e Idoc(sistema gestão documental),POCP-Contabilidade |
| 4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação? | X | | | O IFAP, dispõe de ferramentas e procedimentos para o efeito. |
| 4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 Garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão? | X | | | Os diferentes departamentos; utilizam os outputs dos SI para o negócio e áreas de suporte. |
| 4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 Garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 Garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 Garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca. | | | | |

## 1.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

**Encontro Balanço 2015 e Perspetivas 2016**

À semelhança do ano anterior, foi novamente promovido um encontro de todos os colaboradores com o objetivo não só da divulgação, junto dos mesmos, das competências de cada departamento e da atividade do Instituto mas também de um maior envolvimento e motivação de todos Este ano o evento permitiu um maior número de participações, tendo decorrido no auditório do ISCTE no mês de março. Foram também apresentadas orientações e perspetivas para 2016.

**IFAP partilha**

Com o objectivo de divulgar informação relevante em relação às competências e principais tarefas concretizadas pelos vários Departamentos dentro do IFAP, numa estratégia de envolvimento e motivação dos seus colaboradores, reforçando o diálogo interno, a partilha de experiências e potenciando a interação entre os diversos Departamentos, foram realizadas as seguintes apresentações:

- Parcelário
- Identificação do Beneficiário (IB) e Pedido Único de Ajudas (PU)
- O Outro Lado da Informática
- A Gestão do Sistema de Segurança da Informação

**Palestras motivacionais**

No âmbito do desenvolvimento de competências dos seus colaboradores o IFAP organizou a primeira Palestra Motivacional do ciclo de duas palestras a realizar este ano. O objetivo foi cumprido - sensibilizar os participantes para alguns temas na área de Desenvolvimento Pessoal, tais como o Reconhecimento da importância das *Soft Skills* na vertente profissional, compreender a interligação entre Emoções, Pensamentos e Comportamentos e fazer uma sensibilização sobre a gestão de Stress e de Tempo.

***Newsletter* interna**

A Newsletter interna digital – IFAPcomunica, foi criada no sentido de dar cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação interna do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores, reforçando, assim, o diálogo interno e a partilha de experiências entre os colaboradores.

A IFAPcomunica tem uma periodicidade mensal, com conteúdos relacionados com a área de atuação do Instituto, bem como temas considerados interessantes divulgar internamente, incluindo textos disponibilizados pelos colaboradores do IFAP, de caráter mais lúdico, pretendendo-se, assim, que todos se mantenham atualizados relativamente a informação diversa.

**Medidas no âmbito do Clima Organizacional**

Neste âmbito, foram constituídos 4 grupos de trabalho para pensar diversas áreas temáticas, com o objetivo de apresentarem propostas que contribuíssem para melhorar o clima organizacional. Os grupos apresentaram 13 propostas em quatro vertentes distintas – Identidade Organizacional e Sentido de Pertença, Informação e Comunicação, Bem estar e Condições de trabalho e Responsabilidade Social e Ambiental. Das propostas apresentadas, 10 foram aprovadas para implementação.

1.6. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos

Devido às especificidades do IFAP, não se justifica o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos. Não é, por isso, possível encontrar organismos com semelhanças suficientes para fazer esta avaliação.

1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

**Inquérito de satisfação – Encontro Balanço 2015 e Perspetivas 2016**

No âmbito do encontro *Balanço 2015 e Perspetivas 2016* realizado no dia 9 de março, foi realizado um Inquérito de Satisfação aos colaboradores do IFAP. O principal propósito deste encontro foi a divulgação, junto do maior número de colaboradores do Instituto, de informação relevante em relação às competências de cada Departamento, nomeadamete uma visão global em números, os objetivos operacionais e balanço de 2015 e, por fim, as orientações e perspetivas para 2016.

O Inquérito de Satisfação foi disponibilizado através da plataforma *eSurveys.pro*, e enviado por divulgação geral para que todos os que participaram no Encontro tivessem oportunidade de responder. O mesmo pretendeu avaliar o grau de satisfação dos participantes no encontro "Balanço 2015 e Perspetivas 2016" tendo em conta os conteúdos das apresentações, a duração do evento, a localização e espaço onde decorreu o mesmo e uma avaliação global do encontro. Foram recolhidos 112 questionários.

Metodologia

A realização do inquérito teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, identificando pontos fortes e pontos fracos e definindo áreas de melhoria.

O inquérito era composto por três grupos de classificação:

- Grau de Satisfação do evento (escala de 1 a 5)
- Repetição do evento no próximo ano (pergunta fechada)
- Sugestões de melhoria (pergunta aberta)

O primeiro grupo de perguntas, que pretendia classificar o grau de Satisfação dos colaboradores do IFAP, era constituído por 4 questões, sendo disponibilizada uma questão acerca da eventualidade da organização de um evento semelhante para o próximo ano e, ainda, 2 questões abertas para questões e sugestões de melhoria.

Foi utilizada uma escala com 5 níveis, para a avaliação do grau de Satisfação:

Insatisfeito, Pouco Satisfeito, Nem Satisfeito nem Insatisfeito, Satisfeito e Muito Satisfeito.

Análise de Dados

A questão sobre se os ”Conteúdos abordados no evento constituem uma mais-valia para o desempenho na Organização”, teve como respostas 23% para Muito Satisfeito e 43% para Satisfeito, o que, face ao ano anterior, representou um decréscimo de satisfação.

Para o tema “Localização e espaço onde decorreu o evento”, questão relativa às instalações, 59% dos colaboradores considerou encontrar-se Muito Satisfeito e 39% Satisfeito, o que, face ao ano anterior, melhorou significativamente.

A questão quanto à “Duração do evento” também verificou uma melhoria face ao ano anterior, tendo a classificação de Muito Satisfeito, representado 32% dos colaboradores a classificação de Satisfeito, 53%.

Numa perspetiva de apreciação genérica do evento, no que respeita à questão “Avaliação global do evento” a maioria das respostas, 61% correspondem a Satisfeito e 22% a Muito Satisfeito.

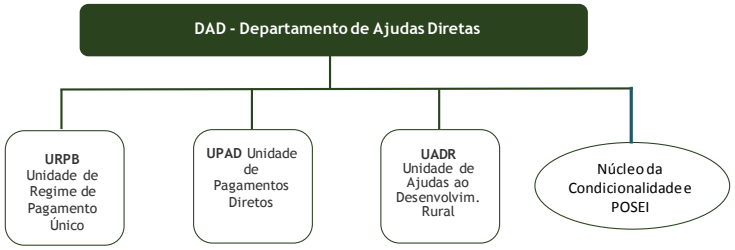
No que respeita à pergunta “Gostaria que no próximo ano se promovesse um evento semelhante?” 99% dos inquiridos respondeu afirmativamente.

Foi ainda solicitada a apresentação de sugestões de melhoria, tendo sido recebidas 34 contributos.

## 2. Plano de atividades 2016

São aqui apresentadas as avaliações dos objetivos estabelecidos para o ano de 2016. Estes objetivos foram objeto de monitorização em junho de 2016.

### 2.1. Departamento de Ajudas Diretas - DAD




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA | 40% | Não | |
| 2. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER | 35% | Não | |
| 3. Assegurar a correta gestão da condicionalidade | 15% | Não | |
| 4. Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2015 | 10% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2016*100 | 100% | 95% | 94% | 95% | 98% | 103% | 103% | 41% |
| 2. | Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2016*100 | 100% | 95% | 88% | 95% | 111% | 116% | 116% | 41% |
| 3. | Cálculo da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2015 | 100% | 100% | 100% | na | na | na | 100% | 15% |
| 4. | % das ajudas com processos de recuperação de verbas, relativos à campanha de 2015, constituídos a 15 de outubro | 100% | 0% | na | 90% | 75% | 83% | 83% | 8% |
| Avaliação global DAD | | | | | | | | 104% | |

Para 2016, o DAD propôs 4 objetivos, dos quais 3 foram cumpridos ou superados, e 1 teve uma execução de 83% face à meta.

**Objetivo 1 – Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA**

Este objetivo teve um grau de execução de 98%. Previa-se que 95% do montante total dos pagamentos previstos para o ano fosse pago no prazo

previsto na calendarização de pagamentos. Face à meta estabelecida para o ano, esta execução representou uma taxa de 103%.

**Objetivo 2 – Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER**

O objetivo 2 teve um grau de execução de 111%, correspondendo a uma taxa de realização de 116% face à meta estabelecida. Esta execução deveu-se à antecipação para dezembro dos pagamentos de Agricultura biológica, Produção integrada e Culturas tradicionais permanentes, previstos para janeiro de 2017.

**Objetivo 3 – Assegurar a correta gestão da condicionalidade**

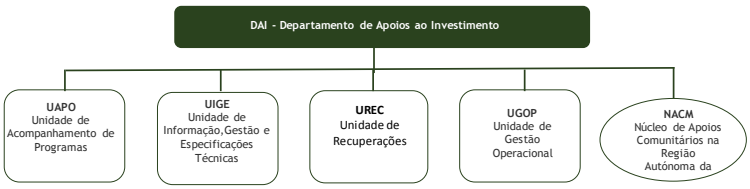
Tendo como indicador o cálculo da taxa de condicionalidade referente à campanha de 2015 até junho de 2016, este objetivo teve a meta atingida em junho de 2016, conforme o previsto, o que conferiu ao objetivo uma taxa de realização, face à meta, de 100%.

**Objetivo 4 – Percentagem das ajudas com processos de recuperação de verbas relativas à campanha de 2015 constituídos até 15 de outubro**

Este objetivo não foi cumprido, visto que à data estabelecida só estavam constituídos os processos de recuperação de verbas relativos ao Regime de pequena agricultura, Prémios por vaca em aleitamento e por vaca leiteira e Regime de pagamento base. Estavam, assim, em falta os Prémios por ovelha e cabra, a Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, Medidas Agroambientais e o POSEI, ou seja, 75% do previsto. Face à meta, esta execução representou 83%.

A avaliação global do Departamento de Ajudas Diretas foi de 104%.

## 2.2. Departamento de Ajudas ao Investimento – DAI




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| **1.** Garantir e reforçar a qualidade dos processos visando a regularidade dos pagamentos | 10% | Não | |
| **2.** Assegurar a preparação e o acompanhamento de auditorias aos apoios FEADER, FEP, FEAMP, NRV e medidas transitadas | 10% | Não | |
| **3.** Assegurar o controlo de qualidade à contratação e ao pagamento e o acompanhamento das funções delegadas | 15% | Não | |
| **4.** Garantir e reforçar a confiança na execução dos fundos comunitários, na vertente investimento | 20% | Não | |
| **5.** Assegurar os processos de encerramento do ciclo de programação 2007-2013 e o acompanhamento das operações transitadas e das operações aprovadas ao abrigo do período de programação 2014-2020 | 10% | Não | |
| **6.** Aumentar a simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários do ciclo de programação 2014-2020, garantindo a sua correta e atempada aplicação | 20% | Não | |
| **7.** Promover a recuperação dos fundos de forma célere e eficiente | 15% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à | | |
| 1. | Elaboração de monitorização mensal dos subsídios reembolsáveis | 30% | 90% | 100% | 100% | 100% | 100% | 104% | 10% |
| | Elaboração de monitorização mensal das operações sujeitas a controlo | 30% | 90% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Taxa de operações LEADER sujeitas a acompanhamento | 40% | 40% | 50% | 90% | 100% | 111% | | |
| 2. | Compilação e avaliação dos documentos de preparação da auditoria | 35% | 90% até 1 d.u. antes do prazo programado | 90% | 90% até 1 d.u. antes do prazo programado | 100% | 111% | 108% | 11% |
| | Elaboração dos contraditórios | 35% | 90% até 1 d.u. antes do prazo programado | 90% | 90% até 1 d.u. antes do prazo programado | 100% | 111% | | |
| | Implementação das recomendações | 30% | 90 %até 60 d.u. após a recomendação. | 80% | 90 %até 60 d.u. após a recomendação | 90% | 100% | | |
| 3. | Taxa de controlos de qualidade prévio à contratação e aos PP realizados / Nº de controlos de qualidade prévio à contratação e aos PP selecionados até 30/06/2016 e 30/11/2016 (Medidas Transitadas, PDR2020, PRORURAL+, PRODERAM 2020, PROMAR e MAR2020) | 40% | 90% | 82% | 100% | 100% | 100% | 81% | 12% |
| | Taxa de elaboração dos relatórios trimestrais de Controlo de Qualidade no prazo de 15 dias após o fim do trimestre | 25% | 100% | 0% | 100% | 50% | 50% | | |
| | Taxa de ações de acompanhamento realizadas/nº de ações de acompanhamento programadas até 31/12/2016 | 25% | 50% | 0% | 100% | na | na | | |
| | Taxa de elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento no prazo de 1 mês após realização da ação | 10% | 90% | 0% | 100% | na | na | | |
| 4. | Nº PP validados / Nº PP entrados, devidamente instruídos, até 31/10/2016 | 25% | 90% | 90% | 100% | 100% | 100% | 105% | 21% |
| | Prazo de emissão dos resumos de apuramento | 15% | até 3 dias após confirmação do cabimento da despesa | 100% | até 3 dias após confirmação do cabimento despesa | 100% | 100% | | |
| | Nº de monitorizações de regularização dos adiantamentos concedidos no âmbito dos programas FEADER, FEP e NRV | 15% | 2 | 1 | 4 | 5 | 125% | | |
| | Liberação das garantias bancárias associadas aos fundos FEADER, FEP, FEAMP e NRV | 15% | 90% até 20 d.u após receção do processo | 90% | 90% até 20 d.u após receção do processo | 90% | 100% | | |
| | Taxa de validação de pedidos de pagamento dos apoios ao NRV | 20% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Conclusão dos relatórios de visita ao local - PRODERAM e PRODERAM 2020 | 10% | 90% até 22 d. u., após data de visita | 100% | 90% até 22 d. u., após data de visita | 100% | 111% | | |
| 5. | Nº de reportes com as atividades a realizar e o balanço do encerramento das operações de investimento do FEADER e FEP | 30% | 3 | 3 | 6 | 6 | 100% | 100% | 10% |
| | Taxa de elaboração de reportes semanais de monitorização da execução dos programas FEADER e FEP, na vertente investimento | 40% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Resposta aos pedidos de parecer sobre matérias relacionadas com a aplicação das regras no âmbito do FEADER, FEP, NRV e RARRV | 30% | 90% até 5 d. u., após o pedido. Até 10 d.u. se o pedido tiver uma complexidade* acrescida | 90% | 90% até 5 d. u., após o pedido. Até 10 d.u. se o pedido tiver uma complexidade* acrescida | 90% | 100% | | |
| 6. | Cumprimento do calendário de operacionalização da contratação das medidas do PDR2020 e do PRORURAL+ | 10% | 10 medidas | 100% | 15 medidas | 32 | 125% | 104% | 21% |
| | Elaboração módulo aplicacional de recolha dos PP, vertente investimento (requisitos técnicos, testes e validação) | 20% | 30 de março | 100% | na | 100% | 100% | | |
| | Elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional do quadro sancionatório, vertente investimento | 20% | na | na | até 31 de julho | na | na | | |
| | Elaboração módulo aplicacional de controlo administrativo e cálculo/apuramento das ajudas, vertente investimento (requisitos técnicos, testes e validação) | 20% | na | na | até 31 de dezembro | 100% | 100% | | |
| | Alteração do módulo aplicacional do pedido de pagamento VITIS, campanha 2014/15 (requisitos técnicos, testes e validação) | 10% | na | na | até 31 de julho | 100% | 100% | | |
| | Elaboração módulo aplicacional do pedido de pagamento VITIS, campanha 2015/16 (requisitos técnicos, testes e validação) | 10% | n.a | na | até 31 de julho | 100% | 100% | | |
| | Elaboração dos cadernos de requisitos técnicos relativo à gestão dos incentivos reembolsáveis e à recolha de declarações de prejuízos e visitas prévias no âmbito de declarações de intempéries | 10% | 1 documento | 100% | 2 documentos | na | na | | |
| 7. | Prazo de início de recuperação dos processos devedores constituídos em 2016 | 30% | até 30 dias após criação da tranche negativa | 93% | até 30 dias após criação da tranche negativa | 92% | 92% | 85% | 13% |
| | Prazo de encerramento dos processos administrativos, inscritos na base de dados em 31/12/2015, que se encontram devidamente instruídos** | 40% | na | na | 31 de dezembro | 76% | 76% | | |
| | Cumprimento prazos para 1ª notificação relativamente aos processos constituídos em 2016 | 30% | 90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de Decisões Finais ao abrigo do 124º CPA) | 94% | 90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de Decisões Finais ao abrigo do 124º CPA) | 90% | 90% | | |
| **Avaliação Global do Departamento** | | | | | | | | 98% | |

* Considera-se complexidade acrescida a verificação dos procedimentos da contratação publica, a análise da razoabilidade de custos de investimento e as relações especiais.
** Consideram-se devidamente instruídos os processos para os quais o DAI tem em sua posse todos os elementos essenciais à sua tramitação

A atividade desenvolvida pelo Departamento de Apoios ao Investimento em 2016 decorreu dentro do previsto no plano de atividades, com a necessária flexibilidade de ajustamento às inúmeras prioridades e solicitações que foram surgindo ao longo do ano, procurando-se assegurar sistematicamente o exercício eficiente e eficaz das competências cometidas ao departamento.

Em termos gerais, a autoavaliação global do desempenho do departamento permite concluir que os objetivos e as atividades estabelecidas foram prosseguidos nos termos previstos, continuando os recursos humanos afetos ao departamento a revelar uma manifesta capacidade técnica de resposta às inúmeras solicitações não previstas e com caráter de prioridade.

Apresenta-se de seguida a execução do plano de atividades, em função dos sete grandes objetivos identificados para 2016. As restantes atividades de impacto no desempenho do departamento, tendo em conta as alterações de contexto no ano, em particular os trabalhos de consolidação do novo período de programação 2014-2020, encontram-se desenvolvidas no capítulo 2 do presente relatório de atividades.

**Objetivo 1 – Garantir e reforçar a qualidade dos processos visando a regularidade dos pagamentos**

Este objetivo é avaliado através de 3 indicadores, tendo sido as metas de dois atingidas e uma superada. O primeiro indicador, que prevê a elaboração de monitorização mensal dos subsídios reembolsáveis, foi cumprido. O ano de 2016 correspondeu ao ano de encerramento dos planos de reembolso dos incentivos reembolsáveis do Programa AGRO, aprovados no QCAIII. Nesse contexto, durante o 2º semestre foram realizadas as diligências necessárias para a execução das garantias bancárias dos beneficiários em situação de incumprimento, encontrando-se esse processo encerrado. Os planos de reembolso de incentivos reembolsáveis, concedidos pelos programas MARE e PROMAR continuaram a ser objeto de tratamento, considerando que ainda existem projetos cujo prazo para a amortização dos respetivos incentivos ainda não terminou.

A elaboração de monitorização mensal das operações sujeitas a controlo, a realizar mensalmente de acordo com o estabelecido no indicador 2, tem sido realizada conforme o previsto, e tem-se revelado de grande importância no acompanhamento às entidades com funções delegadas na

análise dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento das medidas de investimento, das reanálises pendentes de controlos *in loco* e outros processos de auditoria, bem como dos Pedidos de Pagamento (PP) que se encontram submetidos pelos beneficiários e/ou em análise do controlo administrativo.

O indicador 3, que estabelecia que 90% das operações LEADER fossem sujeitas a acompanhamento, obteve 100% de realização, o que, face à meta, corresponde a 111%. Esta atividade foi realizada em paralelo com as tarefas desenvolvidas no âmbito do controlo de qualidade ao trabalho do Secretariado Técnico da AG do PDR 2020, decorrente de uma auditoria da DG AGRI, em que foram identificadas deficiências num controlo chave, quanto à verificação da criação de postos de trabalho. Adicionalmente, todas as operações aprovadas no contexto da abordagem LEADER e que foram objeto de reanálise por circunstâncias várias, foram objeto de controlo de qualidade quanto à verificação do cumprimento dos objetivos e metas fixadas em candidatura.

A avaliação global deste objetivo foi de 104%.

**Objetivo 2 – Assegurar a preparação e o acompanhamento de auditorias aos apoios FEADER, FEP, NRV e medidas transitadas**

Este objetivo é medido através de 3 indicadores, ultrapassou as metas estabelecidas para dois dos indicadores, e atingiu a meta do terceiro indicador, obtendo uma avaliação global de 108%.

As atividades do ano de 2016 em matéria de acompanhamento de auditorias foram essencialmente condicionadas pelas auditorias realizadas em anos anteriores, cujos inquéritos foram sendo encerrados parcialmente, mantendo-se no entanto algumas observações pontualmente em aberto, com a elaboração de sucessivos contraditórios pelas autoridades nacionais, em particular junto da DGAGRI.

Para além das auditorias regulares da IGF no âmbito da certificação de contas de 2016 e de *follow up* de auditorias anteriores, o ano em causa foi marcado por uma outra importante auditoria da IGF, respeitante ao encerramento dos programas do FEADER (PRODER, PRORURAL e PRODERAM) do período de programação 2007-2013.

Continuaram em aberto os seguintes inquéritos:

- RD1/2015/808/PT - Eixo 1, Medidas COM 121 e 123, que envolve as seguintes temáticas:
  - Controlos para verificar se o requerente cumpre todos os critérios de elegibilidade do regime de ajuda e/ou medida de apoio – verificação do estatuto de PME (M123);
  - Controlos para assegurar que o investimento preenche todos os critérios de elegibilidade estabelecidos na legislação da UE (M123);
  - Avaliação da razoabilidade dos custos (M121 e M123);

- RD3/2015/015/PT – Eixo 4 LEADER COM 413 Submedidas 311,312 e 313.

  Este inquérito continuou a envolver a verificação do cumprimento dos seguintes controlos da Medida Comunitária 413 (Abordagem Leader):
  - Controlos para verificar se o beneficiário cumpria todos os critérios de elegibilidade do regime de ajuda e/ou medida de apoio;
  - Controlos para verificar se os projetos cumpriam os critérios de elegibilidade estabelecidos na legislação da UE e no Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) do Estado-Membro;
  - Controlo da elegibilidade dos custos da operação.

As auditorias objeto de acompanhamento encontram-se discriminadas no capítulo 4. Relacionamento com Instituições Comunitárias e 5. Auditoria.

No âmbito dos resultados da auditoria de Certificação de Contas de 2014 e 2015, bem como dos dois inquéritos atrás evidenciados e em face das recomendações daí resultantes, foram desenvolvidos 5 planos de ação durante o ano de 2016 que obrigaram a uma análise técnica muito aprofundada e a um número de operações aprovadas muito alargado nas áreas do investimento em caminhos agrícolas, investimentos florestais, contratação pública, estatuto de PME, nos termos da recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003 e criação de postos de trabalho aprovados.

Todos os planos de ação foram concluídos e os resultados comunicados às respetivas entidades de auditoria, à exceção do plano para a verificação da criação dos postos de trabalho, que continuará a ser desenvolvido em 2017.

**Objetivo 3 – Assegurar o controlo de qualidade à contratação e ao pagamento e o acompanhamento das funções delegadas**

Este objetivo é avaliado através de quatro indicadores, tendo apenas um dos indicadores atingido a meta estabelecida. A avaliação global foi de 81%.

Durante o ano de 2016 continuou a ser dada especial atenção à realização de controlos de qualidade em gabinete e prévios à contratação e aos pedidos de pagamento dos apoios, na vertente do investimento.

Os controlos de qualidade e ações de acompanhamento visam um controlo da elegibilidade e da conformidade dos apoios, nos termos do quadro legal aplicável. Visam também a verificação do cumprimento das tarefas delegadas, de forma adequada e rigorosa e em conformidade com os critérios de acreditação que o IFAP se encontra obrigado, enquanto organismo pagador.

O plano de acompanhamento de 2016 definido no contexto do Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas (GAFD) previa ações de acompanhamento, em matéria da verificação da qualidade dos dados remetidos para efeitos de contratualização dos apoios e controlo de qualidade prévio ao pagamento a realizar em gabinete.

O objetivo interno do departamento era realizar cerca de 2% de controlo de qualidade às candidaturas aprovadas e enviadas para contratualização do IFAP e 2% aos pedidos de pagamento validados no SI para efeitos de pagamento. A realização de outras tarefas, designadamente o contexto dos 5 planos de ação que resultaram na certificação de contas de 2015 e trabalhos de resposta a auditorias da DGAGRI, apenas possibilitou a seleção de 1.1% das candidaturas aprovadas e enviadas para contratualização, mantendo-se os 2% no caso dos pedidos de pagamento.

Relativamente às ações em gabinete foi prevista a realização de 6 ações de acompanhamento, uma no âmbito do PRORURAL+ e 5 aos novos GAL da abordagem LEADER do PDR 2020. Estas 6 ações seriam realizadas a partir de maio de 2016, tendo em conta a previsão que nessa altura seria expetável encontrarem-se assinados os protocolos de delegação de tarefas com o PRORURAL+ e com os GAL do PDR 2020.

Considerando que assinatura do protoloco de delegação de tarefas, celebrado entre o IFAP e os GAL só ocorreu em finais de novembro de 2016, não foram realizadas as ações de acompanhamento às funções delegadas programadas.

**Verificação da qualidade dos dados à contratualização:**

Dos cerca de 6679 projetos PDR 2020, enviados para contratação, foram realizados controlos de qualidade prévios à contratação a 73 projetos, o que corresponde a uma taxa de controlo de cerca de 1,1% do universo contratado.

Quanto ao PRORURAL+, dos cerca de 169 projetos enviados para contratação, foi realizado um controlo de qualidade, que corresponde a uma taxa de controlo cerca de 0,60% do universo contratado.

Em termos globais, foram realizados controlos de qualidade prévios à contratação a cerca de 1,1% dos projetos entrados no sistema de informação do IFAP.

**Realização de controlos de qualidade prévios ao pagamento**

Dos cerca de 9992 pedidos de pagamento validados, foram realizados 868 controlos de qualidade prévios ao pagamento a que corresponde uma taxa de controlo de cerca de 9% do universo dos pedidos de pagamento validados, superando-se em cerca de 7 pp, a taxa de controlo prevista.

O primeiro indicador para avaliação deste objetivo, que estabelecia que fossem realizados todos os controlos de qualidade selecionados, sejam os prévios à contratação sejam aos pedidos de pagamento, foi cumprido.

O segundo indicador, que determinava que o prazo para elaboração dos relatórios trimestrais de controlo de qualidade fosse inferior a 15 dias após o fim do trimestre, apenas atingiu a meta em 50% dos casos. O não cumprimento da meta decorreu da complexidade de extração dos dados do Sistema de Informação e, em particular, do facto dos controlos realizados sobre a nova plataforma dos apoios ao investimento estarem dependentes de cruzamento de informação entre várias bases de dados.

**Realização de ações de acompanhamento no local**

Os terceiro e quarto indicadores que previam, respetivamente, uma taxa de realização das ações de acompanhamento face às programadas até 30 de dezembro de 2016, e uma taxa de elaboração dos relatórios de ações de acompanhamento no prazo de um mês após a realização da ação, ambas de 100%, não tiveram qualquer execução. O facto s ações de acompanhamento calendarizadas serem dirigidas aos GAL e do protocolo de delegação de tarefas com essas entidades ter sido celebrado no final de novembro de 2016, inviabilizou a realização das ações de acompanhamento

programadas. Foi considerada não aplicável a avaliação desses dois indicadores, tendo sido redistribuídas as ponderações pelos dois indicadores válidos.

Quanto aos *follow-ups*, essencialmente no contexto da abordagem LEADER, onde existiam recomendações em aberto, os mesmos foram considerados como encerrados considerando que os GAL deixaram de analisar novos pagamentos em 31 de dezembro de 2015.

As situações que constavam dos referidos relatórios relativos a operações específicas, foram todas tratadas e quando esteve em causa elegibilidade de despesa, foram criados os competentes processos de recuperação de verbas.

**Objetivo 4 – Garantir e reforçar a confiança na execução dos fundos comunitários, na vertente investimento**

O objetivo 4 é avaliado através de 6 indicadores, tendo sido todos cumpridos ou superados. A avaliação foi de 105%. A sua concretização foi executada através das seguintes ações:

- Análise de pedidos de pagamento da assistência técnica dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER e PDR 2020), Rede Rural Nacional Açores e dos Programas Operacionais das Pescas (PROMAR e Mar 2020);
- Análise de pedidos de pagamento da Medida 10.4.1 do PDR 2020 (Funcionamento dos Grupos de Ação Local)
- Análise de pedidos de pagamento dos Programas de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM e PRODERAM 2020);
- Reanálises relativas aos pedidos de pagamento indicados nos pontos anteriores;
- Processamento de pagamentos (emissão de resumos de apuramento) dos apoios FEADER, FEP, FEAMP e FEAGA/VITIS e das medidas transitadas do POADR e RURIS/RA (QCA III);
- Liberação das garantias associadas aos adiantamentos e pagamentos das medidas de investimento dos PDR, PROMAR e VITIS e medidas transitadas de anteriores períodos de programação;

- Emissão de pareceres sobre as regras relacionadas com a execução das operações aprovadas no quadro dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas.

**Objetivo 5 – Assegurar os processos de encerramento do ciclo de programação 2007-2013 e o acompanhamento das operações transitadas e das operações aprovadas ao abrigo do período de programação 2014-2020**

Este objetivo é avaliado através de 3 indicadores, e obteve uma avaliação global, face às ponderações atribuídas e indicadores definidos, de 100%.

O ano de 2016 foi um ano fortemente marcado por dois processos críticos: dar continuidade à implementação/operacionalização do período de programação 2014-2020 e as tarefas associadas ao encerramento financeiro do período de programação 2007-2013, no contexto dos processos de auditoria de encerramento (auditoria realizada pela IGF).

Com este referencial, foram realizadas tarefas, transitadas de 2015, quanto a operações da abordagem LEADER, sem cumprimento de licenciamentos e outros incumprimentos, estabilização dos quadros financeiros relativos a adiantamentos concedidos, controlo de reanálises de pedidos de pagamento pendentes no sistema de informação e criação de processos de recuperação de verbas nas medidas não transitadas dos programas do desenvolvimento rural.

Foi realizado, adicionalmente, um esforço no sentido de materializar no sistema de informação o estado atualizado das operações, em particular, procedendo a anulações de operações sem execução, registo de encerramentos, eliminação de pagamentos sem processos físicos, tendo sido realizado, em simultâneo, uma monitorização aos prazos para a avaliação do cumprimento do plano empresarial dos jovens agricultores.

Em termos de produção de quadros estatísticos foram produzidos semanalmente os oito quadros relativos ao ponto de situação dos pagamentos FEADER, FEP e FEAMP, com dados relativos aos pagamentos do mês, acumulados do ano e do programa e dados de avaliação do cumprimento das metas estabelecidas para as entidades intervenientes na análise de pedidos de pagamento.

Durante o ano de 2016 manteve-se, igualmente, a produção de quadros mensais de monitorização de informação relativa à evolução das tarefas pendentes com referência a operações contratadas, concluídas, anuladas, desistentes e visitas de verificação ao local, no âmbito do controlo admistrativo.

Foi adicionalmente efetuada a monitorização mensal do estado dos pedidos de pagamentos submetidos e em análise/reanálise no âmbito de todos os programas, incluindo as operações transitadas dos anteriores programas. Esta monitorização foi efetuada através da quantificação do número de pedidos submetidos ou em análise, e do número de dias decorridos desde a submissão do pedido, desagregada por entidade analista.

Importa ainda referir, no âmbito da concretização do objetivo de acompanhamento da execução dos PDR e do programa Mar 2020, a emissão de pareceres sobre diplomas que disciplinam as atividades associadas à gestão e a regulamentação específica proposta pelas Autoridades de Gestão desses programas em tempo útil, em face dos compromissos de cada Autoridade de Gestão quanto ao lançamento de avisos de abertura de candidaturas.

No âmbito de cada regulamento de aplicação foram realizadas, em média 2 a 3 reuniões de trabalho com a Autoridade de Gestão do PDR 2020 e outras entidades da administração pública com intervenção nas áreas dos apoios ao investimento em análise.

Foram ainda emitidos pareceres técnicos no âmbito das múltiplas consultas escritas à Comissão de Acompanhamento dos 3 programas do desenvolvimento rural, em particular sobre os "Critérios de seleção".

Finalmente, manteve-se o atendimento através da caixa de correio *info.pagamentos*, com esclarecimentos aos beneficiários e entidades, e a emissão de pareceres técnicos, com particular ênfase nos relativos a elegibilidade de despesa, ainda, no quadro da programação 2007-2013.

A correspondência da caixa de correio *info.pagamentos* ascendeu a 8022 registos, compreendendo as mensagens recebidas do exterior ou entradas, as mensagens enviadas para o exterior ou saídas e a correspondência interna entre endereços do IFAP, conforme melhor detalhe no objetivo seguinte.

**Objetivo 6 - Aumentar a simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários do ciclo de programação 2014-2020, garantindo a sua correta e atempada aplicação**

O objetivo 6 é avaliado através de 7 indicadores e obteve uma avaliação global de 104%. Os dois primeiros indicadores, bem como os indicadores 4 a 6, cumpriram ou superaram as metas estabelecidas para o ano. A elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional do quadro sancionatório, vertente investimento, bem como dos relativos à gestão dos incentivos reembolsáveis e à recolha de declarações de prejuízos e visitas prévias no âmbito de declarações de intempéries, foram recalendarizadas para 2017, face à definição de novas prioridades. Estes dois indicadores foram considerados não aplicáveis e as respetivas ponderações distribuídas proporcionalmente pelos restantes objetivos.

A atividade desenvolvida no âmbito deste objetivo foi, naturalmente, muito dirigida para a execução do novo período de programação 2014-2020, sem nunca descurar as tarefas de encerramento do anterior período de programação 2007-2013 que era ainda necessário assegurar. Ao nível das aplicações informáticas, o ano de 2016 foi especialmente exigente, dada a necessidade de assegurar a receção dos dados de novas candidaturas dos PDR e do Programa Mar 2020 e, muito em especial, do universo das medidas que foram objeto de operacionalização em termos de candidaturas pelas autoridades de gestão durante esse período.

Em linha com a reengenharia do sistema de informação, iniciada em 2014, foi assegurada a elaboração e atualização de documentos de requisitos técnicos aplicacionais, em especial os relativos à implementação da cadeia de apuramento e à atualização dos requisitos do módulo aplicacional de controlo administrativo aos pedidos de pagamento, que permitiu integrar a possibilidade de validação do controlo administrativo nas situações em que o pedido de pagamento submetido está incorreto ou carece de elementos adicionais necessários à validação da elegibilidade da despesa.

Foram, igualmente, definidos os principais requisitos relativos ao módulo aplicacional para alterações dos dados das candidaturas decorrentes de reanálises efetuadas pelas autoridades de gestão, que irão permitir a receção, no sistema de informação de novos dados, mantendo a integridade da informação associada às operações, designadamente no caso de registos de pedidos de pagamento (intercalares, únicos ou últimos) já pagos.

No que se refere aos apoios VITIS, foram elaborados os documentos de requisitos de suporte a alterações ao módulo do pedido de pagamento e à liberação de garantias, em virtude da entrada em vigor do novo regime de autorizações de plantação de vinhas, em 1 de janeiro de 2016, passando as plantações a ser enquadradas com autorizações de plantação em vez de direitos de plantação, conforme já explicitado em objetivo anterior.

Quadro 70 – Elaboração temporal de requisitos aplicacionais para as medidas de Investimento (INV) e VITIS

| Aplicação Informática | Elaboração de Requisitos |
|---|---|
| INV - Recolha de Pedidos de Pagamento (atualização de requisitos) | 15-01-2016 |
| INV - Custos unitários | 05-05-2016 |
| INV – Módulo da cadeia de apuramento | 30-05-2016 |
| INV - Módulo de alterações (receção de novos dados dos projetos) | 11-11-2016 |
| INV- Controlo Administrativo: formulário de recolha, validação do controlo administrativo e tabelas de referência | 19-6-2015 e<br>18-11-2016<br>(acrescenta a opção na validação do CAD) |
| INV- Emissão de listagens de Gestão | 16-11-2016 |
| VITIS - Alterações ao módulo do pedido de pagamento (PP) e libertação de garantias: Cadeia de apuramento e controlo de qualidade dos PP/ libertação de garantia | 26-01-2016 |
| VITIS - Recolha de candidaturas de intempéries na campanha 2016/2017 (Período excecional entre 15 e 30 de Abril 2016) | 12-04-2016 |
| VITIS - Novas regras do cálculo das ajudas para cadeia de apuramento | 03-06-2016 |
| VITIS - Alteração do módulo do pedido de pagamento / libertação de garantia (direito de plantação dá origem a mais do que uma autorização de plantação) | 07-07-2016 |
| VITIS - Desenvolvimento da funcionalidade de fecho das ocorrências no sistema quando são apresentados os pareceres da DRAP, ICNF ou CCDR | 26-10-2016 |
| VITIS – Alteração das validações implementadas na marcação de ocorrências impeditivas do pagamento por falta de pareceres da DRAP, ICNF ou CCDR | 25-11-2016 |
| VITIS - Alterações a introduzir no módulo de recolha de candidaturas da campanha 2017/2018 | 15-12-2016 |

No âmbito dos apoios VITIS importa destacar a entrada em produção do módulo de validação *online* dos pedidos de pagamento da campanha 2015/2016, objeto de uma importante reengenharia de processos, nomeadamente com a criação de uma cadeia de apuramento, à semelhança do que se encontra implementado para os pedidos de pagamento dos PDR e do programa Mar 2020.

Quadro 71 – Implementação temporal de módulos funcionais INV e VITIS

| | Aplicação Informática | Data de implementação |
|---|---|---|
| INV | Cadeia de apuramento (tabelas de referência, cadeia antes de processo iSinga e Cálculo/Apuramento iSinga) | 15-07-2016 |
| | Cadeia de apuramento- Implementação de Regras de pagamento | 15-07-2016 |
| | Funcionalidade para envio para contratação (PRODERAM2020 e MAR 2020) - Forma WEB | 30-08-2016 |
| | Controlo Administrativo: Formulário de recolha, validação do controlo administrativo e tabelas de referência | 20-04-2016 |
| | Controlo Cruzado - Fiabilidade de beneficiários | 16-10-2016 |
| | Controlo de Qualidade ao Pedido de pagamento-Seleção/Tratamento da tranche | 15-07-2016 |
| | Controlo de Qualidade à Contratação - Melhorias - gestão de anomalias | 24-11-2016 |
| VITIS | Funcionalidade para a submissão de pedidos de alterações de candidaturas - Campanha 2015/2016 | 04-02-2016 |
| | Módulo para registo, análise e decisão dos pedidos de pagamento adiantado de candidaturas - Campanha 2015/2016 | 08-02-2016 |
| | Ponto de menu "Verificação de controlo" para reanálise automática dos pedidos de pagamento de candidaturas com segundos controlos - Campanha 2014/2015 | 19-02-2016 |
| | Alterações introduzidas no módulo de recolha de candidaturas para apresentação das candidaturas de intempéries – Campanha 2016/2017 (Período excecional de | 14-04-2016 |
| | Alteração do módulo do pedido de pagamento para as candidaturas - Campanhas de 2014/2015 e 2015/2016 : introdução das autorizações de plantação | 10-05-2016 |
| | Alteração do módulo do controlo de qualidade dos pedidos de pagamento das candidaturas - Campanha de 2015/2016 : inclusão dos pagamentos adiantados | 10-05-2016 |
| | Módulo para transferência de titularidade das candidaturas online | 05-07-2016 |
| | Módulo de reformulação das candidaturas : alteração prévia ao pedido de pagamento/adequar a informação das candidaturas à das declarações de plantação | 05-07-2016 |
| | Alterações introduzidas para o tratamento das candidaturas de intempéries – Período excecional campanha 2016/2017 : análise e decisão | 12-08-2016 |
| | Funcionalidades referentes ao cálculo/apuramento com dados de controlo para a campanha 2015/2016 do VITIS (cadeia de apuramento) | 21-09-2016 |
| | Alteração do módulo de análise e decisão dos pedidos de pagamento (PP) antecipados no tratamento dos PP *online:* introdução do controlo de qualidade | 21-09-2016 |
| | Módulo para libertação de garantias – Campanha 2015/2016 | 10-11-2016 |
| | Funcionalidade do fecho de ocorrências, quando são apresentados os pareceres da DRAP, ICNF ou CCDR | 23-11-2016 |
| | Módulo de registo e submissão das candidaturas - Campanha de 2017/2018 | 29-12-2016 |
| | Módulo para registo, análise e decisão dos pedidos de pagamento adiantado de candidaturas - Campanha 2016/2017 | 29-12-2016 |

**Objetivo 7 - Assegurar o cumprimento dos prazos regulamentares para a tramitação dos processos de devedores**

Avaliado através de 3 indicadores, teve um grau de realização de 85%, não tendo sido atingida nenhuma das metas estabelecidas. O prazo de encerramento estabelecido de 31 de dezembro para os processos administrativos, inscritos na base de dados de devedores em 31 de dezembro de 2015 e que se encontravam devidamente instruídos apenas teve um grau de cumprimento face à meta, de 76%, em virtude da tramitação dos processos devedores de um número significativo de projetos (cerca de 108) aprovados no âmbito das medidas AGRIS, AGRO e QCAIII estar dependente de pareceres/visitas de entidades terceiras.

No que respeita aos apoios ao Investimento compete, em matéria de devedores (recuperação de verbas), atuar numa fase de pré-contencioso, de modo a que, voluntariamente, as entidades devedoras venham a regularizar os valores em dívida.

Os processos de recuperação de verbas são criados na sequência das decisões de recuperar verbas indevidamente auferidas, por ocorrência de erros ou constatações de irregularidades, verificadas nos projetos de investimento.

Assim, grande parte da atuação do departamento desenvolve-se na fase de pré-contencioso dos processos de recuperação, iniciando a sua intervenção com a instrução dos processos de recuperação de verbas, conduzindo-o, após a análise técnica do projeto, à realização da audiência prévia dos interessados, análise das alegações que forem apresentadas e à comunicação da fundamentação que permite a tomada de decisão no processo de recuperação, em sede de decisão final.

Estas ações são desenvolvidas em estreita colaboração com as entidades externas com funções delegadas que procedem à análise dos projetos de investimento, bem como com os restantes departamentos do IFAP, em particular com os Departamentos Jurídico, Ajudas Diretas e Financeiro.

No ano em questão, e à semelhança dos anteriores, não obstante o elevado número de processos devedores constituídos, conseguiu-se cumprir, em termos médios, o prazo definido na Norma de Devedores para a constituição de um processo devedor – 45 dias após a constatação da dívida.

No ano de 2016, foram constituídos 1 230 processos devedores, dos quais, 87% se referem a operações relativas ao período de programação 2007-2013.

Atentas as regras definidas no nº 1 do artº 54º do R.1306/2013, , nomeadamente no que respeita ao prazo para emissão da Decisão Final de recuperação (18 meses após a constatação de uma irregularidade), no ano em apreço, foi dada especial atenção a este requisito, tendo sido encetados esforços na tramitação dos processos devedores transitados dos anos anteriores, e ainda em curso, objetivando a sua conclusão no mais curto espaço de tempo.

Simultaneamente, foi dada especial atenção ao tratamento dos processos constituídos em 2016, por forma ao cumprimento dos prazos definidos nos normativos aplicáveis.

Tal facto é facilmente verificável, na medida em que, das 971 audiências prévias emitidas no ano em apreço, 890 (92%) se referem a processos devedores abertos em 2016, sendo que destas, 88% referem-se ao período de programação 2007-2013 e 12% a projetos contratados ao abrigo dos Programas cofinanciados pelo FEAGA e o FEADER.

Nesta linha orientadora, ressalva-se o esforço que tem sido dedicado ao cumprimento dos prazos para emissão da 1ª notificação (Audiência Prévia), na medida em que, 72% dos processos devedores constituídos em 2016, foram notificados com Audiência Prévia nesse mesmo ano.

À semelhança das audiências prévias, foi objetivo do departamento evitar o incumprimento dos prazos para emissão da decisão final de recuperação de verbas:

- 180 dias após constatação da potencial dívida, e;
- 18 meses após a decisão de um controlo irregular;

Nesta conformidade, das 901 decisões finais emitidas em 2016, 618 (69%) referem-se a processos devedores abertos em 2016.

Constata-se que os processos devedores relativos a operações referentes ao período de programação 2007-2013 representaram, em 2016, uma clara maioria dos processos tramitados, e com um aumento expressivo relativamente aos anos anteriores, no que concerne tanto aos ofícios de audiência prévia como de decisão final expedidos, tendência esta que se

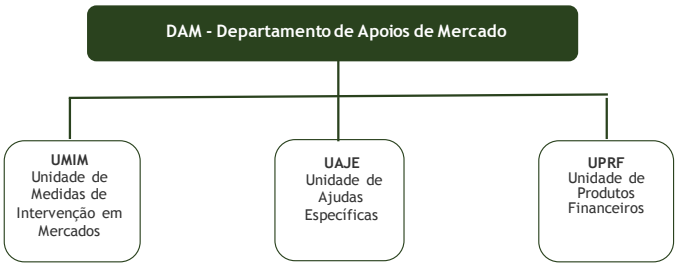
espera que se venha manter no ano de 2017, atento o encerramento do referido período de programação 2007-2013.

Salienta-se apenas que o número de processos devedores relativo aos Programas FEAGA-FEADER manteve em 2016, a tendência de decréscimo que tem sido verificada no decorrer dos últimos anos.

Por fim, e não obstante o esforço que tem vindo a ser efetuado no cumprimento dos prazos constantes dos normativos aplicáveis aos processos recentes, manter-se-á a atenção na conclusão dos processos relativos a períodos de programação anteriores.

A avaliação final deste departamento foi de 98%.

## 2.3. Departamento de Ajudas de Mercado - DAM




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamentos das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e financeiras | 60% | Não | |
| 2. Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios de controlo do âmbito do R. 1306/2013 | 10% | Não | |
| 3. Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão das ajudas/apoios | 30% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Prazo de pagamento= dias reais/ prazo legal (1) | 30% | na | na | 50% | 42% | 84% | 95% | 57% |
| | Pagamentos dentro do prazo=Montante pago dentro do prazo/Montante total pago (A pagar) | 70% | na | na | 95% | 95% | 100% | | |
| 2. | Nº de relatórios analisados no prazo de 90 dias/Nº total de relatórios entrados no DAM de 01/01 a 31/12 (2) | 100% | 90% | 96% | 90% | 96% | 106% | 106% | 11% |
| 3. | Análises funcionais aprovadas/ análises funcionais disponibilizadas | 20% | 60% | 100% | 100% | 100% | 100% | 77% | 23% |
| | Aplicações desenvolvidas/aplicações previstas desenvolver no ano | 80% | 15% | 20% | 90% | 64% | 71% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | 91% | | | |

Dos 3 objetivos definidos pelo DAM para 2016, dois atingiram as metas estabelecidas.

**Objetivo 1 - Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e financeiras**

Avaliado através de dois indicadores, atingiu a meta do primeiro indicador que mede os pagamentos efetuados no prazo, exceptuando os relativos às medidas da UMIM. Relativamente às medidas do UMIM, o prazo legal de pagamento foi cumprido em 42% dos casos, quando se previa que se atingisse 50%.

Tendo em consideração que o pagamento do Regime de Fruta Escolar (RFE) está dependente da publicação anual da respetiva Portaria e que esta foi publicada com atraso, o que teve reflexos nos prazos de execução, o prazo do RFE foi contabilizado a partir da publicação da Portaria. O objetivo no seu global teve uma avaliação de 95%.

**Objetivo 2 – Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios do âmbito do R.1306/2013**

Do total de relatórios entrados no DAM durante o ano, cerca de 96% foram analisados no prazo de 90 dias. A meta era de 90%, pelo que o grau de realização deste objetivo face à meta foi de 106%.

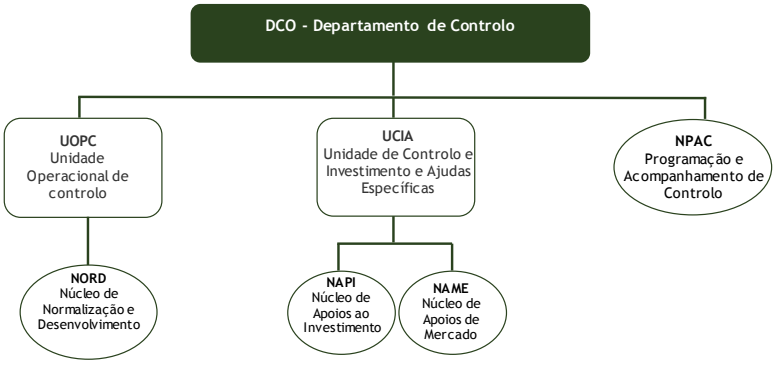
**Objetivo 3 – Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão de ajudas/apoios**

Avaliado através de dois indicadores, cumpriu uma das metas, com a aprovação de todas as análises funcionais disponibilizadas. Quanto ao segundo indicador, em que se previa o desenvolvimento de 90% das aplicações, devido a constrangimentos decorrentes de alterações legislativas, não foi possível a entrada em produção de 4 das 11 aplicações previstas. Face à meta, representou 71%.

No global, este objetivo teve um grau de realização face à meta, de 77%.

Em termos globais, este departamento teve uma avaliação de 91%.

## 2.4. Departamento de Controlo - DCO




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo in loco | 30% | Não | |
| 2. Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco | 40% | Não | |
| 3. Monitorizar a execução das atividades de controlo | 20% | Não | Alteração da meta do ind. 2 de 8 para 6 |
| 4. Realizar controlo de qualidade do controlo | 10% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | % de amostras disponibilizadas | 100% | 80% | 90% | 100% | 100% | 100% | 100% | 30% |
| 2. | Taxa de execução dos controlos físicos de RPB até 15/10 | 35% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | 99% | 40% |
| | Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL até ao fim do período de retenção | 20% | 60% | 95% | 100% | 95% | 95% | | |
| | Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD | 20% | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de PRODER Investimento | 15% | 15% | 14% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | 10% | 20% | 59% | 100% | 100% | 100% | | |
| 3. | Ajudas Animais e Ajudas do Pedido Único (PU) 2016 - Número de pontos de situação semanais emitidos após a divulgação da amostra | 70% | 18 | 18 | 45 | 100% | 100% | 100% | 20% |
| | PRODER Investimento - Número de pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra | 30% | 2 | 0 | 6 | 100% | 100% | | |
| 4. | Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Superfícies" do Pedido Único 2016 | 25% | 0% | 0% | 50% | 96% | 125% | 125% | 13% |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Animais" de 2016 | 25% | 0% | 0% | 60% | 100% | 125% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade de PRODER-Investimento | 25% | 0% | 0% | 40% | 86% | 125% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas | 25% | 0% | 0% | 60% | 94% | 125% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | 102% | | | |

Para o ano de 2016 o DCO estabeleceu 4 objetivos operacionais, tendo sido três superados e um obtido uma execução de 99% face à meta.

**Objetivo 1 – Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo *in loco***

Envolveu, essencialmente, atividades de estudo e definição dos critérios de seleção, de preparação do ambiente de seleção, de seleção das amostras de controlo e sua divulgação, bem como a monitorização do cumprimento das taxas de controlo ao longo da campanha.

Como resultado, todas as amostras de controlo foram disponibilizadas dentro dos prazos estabelecidos, atingindo o indicador de desempenho deste objetivo o grau realização de 100% face à meta. Este resultado foi, por sua vez, essencial para se conseguir concluir as ações de controlo *in loco* dentro dos prazos estabelecidos.

**Objetivo 2 - Assegurar a conclusão atempada dos controlos *in loco***

Teve uma execução de 99% face à meta. O cumprimento deste objetivo foi essencial para que o IFAP, na qualidade de organismo pagador do FEAGA e FEADER, pudesse garantir que os pagamentos fossem efetuados com a necessária regularidade e o respeito pela regulamentação e normativos aplicáveis, garantindo o cumprimento dos prazos programados.

**Objetivo 3 – Monitorizar a execução das atividades de controlo**

Fundamental para o cumprimento dos prazos, a monitorização foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos relativos à execução do controlo por parte das Entidades Credenciadas, permitindo a deteção, análise e correção de desvios face ao inicialmente estabelecido nos planos anuais de controlo.

As metas estabelecidas para os dois indicadores que avaliam este objetivo foram cumpridas.

**Objetivo 4 – Realizar controlo de qualidade do controlo**

Teve como principais atividades a seleção das amostras de controlo de qualidade, a execução desse controlo e a respetiva avaliação.

A seleção das amostras de controlo de qualidade, com as componentes aleatória e de risco, foi efetuada tendo por base os controlos *in loco* realizados e os resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores.

Foram previstos dois tipos de ações de controlo de qualidade:

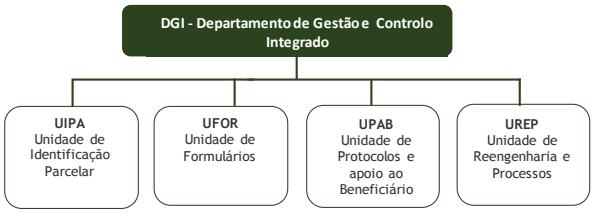
- em gabinete, através da análise dos relatórios de controlo *in loco;*
- recontrolo, repetição do controlo *in loco*.

Foram elaborados os respetivos relatórios de controlo de qualidade, nos quais foi avaliado o desempenho da equipa controladora.

As metas foram todas superadas, tendo sido considerado o máximo de 125% para cada um dos indicadores, apesar de ter sido superior.

Este objetivo atingiu, assim um grau de execução, face à meta, de 125%. Em termos globais, o DCO atingiu uma taxa de realização, face às metas estabelecidas, de 102%.

## 2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Melhorar a qualidade do serviço do atendimento | 20% | Não | |
| 2. Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo | 20% | Não | |
| 3. Assegurar a gestão e a qualidade da informação residente base de dados SNIRA, assente em processos desmaterializados | 20% | Não | |
| 4. Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário | 20% | Não | |
| 5. Desenvolvimento do SIREAP | 20% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Presencial / Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Presencial recolhidas) x 100 | 25% | na | na | 90% | 100% | 111% | 110% | 22% |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Eletrónico / Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Eletrónico recolhidas) x 100 | 30% | na | na | 80% | 86% | 107% | | |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Telefónico / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Telefónico recolhidas) x 100 | 20% | na | na | 80% | 87% | 109% | | |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento do *Help-Desk* / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento do *Help-Desk* recolhidas) x 100 | 15% | na | na | 70% | 83% | 118% | | |
| | 1- (Nº de registos no Livro de Reclamações / nº total de atendimentos presenciais realizados)*100 | 10% | na | na | 97% | 100% | 103% | | |
| 2. | Nº de beneficiários com formulários (PU e IB) desmaterializados/Nº Total de formulários submetidos | 35% | 13% | 35% | 23% | 32% | 125% | 118% | 24% |
| | Redução do nº total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ano n-1 | 20% | na | na | >2000 | 100% | 100% | | |
| | Nº PU e IB com controlo de qualidade/ Total de PU e IB submetidos no ano n | 25% | 3% | 4% | 6% | 10% | 125% | | |
| | Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas | 15% | 45% | 95% | 90% | 107% | 119% | | |
| | Info.ib - Tempo médio de resposta até 3 dias úteis em 90% dos Info.ib e micro.inga.PU | 5% | 45% | 45% | 90% | 87% | 97% | | |
| 3. | Nº de iniciativas concluídas/Nº de iniciativas planeadas no ano n | 30% | 50% | 46% | 100% | 100% | 100% | 80% | 16% |
| | Nº de beneficiários com formulários desmaterializados/Nº Total de formulários submetidos | 20% | 50% | 25% | 27.5% | 30% | 109% | | |
| | Nº de ações de acompanhamentob realizadas/Nº de ações de acompanhamento programadas | 15% | 70% | 100% | 90% | 100% | 111% | | |
| | Percentagem de correções OC com controlo de qualidade | 5% | 2.5% | 0.0% | 5% | 5% | 100% | | |
| | SIRCA - Nº de atividades concluídas/nº de atividades a consluir no ano n | 20% | 10% | 0% | 100% | 0% | 0% | | |
| | INFO snira - Tempo médio de resposta até 7 dias úteis em 90% dos info.snira | 10% | 45% | 45% | 90% | 60% | 67% | | |
| 4. | % de parcelas revistas | 50% | na | na | 80% | 80% | 100% | 111% | 22% |
| | Nº de parcelas alvo controlo de qualidade/Nº de parcelas alteradas nas salas | 10% | 50% | 50% | 100% | 110% | 110% | | |
| | Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas | 30% | 70% | 100% | 100% | 212% | 125% | | |
| | Controlo de qualidade processual a realizar em gabinete | 10% | 50% | 50% | 100% | 158% | 125% | | |
| 5. | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do *FrontOffice* do SIREAP | 50% | 0% | na | 100% | 100% | 100% | 106% | 21% |
| | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do *BackOffice* do SIREAP | 50% | 0% | na | 80% | 90% | 113% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | | 105% | | |

O DGI estabeleceu 5 objetivos para o ano de 2016, tendo sidos 4 atingidos ou superados e um obtido uma taxa de realização, face à meta, de 80%.

**Objetivo 1 - Melhorar a qualidade do serviço de atendimento**

Este objetivo é avaliado através de 5 indicadores, que entram em conta não só com o atendimento presencial mas também com o eletrónico, telefónico, *Help-Desk* e número de reclamações no Livro de Reclamações. Qualquer um dos indicadores foi superado resultando numa avaliação do objetivo de 110%.

Relativamente ao objetivo operacional relacionado com a promoção da melhoria da qualidade do serviço de atendimento, passou-se a ter em consideração nos indicadores de desempenho a ele associados, a partir de 2016, não apenas os resultados dos inquéritos do atendimento presencial, tal como se verificava no passado, mas também os resultados dos inquéritos de satisfação aos restantes canais de atendimento do *Contact Center* e do *Help-Desk*, de acordo com uma ponderação associada ao peso de cada área e de cada canal, tendo ainda em consideração o volume de reclamações apresentadas através do Livro Amarelo, na sala de atendimento.

O primeiro indicador previa 90% de respostas positivas ao inquérito de satisfação do cliente do atendimento presencial, tendo obtido 100% de respostas positivas.

O segundo indicador, relativo ao atendimento eletrónico, previa 80% de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente, tendo obtido 86% de respostas positivas.

O terceiro indicador, que estabelecia uma meta de 80% de respostas positivas aos inquéritos de satisfação dos clientes do atendimento telefónico obteve 87% de respostas positivas.

O quarto indicador, que tinha como meta 70% de respostas positivas aos inquéritos de satisfação dos clientes do atendimento do *Help-Desk*, obteve 83% de respostas positivas.

Quanto ao registo no livro de reclamações, não houve qualquer registo, tendo sido previsto 3% de reclamações face ao total de atendimentos presenciais.

**Objetivo 2 - Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo**

Também avaliado através de 5 indicadores, que consideram a desmaterialização dos PU, a redução dos erros detetados no controlo

administrativo, o controlo de qualidade do PU e do IB, o número de ações de acompanhamento a entidades protocoladas e o tempo de resposta no *info.ib*, teve quatro dos indicadores superados, tendo sido considerado um limite de 125% para o primeiro e terceiro indicadores, que ultrapassaram essa taxa de realização face à meta.

No primeiro indicador, continuou a verificar-se a tendência de crescimento de PU e IB desmaterializados, tendo sido a percentagem face ao total de formulários PU e IB submetidos, de 32%, quando se previa 23%.

O segundo indicador, Redução do número total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ao ano n-1 atingiu uma taxa de 100% face à meta estabelecida.

Também no que respeita ao número de PU e IB com controlo de qualidade face ao número submetido, terceiro indicador, foi obtida uma taxa de 10% face ao total submetido no ano, sendo a meta 6%, o que resultou numa taxa de execução face à meta de 167%. Considerou-se a taxa máxima de 125%.

O quarto indicador, nº de ações de acompanhamento realizadas a entidades face ao número de ações previsto, também teve a sua meta superada, com 119%.

O último indicador preconiza um tempo médio de resposta até 3 dias úteis em 90% dos *info.ib* e *micro.inga*, tendo sido conseguido para 87% dos casos, o que resultou numa taxa de execução face à meta de 97%.

**Objetivo 3 - Assegurar a gestão e a qualidade da informação residente na base de dados SNIRA, assente em processos desmaterializados**

Teve uma execução, face à meta, de 80%. Este objetivo é avaliado através de 6 indicadores, tendo sido 4 atingidos ou superados e dois não atingidos.

O primeiro indicador, número de iniciativas concluídas face ao número de iniciativas planeadas no ano n, atingiu a meta de 100%.

O número de beneficiários com formulários desmaterializados face ao total de formulários submetidos, terceiro indicador, ultrapassou a meta de 27.5%, tendo atingido o valor de 30%.

O terceiro indicador também foi atingido. Previa que 100% das ações de acompanhamento programadas fossem realizadas, o que aconteceu.

A percentagem de correções OC com controlo de qualidade, cuja meta era 5%, também foi cumprida.

O quinto indicador não teve qualquer execução. O projeto SIRCA na *Web*, com candidatura aprovada pela AMA, foi recalendarizado para ter início em 2017, por não ter sido publicada a legislação de suporte ao desenvolvimento do mesmo.

O último indicador, relativo ao tempo de resposta do *info.snira*, também não foi cumprido. A proposta do tempo médio de resposta em 7 dias para 90% dos casos revelou-se impossível, porque um número muito significativo de info.snira recebidos tiveram por base situações de transferências de titularidade de explorações agrícolas, cuja resolução extravasa as competências do IFAP, uma vez que têm que ser asseguradas pela DRAP ou pela DGAV, ou mesmo ambas, dependendo das situações.

**Objetivo 4 - Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário**

Teve todas as metas cumpridas ou ultrapassadas. À exceção da revisão regular de parcelas, que cumpriu a meta estabelecida, de 80%, todos os outros indicadores foram além das metas estabelecidas, em virtude de se ter realizado um esforço adicional na realização do acompanhamento da função delegada, a fim de permitir uma maior qualidade na atualização do parcelário.

O número de parcelas alvo de controlo de qualidade foi ultrapassado, atingindo 110%.

O terceiro indicador, que compara as ações de acompanhamento a entidades protocoladas face às previstas, que eram de 3%, foi largamente ultrapassado, tendo sido considerado um máximo de execução face à meta, de 125%.

O último indicador, relativo à análise em gabinete de 200 processos com parcelas com ações A ou N, teve também a meta ultrapassada, tendo igualmente sido considerado o máximo de 125% de realização face à meta.

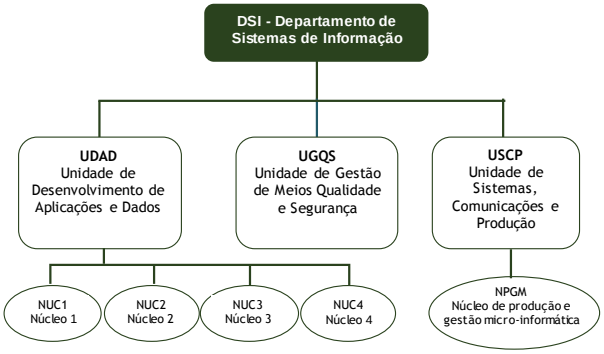
Este objetivo teve uma avaliação de 111%.

**Objetivo 5 – Desenvolvimento do SIREAP**

Teve uma avaliação de 106%, tendo sido ambos os indicadores, relativos à percentagem de cumprimento das etapas necessária à entrada em produção do *FrontOffice* e do *BackOffice* do SIREAP, cumpridos ou superados.

A avaliação do departamento foi de 105%.

## 2.6. Departamento de Sistemas de Informação - DSI




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Implementação de controlos da Norma ISO27001:2013 | 20% | Não | |
| 2. Implementação de Solução Unificada de Comunicações MAM | 40% | Sim | Meta para 31/12 do ind.2 passou de 100% para 50% |
| 3. Implementação do portal do IFAP em tecnologia open source software | 20% | Não | |
| 4. Obtenção de certificação na norma ISO9001:2008 no âmbito do Sistema de Gestão das Ajudas Diretas | 20% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Implementação dos controlos obrigatórios resultantes do SGSI | 70% | 100% | **75%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 20% |
| | Implementação dos controlos resultantes das recomendações da auditoria de certificação | 30% | 50% | **0%** | 100% | 100% | 100% | | |
| 2. | Conclusão da Fase I de Implementação | 50% | 100% | **33%** | 100% | 85% | 85% | 93% | 37% |
| | Conclusão das Fase II e III de Implementação | 50% | 0% | **0%** | 50% | 50% | 100% | | |
| 3. | Implementação do projeto a 30/06/2016 | 100% | 100% | **0%** | 100% | 95% | 95% | 95% | 19% |
| 4. | Assegurar a execução das recomendações resultantes da auditoria de pré certificação | 80% | 100% | **33%** | 100% | 33% | 33% | 38% | 8% |
| | Concluir a implementação o SGI com as alterações aos indicadores resultantes da pré certificação | 20% | 100% | **60%** | 100% | 60% | 60% | | |
| **Avaliação global do Departamento** | | | | | | | | 84% | |

O ponto de situação em 31 de dezembro de 2016, face aos 4 principais objetivos a que o DSI se propôs no Plano de Atividades, foi o seguinte:

**Objetivo 1 – Implementação dos controlos obrigatórios resultantes do SGSI**

Este objetivo foi cumprido conforme o que se encontrava previsto no plano para este ano. O indicador 1 é inerente ao processo de certificação, a qual foi obtida pelo IFAP no final de 2016. As recomendações que constavam da auditoria de certificação também foram acolhidas e devidamente implementadas pelo IFAP até final do ano, pelo que a taxa de execução deste objetivo foi de 100%.

**Objetivo 2 - Implementação de Solução Unificada de Comunicações MAM**

O objectivo 2 ficou ligeiramente abaixo da meta, no que respeita ao primeiro indicador. Nesta primeira fase de implementação têm existido alguns atrasos, nomeadamente nos circuitos e Voz, que derivam de problemas de operacionalização e logistícos entre o IPMA, o IVV e o operador. A fase II, embora não totalmente concluída, foi compensada pelo trabalho já realizado da fase III, tendo esta última sido recalendarizada para ficar concluída no final do 1º trimestre de 2017.

A taxa de execução deste objetivo foi de 93%.

**Objetivo Operacional 3 - Implementação do Portal do Ifap em tecnologia *Open Source Software***

O projeto de desenvolvimento do novo Portal foi concluído como previsto. É necessária ainda a adaptação das várias aplicações que interagem com o mesmo (ex: MyGiaf, iDOC, etc.) para a sua entrada em produção, pelo que a taxa de execução deste objetivo foi de 95%.

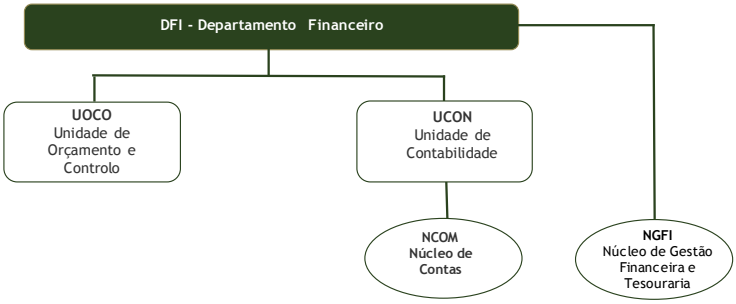
**Objetivo 4 - Obtenção de certificação na norma ISO9001:2008 no âmbito do Sistema de Gestão das Ajudas Diretas**

O processo de implementação da totalidade das recomendações da Pré-auditoria ainda não foi possivel ser consumado, dado que não houve ainda disponibilidade por parte de alguns responsáveis de processo para fechar não conformidades e oportunidades de melhoria. A ferramenta que gere o sistema de indicadores e mesmo a definição de alguns destes ainda não se encontra na fase de produção. Sobre o objetivo final deste projeto, e dada a publicação da ISO 9001:2015, está a ser avaliada a pertinência de ser solicitada a certificação já sobre esta nova versão, o que, a acontecer,

implicará uma nova recalendarização deste projeto em 2017. A taxa de realização deste objetivo foi de 38%.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 84%.

## 2.7. Departamento Financeiro - DFI




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos definidos | 40% | Não | |
| 2. Garantir que a prestação de contas aos diferentes stakeholders (Tutelas, DGO, Tribunal Contas, IGF, CE) é efetuado nos prazos determinados para o efeito. | 30% | Não | |
| 3. Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental | 30% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Pagamentos mensais das ajudas/subsídios através do crédito efetivo da conta dos beneficiários no último dia do mês, conforme definido em plano de pagamentos. | 50% | 95% | 100% | 99% | 100% | 101% | 113% | 45% |
| | Prazo Médio de Pagamentos inferior a 90 dias (em dias). | 50% | 80 | 43 | 70 | 32 | 125% | | |
| 2. | Assegurar que os diferentes documentos de reporting à DGO são efetuados nos prazos definidos (STF, PME, SIGO). | 50% | 95% | 100% | 99% | 100% | 101% | 71% | 21% |
| | Cumprir o prazo legalmente estipulado para a entrega da conta de gerência | 25% | 100% | 0% | na | 0% | 0% | | |
| | Verificar os prazos mensais definidos internamente para reporte de informação de gestão ao CD (dia 15 do mês n+1) | 25% | 95% | 83% | 99% | 83% | 84% | | |
| 3. | Realizar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos regularmentares | 15% | - 1 dia | -2 dias | - 2 dias | 67% | 67% | 95% | 29% |
| | Disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental (até 2 dias após notificação da Deliberação do CD) | 20% | n+ 2 | 0% | n + 2 | 100% | 100% | | |
| | Participar nas tarefas de encerramento FEADER 2007-2013 (Preparação elementos de âmbito financeiro até 31/05/2016) | 25% | 100% | 100% | na | na | 100% | | |
| | Implementar um sistema de avaliação e monitorização do FEADER 2020 e MAR 2020 | 20% | 50% | 50% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Avaliar quadrimestralmente (maio e setembro) o nível de execução por departamento (DGR, DSI), identificando desvios e apresentando medidas corretivas | 20% | 50% | 50% | 100% | 100% | 100% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 95% | |

O DFI definiu 3 objetivos para 2016:

**Objetivo 1 - Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos definidos**

O primeiro indicador para medição do objetivo estabelece como meta que os pagamentos mensais das ajudas/subsídios sejam efetuados por crédito da conta dos beneficiários no último dia do mês, conforme definido em plano de pagamentos, foi superado, atingindo um grau de realização face a meta de 101%.

Quanto ao indicador 2, que estabelece um prazo médio de pagamentos a fornecedores inferior a 90 dias, sendo a meta para 31 de dezembro de 70 dias, foi também superado, atingindo 219% face à meta, uma vez que os pagamentos foram efetuados, em média, em 32 dias. Para avaliação do objetivo foi considerada a taxa de realização máxima de 125%.

A taxa de execução deste objetivo foi de 113%.

**Objetivo 2 - Garantir que a prestação de contas aos diferentes *stakeholders* (Tutelas, Tribunal Contas, Inspeção Geral Finanças, Comissão Europeia) é efetuada nos prazos determinados para o efeito**

Foram definidos três indicadores. O primeiro indicador referia-se a assegurar que os diferentes documentos de *reporting* eram efetuados à DGO nos prazos definidos. A meta estabelecida era de 99% e o grau de execução atingiu os 100%.

O indicador 2 respeitante ao cumprimento dos prazos legalmente estipulados para a entrega da conta de gerência, não foi cumprido.

O último indicador, verificar os prazos mensais definidos internamente para o *report* de informação de gestão ao CD, conseguiu um grau de execução de 83%, correspondendo a 84% face à meta estabelecida.

A avaliação deste objetivo foi de 71%.

**Objetivo 3 - Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente ao nível de controlo e acompanhamento da gestão orçamental**

Com uma avaliação de 95%, este objetivo foi avaliado através de 5 indicadores.

Para o indicador 1, a meta era efetuar os pedidos de reembolso à CE dois dias antes dos prazos regulamentares. Em 2016, foi conseguido para 67% dos casos.

O segundo indicador obteve uma taxa de realização face à meta de 100%. O indicador pretendia que se disponibilizasse ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental, até 2 dias após notificação da deliberação do CD.

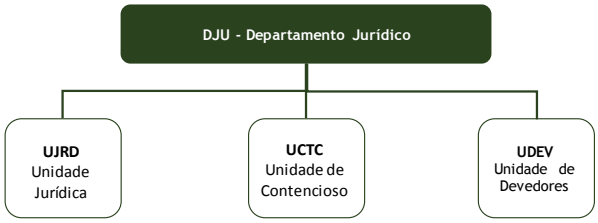
O terceiro indicador previa a preparação de elementos de âmbito financeiro até 31 de maio para tarefas de encerramento do FEADER 2007-2013, o que foi conseguido.

O indicador 4 tinha como meta a implementação de um sistema de avaliação e monitorização do FEADER e Mar 2020, o que também foi atingido.

Quanto ao quinto e último indicador, avaliar quadrimestralmente o nível de execução por departamento, identificando desvios e apresentando medidas corretivas, foi cumprido.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 95%.

## 2.8. Departamento Jurídico - DJU




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Gestão dos processos de assessoria jurídica | 25% | Não | |
| 2. Gestão de processos contenciosos | 25% | Não | |
| 3. Redução do valor em dívida | 25% | Não | |
| 4. Reduzir o valor potencial FEAGA e FEADER a entregar à CE na conta anual de 2015, por aplicação da regra "50/50" (PA / 4 anos) | 25% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Número de pareceres emitidos de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos sobre o número total de pareceres emitidos | 100% | 40% | 40% | 80% | 80% | 100% | 100% | 25% |
| 2. | Nº processos presentes a tribunal/ nº processos entrados | 100% | 50% | 50% | 95% | 100% | 105% | 105% | 26% |
| 3. | Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores | 100% | 4% | 6% | 13% | 15% | 115% | 115% | 29% |
| 4. | Taxa de redução do valor potencial FEAGA/FEADER previsível a entregar à CE (regra "50/50") | 100% | 12% | 17% | 80% | 67% | 84% | 84% | 21% |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 101% | |

O DJU definiu 4 objetivos para 2016, tendo atingido ou superado as metas relativamente a 3 desses objetivos.

### Objetivo 1 – Gestão dos processos de assessoria jurídica

Este objetivo foi atingido. Todos os pareceres emitidos estiveram de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos. Os processos transitados de anos anteriores estão a ser objeto de reanálise de forma a permitir o respetivo arquivamento.

### Objetivo 2 – Gestão de processos contenciosos

A meta proposta para este objetivo foi superada. Considerando o histórico do objetivo em causa, a ponderação efetuada no final de 2015, para

estabelecimento e cumprimento deste objetivo foi correta. Este resultado advém da dedicação e sentido de responsabilidade do DJU/UCTC (na tramitação, em prazo e qualidade, de todas as diligências judiciais), face ao elevado volume de processos em curso na UCTC, e considerando o diminuto número de Colaboradores a exercer o patrocínio Judiciário do IFAP.

A taxa de execução deste objetivo foi de 105%.

**O Objetivo 3 - Redução do valor em dívida**

A meta de 13% proposta para este objetivo foi superada, tendo-se abatido o montante global do débito registado na Base de Dados de Devedores (quer o registado a 31 de dezembro de 2015, quer o débito "novo" surgido no ano de 2016) em 14.76%, ou seja, em mais 1.76% do que a meta final estabelecida. A ponderação feita no final de 2015 para estabelecimento e cumprimento deste objetivo foi a correta, com a devida tradução nos resultados obtidos, que se encontram mais ou menos próximos do que se esperava.

Estes resultados espelham o esforço e dedicação do DJU, DGM e DFI no desenvolvimento das diligências administrativas e coercivas adequadas, a par de monitorizações eficazes dos processos, que permitiram encerrar mais de 6500 em 2016 e a recuperação de mais de 23.5 milhões de euros, tudo num ano em que o novo débito entrado em 2016 (que ultrapassou 67 milhões de euros) foi o pior dos últimos anos.

**Objetivo 4 - Reduzir o valor potencial FEAGA e FEADER a entregar à CE na conta anual de 2015, por aplicação da regra "50/50" (PA/4 anos)**

No início do exercício financeiro de 2016, estavam em causa perto de 900 processos englobados na regra 50/50[12] e um montante em débito FEAGA/FEADER de aproximadamente 1.8 milhões de euros.

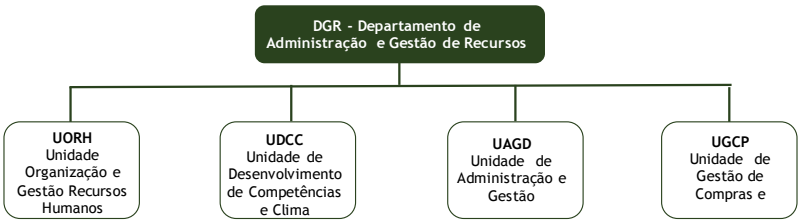
[12] Nos termos do nº 2 do art. 54º do R.1306/2013, se a recuperação de uma dívida FEAGA/FEADER não se tiver realizado no prazo de quatro anos após o pedido de restituição, ou no prazo de oito anos caso a recuperação seja objeto de uma ação perante as jurisdições nacionais, as consequências financeiras da ausência de recuperação são assumidas em 50% pelo Estado-Membro e em 50% pelo orçamento comunitário.

No seguimento das diversas diligências efetuadas ao longo do exercício, com vista ao encerramento de processos (ou, tal não sendo possível, ao seu encaminhamento para cobrança coerciva - execução fiscal (EXFI) - para ganho de mais 4 anos para recuperação) e sobretudo ao abatimento do débito potencial a corrigir ao abrigo da regra 50/50, foi possível encerrar (ou enviar para EXFI) mais de 800 processos e abater ao montante potencialmente alvo de correção financeira mais de 1.2 milhões de euros.

Contudo, tal não se revelou suficiente para se atingir a meta estabelecida de 80%, dado que o valor abatido apenas chegou a 67.1%. Tal deve-se, fundamentalmente, à não tramitação de 2 processos em concreto, no âmbito da Promoção em Mercados de Países Terceiros que, no seu conjunto, ascendem a 360 mil euros. Um caso aguarda a emissão de uma decisão final (o que impediu a tomada de quaisquer diligências de cobrança), e o outro, estando instruído com decisão final, não foi executada a garantia bancária que lhe está associada. Ambos os casos estão sobre a gestão/tramitação da Unidade Gestora da Medida, estimando-se que venham a estar concluídos a breve trecho. Caso tivesse sido possível afastar estes casos deste âmbito, a par do que foi possível realizar para os referidos 800 processos, o objetivo teria sido efetivamente cumprido, uma vez que se teria abatido cerca de 88% do débito envolvido.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 101%.

## 2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controle da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos. | 20% | Não | |
| 2. Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores. | 20% | Não | |
| 3. Assegurar a aquisição de bens e serviços | 25% | Não | |
| 4. Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores | 15% | Não | |
| 5. Promover a formação adequada dos recursos humanos | 20% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Assessoria - resposta aos requerentes num prazo médio de 8 dias úteis (documentos recepcionados em idoc) | 100% | 60% | 75% | 90% | 90% | 100% | 100% | 20% |
| 2. | Assegurar a correção (ou dar seguimento quando dependerem de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito da manutenção preventiva e/ou dos reports efetuados para a caixa de correio serviços.património | 50% | 40% | 30% | 90% | 90% | 100% | 100% | 20% |
| | Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80% | 50% | 75% | 75% | 100% | 100% | 100% | | |
| 3. | Executar o Plano Anual de Aquisições (PAA) aprovado | 50% | 20% | 15% | 80% | 76% | 95% | 98% | 24% |
| | Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos Departamentos e que não se enquadrem no PAA | 50% | 30% | 30% | 95% | 95% | 100% | | |
| 4. | Percentagem de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas | 70% | 70% | 80% | 90% | 90% | 100% | 100% | 15% |
| | Taxa de respostas em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo | 30% | 70% | 78% | 85% | 85% | 100% | | |
| 5. | Assegurar o cumprimento do plano de formação presencial | 50% | 40% | 31% | 70% | 91% | 130% | 115% | 23% |
| | Assegurar o cumprimento do plano de formação e-learning | 50% | 60% | 66% | 100% | 100% | 100% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 102% | |

Para o ano de 2016 foram definidos cinco objetivos operacionais pelo DGR, dos quais três foram atingidos, um ultrapassado e um não atingido.

**Objetivo 1 – Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos**

No que respeita a este objetivo, foram devidamente efetuados o processamento informático de salários e afins, a emissão de ordens de pagamento e folhas de remuneração, o processamento das mensalidades dos pensionistas e as guias de pagamento de todos os impostos e contribuições.

Foi, igualmente, assegurada a gestão da assiduidade, a monitorização da prestação de trabalho suplementar, o controlo das ajudas de custo e, ainda, a gestão e execução de todos os procedimentos internos e legais no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

Foram elaborados estudos, pareceres e informações no sentido de apoiar as unidades orgânicas e os colaboradores na aplicação das políticas definidas para os recursos humanos e procedeu-se à atualização de alguns normativos de natureza administrativa e transversal. Na área da consultoria, além de assegurar o apoio aos serviços, na aplicação da política definida para os recursos humanos através da elaboração de estudos, informações e indicadores sobre a gestão técnica de recursos humanos e organização estrutural, foi cumprido o objetivo primordial de proporcionar aos colaboradores resposta no prazo de 8 dias úteis.

**Objetivo Operacional 2 - Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores**

Este objetivo foi cumprido de acordo com as metas estabelecidas.

**Objetivo Operacional 3 - Assegurar a aquisição de bens e serviços**

Este objetivo é avaliado através de dois indicadores.

O primeiro indicador, relativo à execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) não atingiu a meta estabelecida para 31 de dezembro. O desvio registado deve-se aos atrasos de obtenção nas autorizações prévias ao lançamento dos procedimentos, designadamente atrasos na obtenção do

pedido de exceção para aquisição fora dos Acordos Quadro, bem como a dilação dos prazos dos procedimentos centralizados a cargo da UMC/GPP.

O segundo indicador, relativo ao lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos departamentos, que não se enquadrem no PAA, decorreu conforme o previsto.

A avaliação deste objetivo foi de 98%.

**Objetivo Operacional 4 - Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores**

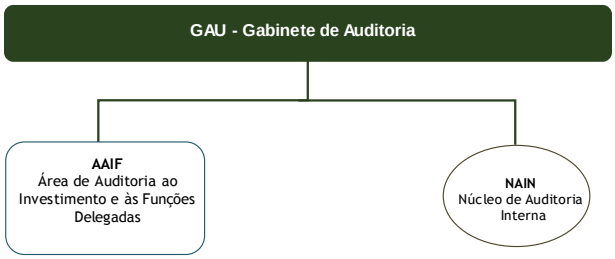
Avaliado por dois indicadores, decorreu conforme o previsto, tendo sido atingidas ambas as metas estabelecidas.

**Objetivo Operacional 5 - Promover a formação adequada dos recursos humanos**

Considerando a formação presencial extra-plano, o grau de execução foi de 108%, ou seja de 154% relativamente à meta. A formação *e-learning* decorreu conforme o previsto. A avaliação do objetivo foi de 115%.

Em termos globais, o DGR obteve uma avaliação de 102%.

## 2.10. Gabinete de Auditoria – GAU




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Assegurar a realização de ações de auditoria, nos termos constantes do Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2016 | 55% | Não | |
| 2. Assegurar a apresentação de proposta de Declaração de Gestão (DG) | 22% | Não | |
| 3. Acompanhamento das Funções delegadas | 10% | Não | |
| 4. Revisão dos procedimentso aplicáveis à atividade do GAU | 5% | Não | |
| 5. Formação Interna | 5% | Não | |
| 6. Promover o desenvolvimento do sistema de informação no âmbito das atividades do GAU | 3% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Nº de ações de auditoria executadas/Nº de ações de auditorias planeadas | 100% | 40% | 40% | 90% | 91% | 101% | 101% | 56% |
| 2. | Conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta de DG relativa ao Exercício Financeiro (EF) de 2016 | 50% | 100% | 100% | n.a. | n.a. | 100% | 100% | 22% |
| | Preparação da proposta de DG relativa ao EF 2016 | 50% | 30% | 30% | 70% | 70% | 100% | | |
| 3. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 40% | 40% | 60% | 60% | 100% | 100% | 10% |
| 4. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 30% | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 5% |
| 5. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 50% | 30% | 100% | 100% | 100% | 100% | 5% |
| 6. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 50% | 50% | 100% | 50% | 50% | 50% | 2% |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 99% | |

O GAU definiu 6 objetivos para 2016, tendo atingido ou superado cinco objetivos e não atingido um.

**Objetivo 1 – Assegurar a realização de ações de auditoria, nos termos constantes do Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2016**

As ações de auditoria planeadas (PAA) foram realizadas nos termos previstos. Pretendia-se superar a meta, de 90%, mas, devido a um conjunto de circunstâncias de natureza externa que dificultaram a superação dos prazos previstos, a taxa de realização do objetivo foi de 91%, resultando numa avaliação do objetivo de 101%.

**Objetivo 2 – Assegurar a apresentação de proposta de Declaração de Gestão (DG)**

As atividades foram realizadas de acordo com os prazos fixados.

Ambos os indicadores tiveram uma taxa de realização, face à meta, de 100%, resultando numa avaliação global do objetivo de 100%.

**Objetivo 3 – Acompanhamento das Funções delegadas**

As atividades foram realizadas de acordo com os prazos fixados, sendo de destacar as reuniões GAFD, os instrumentos de gestão aprovados, a monitorização da execução e a elaboração dos relatórios (intercalar e anual).

Como resultado, a avaliação do objetivo foi de 100%.

**Objetivo 4 – Revisão dos procedimentos aplicáveis à atividade do GAU**

As atividades foram realizadas de acordo com os prazos fixados, sendo de destacar a revisão da norma de auditoria SGSI, a preparação da norma de auditoria relativa ao SGQ e a revisão da norma 25 sobre auditorias, bem como a estabilização de procedimentos internos.

Este objetivo teve uma avaliação de 100%.

**Objetivo 5 – Formação Interna**

Os colaboradores do GAU realizaram formação específica e relevante em auditoria interna, sobre variadas temáticas, tais como: auditoria interna, controlo interno, avaliação risco, papéis de trabalho, elaboração de relatórios de auditorias, medidas anti-fraude, SSI e SGQ.

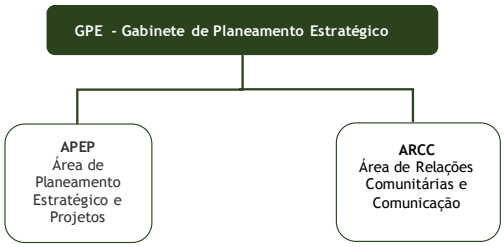
Como resultado, este objetivo teve uma avaliação de 100%.

**Objetivo 6 – Promover o desenvolvimento do sistema de informação no âmbito das atividades do GAU**

O cumprimento do objetivo ficou prejudicado pelo facto de os projetos apresentadas pelo GAU não terem sido incluídos no plano anual de desenvolvimento aplicacional, pelo que o objetivo obteve uma avaliação de 50%.

A avaliação global do departamento foi de 99%.

## 2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico – GPE




| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo | Objetivo Reformulado | Alterações |
|---|---|---|---|
| 1. Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único | 20% | Não | |
| 2. Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística | 10% | Não | |
| 3. Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE | 20% | Não | |
| 4. Assegurar a elaboração dos documentos do Plano de continuidade do Negócio e a realização dos testes, bem como a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP | 10% | Não | |
| 5. Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu | 20% | Não | |
| 6. Implementar Plano de Comunicação IFAP 2016 | 20% | Não | |

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30-Jun | | 31-Dez | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2016, para os pagamentos a efetuar em 2016 | 70% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 20% |
| | Atualização mensal, até ao 2º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa | 30% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |
| 2. | (N.º de comunicações enviadas no prazo/Nº de comunicações previstas)*100 | 35% | 95% | 100% | 95% | 90% | 95% | 85% | 8% |
| | (N.º de comunicações retificadas/Nº de comunicações enviadas)*100 | 35% | 5% | 8% | 5% | 7% | 60% | | |
| | (N.º pedidos enviados no prazo/ N.º total de pedidos rececionados)*100 | 30% | 90% | 92% | 90% | 92% | 103% | | |
| 3. | (Nº estatisticas enviadas no prazo/ nº estatisticas total) FEAGA | 50% | 13% | 13% | 100% | 67% | 67% | 46% | 9% |
| | (Nº estatisticas enviadas no prazo/ nº estatisticas total) FEADER | 50% | na | na | 100% | 25% | 25% | | |
| 4. | Proceder à coordenação e realização dos testes do PCN previstos no cronograma de atividades para 2016 | 50% | 2 | 2 | 3 | 3 | 100% | 90% | 9% |
| | Apresentar, semestralmente, um pedido de pagamento no âmbito dos projetos O SIRCA na WEB (início realização despesa no 2º semestre 2016), SiNREAP e Assistência Técnica PDR 2020 | 50% | 2 | 0 | 5 | 4 | 80% | | |
| 5. | N.º de documentos técnicos produzidos/nº de documentos a elaborar de acordo com a norma vigente relativa aos Procedimentos de Apuramento da Conformidade | 50% | 90% | 85% | 90% | 96% | 107% | 102% | 20% |
| | N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/Total de respostas enviadas | 50% | 75% | 80% | 85% | 83% | 98% | | |
| 6. | Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito | 50% | 90% | 89% | 90% | 100% | 111% | 98% | 20% |
| | Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito | 50% | 90% | 100% | 90% | 77% | 85% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 87% | |

Para 2016, o GPE definiu 6 objetivos operacionais:

**Objetivo 1 - Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único**

Este objetivo, medido através de dois indicadores, ambos com as metas atingidas, teve uma avaliação de 100%.

**Objetivo 2 – Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística**

Foram definidos três indicadores. O primeiro indicador, que previa que o número de comunicações enviadas no prazo representasse 95% do número de comunicações previstas, não foi atingido. A introdução em setembro de novas comunicações de acrescida complexidade fez com que apenas 3 das 8 comunicações previstas fossem enviadas no prazo, o que baixou a execução relativa a este indicador. Este factor também influenciou a execução no que respeita ao indicador 2, em que as retificações representaram 7% das enviadas, quando se previa um máximo de 5%. A taxa de realização face à meta no indicador 2 foi de 60%.

O indicador 3, que previa que o número de pedidos enviados no prazo fosse de 90% do número total de pedidos rececionados, foi ultrapassado, sendo esse número de 92%, representando 103% da meta estabelecida.

No global, este objetivo teve uma avaliação de 85%.

**Objetivo 3 – Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE**

Este objetivo é medido através de dois indicadores, tendo atingido uma avaliação global de 46%.

O primeiro indicador, relativo ao número de estatisticas enviadas no prazo face ao número total de estatísticas do FEAGA teve um grau de execução de 67%.

O segundo, relativo ao número de estatísticas enviadas no prazo face ao número de estatisticas total do FEADER teve uma execução de 25%.

À semelhança dos anos anteriores, foram envidados todos os esforços no sentido de enviar as estatísticas de controlo à CE atempadamente. Porém, tendo presente que, na campanha de 2015, foram implementadas as novas

medidas decorrentes da reforma da PAC, houve necessidade de adequar o procedimento de extração das estatísticas de controlo às mesmas, tendo-se verificado alguns constrangimentos, designadamente, no âmbito da validação dos mapas que inviabilizaram, para algumas medidas, o cumprimento do prazo estabelecido de 15 de julho. Apesar do atraso no envio de alguns mapas estatísticos, importa salientar que nenhum dos mapas foi enviado após o prazo de 15 de outubro de 2016.

**Objetivo 4 - Assegurar a elaboração dos documentos do Plano de Continuidade do Negócio (PCN) e a realização dos testes, bem como a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP**

É medido através de dois indicadores. A realização e coordenação dos testes do PCN previstos no cronograma de atividades para 2016 foi cumprida.

No que respeita ao segundo indicador - Apresentar, semestralmente, um pedido de pagamento no âmbito dos projetos O SIRCA na *WEB,* SINREAP e Assistência Técnica PDR 2020 teve 80% de realização, uma vez que não foi possível apresentar um pedido de pagamento no âmbito do SIRCA na *WEB*, em virtude de alterações legislativas no domínio do SIRCA e do lançamento de novo procedimento concursal. A taxa de execução global do objetivo 4 foi de 90%.

**Objetivo 5 – Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu**

Este objetivo é avaliado através de dois indicadores.

Relativamente ao primeiro indicador de desempenho, que compara o número de documentos técnicos produzidos face aos documentos a elaborar de acordo com a norma vigente relativa aos procedimentos de apuramento da conformidade, a ARCC deu continuidade à elaboração de ficha de auditoria, que sumariza as principais observações dos inquéritos da DG AGRI que poderão, eventualmente, conduzir a proposta de correção financeira.

Relativamente ao segundo indicador, a meta fixada para o envio, dentro do prazo, das respostas aos serviços da Comissão (DG AGRI, DG MARE, DG SANTE e OLAF) e ao TCP, interlocutor do TCE, foi quase atingida (98%),

apesar de ainda se continuarem a verificar situações de não cumprimento do prazo. Embora tenha ocorrido um decréscimo de auditorias, estas foram compensadas pelo encerramento de vários processos antigos (inquéritos iniciados desde 2010) pelos serviços da Comissão e, por outro lado, pela diminuição dos prazos de resposta impostos pelos novos Regulamentos Comunitários.

A taxa de realização deste objetivo face às metas, tendo em conta as ponderações atribuídas, foi de 102%.

**Objetivo 6 - Implementar o plano de comunicação do IFAP**

A sua avaliação é efetuada através de dois indicadores.

O primeiro respeita ao cumprimento das atividades previstas relativas à comunicação interna. A sua realização ultrapassou a meta estabelecida, de 90%, uma vez que foram cumpridas todas as atividades previstas para o ano.

Relativamente ao segundo indicador de desempenho, no âmbito da comunicação externa, a realização ficou aquém da meta, ao considerar o grau de utilização esperado nos principais canais/meios de comunicação como factor de avaliação, em resultado de metas que se vieram a revelar muito ambiciosas (medido em função do número de utilizadores/seguidores da *App IFAP Mobile*, do *Facebook* e da *Newsletter*).

No último caso, tendo em conta o número de edições realizadas, a margem de progressão não permitiu atingir a meta e, nos dois outros casos, sendo canais ainda recentes e com uma utilização restrita em função do universo de beneficiários, essas metas também não foram atingidas.

No cômputo geral, o grau de realização foi de 98%.

Este gabinete obteve a avaliação de 87%.

## 2.12. Resumo dos departamentos

| Departamentos/Gabinentes | Avaliação global |
|---|---|
| DAD | 104% |
| DAI | 98% |
| DAM | 91% |
| DCO | 102% |
| DGI | 105% |
| DSI | 84% |
| DFI | 95% |
| DJU | 101% |
| DGR | 102% |
| GAU | 99% |
| GPE | 87% |
| Total | **97%** |

# VI Contas

Quadro 72 – Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2016

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

| Códigos das contas POCP | Activo | 2016 AB | 2016 AP | 2016 AL | 2015 AL |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Imobilizado** | | | | |
| | **Imobilizações incorpóreas** | | | | |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 3.357.458,47 | 3.189.731,76 | 167.726,71 | 498.410,99 |
| 434 | Trespasses | 301,21 | 301,21 | | |
| | | 3.357.759,68 | 3.190.032,97 | 167.726,71 | 498.410,99 |
| | **Imobilizações corpóreas** | | | | |
| 421 | Terrenos e recursos naturais | 1.415.737,02 | | 1.415.737,02 | 1.432.820,85 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 8.664.665,66 | 4.791.615,86 | 3.873.049,80 | 4.316.977,31 |
| 423 | Equipamento básico | 5.702.479,32 | 5.255.023,73 | 447.455,59 | 552.146,55 |
| 424 | Equipamento de transporte | 197.062,34 | 197.062,34 | | |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 2.141,93 | 2.141,93 | | 25,43 |
| 426 | Equipamento administrativo | 724.594,21 | 713.765,05 | 10.829,16 | 9.459,11 |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 690.704,11 | 4.508,48 | 686.195,63 | 516.590,13 |
| | | 17.397.384,59 | 10.964.117,39 | 6.433.267,20 | 6.828.019,38 |
| | **Investimentos financeiros:** | | | | |
| 411 | Partes de capital | 1.222.500,00 | | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 |
| 413 | Outros investimentos financeiros | 28.266.000,00 | | 28.266.000,00 | 31.533.000,00 |
| | | 29.488.500,00 | | 29.488.500,00 | 32.755.500,00 |
| | **Circulante:** | | | | |
| | **Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo** | | | | |
| | **Dívidas de Terceiros - Curto prazo:** | | | | |
| 281+283 | Empréstimos concedidos | 10.893.567,41 | | 10.893.567,41 | 11.405.261,09 |
| 211 | Clientes, c/c | 1.538.963,11 | | 1.538.963,11 | 1.566.040,65 |
| 218 | Clientes de cobrança duvidosa | 878.337,70 | 878.337,70 | | |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 1.872.571,13 | | 1.872.571,13 | 1.870.591,54 |
| 262/3/4/5/6/7/8 | Outros devedores | 1.430.283.995,53 | | 1.430.283.995,53 | 1.385.849.600,32 |
| | | 1.445.467.434,88 | 878.337,70 | 1.444.589.097,18 | 1.400.691.493,60 |
| | **Títulos negociáveis** | | | | |
| 153 | Títulos da dívida pública | | | | |
| | | | | | |
| | **Conta no Tesouro, depósitos inst. financeiras e caixa** | | | | |
| 13 | Conta no tesouro | 127.272.921,00 | | 127.272.921,00 | 113.387.198,26 |
| 12 | Depósitos em instituições financeiras | 25.141,13 | | 25.141,13 | 43.256,24 |
| 11 | Caixa | | | | 3.500,00 |
| | | 127.298.062,13 | | 127.298.062,13 | 113.433.954,50 |
| | **Acréscimos e diferimentos** | | | | |
| 271 | Acréscimos de proveitos | | | | |
| 272 | Custos diferidos | 199.709.219,39 | | 199.709.219,39 | 289.719.767,06 |
| | | 199.709.219,39 | | 199.709.219,39 | 289.719.767,06 |
| | *Total de amortizações* | | 14.154.150,36 | | |
| | *Total de provisões* | | 878.337,70 | | |
| | *Total do activo* | 1.822.638.360,67 | 15.032.488,06 | 1.807.605.872,61 | 1.843.927.145,53 |

| Códigos das contas POCP | Fundos Próprios e Passivo | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|
| | **Fundos Próprios :** | | |
| 51 | Património | 22.782.820,85 | 22.782.820,85 |
| 56 | | | |
| | **Reservas:** | | |
| 575 | Subsídios | 29.488.500,00 | 32.755.500,00 |
| 59 | Resultados Transitados | 16.158.348,22 | 18.341.065,70 |
| 88 | Resultado líquido do exercício | -96.201,99 | -182.719,48 |
| | *Total dos Fundos Próprios* | 68.333.465,08 | 71.783.184,56 |
| | **Passivo:** | | |
| 292 | Provisões para riscos e encargos | 199.502.229,21 | 289.498.574,45 |
| | **Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo** | | |
| 23122 | Empréstimos por dívida não titulada | | |
| | **Dívidas a terceiros - Curto prazo:** | | |
| 221 | Fornecedores, c/c | 946.191,09 | 1.624.759,55 |
| 228 | Fornecedores - Facturas em recepção e conferência | | |
| 2611 | Fornecedores de imobilizado, c/c | 5.548,59 | 186.150,97 |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 707.533,15 | 678.891,72 |
| 262/3/4/5/6/7/8 | Outros credores | 1.427.542.892,46 | 1.405.178.908,18 |
| | | 1.429.202.165,29 | 1.407.668.620,42 |
| | **Acréscimos e diferimentos:** | | |
| 273 | Acréscimos de Custos | 2.889.066,91 | 2.742.342,93 |
| 274 | Proveitos diferidos | 107.697.946,12 | 72.320.940,66 |
| | | 110.565.013,03 | 75.063.283,59 |
| | *Total do passivo* | 1.739.272.407,53 | 1.772.230.478,46 |
| | *Total dos fundos próprios e do passivo* | 1.807.605.872,61 | 1.843.927.145,53 |

O Técnico Oficial de Contas

CHEFE DE UNIDADE

(Filipe Morais)

O Director Financeiro

DIRETOR FINANCEIRO

(João Martins)

O Conselho Directivo

Pedro Ribeiro

Presidente do C.D.

Quadro 73 – Demonstração de resultados do exercício 2015 e 2016

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2016

| POCP | | 2016 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Custos e Perdas** | | | | |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | | 9.788.791,94 | | 9.418.584,50 |
| | Custos com o pessoal | | | | |
| 641+642 | Remunerações | 15.850.886,03 | | 15.575.576,07 | |
| | Encargos sociais: | | | | |
| 643+644 | Pensões | 113.690,16 | | 113.420,76 | |
| 645/6/7/8/9 | Outros | 4.474.059,24 | 20.438.635,43 | 4.387.692,41 | 20.076.689,24 |
| 63 | Transferências correntes concedidas e prestações sociais | | | | |
| 66 | Amortizações imobilizado corp. e incorp. | 1.140.909,45 | | 1.164.962,19 | |
| 67 | Provisões do exercício | | 1.140.909,45 | | 1.164.962,19 |
| 65 | Outros custos e perdas operacionais | 113.651,19 | 113.651,19 | 259.417,08 | 259.417,08 |
| | ( A ) | | 31.481.788,01 | | 30.919.653,01 |
| 68 | Custos e perdas financeiras | | 1.366.691,45 | | 985.099,75 |
| | ( C ) | | 32.848.479,46 | | 31.904.752,76 |
| 69 | Custos e perdas extraordinárias | | 270.162,44 | | 163.199,73 |
| | ( E ) | | 33.118.641,90 | | 32.067.952,49 |
| 88 | Resultado líquido do exercício | | -96.201,99 | | -182.719,48 |
| | | | 33.022.439,91 | | 31.885.233,01 |
| | **Proveitos e Ganhos** | | | | |
| 71 | Vendas e prestação de serviços: | | | | |
| 711 | Vendas | | | | |
| 712 | Prestação de Serviços | 407.588,35 | | 752.646,72 | |
| | | | 407.588,35 | | 752.646,72 |
| 72 | Impostos, taxas e outros | 106.821,54 | | 11,16 | |
| 73 | Proveitos suplementares | | | 57.951,98 | |
| | Transferências e subsídios correntes obtidos: | | | | |
| 741 | Transferências - Tesouro | 26.861.839,40 | | 29.330.186,46 | |
| 742/3/4/5/6/9 | Outras | 4.213.984,04 | | | |
| 76 | Outros proveitos e ganhos operacionais | 117.071,21 | 31.299.716,19 | 539.466,24 | 29.927.615,86 |
| | ( B ) | | 31.707.304,54 | | 30.680.262,58 |
| 78 | Proveitos e ganhos financeiros | | 265,47 | | 1.177,62 |
| | ( D ) | | 31.707.570,01 | | 30.681.440,20 |
| 79 | Proveitos extraordinários | | 1.314.869,90 | | 1.203.792,81 |
| | ( F ) | | 33.022.439,91 | | 31.885.233,01 |
| | **RESUMO:** | | | | |
| | Resultados operacionais: (B)-(A) | | 225.516,53 | | -239.390,43 |
| | Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) | | -1.366.425,98 | | -983.922,13 |
| | Resultados correntes: (D)-( C ) | | -1.140.909,45 | | -1.223.312,56 |
| | Resultado líquido do exercício: (F)-(E) | | -96.201,99 | | -182.719,48 |

O Técnico Oficial de Contas

CHEFE DE UNIDADE

(Filipe Morais)

O Director Financeiro

DIRETOR FINANCEIRO

(João Martins)

O Conselho Directivo

Pedro Ribeiro

Presidente do C.D.

# VII Anexos

# Anexo 1 - QUAR com autoavaliação

REPÚBLICA PORTUGUESA
AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
MAR

IFAP
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

**Data: 31-12-2016**

**Versão: 1**

**ANO: 2016**

**Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar**

**Designação do Serviço|Organismo:**

**IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas**

**Missão:**

**O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.**

**Objetivos Estratégicos (OE):**

| | Meta | Grau de concretização |
|---|---|---|
| **OE1**: Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas | 90% | 106% |
| **OE2**: Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus *stakeholders* através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado | 84% | 108% |
| **OE3**: Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público | 70% | 125% |

**Objetivos Operacionais (OOP)**

## EFICÁCIA — PESO: 50%

**OOP1: Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada** — Peso: 25%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind1 | Taxa de pagamentos realizados no prazo programado | 100% | 100% | 90% | 5% | 100% | 100% | 12 | 99% | 121.33% | Superou | 21% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP1 | 121% |

**OOP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*** — Peso: 30%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind2 | Taxa de execução dos controlos físicos de RPB [2] até 15/10 | - | 98% | 95% | 3% | 100% | 35% | 12 | 100% | 125.00% | Superou | 25% |
| Ind3 | Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC [3], PVA [4] e PVL [5] até ao fim do período de retenção | - | 100% | 88% | 8% | 100% | 20% | 12 | 95% | 100.00% | Atingiu | 0% |
| Ind4 | Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD [6] | - | - | 96% | 3% | 100% | 20% | 12 | 100% | 125.00% | Superou | 25% |
| Ind5 | Taxa de execução dos controlos de PRODER [7]/PDR2020 [8] Investimento | 100% | 100% | 94% | 4% | 100% | 15% | 12 | 100% | 125.00% | Superou | 25% |
| Ind6 | Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | 100% | 100% | 94% | 4% | 100% | 10% | 12 | 100% | 125.00% | Superou | 25% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP2 | 120% |

**OOP3: Aumentar a simplificação dos processos na implementação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) da agricultura e pescas, do ciclo de programação 2014-2020 - vertente investimento, garantindo a sua correta e atempada execução** — Peso: 25%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind7 | % de tarefas implementadas para operacionalização dos módulos investimento no SI IFAP [9] | - | - | 90% | 5% | 100% | 100% | 12 | 86% | 100.00% | Atingiu | 0% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP3 | 100% |

**OOP4: Desenvolver o Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária (SIREAP)** — Peso: 20%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind8 | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do *FrontOffice* do SIREAP | - | - | 80% | 5% | 100% | 50% | 12 | 100% | 125.00% | Superou | 25% |
| Ind9 | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do *BackOffice* do SIREAP | - | - | 80% | 5% | 100% | 50% | 12 | 90% | 112.50% | Superou | 13% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP3 | 119% |

## EFICIÊNCIA — PESO: 25%

**OOP5: Reduzir o valor em dívida** — Peso: 100%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind10 | Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de devedores | 11.79% | 12% | 13% | 1.5% | 16.5% | 100% | 12 | 15% | 112.57% | Superou | 13% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP4 | 113% |

## QUALIDADE — PESO: 25%

**OOP6: Melhorar a qualidade do serviço do atendimento** — Peso: 60%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind11 | Taxa de satisfação dos clientes | - | - | 80% | 5% | 100% | 60% | 12 | 92% | 115.04% | Superou | 15% |
| Ind12 | Taxa de não reclamantes face ao total de atendimentos presenciais | - | - | 97% | 2% | 100% | 40% | 12 | 100% | 124.08% | Superou | 24% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP6 | 119% |

**OOP7: Promover a formação adequada dos recursos humanos** — Peso: 40%

| | Indicadores | Realizado 2014 | Realizado 2015 | Meta 2016 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | Mês (monitorização) | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ind13 | Assegurar o cumprimento do Plano de Formação Presencial | 115% | 85% | 70% | 10% | 125% | 100% | 12 | 98% | 112.73% | Superou | 13% |
| | | | | | | | | | | | Taxa de Realização do OOP7 | 113% |

**RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS**

| | OB1 | OB2 | OB3 | OB4 | OB5 | OB6 | OB7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Objetivo Estratégico 1** | X | X | X | | X | | |
| **Objetivo Estratégico 2** | | | X | X | | X | |
| **Objetivo Estratégico 3** | | | | | | | X |

**OBJETIVOS MAIS RELEVANTES**

*O1, O2, O5 e O6*

## NOTAS EXPLICATIVAS

*(1) À data da elaboração do QUAR 2016 não se encontravam disponíveis os resultados de 2015*
*(2) RPB - Regime de Pagamento Base*
*(3) POC - Prémio por Ovelha e Cabra*
*(4) PVA - Prémio por Vaca em Aleitamento*
*(5) PVL - Prémio por Vaca Leiteira*
*(6) MAZD - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas*
*(7) PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 - Continente*
*(8) PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 - Continente*
*(9) SIIFAP - Sistema de informação do IFAP*

## JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

*(objetivos/indicadores)*

| Eficácia 50% | Eficiência 25% | | Qualidade 25% |
|---|---|---|---|
| 115% | 113% | | 116% |

## AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO

| Bom | Satisfatório | Insuficiente |
|---|---|---|
| 115% | | |

## RECURSOS HUMANOS

| DESIGNAÇÃO | PONTUAÇÃO | Pontuação Planeada | Pontuação Realizada | DESVIO |
|---|---|---|---|---|
| Dirigentes - Direção Superior | 20 | 80 | 80 | 0 |
| Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa | 16 | 896 | 892 | -4 |
| Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática) | 12 | 4548 | 3793 | -755 |
| Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção) | 9 | 72 | 89 | 17 |
| Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática) | 8 | 1432 | 1205 | -227 |
| Assistente Operacional | 5 | 85 | 0 | -85 |
| Total | | **7 113** | **6 109** | **-1004** |

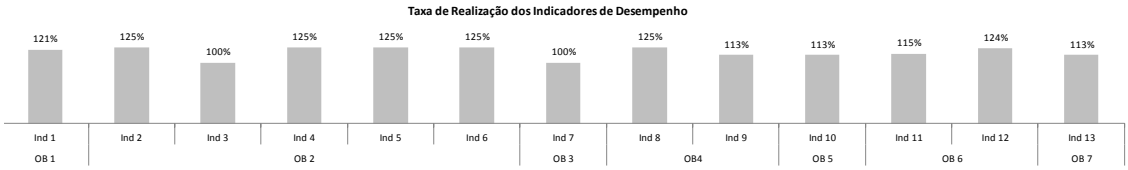
*Nota: De acordo com a pág. 1 do anexo 3 das orientações do DT N.º 1/2010 do CCAS, a pontuação é aferida para um determinado referencial de Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP), o qual resulta da extracção aos 365 ou 366 dias de calendário, de todos os dias a que correspondam sábados, domingos, feriados oficiais, feriado municipal, tolerâncias de ponto e 22 dias úteis de férias. No caso concreto, a UERHP de 2016 assume o valor global de* ***229 dias úteis.*** Para o cálculo da UERHE é necessário apurar o nível de absentismo por trabalhador em todas as carreiras conforme é explicado no DT N.º1 do CCAS referido no ponto anterior e disponível em http://www.gpp.pt/o_gpp/Docs_apoio/Manual_apoio_SIADAP1_2010.pdf

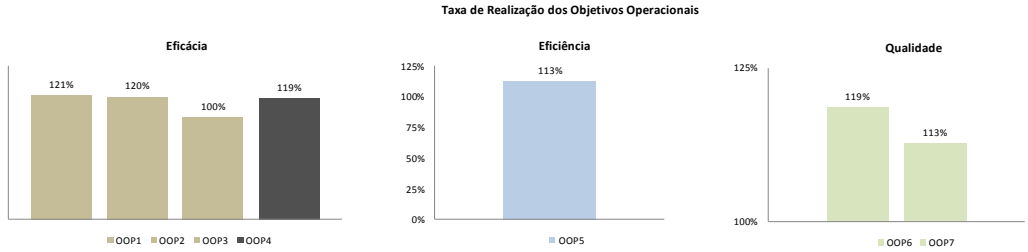
## RECURSOS FINANCEIROS

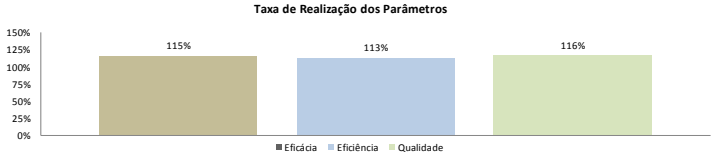
| DESIGNAÇÃO | PLANEADO (€) | EXECUTADO | DESVIO |
|---|---|---|---|
| **Orçamento de Funcionamento (OF)** | **38 672 967,00 €** | **35 963 830,83 €** | **- 2 709 136,17 €** |
| Despesas c/Pessoal | 20 737 796,00 € | 20 146 482,86 € | - 591 313,14 € |
| Aquisições de Bens e Serviços | 12 827 092,00 € | 10 429 153,07 € | - 2 397 938,93 € |
| Encargos correntes da dívida - juros | 2 500 000,00 € | 1 340 363,69 € | - 1 159 636,31 € |
| Transrerências correntes | 412 568,00 € | 150 949,01 € | - 261 618,99 € |
| Outras despesas correntes | 207 681,00 € | 336 112,71 € | 128 431,71 € |
| Aquisição de bens de capital | 1 137 830,00 € | 456 886,71 € | - 680 943,29 € |
| Empréstimos concedidos | 75 000,00 € | - € | - 75 000,00 € |
| Crédito Direto | 775 000,00 € | 3 103 882,78 € | 2 328 882,78 € |
| **Orçamento de Investimento (OI)** | **385 047 228,00 €** | **608 536 334,04 €** | **223 489 106,04 €** |
| **Outros Valores (OV)** | **133 698 271,00 €** | **183 390 102,10 €** | **49 691 831,10 €** |
| **Operações Extra-Orçamentais (OEO)** | **2 112 970 901,00 €** | **948 977 010,07 €** | **- 1 163 993 890,93 €** |
| Total (OF+OI+OV+OEO) | **2 670 389 367,00 €** | **1 776 867 277,04 €** | **- 893 522 089,96 €** |

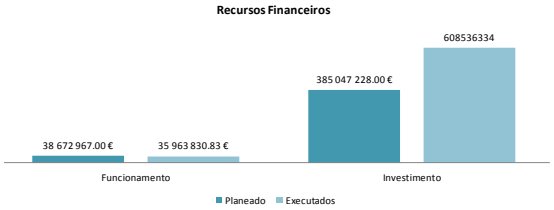
## INDICADORES|FONTES DE VERIFICAÇÃO

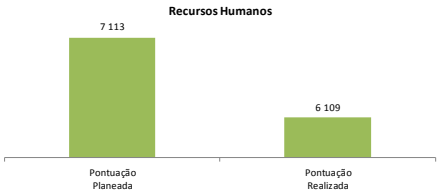
Ind 1: Ficheiro Excel - Audit Trail de 2016
Ind 2: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção
Ind 3: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção
Ind 4: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção
Ind 5: Ficheiro. Ponto de Situação
Ind 6: Ficheiro. Ponto de Situação
Ind 7: Sistema de informação do IFAP / Planeamento
Ind 8: Relatório final de aceitação
Ind 9: Relatório final de aceitação
Ind 10: iSinga/Base de dados de devedores
Ind 11: Relatórios dos inquéritos de satisfação
Ind 12: Livro de Reclamações e estatísticas de atendimento no canal presencial
Ind 13: Módulo de aprovisionamento e iDOC


Taxa de Realização dos Indicadores de Desempenho
121%
125%
100%
125%
125%
125%
100%
125%
113%
113%
115%
124%
113%
Ind 1
Ind 2
Ind 3
Ind 4
Ind 5
Ind 6
Ind 7
Ind 8
Ind 9
Ind 10
Ind 11
Ind 12
Ind 13
OB 1
OB 2
OB 3
OB4
OB 5
OB 6
OB 7


Taxa de Realização dos Objetivos Operacionais
Eficácia
121%
120%
100%
119%
OOP1
OOP2
OOP3
OOP4
Eficiência
125%
100%
75%
50%
25%
0%
113%
OOP5
Qualidade
125%
100%
119%
113%
OOP6
OOP7


Taxa de Realização dos Parâmetros
150%
125%
100%
75%
50%
25%
0%
115%
113%
116%
Eficácia
Eficiência
Qualidade


Recursos Financeiros
38 672 967.00 €
35 963 830.83 €
385 047 228.00 €
608536334
Funcionamento
Investimento
Planeado
Executados


Recursos Humanos
7 113
6 109
Pontuação Planeada
Pontuação Realizada

# Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios

| Objetivo/ Indicador | Descrição | Justificação |
|---|---|---|
| Objetivo 1 | Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada | |
| Ind.1 | Taxa de pagamentos realizados no prazo programado | Nada a referir |
| Objetivo 2 | Assegurar a realização atempada dos controlos in-loco | |
| Ind. 2 | Taxa de execução de todos os controlos físicos de RPB até 15/10 | Nada a referir |
| Ind. 3 | Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL, até ao fim do período de retenção | Nada a referir |
| Ind. 4 | Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD | Nada a referir |
| Ind. 5 | Execução de todos os controlos de PRODER e PDR 2020 Investimento | Nada a referir |
| Ind. 6 | Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | Nada a referir |

| Objetivo/ Indicador | Descrição | Justificação |
|---|---|---|
| | | |
| Objetivo 3 | Aumentar a simplificação dos processos na implementação dos fundos eruopeus estruturais e de investimento (FEEI) da agricultura e pescas, do ciclo de programação 2014-2020 - vertente investimento, garantindo a sua correta e atempada execução | |
| Ind. 7 | % de tarefas implementadas para operacionalização dos módulos investimento no SI IFAP | Nada a referir |
| Objetivo 4 | Desenvolver o Sistema de Informação do Regime do Exercício da atividade Pecuária (SIREAP) | |
| Ind. 8 | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à produção do *FrontOffice* do NREAP | Nada a referir. |
| Ind. 9 | Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à produção do *BackOffice* do NREAP | Nada a referir. |
| Objetivo 5 | Reduzir o valor em dívida | |
| Ind. 10 | Taxa de redução do valor em dívida registado na base de dados de devedores | Nada a referir |
| Objetivo 6 | Melhorar a qualidade do serviço de atendimento | |
| Ind. 11 | Taxa de satisfação dos clientes | Nada a referir |
| Ind. 12 | Taxa de não reclamantes face ao total de atendimentos presenciais | Nada a referir |
| Objetivo 7 | Promover a formação adequada dos recursos humanos | |
| Ind. 13 | Assegurar o cumprimento do Plano deformação Presencial | Nada a referir |

# Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários

## 1. Introdução

De acordo com o estabelecido na alínea a) do nº 2, do art. 15º da Lei nº 66 B/2007 foi implementada, desde o ano de 2010, a distribuição dos Inquéritos de Satisfação aos Beneficiários, na sala de Atendimento Presencial do IFAP.

Ao terminar o ano de 2016, foram contabilizadas 2548 presenças na sala de atendimento, tendo sido recolhidos 473 inquéritos devidamente preenchidos pelos Beneficiários.

Em termos comparativos com o período homólogo de 2015, verificou-se um aumento no número de inquéritos respondidos, na ordem dos 32.9%, (em 2015 haviam sido contabilizados 317 inquéritos), verificando-se igualmente um aumento na percentagem da amostra, que passou de 10,69% em 2015, para 18,56% em 2016, o que à partida garante uma maior materialidade em relação aos resultados alcançados.

## 2. Metodologia

Os três grandes Grupos de classificação dos últimos anos mantêm-se: Atendimento, Organização e Instalações. Abrange, ainda, duas questões para caracterização dos inquiridos, relativa à Faixa Etária e o Concelho de residência.

A escala de classificação utilizada foi: Mau; Insuficiente; Satisfaz; Bom e Muito Bom.

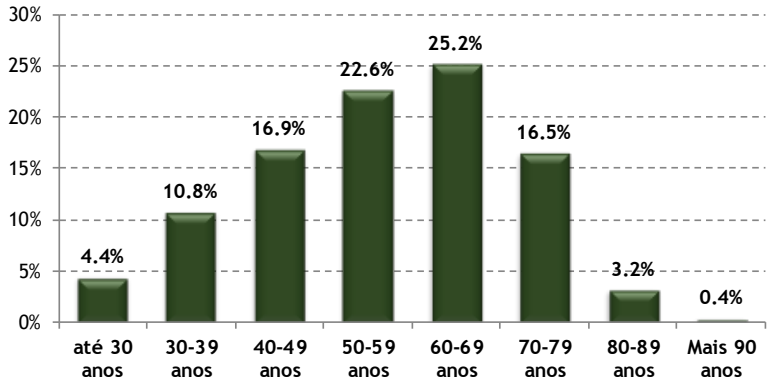
A análise dos referidos inquéritos teve como objetivo final o apuramento das classificações obtidas, com vista à avaliação, não só dos serviços prestados e das condições de atendimento oferecidas, mas fundamentalmente da capacidade e competência dos técnicos que presencialmente prestaram informações aos Beneficiários.

## 3. Caracterização dos inquiridos

### Faixa Etária

A Faixa Etária mais representativa situou-se entre os 60 e os 69 anos com 25,16%, seguida da faixa dos 50 aos 59 anos, com 22,62%. De referir que no ano de 2015 a faixa mais representativa tinha sido dos 50 aos 59 anos, com 24,61%.

Gráfico 1 – Faixa Etária dos inquirieos

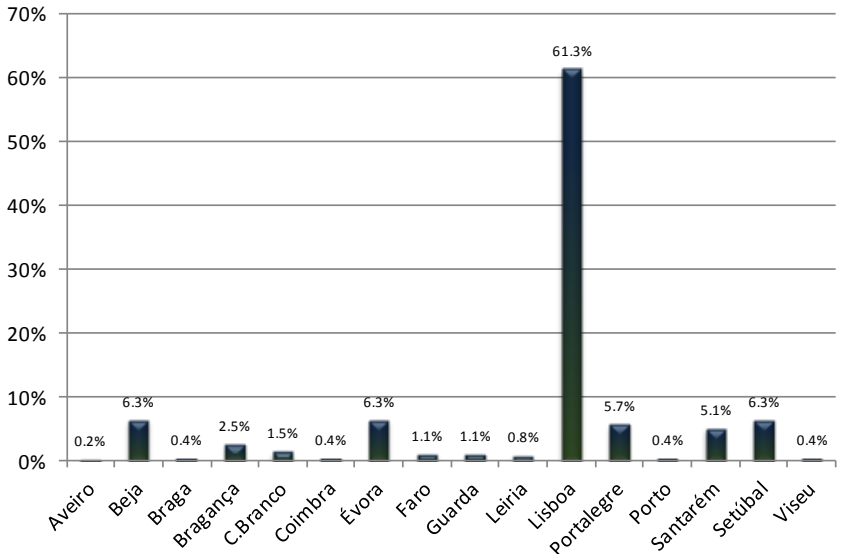



### Distrito de Residência

Foram apurados 95 Concelhos, o que equivale a 34,17% dos Concelhos do Continente (278). À semelhança do verificado em anos anteriores, o Concelho com maior número de Beneficiários inquiridos foi Lisboa, com 198 respostas, o que equivale a cerca de 42% do total de presentes que preencheram o inquérito.

Em termos comparativos com o ano anterior verificou-se um crescimento, quer em termos absolutos, quer relativos, uma vez que Lisboa havia registado 127 respostas, que correspondiam a cerca de 40% do total dos beneficiários inquiridos.

Gráfico 2 – Distrito de residência dos inquiridos



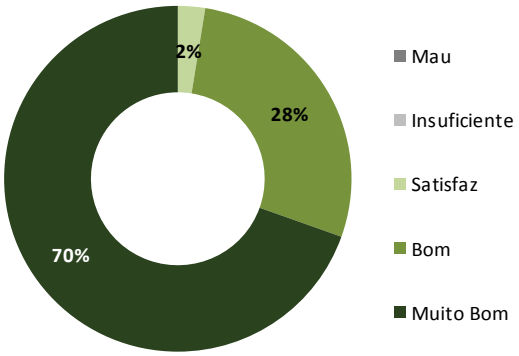
## 4. Resultados

Apresentam-se em seguida as classificações obtidas por tipo de questão.

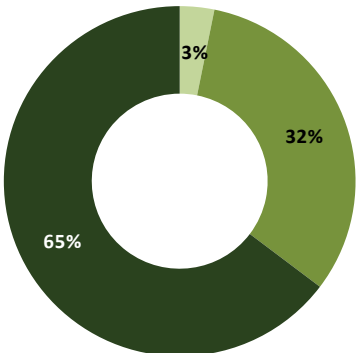
### Atendimento

Gráfico 3 - Atendimento

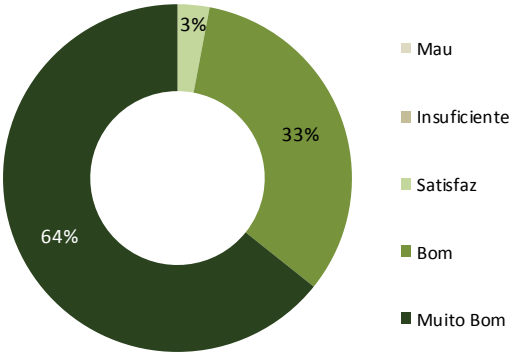
**1. Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos**



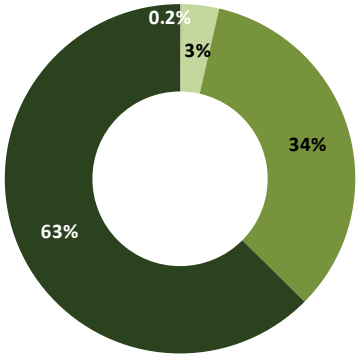

**2. Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos**



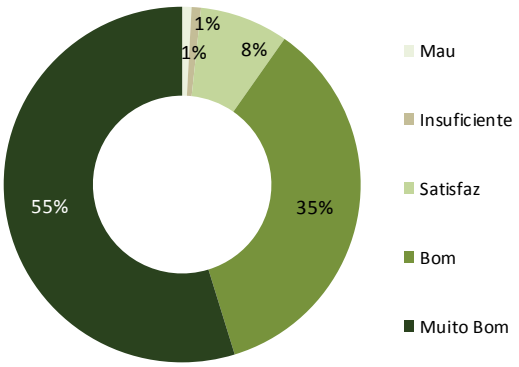

**3. Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos**



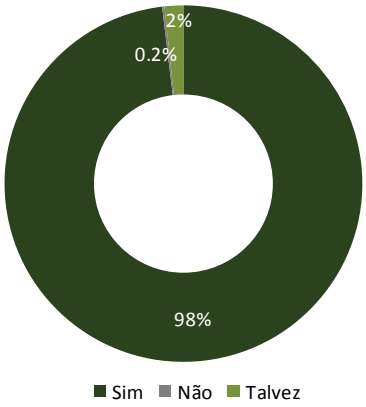

**4. Como avalia globalmente o atendimento recebido?**



**5. Como classifica a sua vinda ao atendimento?**




**6. Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário?**




Da análise aos resultados obtidos verifica-se que a primeira questão do grupo ATENDIMENTO, "Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos" obteve na classificação de MUITO BOM um total de 70% das respostas, sendo esta a questão mais pontuada, não só neste grupo, como no cômputo geral das questões apresentadas.

A segunda maior percentagem (também para a classificação de MUITO BOM, foi atribuída à pergunta "Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos", com 65%.

Estes resultados seguem a tendência mensal que se registou ao longo do passado ano de 2016, de elevadas classificações, sobretudo para o grupo ATENDIMENTO.

No que se refere às avaliações com a classificação de MAU ou INSUFICIENTE, foram identificadas 9 respostas, o que corresponde a 0.4% do total de respostas recolhidas, distribuídas da seguinte forma:

- Questão 4 – 1 resposta (Insuficiente);
- Questão 5 – 8 respostas (4 Insuficiente e 4 Mau)

Relativamente à pergunta nº 6 do inquérito, "Recomendaria os serviços de Atendimento a um Beneficiário", constatou-se que 98.1% dos inquiridos responderam afirmativamente.

Em termos comparativos com os resultados alcançados durante o ano de 2015, é possível observar as seguintes variações:

Quadro 1 – Serviços de atendimento

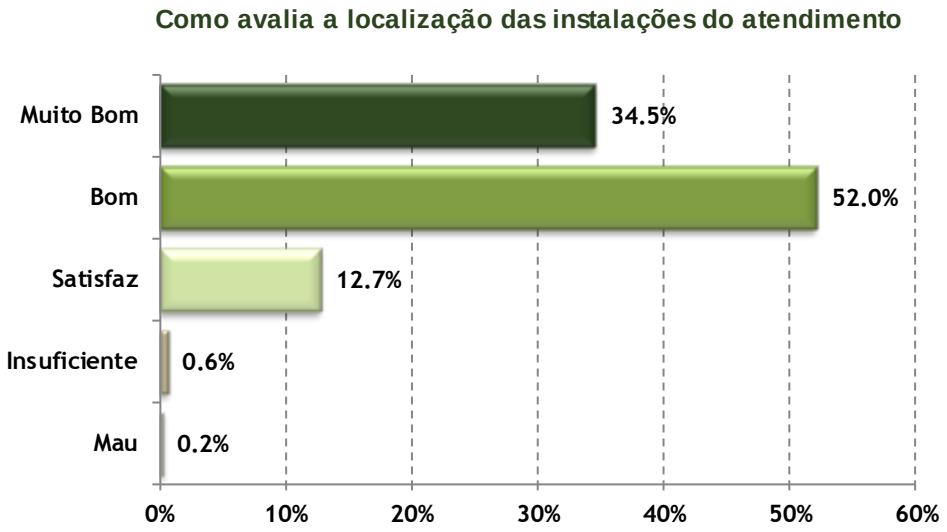
| Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário? | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Total de inquéritos | SIM | % | NÃO | % | TALVEZ | % |
| 2016 | 473 | 464 | 98.1% | | | 8 | 1.7% |
| 2015 | 317 | 302 | 95.3% | 2 | 0.6% | 13 | 4.1% |

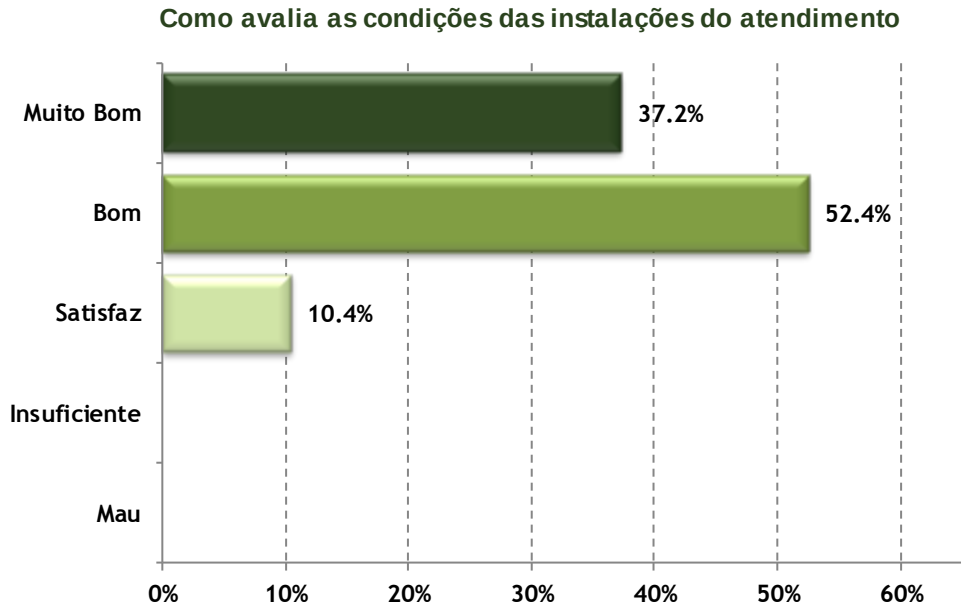
Verificou-se uma subida significativa (cerca de 3%) no número de inquiridos que afirmaram que recomendariam os serviços de atendimento a outro beneficiário, para além do facto do número de respostas ao inquérito ser manifestamente superior ao registado no ano anterior, o que à partida nos assegura igualmente uma maior materialidade nos resultados.

## Instalações

Em relação à classificação de MUITO BOM, esta questão é tradicionalmente a menos pontuada, e no ano objecto de análise esta situação não foge à regra, todavia observa-se um aumento na sua classificação, face ao ano anterior.

Gráfico 4 – Avaliação das Instalações

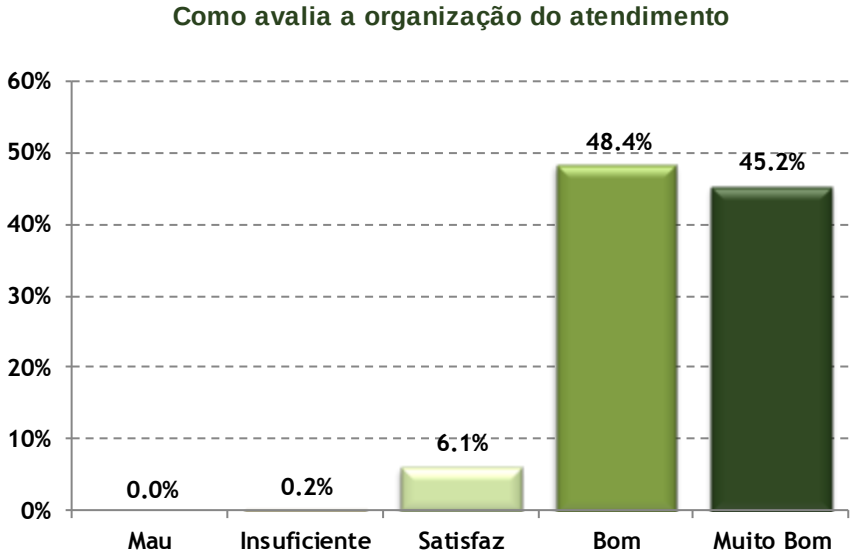


## Organização

Neste quadro de avaliação da organização do atendimento, realçamos que o somatório das classificações MUITO BOM e BOM totaliza 93.7%, ficando a uma percentagem muito próxima do objectivo de 100% de satisfação. O facto de ao longo do ano apenas se ter registado uma avaliação negativa também é um factor positivo a registar.

Quadro 2 - Organização




Considerações Gerais

A maioria dos Beneficiários não faz grande diferenciação entre um e outro campo, depreendendo-se que utilizam esses espaços para tecer as críticas e, também elogios, tanto para o serviço prestado, como para os colaboradores que nele intervieram.

As queixas mais usuais prendem-se com atrasos nos pagamentos, tempos de espera no atendimento, extratos de pagamentos com descritivos pouco percetíveis e em alguns casos a deficiente coordenação entre os serviços envolvidos.

## Conclusões

Apresentam-se aqui os quadros comparativos referentes aos resultados obtidos em 2015 e 2016, com a variação percentual obtida para cada questão dos três grupos principais, bem como a variação do número de Beneficiários e de Concelhos.

A análise foi realizada de acordo com duas perspectivas: a evolução das respostas avaliadas com classificação máxima – Muito Bom - e simultaneamente com as duas classificações negativas – Mau e Insuficiente.

Quadro 3 - Comparativo 2015-2016 - Classificações de Muito Bom

| GRUPO | | Muito Bom | | Variação percentual |
|---|---|---|---|---|
| | Pergunta | 2015 | 2016 | |
| 1. Atendimento | 1 | 65.5% | 69.6% | 6.2% |
| | 2 | 58.3% | 64.7% | 11.0% |
| | 3 | 58.3% | 64.3% | 10.3% |
| | 4 | 59.0% | 62.6% | 6.1% |
| | 5 | 52.5% | 54.8% | 4.3% |
| **Média Atendimento** | | **58.7%** | **63.2%** | **7.6%** |
| 2. Instalações | 1 | 30.2% | 34.5% | 14.0% |
| | 2 | 28.1% | 37.2% | 32.3% |
| **Média Instalações** | | **29.2%** | **35.8%** | **22.8%** |
| 3. Organização | 1 | 41.7% | 45.2% | 8.4% |
| **Média Organização** | | **41.7%** | **45.2%** | **8.4%** |
| **Média Geral** | | **43.2%** | **48.1%** | **11.3%** |

No caso do primeiro grupo (ATENDIMENTO), em termos médios, o aumento foi de 7,6%, sendo importante referir que no ano anterior se havia verificado uma redução na ordem dos -16%, face aos resultados registados em 2014.

Para o segundo e terceiro grupo, respectivamente (INSTALAÇÕES) e (ORGANIZAÇÃO) as variações médias foram de 22,8% e de 8,4%, enquanto no comparativo de 2014/2015 haviam-se registado variações de -32,13% e de -25,65%.

No cômputo geral é possível verificar um acentuado aumento da percentagem de avaliações com a classificação de Muito Bom para a generalidade das questões presentes nos 3 grupos de questões objecto de análise, sendo essa variação positiva, em termos médios, na ordem dos 8,4%. Importa ainda sublinhar que na análise comparativa respeitante aos anos 2014/2015 se havia registado uma variação de negativa na ordem dos -21%.

Por outro lado, verificou-se uma variação percentual no número de concelhos em 17,3% (passou de 81 para 95) e um aumento do número de inquéritos respondidos, de 317 para 473 (+49,2%).

Quadro 4 - Comparativo 2015-2016 - Classificações de Mau e Insuficiente

| GRUPO | | Mau + Insuficiente | | Variação percentual 2015/2016 |
|---|---|---|---|---|
| | Pergunta | 2015 | 2016 | |
| 1. Atendimento | 1 | 0.0% | 0.0% | 0.0% |
| | 2 | 0.0% | 0.0% | 0.0% |
| | 3 | 0.7% | 0.0% | -100.0% |
| | 4 | 0.0% | 0.2% | - |
| | 5 | 2.2% | 1.7% | -21.8% |
| **Variação Atendimento** | | **0.6%** | **0.4%** | **-34.0%** |
| 2. Instalações | 1 | 1.6% | 0.9% | -45.5% |
| | 2 | 0.4% | 0.0% | -100.0% |
| **Variação Instalações** | | **1.0%** | **0.4%** | **-56.4%** |
| 3. Organização | 1 | 0.4% | 0.2% | -46.2% |
| **Variação Organização** | | **0.4%** | **0.2%** | **-46.2%** |
| **Variação Geral** | | **0.6%** | **0.3%** | **-47.7%** |

No que respeita às avaliações negativas importa salientar que em termos absolutos o volume de classificações de Mau e Insuficiente aumentou ligeiramente, embora o seu peso se tenha reduzido face ao total de respostas.

Assim, enquanto no ano de 2015 estas representavam, para a totalidade dos grupos, um volume de 12 respostas, representando 0,47% face ao volume total de questões respondidas, no ano de 2016 totalizaram 14 respostas, correspondendo somente a 0,37% das respostas. Poderá pois concluir-se que, em termos de variação média, conforme é possível observar através do quando anterior, verificou-se um decréscimo de 47,7% nas avaliações negativas por parte dos inquiridos.

No quadro anterior é ainda possível observar-se quais as questões onde se verificou uma redução mais acentuada nas variações, com destaque para as questões nºs 3 e 5 (Classifique a Competência e Profissionalismo dos Técnicos e Como Classifica a sua vinda ao Atendimento), no caso do 1º Grupo.

No Grupo 2 (Instalações), cujas questões estão relacionadas com a Localização e as Condições das Instalações, ambas as questões sofreram significativas reduções, o mesmo se verificando no Grupo 3 (Organização do Atendimento).

Por último apresenta-se um quadro comparativo relativamente à evolução de alguns indicadores para o período 2012-2016, com principal destaque para a percentagem

de avaliações negativas face ao total de respostas nos inquéritos e ainda a evolução nas percentagens da amostra.

**Quadro 5 - Evolução de alguns indicadores**

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº Presenças no Atendimento | 4 242 | 3 528 | 2 949 | 2 965 | 2 548 |
| Nº Inquéritos preenchidos | 702 | 385 | 258 | 317 | 473 |
| Percentagem da amostra | 16.5% | 10.9% | 8.7% | 10.7% | 18.6% |
| Nº de respostas c/ classif. "Mau" e "Insuficiente" | 8 | 44 | 13 | 12 | 14 |
| Percentagem face ao total de respostas do inquérito* | 0.1% | 1.4% | 0.6% | 0.5% | 0.4% |

* fórmula = (nº de respostas "Mau" e "Insuf iciente") / (nº total de inquéritos x 8 questões)

## Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreiral / Modalidades de vinculação | Cargo Político / Mandato | | Nomeação Definitiva | | Nomeação Transitória por tempo determinado | | Nomeação Transitória por tempo determinável | | CT em Funções Públicas por tempo indeterminado | | CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo | | CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto | | Comissão de Serviço no âmbito da LVCR | | CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado | | CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto) | | CT no âmbito do Código do Trabalho | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 3 | | | | | | | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 5 | 6 | | | | | | | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 19 | 12 | | | | | | | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 10 | | | | | | | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | | | | | | | | | 118 | 204 | | | | | | | | | | | | | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | | | | 57 | 84 | | | | | | | | | | | | | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | | | 10 | 4 | | | | | | | | | | | | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | | | | | | | | | 22 | 10 | | | | | | | | | | | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 207 | 302 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 28 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 239 | 330 | 569 |

| Prestações de Serviços | M | F | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Tarefas | | | 0 |
| Avenças | | | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 |

## Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género | Menos que 20 anos | | 20-24 | | 25-29 | | 30-34 | | 35-39 | | 40-44 | | 45-49 | | 50-54 | | 55-59 | | 60-64 | | 65-69 | | maior ou igual a 70 anos | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 2 | | 1 | 4 | 2 | 1 | | 1 | | | | | | | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | 1 | 1 | 4 | 1 | 9 | 5 | 3 | 3 | 1 | 2 | | | 1 | | | | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | 1 | 3 | 5 | 1 | 2 | | 1 | | | | | | 1 | | | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | | | | | | | | 1 | 6 | 19 | 16 | 49 | 34 | 67 | 21 | 28 | 21 | 24 | 17 | 13 | 3 | 3 | | | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | 1 | | 1 | 3 | | 5 | 6 | 6 | 16 | 15 | 13 | 16 | 22 | 12 | 25 | | | | | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | | | | | 2 | | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | | 1 | | | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | | | | | | | | | | 2 | 11 | 4 | 4 | | 3 | | 2 | 3 | 2 | 1 | | | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Cientifica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 11 | 23 | 43 | 65 | 57 | 96 | 47 | 47 | 41 | 53 | 35 | 39 | 5 | 4 | 0 | 0 | 239 | 330 | 569 |

| Prestações de Serviços | Menos de 20 anos | | 20-24 | | 25-29 | | 30-34 | | 35-39 | | 40-44 | | 45-49 | | 50-54 | | 55-59 | | 60-64 | | 65-69 | | 70 e mais | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Tarefas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Avenças | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Notas:
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço | até 5 anos | | 5 - 9 | | 10 - 14 | | 15 - 19 | | 20 - 24 | | 25 - 29 | | 30 - 34 | | 35 - 39 | | 40 ou mais anos | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | 2 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 1 | | | 1 | 1 | 2 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 2 | | | | | | | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 1 | | 2 | 1 | 10 | 4 | 4 | 3 | 1 | 4 | | | 1 | | | | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | 3 | 3 | 1 | 5 | | 1 | | | | 1 | | | | | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | | 5 | 10 | 26 | 26 | 30 | 24 | 57 | 13 | 33 | 21 | 35 | 6 | 5 | 17 | 12 | 1 | 1 | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | 4 | 2 | 4 | 1 | 6 | 16 | 3 | 12 | 19 | 28 | 5 | 8 | 11 | 16 | 5 | 1 | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 1 | | 1 | | | | | | 3 | 1 | 4 | 2 | | | | 1 | 1 | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | | | 1 | 3 | | 1 | 16 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | | | 1 | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 4 | 5 | 18 | 32 | 36 | 38 | 58 | 85 | 26 | 52 | 48 | 72 | 12 | 14 | 30 | 30 | 7 | 2 | 239 | 330 | 569 |

Notas
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente(Leis nº2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 4/2011, de 22 de dezembro)
b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária | Menos de 4 anos de escolaridade | | 4 anos de escolaridade | | 6 anos de escolaridade | | 9.º ano ou equivalente | | 11.º ano | | 12.º ano ou equivalente | | Bacharelato | | Licenciatura | | Mestrado | | Doutoramento | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 2 | | 1 | | | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 5 | 6 | | | | | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 1 | | 17 | 11 | 1 | 1 | | | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 10 | | | | | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | | | | | | | 2 | 1 | 4 | 2 | 8 | 5 | 3 | 1 | 99 | 183 | 2 | 12 | | | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | 2 | | 11 | 7 | 10 | 7 | 33 | 66 | 1 | | | 4 | | | | | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | 1 | | 3 | 1 | 3 | | 1 | | 2 | 3 | | | | | | | | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 2 | 10 | | 1 | 1 | 9 | 6 | | | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 | 1 | 17 | 9 | 16 | 11 | 53 | 74 | 6 | 2 | 137 | 220 | 4 | 13 | 0 | 0 | 239 | 330 | 569 |

| Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária | Menos de 4 anos de escolaridade | | 4 anos de escolaridade | | 6 anos de escolaridade | | 9.º ano ou equivalente | | 11.º ano | | 12.º ano ou equivalente | | Bacharelato | | Licenciatura | | Mestrado | | Doutoramento | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Tarefa | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Avença | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Notas:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador | União Europeia | | CPLP | | Outros países | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | 1 | | | 0 | 1 | 1 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | | | | 1 | | | 0 | 1 | 1 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | 1 | | | 0 | 1 | 1 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Informático | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |

| Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador | União Europeia | | CPLP | | Outros países | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Tarefas | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Avenças | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Notas:
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de dezembro, de acordo com a naturalidade;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente Dirigente (Leis nº2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira | Menos que 20 anos | | 20 - 24 | | 25 - 29 | | 30 - 34 | | 35 - 39 | | 40 - 44 | | 45 - 49 | | 50 - 54 | | 55 - 59 | | 60 - 64 | | 65 - 69 | | maior ou igual a 70 anos | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | 1 | 1 | 2 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | 3 | 4 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | | | | | | 1 | | | 1 | | 1 | | 2 | | 2 | | | | | 1 | 6 | 7 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Informático | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 | 3 | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 10 | 14 |

| Prestações de Serviços | Menos de 20 anos | | 20 - 24 | | 25 - 29 | | 30 - 34 | | 35 - 39 | | 40 - 44 | | 45 - 49 | | 50 - 54 | | 55 - 59 | | 60 - 64 | | 65 - 69 | | 70 e mais | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Tarefas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Avenças | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Notas:
Considerar o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente Dirigente (Leis nº2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

## Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

| Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho | Procedimento concursal | | Cedência | | Mobilidade | | Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental | | Comissão de serviço | | CEAGP* | | Outras situações | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | 1 | 1 | 2 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | | 2 | | | 2 | 8 | 1 | | | | | | | | 3 | 10 | 13 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Informático | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 8 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 11 | 16 |

| Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação) | M | F | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Tarefas | | | 0 |
| Avenças | | | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 |

Notas:
Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;
* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de orgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

## Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

| Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano) | Morte | | Reforma/ /Aposentação | | Limite de idade | | Conclusão sem sucesso do período experimental | | Cessação por mútuo acordo | | Exoneração a pedido do trabalhador | | Aplicação de pena disciplinar expulsiva | | Mobilidade | | Cedência | | Comissão de serviço | | Outras situações | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | 0 | 1 | 1 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Informático | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |

Notas:
Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artº 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

## Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

| Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano) | Morte | | Caducidade (termo) | | Reforma/ /Aposentação | | Limite de idade | | Conclusão sem sucesso do periodo experimental | | Revogação (cessação por mútuo acordo) | | Resolução (por iniciativa do trabalhador) | | Denúncia (por iniciativa do trabalhador) | | Despedimento por inadaptação | | Despedimento coletivo | | Despedimento por extinção do posto de trabalho | | Mobilidade | | Cedência | | Outras situações | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 0 | 2 | 2 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Técnico Superior | | 1 | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8 | | | 3 | 3 | 4 | 13 | 17 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | 1 | 2 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | 2 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 1 | 3 |
| Informático | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 4 | 6 | 8 | 18 | 26 |

Notas:
Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

| Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento | Não abertura de procedimento concursal | Impugnação do procedimento concursal | Falta de autorização da entidade competente | Procedimento concursal improcedente | Procedimento concursal em desenvolvimento | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | 0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | 0 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | 0 |
| Técnico Superior | 53 | | | 1 | 8 | 62 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 4 | | | | | 4 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 3 | | | | | 3 |
| Informático | 3 | | | | | 3 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | 0 |
| Total | 63 | 0 | 0 | 1 | 8 | 72 |

Notas:
- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o nº de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:
  - não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
  - impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
  - recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
  - procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
  - procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

## Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

| Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança | Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes) | | Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1) | | Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2) | | Procedimento concursal | | Consolidação da mobilidade na categoria (3) | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Informático | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Notas:
(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
(3) - Artigo 99º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro)

## Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira | Rígido | | Flexível | | Desfasado | | Jornada contínua | | Trabalho por turnos | | Específico * | | Isenção de horário | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 3 | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 5 | 6 | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 19 | 12 | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | 4 | 10 | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | | | 101 | 130 | | | 8 | 39 | | | 9 | 35 | | | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | 51 | 75 | | | 3 | 8 | | | 3 | 1 | | | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | 8 | 4 | | | | | | | 2 | | | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | | | 13 | 8 | | | | | 3 | 2 | 6 | | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 173 | 217 | 0 | 0 | 11 | 47 | 3 | 2 | 20 | 36 | 32 | 28 | 239 | 330 | 569 |

Notas:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
* - Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.
Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);
Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

## Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

| Grupo/cargo/carreira | Tempo completo | | | | | | PNT inferior ao praticado a tempo completo | | | | | | | | | | | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Tempo parcial ou outro regime especial (*) | | Tempo parcial ou outro regime especial (*) | | Tempo parcial ou outro regime especial (*) | | Tempo parcial ou outro regime especial (*) | | Tempo parcial ou outro regime especial (*) | | M | F | |
| | | | | | | | Atenção! (1) - Células abertas para indicar nº horas/semana | | | | | | | | | | | | | | |
| | 35 horas | | 40 horas | | 42 horas | | Isenção de horário | | Ex.:30 horas | | Meia jornada | | Parcial | | Amamentação | | | | | | |
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | | | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | 3 | | | | | | | | | | | | 3 | 0 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | 5 | 6 | | | | | | | | | | | 5 | 6 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | 19 | 12 | | | | | | | | | | | 19 | 12 | 31 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | 4 | 10 | | | | | | | | | | | 4 | 10 | 14 |
| Técnico Superior | 110 | 159 | | | | | | | 8 | 42 | | 1 | | 1 | | 1 | | | 118 | 204 | 322 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 53 | 78 | | | | | | | 4 | 6 | | | | | | | | | 57 | 84 | 141 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 10 | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | 10 | 4 | 14 |
| Informático | 22 | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | 22 | 10 | 32 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Pessoal de Investigação Cientifica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| Total | 195 | 251 | 195 | 244 | 0 | 0 | 32 | 28 | 12 | 48 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 239 | 330 | 569 |

Notas:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;
PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;
(*) - Trabalho a tempo parcial ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;
Quando existirem mais do que três horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Não considerar os trabalhadores auenstes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

## Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

| Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário | Trabalho suplementar diurno | | Trabalho suplementar noturno | | Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório | | Trabalho em dias de descanso semanal complementar | | Trabalho em dias feriados | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Técnico Superior | 673:00 | 121:30 | | | 96:00 | 38:30 | 239:00 | 93:30 | 16:00 | 22:30 | 1024:00 | 276:00 | 1300:00 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 41:30 | 2521:30 | | | 38:30 | 23:00 | 50:00 | 821:30 | 22:30 | 11:30 | 152:30 | 3377:30 | 3530:00 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 2694:00 | | | | 38:00 | | 292:30 | | | | 3024:30 | 0:00 | 3024:30 |
| Informático | 118:00 | 15:00 | | | 73:30 | 23:00 | 80:00 | 96:30 | | | 271:30 | 134:30 | 406:00 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Total | 3526:30 | 2658:00 | 0:00 | 0:00 | 246:00 | 84:30 | 661:30 | 1011:30 | 38:30 | 34:00 | 4472:30 | 3788:00 | 8260:30 |

Notas:
Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;
O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).
As 3 colunas seguintes são especificas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho noturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira,segundo o género**

| Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno | Trabalho noturno normal | | Trabalho noturno suplementar | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Técnico Superior | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Informático | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Pessoal de inspeção | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Outro Pessoal | | | | | 0:00 | 0:00 | 0:00 |
| Total | 0:00 | 0:00 | 0:00 | 0:00 | 0:00 | 0:00 | 0:00 |

Notas:
Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;
Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.
Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

## Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

| Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência | Casamento | | proteção na parentalidade | | Falecimento de familiar | | Doença | | Por acidente em serviço ou doença profissional | | Assistência a familiares | | Trabalhador-estudante | | Por conta do período de férias | | Com perda de vencimento | | Cumprimento de pena disciplinar | | Greve | | Injustificadas | | Outros | | Total | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | 18.0 | 25.0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 18.0 | 25.0 | 43.0 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | 2.0 | 62.0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2.0 | 62.0 | 64.0 |
| Técnico Superior | 15.0 | 12.0 | 100.0 | 879.0 | 57.0 | 106.0 | 845.0 | 1261.0 | 8.0 | 3.0 | 44.0 | 226.0 | 50.0 | 26.0 | 10.0 | 20.0 | | | | | | | | | 253.0 | 450.0 | 1382.0 | 2983.0 | 4365.0 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | 33.0 | 39.0 | 363.0 | 743.0 | | | | 28.0 | 57.0 | 40.0 | 32.0 | 6.0 | | 1.0 | | | | | | | 128.0 | 145.0 | 613.0 | 1002.0 | 1615.0 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | 10.0 | 6.0 | 148.0 | 42.0 | | | | 9.0 | | | | | | | | | | | | | 5.0 | 2.0 | 163.0 | 59.0 | 222.0 |
| Informático | | | 30.0 | | 2.0 | | 365.0 | 71.0 | | | 1.0 | | | | | | | | | | 1.0 | | | | 1.0 | 2.0 | 400.0 | 73.0 | 473.0 |
| Pessoal de inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Pessoal de Investigação Científica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Outro Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Total | 15.0 | 12.0 | 130.0 | 879.0 | 102.0 | 151.0 | 1741.0 | 2204.0 | 8.0 | 3.0 | 45.0 | 263.0 | 107.0 | 66.0 | 42.0 | 26.0 | 0.0 | 1.0 | 0.0 | 0.0 | 1.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 387.0 | 599.0 | 2578.0 | 4204.0 | 6782.0 |

Notas:
Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

| Identificação da greve | | | |
|---|---|---|---|
| Data | Âmbito (escolher da lista em baixo) | | Motivo(s) da greve |
| 29-01-2016 | Greve | | Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. |
| PNT* | Nº de trabalhadores em greve | Duração da paralisação (em hh/mm) | |
| 35 horas | | | |
| 40 horas | 1 | 8:00 | 604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS |
| 42 horas | | | |
| Trabalho a tempo parcial (**) | | | |
| Outros | | | |
| Total | 1 | 8:00 | |

Notas:
(*) Período Normal de Trabalho
(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº84/2015, de 7 de agosto

## Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de dezembro
(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respetiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

| (Excluindo prestações de serviço) | Número de trabalhadores | | |
|---|---|---|---|
| Género / Escalão de remunerações | M | F | Total |
| Até 500 € | 0 | 0 | 0 |
| 501-1000 € | 11 | 15 | 26 |
| 1001-1250 € | 31 | 65 | 96 |
| 1251-1500 € | 33 | 40 | 73 |
| 1501-1750 € | 36 | 75 | 111 |
| 1751-2000€ | 19 | 49 | 68 |
| 2001-2250 € | 33 | 30 | 63 |
| 2251-2500 € | 19 | 18 | 37 |
| 2501-2750 € | 17 | 7 | 24 |
| 2751-3000 € | 9 | 7 | 16 |
| 3001-3250 € | 2 | 2 | 4 |
| 3251-3500 € | 16 | 15 | 31 |
| 3501-3750 € | 0 | 1 | 1 |
| 3751-4000 € | 9 | 6 | 15 |
| 4001-4250 € | 0 | 0 | 0 |
| 4251-4500 € | 0 | 0 | 0 |
| 4501-4750 € | 0 | 0 | 0 |
| 4751-5000 € | 0 | 0 | 0 |
| 5001-5250 € | 2 | 0 | 2 |
| 5251-5500 € | 0 | 0 | 0 |
| 5501-5750 € | 0 | 0 | 0 |
| 5751-6000 € | 1 | 0 | 1 |
| Mais de 6000 € | 1 | 0 | 1 |
| Total | 239 | 330 | 569 |

Notas:
i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
III) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.
iv) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
v) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
vi) Não considerar o duodécimo do subsídio de Natal

## B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

| Remuneração (€) | Euros | |
|---|---|---|
| | Masculino | Feminino |
| **Mínima ( € )** | 549.25 € | 683.13 € |
| **Máxima ( € )** | 6 469.56 € | 3 830.55 € |

Nota:
Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais referenciais remuneratórios de natureza permanente

## Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

| Encargos com pessoal | Valor (Euros) |
|---|---|
| **Remuneração base (*)** | 14 147 603.78 € |
| **Suplementos remuneratórios** | 836 413.95 € |
| **Prémios de desempenho** | |
| **Prestações sociais** | 850 740.15 € |
| **Benefícios sociais** | 0.00 € |
| **Outros encargos com pessoal (**)** | 4 298 617.91 € |
| **Total** | **20 133 375.79 €** |

Nota:
Não incluir prestações de serviços
(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.
(**) Registar~:
- as indemnizações por férias não gozadas
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança social;
- os abonos pagos por trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente

## Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

| Suplementos remuneratórios | Valor (Euros) |
|---|---|
| Trabalho suplementar (diurno e noturno) | 50 761.07 € |
| Trabalho normal noturno | |
| Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*) | 24 221.82 € |
| Isenção de horário de trabalho | |
| Disponibilidade permanente | |
| Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**) | |
| Risco, penosidade e insalubridade | |
| Fixação na periferia | |
| Trabalho por turnos | 20 583.09 € |
| Abono para falhas | 4 131.03 € |
| Participação em reuniões | |
| Ajudas de custo | 78 851.27 € |
| Representação | 620 458.37 € |
| Secretariado | |
| Outros suplementos remuneratórios (***) | 37 407.30 € |
| **Total** | **836 413.95 €** |

Nota:
(*) caso não tenha sido incluído em trabalho extraordinário (diurno e noturno);
(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;
(***) - incluir também os prémios de desempenho e so subsídio de residência

## Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

| Prestações sociais | Valor (Euros) |
|---|---|
| Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção) | 2 250.54 € |
| Abono de família | 3 526.13 € |
| Subsídio de educação especial | |
| Subsídio mensal vitalício | |
| Subsídio para assistência de 3ª pessoa | |
| Subsídio de funeral | |
| Subsídio por morte | 4 922.93 € |
| Acidente de trabalho e doença profissional | 1 658.00 € |
| Subsídio de desemprego | |
| Subsídio de refeição | 729 496.36 € |
| Outras prestações sociais (incluindo Pensões) | 108 886.19 € |
| Total | 850 740.15 € |

## Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

| Benefícios de apoio social | Valor (Euros) |
|---|---|
| Grupos desportivos/casa do pessoal | |
| Refeitórios | |
| Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar | |
| Colónias de férias | |
| Subsídio de estudos | |
| Apoio socio-económico | |
| Outros benefícios sociais | |
| Total | 0.00 € |

## Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

| Acidentes de trabalho | | No local de trabalho | | | | | | *In itinere* | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa) | 1 a 3 dias de baixa | 4 a 30 dias de baixa | Superior a 30 dias de baixa | Mortal | Total | Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa) | 1 a 3 dias de baixa | 4 a 30 dias de baixa | Superior a 30 dias de baixa | Mortal |
| Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência | M | 1 | 1 | | | | | 1 | 1 | | | | |
| | F | 2 | 1 | 1 | | | | 0 | | | | | |
| Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência | M | 0 | | | | | | 0 | | | | | |
| | F | 1 | | 1 | | | | 0 | | | | | |
| Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano | M | 0 | | | | | | 0 | | | | | |
| | F | 1 | | 1 | | | | 0 | | | | | |
| Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores | M | 0 | | | | | | 0 | | | | | |
| | F | 0 | | | | | | 0 | | | | | |

Notas:
Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia
O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais.
O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais.
Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho

## Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

| Casos de incapacidade | Nº de casos |
|---|---|
| Casos de incapacidade permanente: | |
| - absoluta | |
| - parcial | |
| - absoluta para o trabalho habitual | |
| Casos de incapacidade temporária e absoluta | |
| Casos de incapacidade temporária e parcial | 1 |
| Total | 1 |

## Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

| Doenças profissionais | | Nº de casos | Nº de dias de ausência |
|---|---|---|---|
| Código(*) | Designação | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**Nota:**

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, atualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

## Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

| atividades de medicina no trabalho | Número | Valor (Euros) |
|---|---|---|
| **Total dos exames médicos efetuados:** | **1 515** | **0.00 €** |
| **Exames de admissão** | 2 | |
| **Exames periódicos** | 130 | |
| **Exames ocasionais e complementares** | 1 383 | |
| **Exames de cessação de funções** | 0 | |
| **Despesas com a medicina no trabalho (*)** | | |
| **Visitas aos postos de trabalho** | | |

Nota:
(*) Incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1 ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

## Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

| Segurança e saúde no trabalho<br>Intervenções das comissões | Número |
|---|---|
| Reuniões da Comissão | |
| Visitas aos locais de trabalho | |
| Outras | |

## Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

| Segurança e saúde no trabalho<br>ações de reintegração profissional | Número |
|---|---|
| Alteração das funções exercidas | |
| Formação profissional | |
| Adaptação do posto de trabalho | |
| Alteração do regime de duração do trabalho | |
| Mobilidade interna | |

Nota:
Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

## Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

| Segurança e saúde no trabalho<br>ações de formação | Número |
|---|---|
| Ações realizadas durante o ano | 2 |
| Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas | 12 |

## Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

| Segurança e saúde no trabalho<br>Custos | Valor (Euros) |
|---|---|
| **Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)** | 10 000.00 € |
| **Equipamento de proteção (b)** | 33 907.19 € |
| **Formação em prevenção de riscos (c)** | |
| **Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)** | |

Notas:
(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
(c) Encargos na formação, informação e consulta
(d) Inclui única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão

## Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

| Tipo de ação/duração | Menos de 30 horas | De 30 a 59 horas | de 60 a 119 horas | 120 horas ou mais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Internas** | 927 | 58 | | | **985** |
| **Externas** | 78 | 70 | | | **148** |
| **Total** | **1 005** | **128** | **0** | **0** | **1 133** |

Notas:
Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:
- ação interna, organizada pela entidade;
- ação externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +…+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

## Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

| Grupo/cargo/carreira/ | Nº de participações | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|
| Nº de participações e de participantes | Ações internas | Ações externas | Nº de participações (*) | Nº de participantes (**) |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | 0 | |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | 0 | |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 13 | 13 | 26 | |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | 39 | 41 | 80 | |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | 23 | 21 | 44 | |
| Técnico Superior | 654 | 37 | 691 | |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 197 | 2 | 199 | |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 6 | | 6 | |
| Informático | 53 | 34 | 87 | |
| Pessoal de inspeção | | | 0 | |
| Pessoal de Investigação científica | | | 0 | |
| Outro Pessoal | | | 0 | |
| Total | 985 | 148 | 1 133 | 0 |

Notas:
(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +…+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);
(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

## Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

| Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas | Horas dispendidas em ações internas | Horas dispendidas em ações externas | Total de horas em ações de formação |
|---|---|---|---|
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | 0:00 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | 0:00 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 312:00 | 124:00 | 436:00 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | 697:00 | 557:00 | 1254:00 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | 250:00 | 346:00 | 596:00 |
| Técnico Superior | 9593:00 | 1006:00 | 10599:00 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 2468:00 | 54:00 | 2522:00 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 57:00 | | 57:00 |
| Informático | 575:00 | 1063:00 | 1638:00 |
| Pessoal de inspeção | | | 0:00 |
| Pessoal de Investigação científica | | | 0:00 |
| Outro Pessoal | | | 0:00 |

Notas:
Considerar as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro)

## Quadro 30: Despesas anuais com formação

| Tipo de ação/valor | Valor (Euros) |
|---|---|
| Despesa com ações internas | 79 698.67 € |
| Despesa com ações externas | 82 936.85 € |
| Total | 162 635.52 € |

Notas:
i) Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.
ii) Considerar taambém as despesas de deslocação relacionadas com a formação.

## Quadro 31: Relações profissionais

| Relações profissionais | Número |
|---|---|
| Trabalhadores sindicalizados | 218 |
| Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores | 7 |
| Total de votantes para comissões de trabalhadores | |

## Quadro 32: Disciplina

| Disciplina | Número |
|---|---|
| Processos transitados do ano anterior | |
| Processos instaurados durante o ano | 1 |
| Processos transitados para o ano seguinte | |
| Processos decididos - total: | |
| * Arquivados | |
| * Repreensão escrita | |
| * Multa | |
| * Suspensão | |
| * Demissão (1) | |
| * Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2) | |
| * Cessação da comissão de serviço | |

Notas:
(1) - para trabalhadores Nomeados
(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas